

2023

**RELATÓRIO  
E CONTAS  
INDIVIDUAIS**





## RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Domingos da Silva Tiago

VEREADOR

José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VICE-PRESIDENTE

Emília de Fátima Moreira dos Santos

VEREADOR

António Manuel Leite Ramalho

VEREADOR

Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADORA

Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras

VEREADOR

Paulo Fernando Sousa Ramalho

VEREADORA

Marta Moreira de Sá Peneda

VEREADOR

Paulo Sérgio Fernandes da Rocha

VEREADOR

Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

VEREADOR

António José Ferreira Peixoto



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Com a apresentação do relatório de prestação de contas do exercício de 2023 da Câmara Municipal, damos e conferimos evidência a toda a atividade que foi possível realizar neste último período anual, bem como patenteamos a situação económico-financeira da Câmara, que é uma situação sólida, robusta e bem estruturada.

E tudo isto é bem demonstrado e comprovado pelos números que mostram mais um ano em que o desenvolvimento da Maia e o seu progresso é um percurso consistente, que está bem alicerçado, e que está bem ancorado no rigor e na absoluta responsabilidade com que encaramos a gestão da “coisa pública”.

Podemos afirmar que as nossas Contas são “Contas Certas” e “Boas Contas” pois relevam, e revelam bem, que, e uma vez mais, conseguimos atingir patamares e rácios financeiros de primeiríssima ordem sem que isso belisque, sequer, a nossa capacidade de investimento e de realização.

Se bem que a despesa total faturada no período tenha subido cerca de 13,9 M€ facto que, numa boa parte, está diretamente ligado à operacionalização plena do processo de descentralização de competências, há que salientar que o Investimento Global se elevou a 28,1 M€, representando 26,9 % das despesas totais, o que é bem expressivo.

Isto é, cumprimos com o que nos comprometemos, com os investimentos e com os apoios diretos e indiretos a todos aqueles que de nós mais necessitam sem que, e reforço, isto nos coarte a ação no que nos é mais caracterizador: a nossa capacidade de fazer, de empreender, de dirigir e conduzir a nossa Comunidade Municipal rumo a uma sociedade cada vez mais desenvolvida e mais solidária sem que, para isso, oneremos ou comprometamos as gerações que nos seguem e seguirão.

Temos um Município na senda da sustentabilidade global, um Município solidário e inclusivo e um Município dotado de solidez financeira a toda a prova. Só pensamentos politicamente enviesados é que não reconhecem isto, tal é a sua evidência.

O Município, como o presente documento bem o mostra, está dotado de uma gestão eficaz e uma gestão ágil, atenta e diligente. É o que estas “Contas” mostram e é também o que até muito recentemente ficou bem evidenciado na nossa capacidade e engenho de resposta a contingências e acontecimentos extremos e momentos de grande dificuldade como os vividos em razão da COVID 19 e agora pelas consequências económicas da guerra na Ucrânia, em que soubemos encarar de frente as dificuldades, não nos deixando abater, liderando a nossa Comunidade com assertividade, empenho, capacidade de liderança e obtenção de resultados dificilmente escrutináveis em nossos pares.

Uma vez mais soubemos dar cumprimento à confiança que nos foi depositada pelos Maiatos.

António Domingos da Silva Tiago





## INDICE

<b>1</b>	<b>PARTE I - RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>11</b>
<b>1.1</b>	<b>CONTEXTO ORGANIZACIONAL</b>	<b>13</b>
1.1.1	VISÃO E MISSÃO	15
1.1.1.1	VISÃO	15
1.1.1.2	MISSÃO	15
1.1.2	GOVERNANÇA – ESTRUTURA LEGISLATIVA E REGULADORA	15
1.1.3	ORGANOGRAMA E ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS	16
1.1.3.1	ORGANOGRAMA	16
1.1.3.2	ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS	19
<b>1.2</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E RISCOS</b>	<b>24</b>
1.2.1	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	24
1.2.1.1	ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	24
1.2.1.2	PRINCIPAIS INDICADORES	25
1.2.1.2.1	POPULAÇÃO	25
1.2.1.2.2	ECONOMIA	27
1.2.1.2.3	SEGURANÇA	30
1.2.1.2.4	MOBILIDADE E TRANSPORTES	31
1.2.1.2.5	SAÚDE	32
1.2.1.2.6	EDUCAÇÃO	33
1.2.1.2.7	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	34
1.2.1.2.8	CULTURA E TURISMO	35
1.2.1.2.9	LAZER E DESPORTO	36
1.2.1.2.10	AMBIENTE	37
1.2.1.2.11	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS	39
1.2.1.3	DISTINÇÕES MUNICIPAIS	41
1.2.2	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	43
1.2.3	RISCOS	43
1.2.3.1	RISCOS AMBIENTAIS	45
1.2.3.2	RISCOS SOCIAIS	47
1.2.3.3	RISCOS FINANCEIROS	48
1.2.3.4	RISCOS DE COMPLIANCE	50
1.2.3.5	CYBER RISCOS	51
<b>1.3</b>	<b>ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS</b>	<b>53</b>
1.3.1	ANÁLISE ORÇAMENTAL	55
1.3.1.1	ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO	58
1.3.2	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS	63



1.3.2.1	PERMUTATIVAS E MODIFICATIVAS.....	63
1.3.2.1.1	ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA.....	64
1.3.2.1.2	ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA.....	68
1.3.3	DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	71
1.3.3.1	ANÁLISE GLOBAL DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	73
1.3.3.2	PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL.....	75
1.3.3.3	FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO.....	79
1.3.3.4	OPERAÇÕES DE TESOURARIA.....	81
1.3.4	CONTAS DE ORDEM.....	83
1.3.5	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	87
1.3.5.1	ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA.....	89
1.3.5.1.1	RECEITAS PRÓPRIAS.....	95
1.3.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS.....	103
1.3.5.2	PASSIVOS FINANCEIROS.....	121
1.3.6	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	123
1.3.6.1	ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA.....	125
1.3.6.2	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO.....	132
1.3.6.2.1	DESPESAS COM PESSOAL.....	135
1.3.6.2.2	DESPESAS COM AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS.....	144
1.3.6.3	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS.....	152
1.3.6.4	INVESTIMENTO GLOBAL.....	157
1.3.6.4.1	INVESTIMENTO DIRETO.....	159
1.3.6.4.2	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	174
1.3.6.4.3	ATIVOS FINANCEIROS.....	176
1.3.6.5	GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	177
1.3.6.5.1	FUNÇÕES GERAIS.....	181
1.3.6.5.2	FUNÇÕES SOCIAIS.....	185
1.3.6.5.3	FUNÇÕES ECONÓMICAS.....	193
1.3.6.5.4	OUTRAS FUNÇÕES.....	197
<b>1.4</b>	<b>ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>199</b>
1.4.1	ENQUADRAMENTO.....	201
1.4.2	ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU.....	202
1.4.2.1	DÍVIDA TOTAL.....	202
1.4.2.2	DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO.....	206
1.4.2.2.1	SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO.....	211
1.4.2.2.2	COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA.....	215
1.4.2.3	DÍVIDA DE CURTO PRAZO.....	217
1.4.3	ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU.....	220
1.4.3.1	LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL.....	221
1.4.3.2	ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS.....	222
1.4.3.3	APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL.....	226



<b>1.5</b>	<b>INDICADORES ORÇAMENTAIS.....</b>	<b>233</b>
<b>1.6</b>	<b>ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>237</b>
1.6.1	BALANÇO.....	241
1.6.1.1	ATIVO .....	244
1.6.1.2	PASSIVO.....	251
1.6.1.3	PATRIMÓNIO LÍQUIDO .....	258
1.6.2	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	261
1.6.3	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS.....	283
<b>1.7</b>	<b>INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS.....</b>	<b>286</b>
<b>1.8</b>	<b>INFORMAÇÃO DE CUSTOS (CONTABILIDADE DE GESTÃO).....</b>	<b>288</b>
<b>2</b>	<b>PARTE II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>291</b>
<b>2.1</b>	<b>BALANÇO .....</b>	<b>293</b>
<b>2.2</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA .....</b>	<b>294</b>
<b>2.3</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO .....</b>	<b>295</b>
<b>2.4</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA .....</b>	<b>296</b>
<b>2.5</b>	<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINACEIRAS .....</b>	<b>297</b>
2.5.1	NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	300
2.5.2	NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	304
2.5.3	NOTA 3 – ATIVOS INTANGÍVEIS.....	325
2.5.4	NOTA 4 – CONTRATOS DE CONCESSÃO.....	327
2.5.5	NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	329
2.5.6	NOTA 6 – LOCAÇÕES.....	337
2.5.7	NOTA 7 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS .....	339
2.5.8	NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO .....	343
2.5.9	NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS .....	345
2.5.10	NOTA 10 – INVENTÁRIOS.....	346
2.5.11	NOTA 11 – AGRICULTURA – NÃO APLICÁVEL.....	346
2.5.12	NOTA 12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÕES – NÃO APLICÁVEL.....	346
2.5.13	NOTA 13 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO.....	346
2.5.14	NOTA 14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO.....	348
2.5.15	NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES .....	350
2.5.16	NOTA 16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXA DE CÂMBIO – NÃO APLICÁVEL.....	350
2.5.17	NOTA 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO.....	350



2.5.18	NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	351
2.5.19	NOTA 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	354
2.5.20	NOTA 20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS.....	354
2.5.21	NOTA 21 – RELATO POR SEGMENTOS.....	356
<b>3</b>	<b>PARTE III – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS .....</b>	<b>359</b>
<b>3.1</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....</b>	<b>363</b>
<b>3.2</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA .....</b>	<b>363</b>
<b>3.3</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....</b>	<b>363</b>
<b>3.4</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI.....</b>	<b>363</b>
<b>3.5</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PAM .....</b>	<b>363</b>
<b>3.6</b>	<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS (volume autonomo).....</b>	<b>365</b>
3.6.1	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA .....	367
3.6.2	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA.....	367
3.6.3	ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO (PPI) .....	367
3.6.4	ALTERAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (PAM) .....	367
3.6.5	OPERAÇÕES DE TESOURARIA.....	367
3.6.6	CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	367
3.6.6.1	SITUAÇÃO DOS CONTRATOS .....	367
3.6.6.2	ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO .....	367
3.6.7	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS.....	368
3.6.7.1	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA.....	368
3.6.7.2	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA.....	368
3.6.8	OUTRAS DIVULGAÇÕES.....	368
3.6.8.1	DÍVIDA A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS .....	368
3.6.8.2	RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA .....	368
3.6.8.3	SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS .....	368
3.6.8.4	MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO.....	368
3.6.8.4.1	MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO DE NATUREZA ATIVA .....	368
3.6.8.4.2	MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO DE NATUREZA PASSIVA.....	368
3.6.8.5	DECLARAÇÕES EXIGIDAS PELO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO (LCPA).....	369
3.6.8.5.1	DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.....	369
3.6.8.5.2	DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO.....	369
3.6.8.5.3	DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO .....	369
<b>4</b>	<b>PARTE IV – CERTIFICAÇÃO LEGAL ÀS CONTAS .....</b>	<b>371</b>





# 2023 RELATÓRIO E CONTAS



2023

**RELATÓRIO  
E CONTAS  
INDIVIDUAIS**



**PARTE I  
RELATÓRIO DE  
GESTÃO**





# CONTEXTO ORGANIZACIONAL





## CONTEXTO ORGANIZACIONAL

### 1.1.1 VISÃO E MISSÃO

#### 1.1.1.1 VISÃO

**Município Inteligente**, estimulante e inspirador, focado no caminho do progresso e desenvolvimento, capaz de assegurar confiança no futuro.

**Smart city de referência na Europa**, no uso de tecnologias digitais destinadas a promover a mobilidade urbana, a eficiência energética, o acesso à informação, a qualidade dos serviços públicos e privados, e a criação de negócios intensivos em conhecimento.

**Cidade Amiga**, equilibrada e responsável, solidária e inclusiva e feliz, onde todos contam e são importantes num território que existe para ser vivido.

#### 1.1.1.2 MISSÃO

Promover a qualidade de vida dos maiatos, criando oportunidades geradoras de riqueza, fomentando a solidariedade e inclusão social e garantindo a sustentabilidade ambiental.

### 1.1.2 GOVERNANÇA – ESTRUTURA LEGISLATIVA E REGULADORA

O Município da Maia é uma autarquia local, com autonomia administrativa e financeira, e património próprio, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas, pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.

No âmbito das suas atribuições e competências, o Município da Maia planeia, organiza e executa políticas municipais, designadamente nas áreas de: equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento de território e urbanismo, polícia municipal e cooperação externa.

O modelo de governação do Município da Maia assenta nos seguintes pelouros:

- Comunicação



- Administração, Finanças e Património
- Gestão Urbana
- Desporto
- Desenvolvimento e Inovação
- Captação de Investimento.
- Educação e Ciência
- Saúde
- Habitação, Desenvolvimento Social e Bem-Estar
- Recursos Humanos
- Planeamento Territorial, Mobilidade e Transportes
- Proteção Civil e Polícia Municipal
- Auditoria Interna e Eficiência Administrativa
- Cultura
- Economia
- Relações Internacionais
- Assuntos Jurídicos.
- Relações com o Município e Cidadania
- Ambiente
- Juventude
- Dinamização Local e Marketing Territorial
- Relações Públicas e Protocolo.

### **1.1.3 ORGANOGRAMA E ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS**

#### **1.1.3.1 ORGANOGRAMA**

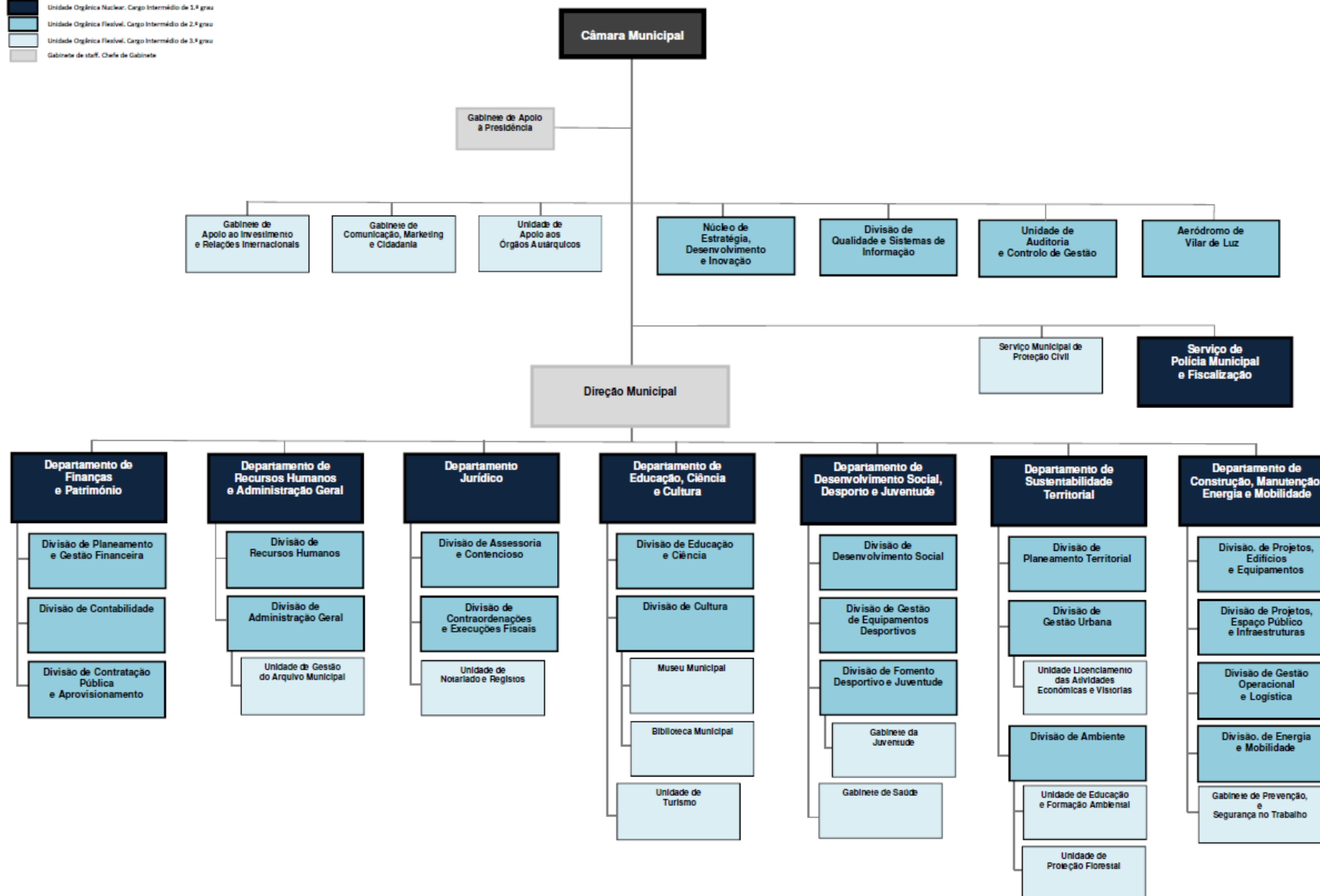




# 2023 RELATÓRIO E CONTAS

Estrutura Orgânica do Município da Maia – 1 de julho de 2018, com alteração 26 de abril de 2021

- Unidade Orgânica Nuclear, Cargo Superior
- Unidade Orgânica Nuclear, Cargo Intermediário de 1.º grau
- Unidade Orgânica Flutuante, Cargo Intermediário de 2.º grau
- Unidade Orgânica Flutuante, Cargo Intermediário de 3.º grau
- Gabinete de staff, Chefe de Gabinete







### 1.1.3.2 ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

No presente capítulo é apresentada uma caracterização sucinta dos recursos humanos do Município da Maia, de acordo com os dados recolhidos a 31 de dezembro de 2023.

Segundo a modalidade de vínculo, prevalece, maioritariamente, o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. O quadro seguinte apresenta o número de trabalhadores segundo o vínculo com o Município.

Quadro 1

DISTRIBUIÇÃO POR MODALIDADE DE VÍNCULO	
ANO DE 2023	N.º
Comissão de serviço (Dirigentes intermédios de 2.º e 3.º grau)	44
Comissão de serviço (Pessoal de apoio aos órgãos autárquicos)	12
Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	1311
Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo	177
<b>Total</b>	<b>1544</b>

Embora não sejam considerados recursos humanos do Município, na medida em que não existe subordinação jurídico-laboral, nem se encontram integrados em carreiras ou no mapa de pessoal, prestam serviços nas modalidades de avença e tarefa 92 pessoas, com forte predominância nas atividades desportivas, e são acolhidas 66 pessoas ao abrigo das medidas contrato emprego-inserção, do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

De acordo com as normas estabelecidas pela Direção-Geral das Autarquias Locais, encontram-se excluídos do quadro anterior 25 trabalhadores com ausência contínua superior a seis meses, por motivo de doença.

Os trabalhadores vinculados por contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo são, na sua maioria, técnicos das atividades de enriquecimento curricular, que, ainda assim, mantém uma certa regularidade quantitativa entre setembro e junho do ano seguinte, período correspondente ao ano letivo.

No âmbito da transferência de competências na área da educação e da saúde, foram integrados no mapa de pessoal 29 trabalhadores do grupo de pessoal não docente, vinculados por contratos de trabalho em funções públicas nas modalidades de termo resolutivo certo e termo resolutivo incerto.



O mapa de pessoal do Município da Maia é constituído por trabalhadores integrados maioritariamente nas carreiras gerais da administração pública, contando com um reduzido número em carreiras subsistentes e não revistas, designadamente, da carreira de informática, polícia municipal e fiscal municipal, e outras devido à integração do pessoal não docente, ainda que em número meramente residual.

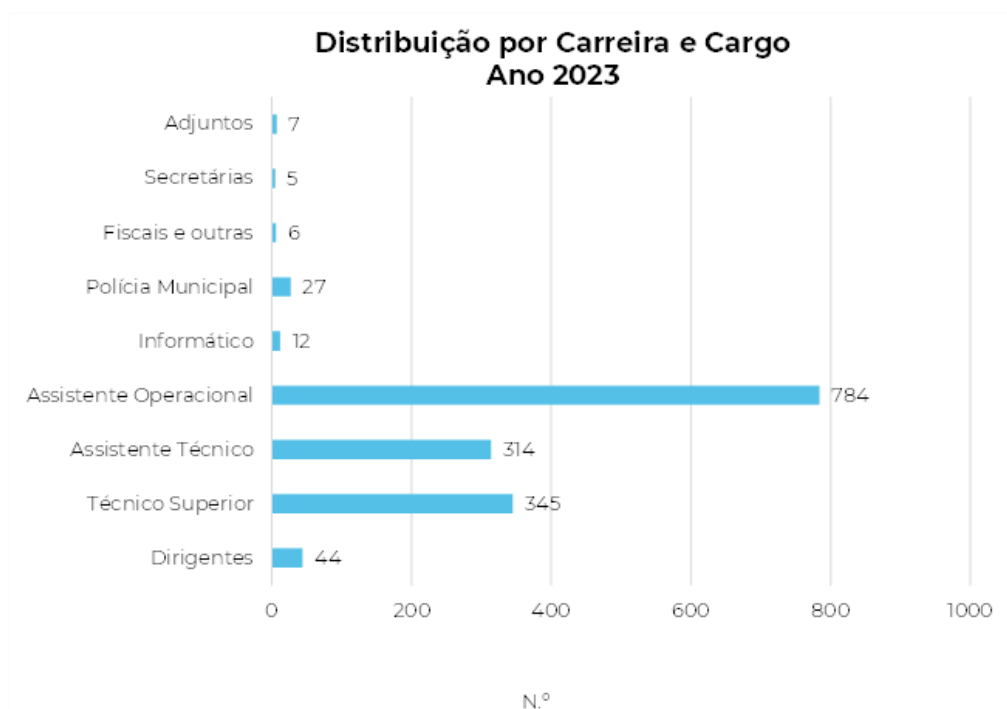
No que respeita às carreiras e cargos, os recursos humanos distribuem-se da seguinte forma:

**Quadro 2**

<b>DISTRIBUIÇÃO POR CARREIRA E CARGO</b>		
<b>ANO 2023</b>		
	<b>N.º</b>	<b>%</b>
Dirigentes	44	2,8%
Técnico Superior	345	22,3%
Assistente Técnico	314	20,3%
Assistente Operacional	784	50,8%
Informático	12	0,8%
Polícia Municipal	27	1,7%
Fiscais e outras	6	0,4%
Secretárias	5	0,3%
Adjuntos	7	0,5%
<b>Total</b>	<b>1544</b>	<b>100,0%</b>



Gráfico 1



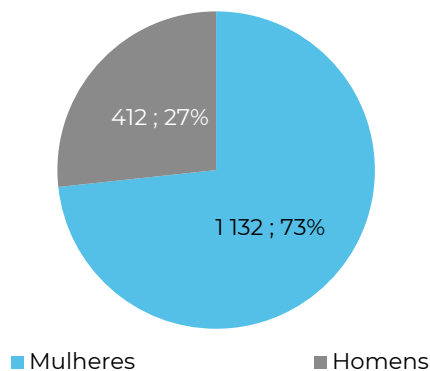
Dos 44 dirigentes, 8 são dirigentes intermédios de 1.º grau (diretor de departamento), 22 dirigentes intermédios de 2.º grau (chefe de divisão ou equiparados) e 14 dirigentes intermédios de 3.º grau ou equiparados. O número total de adjuntos inclui o chefe do Gabinete de Apoio à Presidência.

No que respeita à igualdade de género, constata-se uma predominância de colaboradores do género feminino, uma vez que 73,3% são mulheres e 26,7% são homens. No caso dos titulares de cargos dirigentes, constata-se a mesma tendência, sendo que 61,4% são ocupados por mulheres e 38,6% são ocupados por homens.



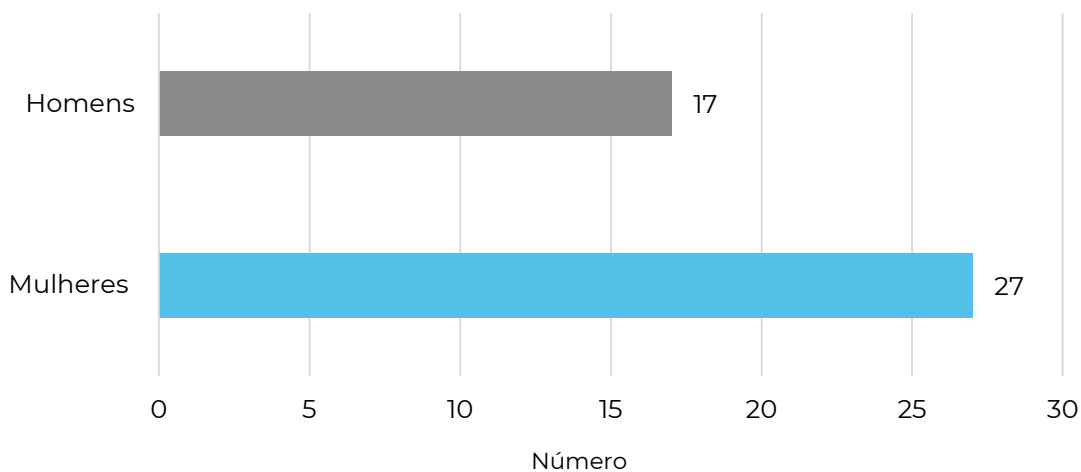
**Gráfico 2**

**Distribuição por Género  
Ano 2023**



**Gráfico 3**

**Dirigentes por Género  
Ano 2023**

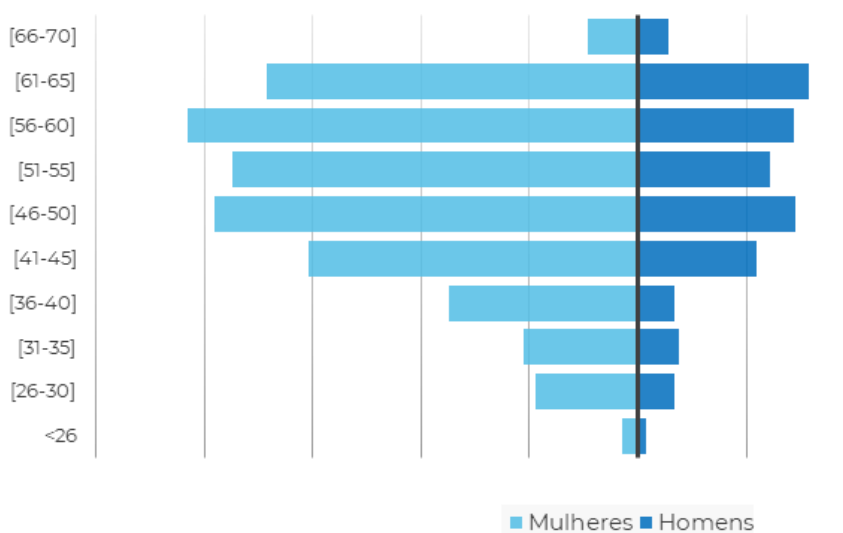


A maioria dos trabalhadores situa-se nas faixas etárias dos 41 aos 65 anos, observando-se uma maior concentração nas idades compreendidas entre os 56 e os 60 anos. O maior envelhecimento sucede na carreira de assistente operacional, destacando-se as faixas etárias entre os 56 e os 65 anos.



**Gráfico 4**

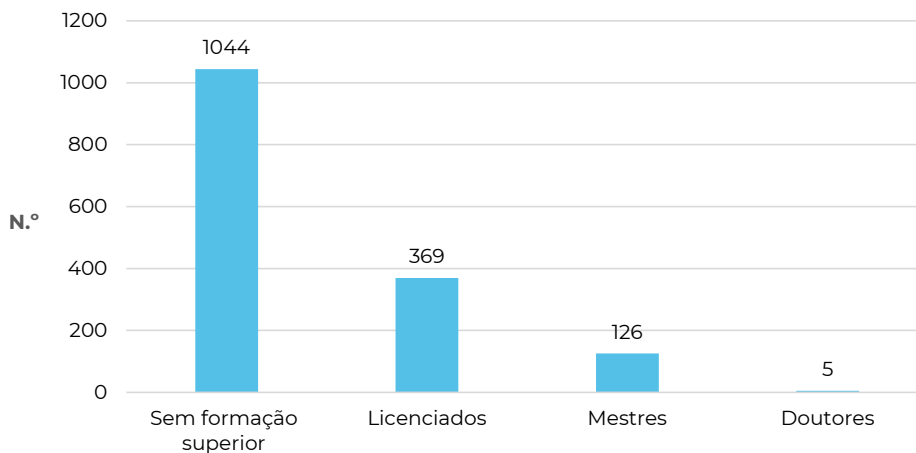
**Pirâmide Estária dos Trabalhadores do Município  
Ano 2023**



Dos 1544 trabalhadores, 500 são detentores de formação superior, sendo 369 detentores do grau de licenciatura, 126 do grau de mestre e 5 do grau de doutor. Também a vertente formação académica é liderada pelo género feminino.

**Gráfico 5**

**Formação Académica de Trabalhadores  
Ano 2023**





No âmbito da responsabilidade social das organizações, o Município da Maia procura alinhar-se com as melhores práticas. Entre efetivos, isto é, trabalhadores vinculados por tempo indeterminado em 2023, e trabalhadores contratados a termo resolutivo certo, o Município acolheu 83 trabalhadores com incapacidade declarada e 3 trabalhadores no âmbito do contrato medida emprego apoiado, em parceria com o IEFP, distribuídos por diversos setores de atividade.

## 1.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E RISCOS

### 1.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

#### 1.2.1.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO



- Superfície total: 83 km<sup>2</sup>
- Freguesias: 10
- **Cidade Sede:** Cidade da Maia





O Concelho beneficia de uma localização de excelência no seio da Área Metropolitana do Porto (AMP), tendo como concelhos vizinhos:

- Trofa, a norte
- Santo Tirso, a nordeste
- Vila do Conde, a noroeste
- Valongo, a leste
- Gondomar, a sudeste
- Porto, a sul
- Matosinhos, a sudoeste

### 1.2.1.2 PRINCIPAIS INDICADORES

#### Fontes:

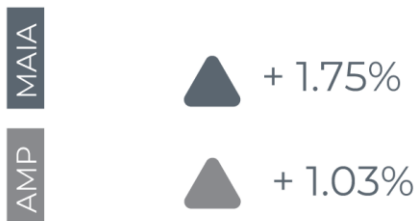
- Município da Maia
- REOT - Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território Maia
- INE/ PORDATA/ IEFP/ PSP/ GNR / SNS
- Carta Social/ ECO XXI/ APA - Agência Portuguesa do Ambiente
- Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses (Ordem dos Contabilistas Certificados)
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)

#### 1.2.1.2.1 POPULAÇÃO

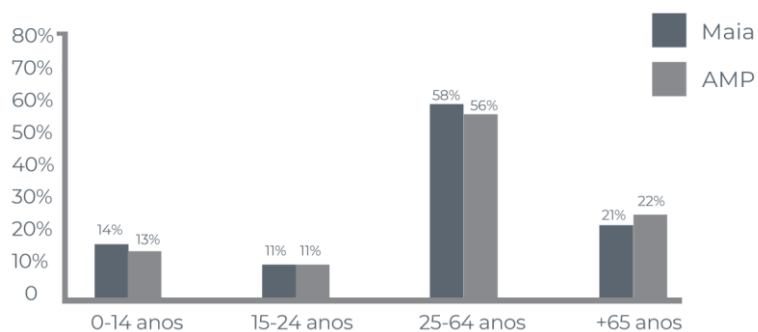
População Residente (total)			
	2020	2021	2022
MAIA	139 641	134 988	140 041
AMP	1 727 774	1 736 491	1 774 104



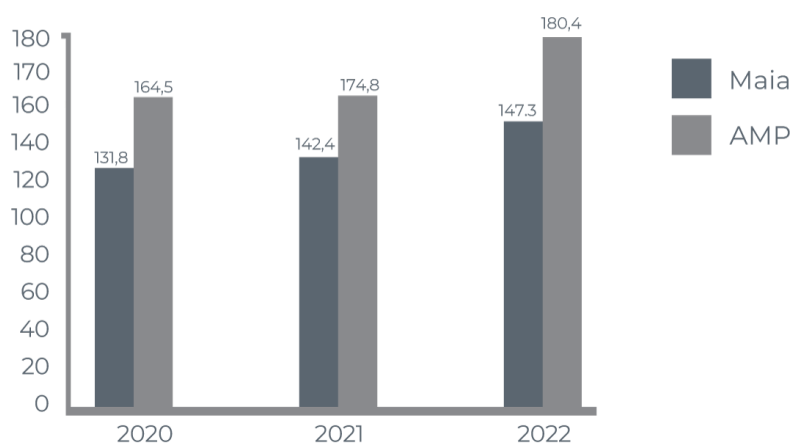
### Taxa de Crescimento Populacional 2021 - 2023



### Distribuição da população por grupo etário 2022 | %

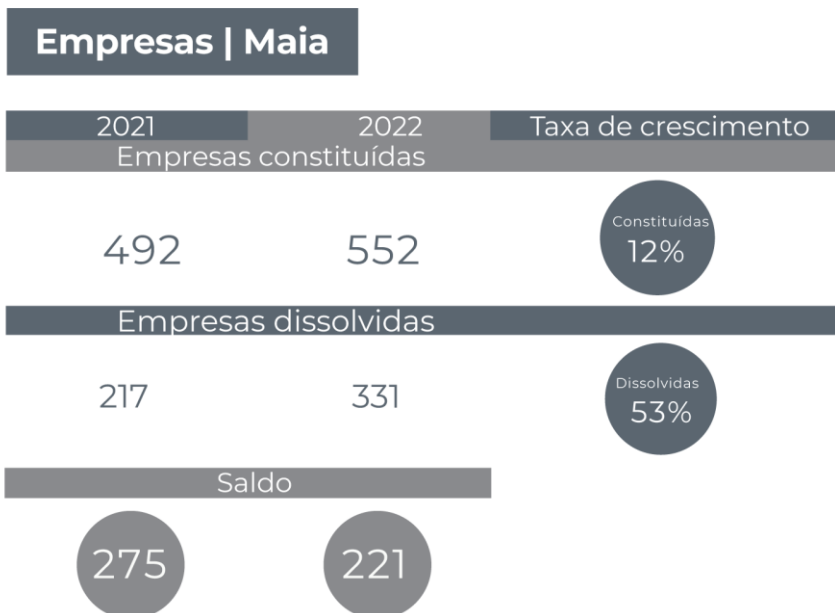


### Índice de envelhecimento (idosos por cada 100 jovens) 2022





### 1.2.1.2.2 ECONOMIA

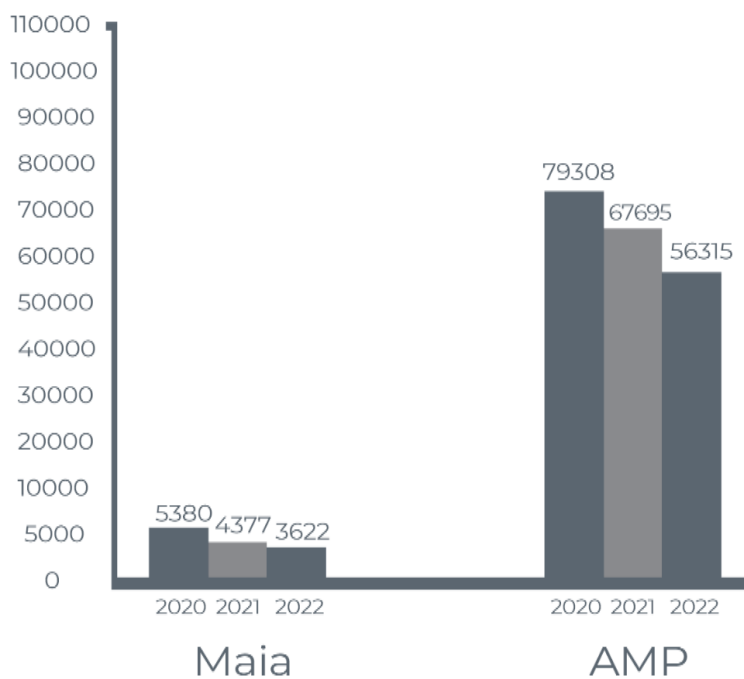


#### 10 Municípios mais Exportadores - 2022

Ranking	Município	Valor das esportações [milhões de euros]	
1	Lisboa	10 052	1º lugar AMP
2	Palmela	4 001	
3	V.N. Famalicão	2 616	
4	Setúbal	2 414	2º lugar Norte
5	Maia	2 024	
6	V. N. Gaia	1843	5º lugar Nacional
7	Oeiras	1781	
8	Sintra	1776	
9	Braga	1735	
10	Guimarães	1718	



Desempregados inscritos no centro de emprego | Total (em dezembro)



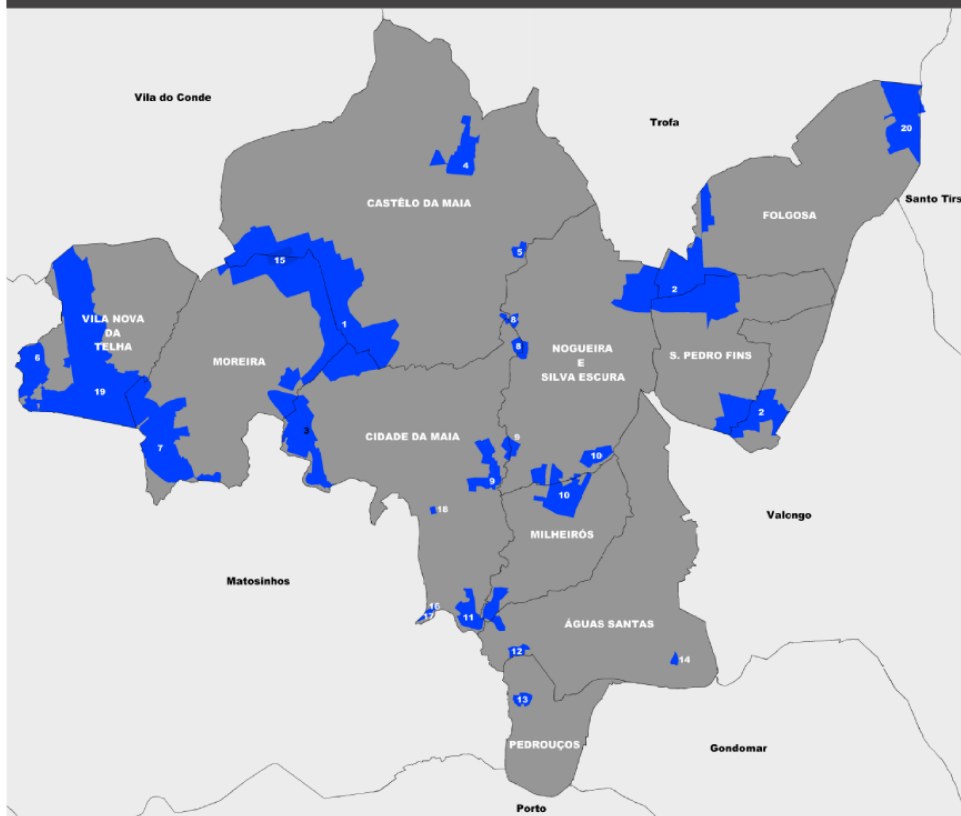
Taxa de redução 2021 - 2022

MAIA  
+17,25%

AMP  
+16,81%



## LOCALIZAÇÃO DAS 20 ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL



- |                                  |   |
|----------------------------------|---|
| 1 - AAE da Maia I                | 11 - AAE da Azenha Nova/ Parada               |
| 2 - AAE da Maia II               | 12 - AAE da Milaneza                          |
| 3 - AAE Ponte da Cidade da Maia  | 13 - AAE de Pedrouços                         |
| 4 - AAE de Santa Maria de Avioso | 14 - AAE da Granja                            |
| 5 - AAE de Gondim                | 15 - TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia |
| 6 - AAE de Vilar do Senhor       | 16 - Centro Empresarial Ponte da Pedra        |
| 7 - AAE das Minhoeiras           | 17 - Centro Empresarial AAA                   |
| 8 - AAE do Xisto                 | 18 - Centro Empresarial das Telheiras         |
| 9 - AAE dos Mogos                | 19 - Centro Logístico de Carga Aérea do AIFSC |
| 10 - AAE de Milheirós/ Nogueira  | 20 - Aeródromo Vilar de Luz                   |

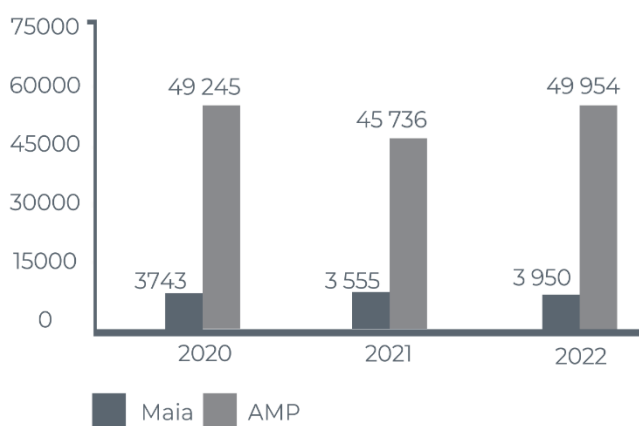


### 1.2.1.2.3 SEGURANÇA

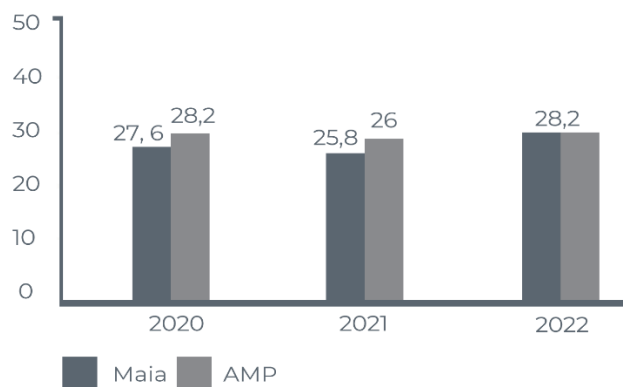
Número de unidades | 2022



#### Nº de Crimes registados



#### Taxa de criminalidade





#### 1.2.1.2.4 MOBILIDADE E TRANSPORTES

##### Infraestruturas | 2022



##### Número de Passageiros por Modo de Transporte (N.º de passageiros)

	2019	2020	2021	2022
Aeroporto Francisco Sá Carneiro	13 105 339	4 432 963	5 846 732	12 637 645
Metro do Porto*: - Linha B - Estádio do Dragão - Póvoa do Varzim - Linha C - Campanhã - ISMAI - Linha E - Estádio do Dragão - Aeroporto	30 580 003	17 381 347	n.d.	n.d.
Metro do Porto*: total validações em estações situadas na Maia				
STCP	69 400	49 200	51 018	66 629
Comboio	23 673	11 647	13 751	15 000



### 1.2.1.2.5 SAÚDE

MAIA 2022

3

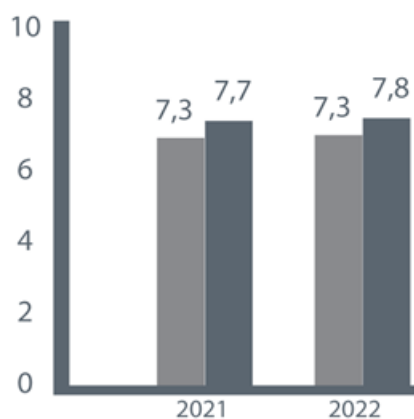
N.º de Estabelecimentos de  
Saúde Primária  
Centros de Saúde

10

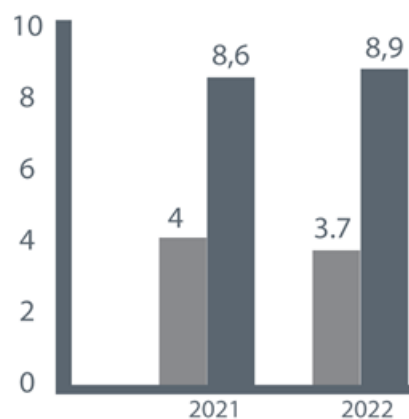
N.º de Estabelecimentos de  
Saúde Primária  
Unidades de Saúde Familiar (USF)

1

N.º de Hospitais Privados



N.º de Médicos  
por 1000 habitantes



N.º de Enfermeiros  
por 1000 habitantes





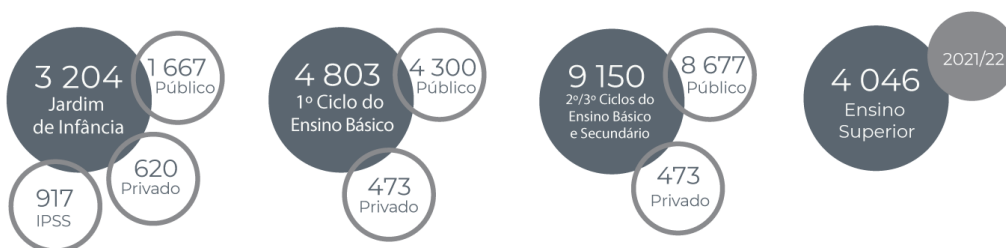


### 1.2.1.2.6 EDUCAÇÃO

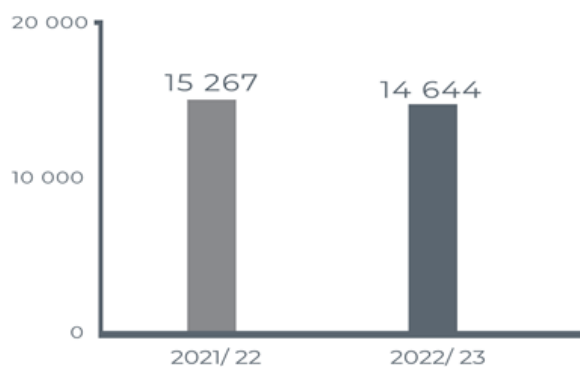
#### Número de Estabelecimentos de Educação 2022/23



#### Número de Alunos nos Estabelecimentos de Educação - 2022/23



#### Total de Alunos no Ensino Público





### Taxa de sobrevivência 2022/23

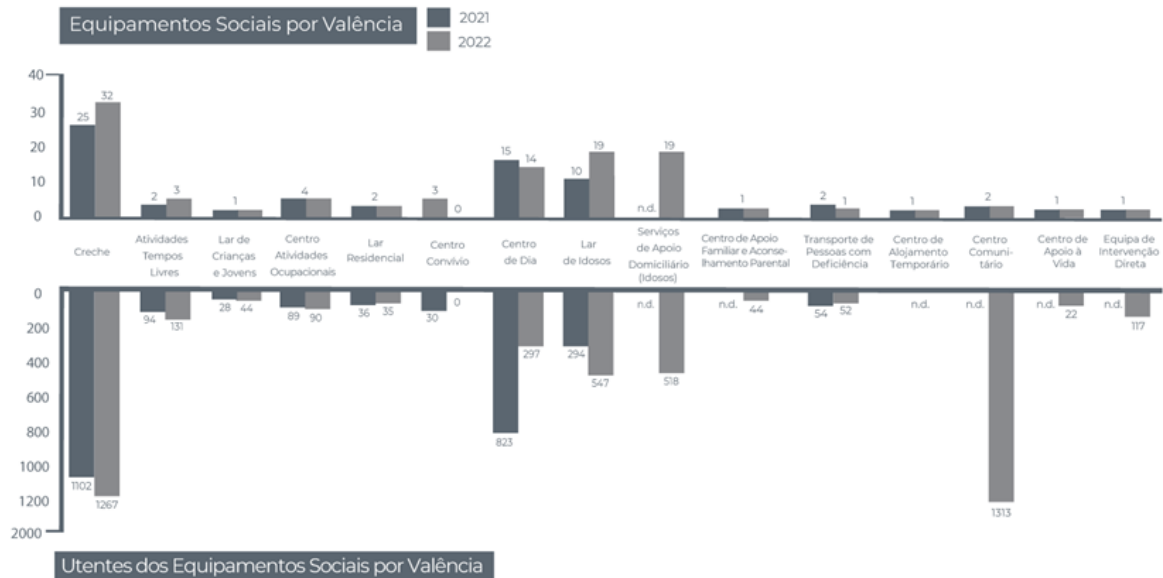
98,72 %

% de alunos a completar  
o ensino primário

90,66 %

% de alunos a completar  
o ensino secundário

#### 1.2.1.2.7 DESENVOLVIMENTO SOCIAL





Beneficiários do RSI, por 1000 habitantes, em idade ativa - 2022

37,39 ‰

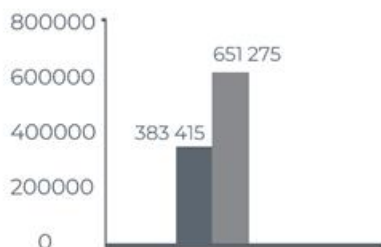
AMP

29,6 ‰

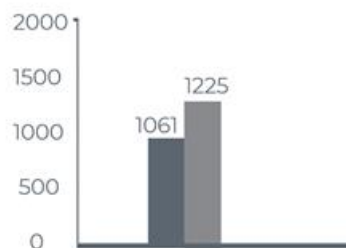
Maia

1.2.1.2.8 CULTURA E TURISMO

N.º de Utilizadores em Eventos Culturais e Turísticos



N.º de Eventos Culturais e Turísticos



Número de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico por 100.000 hab.

1 083 040

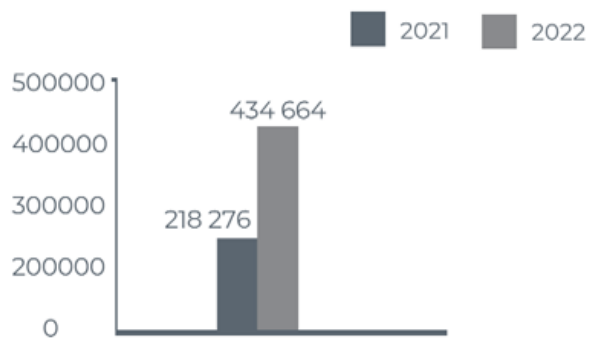
n/d

■ 2021 ■ 2022

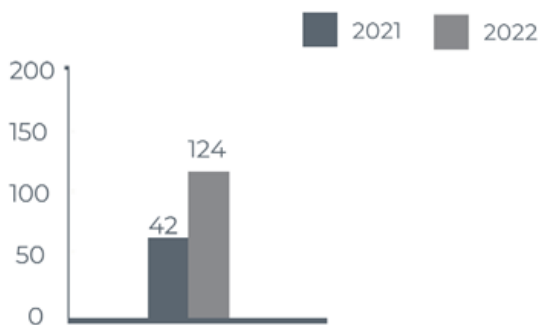


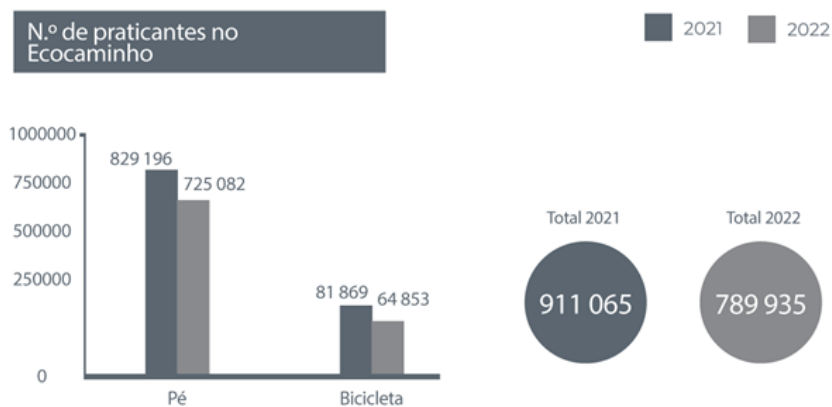
### 1.2.1.2.9 LAZER E DESPORTO

N.º de Praticantes nas Instalações  
Desportivas Municipais

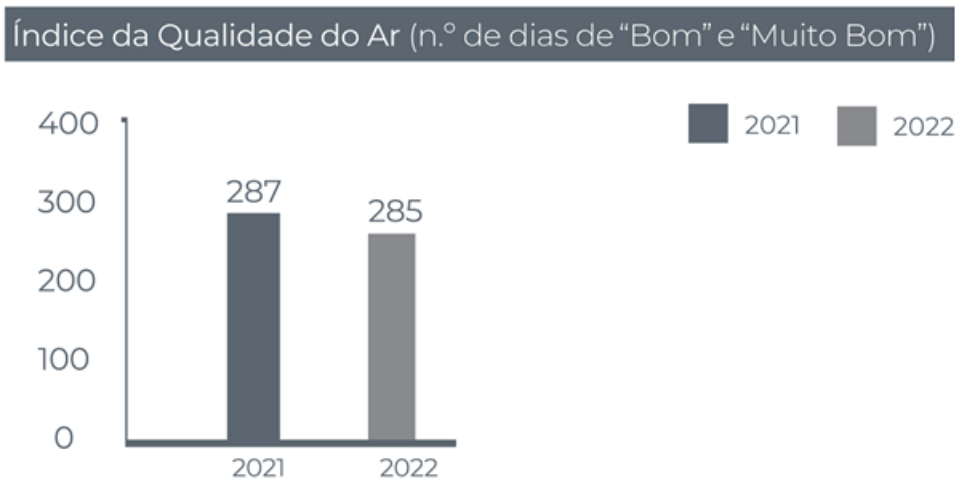


N.º de Eventos Desportivos





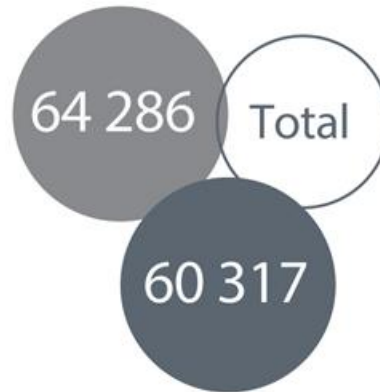
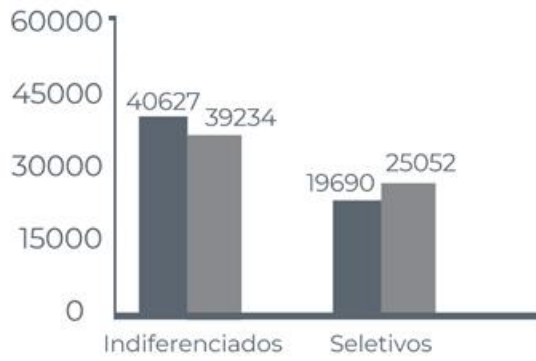
#### 1.2.1.2.10 AMBIENTE





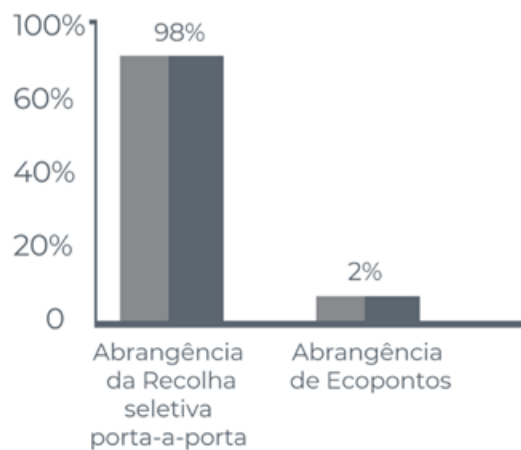
Produção de Resíduos (toneladas)

2021 2022



Recolha Seletiva de Resíduos (% da População)

2021 2022



**1.2.1.2.11 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SERVIÇOS****1.2.1.2.11.1 POSICIONAMENTO FINANCEIRO****Ranking Global dos municípios do Distrito de Porto com melhor pontuação global**

Município	Posição 2022	Posição 2021	Varição
Maia	1.º	1.º	=
Porto	2.º	2.º	=
Santo Tirso	3.º	3.º	=

**Ranking Global dos municípios de grande dimensão**

Município	Posição 2022	Posição 2021	Varição
Sintra	1.º	1.º	=
Santa Maria da Feira	2.º	2.º	=
Amadora	3.º	8.º	↑
Maia	4.º	3.º	↓
Vila Franca de Xira	5.º	10.º	↑
Cascais	6.º	5.º	↓
Porto	7.º	4.º	↓
Leiria	8.º	7.º	↓
Almada	9.º	6.º	↓
Oeiras	10.º	12.º	↑



### 1.2.1.2.11.2 PRINCIPAIS INICIATIVAS DO MUNICÍPIO

#### DESPORTO

- Férias Desportivas (Páscoa e Verão)
- Clube Maia Sénior

#### CULTURA

- Férias Culturais
- Feira do Livro
- Festival Internacional de Teatro Cómico
- Jazz no Parque
- Cinema na Relva

#### TURISMO

- Turismo Sénior
- Feira do Artesanato

#### EDUCAÇÃO

- Atividades de Apoio à Família
- Programa "Maia não Desiste"

#### SAÚDE

- Programa de Saúde Escolar
- Programa de Saúde Sénior 60+

#### AÇÃO SOCIAL

- Tarifário Social de Água
- Programa Municipal de Emergência Social
- Cabaz mensal de alimentos
- Cabaz de Natal

#### AMBIENTE

- Atividades de Educação Ambiental
- Férias Ambientais

#### JUVENTUDE

- Férias Ativas Jovens (Páscoa e Verão)





### 1.2.1.3 DISTINÇÕES MUNICIPAIS



Certificação Integral ISO 9001



Certificação ISO 14001 no Departamento  
de Sustentabilidade Territorial



Prémio ECO XXI



Programa Eco Escolas

SEMANA EUROPEIA  
DA MOBILIDADE

Participação na Semana  
Europeia da Mobilidade



Membro da Rede Global das Cidades  
Amigas das Pessoas Idosas  
(Organização Mundial de Saúde)



VENCEDORES MUNICIPAIS - CONCURSO FINAL  
12.ª EDIÇÃO NO POUPAR ESTÁ O GANHO ?  
Escola Básica de Ferronho, Maia – 3.º ano | "Jornada Financeira"

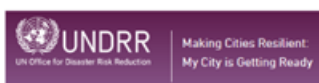


**Pacto de Autarcas**  
para o Clima e Energia

Signatário do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia



Selos de qualidade exemplar da água para consumo humano



UNDRR  
UN Office for Disaster Risk Reduction  
Making Cities Resilient:  
My City is Getting Ready

Making Cities Resilient  
Certificate of Commitment to Disaster Resilience



Selo de Município Amigo da Juventude



Associação Internacional das Cidades Educadoras



Concurso Nacional "Direitos da Criança em Cidadania e Igualdade"

Escalão 1

1.º Prémio – Trabalho n.º 9, com um total de 286 pontos, realizado pelo alunos do 4.º A, da EB1 JI de Crestins do Agrupamento de Escolas Dr. Vieira de Carvalho, na Maia, orientados pela professora Mariana da Conceição da Costa Mendes;

2.º Prémio - Trabalho n.º 11, com um total de 240 pontos, realizado pelo alunos do 3.º D, da Escola Básica de 1.º CEB / JI de Enxurreiras do Agrupamento de Escolas de Pedrouços, na Maia, orientados pela professora Joana Rita Rosendo Dias Moreira.



Intervenção Social Sénior

2.º Prémio no Programa de Reconhecimento de Intervenção Social Sénior 2022



## 1.2.2 ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Os resultados apresentados no capítulo anterior, retirados de fontes independentes, traduzem o caminho percorrido pelo Município em matéria de políticas públicas de desenvolvimento e de bem-estar das famílias e das empresas nele residentes, e assentam nas seguintes orientações estratégicas:



## 1.2.3 RISCOS

No campo internacional, o ano 2023 trouxe um agravamento das tensões geopolíticas, com o regresso do antigo conflito entre Israel e o Hamas no Médio Oriente a juntar-se à guerra que eclodiu na Ucrânia em fevereiro de 2022 com a invasão russa. Duas frentes que preocupam não só pelas consequências diretas nas populações dos territórios em questão, mas também na economia global: ainda na ressaca da subida a pique da inflação em 2022, a política monetária continua no foco de muitos dos decisores políticos, nomeadamente o arranque e o ritmo das descidas das taxas de juro pelos principais bancos centrais, decisões essas que também irão afetar uma economia mundial em franca desaceleração.

Daqui tem resultado o encarecimento (e escassez) persistente no fornecimento de alguns bens e serviços, a que soma a incerteza associada à evolução futura do mercado energético (gás natural,



eletricidade e petróleo), a inevitável perda de salários reais e o aumento do custo dos financiamentos percecionado pelos agentes económicos,

O exercício de 2023 caracterizou-se assim por medidas de normalização da política monetária, um aumento dos juros e inerentemente do serviço da dívida pública, com impacto incontornável nas contas municipais – quer porque é diretamente afetado por estas, quer porque sujeita a uma maior pressão os apoios a conceder às famílias, IPSS e empresas.

Neste enquadramento, com todos os impactos negativos associados, quer em termos económicos quer sociais, a gestão de riscos reafirmou o papel relevante do Município da Maia como agente ativo nas políticas públicas relacionadas com a mitigação dos diferentes efeitos desta situação.

O Município encontra-se assim, exposto a um conjunto de riscos de diversa natureza, e para os quais se encontram desenvolvidas políticas públicas por forma a responder adequadamente a esses mesmos riscos. Os principais riscos identificados podem ser categorizados em 5 grupos, a saber:

- Riscos ambientais – mitigados pelas políticas municipais que têm em vista a descarbonização e o incentivo à mobilidade com baixo teor em carbono ;
- Riscos sociais – mitigados pelas políticas municipais de promoção do emprego e apoio social às empresas e às famílias;
- Riscos financeiros – mitigados pelas políticas municipais focadas na diminuição da dívida, na sustentabilidade financeira através de receitas próprias e na gestão eficaz e eficiente dos recursos;
- Riscos de *compliance* – mitigados através das medidas desenvolvidas pela organização, tendo em vista assegurar o cumprimento integral das leis e regulamentos aplicáveis, bem como o comportamento ético e sustentável das medidas ao nível da contratualização com terceiros;
- Cyber-riscos – mitigados a partir de ações de segurança interna dos sistemas de informação, com proteção atualizada de forma a minimizar as vulnerabilidades dos sistemas informáticos utilizados.

O desenvolvimento sintético das ações desenvolvidas pelo Município da Maia para mitigar estes riscos, a par da avaliação preditiva do comportamento dos mesmos no tempo, é efetuado nos pontos seguintes.



### 1.2.3.1 RISCOS AMBIENTAIS

Sob a visão de tornar-se o primeiro território nacional com um balanço neutro em termos carbónicos, o Município da Maia empreende um conjunto de ações que têm em vista dar cumprimento a 6 objetivos, a saber: i) sensibilizar, ii) atrair, iii) envolver, iv) promover, v) testar e vi) replicar.

Os objetivos gerais, traçados pelo Município para alcançar um balanço neutro em termos carbónicos, são os seguintes:

- Reforçar a associação da imagem do Município à inovação, sustentabilidade, inclusão e resiliência, com vista a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e das comunidades;
- Fomentar a descarbonização da cidade através da implementação de soluções tecnológicas e ações imateriais que aumentem a eficiência e reduzam o consumo de energia, água e outras matérias, bem como reduzir o consumo e a produção de resíduos e desperdício;
- Fomentar a demonstração e teste de soluções tecnológicas integradas, em contexto real, que tenham potencial comprovado para serem escaladas para a cidade como um todo, com possibilidade de replicabilidade em qualquer cidade nacional e/ou internacional;
- Sensibilizar a população para os benefícios da adoção de comportamentos sustentáveis e apropriação tecnológica, através do desenvolvimento de ações didáticas em registo pedagógico com as escolas, comunidades, instituições e empresas;
- Promover a cidadania ativa, por via de um estímulo à participação dos cidadãos na vida das comunidades onde vivem e trabalham;
- Promover um ambiente urbano sustentável e descarbonizado;
- Envolver na ação, ativamente, o universo dos colaboradores do município fazendo dessa expressiva massa humana o primeiro fator de disseminação na comunidade local.

As ações desenvolvidas para atingir tais objetivos assentam em distintos projetos de cariz inovador e natureza transversal, assentes em áreas chave de trabalho, que se podem descrever, em síntese, da forma seguinte:

- Transição Energética – com ações ao nível da iluminação eficiente e inteligente, da criação do Maia Smart Lab que pretende converter o edifício existente do Parque Central num laboratório para a realização de ações de sensibilização e participação social, da instalação de produção descentralizada de energia, por recurso ao fotovoltaico e ao solar térmico, da instalação de sistemas inteligentes de gestão e armazenamento de energia, da implementação de sistemas de monitorização e controlo de consumos energéticos, e



mais recentemente da participação em ações voltadas para o desenvolvimento da produção descentralizada de energia e soluções inovadoras nos domínios das comunidades de energia, também no contexto de novos projetos, contando com a ação concertada com a AdEPorto - Agência de Energia do Porto.

- Economia Circular e Ambiente – com o desenvolvimento do sistema “*Pay-As-You-Throw*” (PAYT), lançado sob a designação de R+P- - Recicle mais e Pague menos, desenvolvidos pela empresa municipal Maiambiente, da estratégia de disseminação das coberturas verdes, da experimentação de sistemas de compostagem comunitária, do alargamento da oferta de hortas sociais, de ações para a gestão eficiente da água de rega, da disseminação do conceito de permacultura e instalação de sensores para monitorização da qualidade do ar e mais recentemente de ideias de desenvolvimento de projetos com atores chave locais para aproveitar sinergias industriais, procurando aproveitar os resíduos produzidos enquanto matéria prima de outros processos produtivos e/ou para a produção de energia.
- Mobilidade – com investimentos infraestruturais para a utilização dos modos suaves e promoção do transporte coletivo, como fatores chave para uma mobilidade sustentável mas também com a implantação de sistemas de gestão de tráfego e estacionamento inteligente, assim como a instalação do e-HUB e a substituição da frota municipal por veículos movidos a combustíveis alternativos aos combustíveis fósseis, atividades que pretendem catapultar a transição para a mobilidade elétrica.
- Sensibilização e Participação Social – privilegiando processos de cocriação, desde a fase de reflexão prospetiva sobre a visão de cidade a 2050, desenvolvido com um vasto conjunto de entidades do ecossistema local e regional, até às fases de projeto, ainda mais próximas dos cidadãos, com exercícios de envolvimento ativo dos moradores dos Blocos 41 a 47 dos Jardins do Sobreiro, facilitados pela empresa Espaço Municipal EM, num exercício de reflexão em torno dos pontos fortes e principais desafios do processo de reabilitação em curso, com vista à criação de um espaço urbano mais inclusivo e aberto a toda a comunidade.
- Monitorização e Avaliação dos Resultados – com a implementação elementos de sensorização e sistemas de monitorização inteligente, assim como da análise de viabilidade e sustentabilidade dos resultados, tendo em perspetiva o seu potencial de escalabilidade.

As medidas identificadas, integram-se em vários projetos e, muito particularmente, em projetos inovadores e multisectoriais, tais como o BaZe – Living Lab Maia e o SPARCS – Sustainable Energy Positive and Zero Carbon Communities. Estas experiências de inovação, que carrearam e carregam



inúmeros desafios, têm sido determinantes para abrir portas ao envolvimento do município noutros projetos e novas oportunidades para o estabelecimento de parcerias no contexto da inovação e desenvolvimento. Exemplos disso constituem os projetos do Horizonte Europa, complementares aos primeiros, como são o caso do OMEGA-X - Orchestrating an interoperable sovereign federated Multi-vector Energy data space built on open standards and ready for Gaia-X e o EHHUR - Eyes, Hearts, Hands Urban Revolution e, muito recentemente, o envolvimento que o município na Rede de Cidades pela Neutralidade Climática.

O denominador comum que tem norteado a decisão de envolvimento nestes projetos tem sido o alinhamento dos mesmos com os objetivos de desenvolvimento sustentável e, particularmente, com os objetivos 11. Cidades e comunidades sustentáveis, 13. Ação Climática, 7. Energias renováveis e acessíveis, 9. Indústria, Inovação e Infraestruturas, que permitirão melhorar os padrões de desempenho ambiental, fundamentais para a sustentabilidade e para o bem-estar e qualidade de vida dos maiairos.

### **1.2.3.2 RISCOS SOCIAIS**

Perante este cenário de encarecimento generalizado dos preços dos bens e serviços, permanecem um conjunto de medidas promovidas para mitigar o risco de uma degradação das condições sociais, em virtude dos efeitos negativos nos rendimentos das empresas, das pessoas e das famílias:

- Manutenção do Programa Municipal de Emergência Social, com vista ao apoio do pagamento de rendas habitacionais e da aquisição de medicamentos por parte dos munícipes elegíveis para o apoio de tal fundo.
- Apoio às famílias ucranianas acolhidas no concelho da Maia, no âmbito da Missão Sorrisos de Esperança, em estreita colaboração com o Serviço Local de Ação Social da Maia do Instituto de Segurança Social, IP.
- No âmbito da educação, foram também adotadas medidas complementares de apoio às famílias, mediante a criação de uma escalão C, no que se refere aos apoios às crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar e alunos das escolas do 1º ciclo do ensino básico, da rede pública, que têm sido, ao longo da sua vigência temporal, fundamentais na promoção da igualdade no acesso e no sucesso escolar, nomeadamente os que se destinam a ajudar as famílias nas vertentes de refeição escolar, material escolar e manuais de apoio, serviço de acolhimento e prolongamento na componente de apoio à família e atividades de animação e apoio à família, assim como nos programas municipais desenvolvidos nas interrupções letivas e férias escolares.



Deste modo, ainda que os contornos das medidas de ação social escolar estejam claramente definidos na legislação em vigor, sendo indexados apenas às crianças e alunos posicionados nos escalões 1 e 2, para efeitos de abono de família, verificando-se que o atual contexto em que vivemos, fortemente condicionado pela situação económica mundial, apresenta indicadores sociais preocupantes, o Município decidiu criar um escalão C, alvo apenas de comparticipação municipal, num apoio direto às famílias no que respeita à refeição escolar (pré-escolar e 1º ciclo), manuais de apoio, material escolar e visitas de estudo e no acolhimento e prolongamento, no âmbito da componente de apoio à família (1º ciclo), abrangendo os agregados familiares em que os seus educandos estão posicionados no escalão 3, para efeitos de abono de família.

- No âmbito do transporte escolar, a autarquia redefiniu, desde 2012, os critérios de análise das candidaturas, atribuindo o apoio a alunos que, pela aplicação da legislação vigente, não teriam direito ao mesmo, nomeadamente aos alunos posicionados nos escalões 1 e 2 para efeitos de atribuição de abono de família, diminuindo a distancia do percurso entre a residência e o estabelecimento escolar.

Entendeu o Município da Maia estender o apoio aos alunos do ensino secundário concedendo-lhes o passe escolar, considerando que estando este ciclo e estudos inserido no Regime de Escolaridade Obrigatória devem, também estes alunos, beneficiar dos apoios previstos para os alunos do ensino básico, entre outras condições de exceção passíveis de consulta no Plano de Transporte Escolar – Ano letivo 2022/2023 e 2023/2024.

- Acresce também na área da educação, manutenção da iniciativa “Fique em casa, leia um livro”, através da qual a Biblioteca Municipal da Maia entrega livros ao domicílio a leitores residentes no concelho da Maia, mais orientada para pessoas com mobilidade reduzida.

### 1.2.3.3 RISCOS FINANCEIROS

O Município da Maia encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam das atividades desenvolvidas, entre os quais se destacam o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o risco de liquidez.

– Risco de taxa de juro – associado às flutuações das taxas de juro aplicáveis aos financiamentos do Município. No exercício de 2023 a subida das taxas de juro tornou-se uma realidade originando um aumento expressivo dos juros e inerentemente do serviço da dívida pública, a que o Município não pode alhear-se. Todavia, de acordo com as previsões económicas, as taxas Euribor já terão atingido seu o pico em 2023, ainda que abaixo dos recordes de 2008, e deverão recuar ao longo de 2024, aliviando um pouco o esforço de quem paga crédito ao banco





– A existência de ativos e passivos financeiros com taxas de juro fixas e variáveis contratualizadas, resulta na exposição da entidade às flutuações das taxas de juro, com impacto em resultados. No caso das taxas fixas, esta exposição está associada a alterações no justo valor dos ativos e passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade. No caso das taxas variáveis, as flutuações nas taxas de juro têm impacto direto no valor dos juros, com impacto direto nas variações de caixa e seus equivalentes. A exposição ao risco de taxa de juro é analisada e monitorizada de forma contínua pelo Departamento de Finanças e Património e a gestão do risco visa reduzir a um nível aceitavelmente baixo a volatilidade dos encargos com juros.

- Risco de crédito – associado à gestão do crédito a receber de clientes. O Município está exposto ao risco de crédito, sendo previsível que a instabilidade económica a nível mundial se traduza numa tendência negativa a este nível, podendo acarretar dificuldade futura no cumprimento das obrigações por parte dos clientes, quanto aos valores a receber pelo Município. Não obstante, os mecanismos existentes, relacionados com o processo de execução fiscal, permitem minimizar o risco e assegurar, dentro do possível, a arrecadação da receita relacionada.
- Risco de liquidez – este risco está relacionado com insuficiências pontuais de tesouraria que possam existir em resultado da gestão de tesouraria. Esta gestão tem mantido meios financeiros líquidos suficientes e adequado, por forma a permitir uma avaliação do risco para um nível muito baixo. O Município detém um conjunto significativo de meios financeiros líquidos disponíveis, que resultam de excedentes sucessivos de saldos de gerência, acompanhados por uma estratégia de diminuição de dívida financeira ao longo dos últimos anos. O Departamento de Finanças e Património monitoriza em processo contínuo, a evolução da tesouraria do Município, por forma a garantir que se encontra assegurada a liquidez necessária para fazer face às necessidades. O cumprimento integral do que se encontra previsto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, também designada por Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) mitiga, *per se*, através da gestão dos fundos disponíveis, e em conjugação com uma gestão eficiente, eficaz e efetiva dos recursos, o risco de liquidez.
- Risco da taxa de inflação – este risco relaciona-se com as variações dos preços dos bens e serviços no mercado num determinado período de tempo, e com o consequente impacto no poder de compra. Sendo expectável flutuações da taxa de inflação originadas por um conjunto de fatores temporários relacionados com a crise pandémica, expectável também seria que esses mesmos fatores não afetassem a dinâmica da inflação a médio e longo prazo. Porém, a alteração geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia e o regresso do antigo conflito na Faixa de Gaza, veio agravar significativamente as previsões para a inflação, obrigando o Banco Central Europeu a rever as suas projeções, e a



consequente e inerente redução do ritmo de expansão económica. Em comunicado do Banco de Portugal sobre o Boletim Económico de dezembro de 2023, regista-se que a inflação deverá prosseguir a trajetória descendente, reduzindo-se de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024 e para 2% até ao final do horizonte de projeção. Esta diminuição reflete os efeitos desfasados da redução de custos de produção e das decisões de política monetária do Banco Central Europeu.

Este cenário, caracterizado por grande pressão económica e incerteza devido às tensões geopolíticas causadas pelos conflitos a nível mundial, exigirá ao Município atenção redobrada na despesa pública, pautando a sua ação por um incremento, quer do controlo das despesas correntes, quer de políticas estratégicas de investimento público.

#### 1.2.3.4 RISCOS DE COMPLIANCE

O Município da Maia encontra-se sujeito a um enquadramento legal específico dos Municípios e que é escrutinado por várias entidades, entre as quais a Direção-Geral das Autarquias Locais, a Inspeção-Geral de Finanças e o Tribunal de Contas. Os riscos de *compliance* legal e fiscal, está diretamente relacionado com as sucessivas alterações legislativas aos vários níveis, acompanhadas com dificuldades de interpretação legal aos mais diferentes níveis. Os riscos de *compliance* são transversais às diferentes unidades orgânicas municipais e estão relacionados, entre outros, com as seguintes atividades desenvolvidas:

- Contratação de bens, serviços e empreitadas com a obrigatoriedade da aplicação das regras previstas no Código dos Contratos Públicos (CCP) – onde existe risco de *compliance* agudizado com as sucessivas alterações e diferentes interpretações do CCP. O Município implementou a procedimentação da contratação pública através de um conjunto de suportes documentais (Guia, Procedimentos Internos, Instruções de Trabalho, Impressos) abrangidos pelo Sistema de Gestão da Qualidade, além do regular acompanhamento jurídico, por forma a minimizar este risco;
- Licenciamento de obras – onde o risco está associado à aplicação da legislação e dos regulamentos aplicáveis. O Município mitiga o risco de *compliance* através de processos adequadamente desenhados e testados, com o envolvimento dos serviços jurídicos, quando necessário;
- Aplicação de taxas – relacionadas com as diferentes contraprestações no âmbito dos regulamentos aplicáveis. Os processos de reclamação e/ou ações interpostas são conduzidas pelos serviços jurídicos, existindo procedimentos para assegurar o



cumprimento dos prazos em conformidade com o que se encontra previsto legalmente, salvaguardando-se em todo o caso o interesse público;

- Aplicação de normas e regulamentos – com diferentes riscos de *compliance* associados, que podem ser subdivididos em dois grupos: i) os relacionados com o incumprimento dos agentes económicos, aos quais incumbe ao município o processo de fiscalização e ii) os relacionados com as normas específicas aplicáveis diretamente ao Município, entre as quais se apresentam como relevantes, as que se relacionam com o processo de descentralização de competências nas áreas da educação, saúde e ação social, e a que se relaciona com a garantia de privacidade dos dados, no cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). O Município mitiga estes riscos com a contínua formação dos recursos humanos envolvidos nos diferentes processos e com o apoio de entidades externas acreditadas para o efeito. De igual forma, o risco é mitigado através da existência de um Encarregado de Proteção de Dados (DPO), e da linha do processo de auditoria, que atua como linha de defesa, assegurando o cumprimento das normas e regulamentos;
- O risco de *compliance* está associado a perdas resultantes do incumprimento da legislação vigente, seja ela fiscal, laboral, administrativa, civil ou outra, acarretando sanções, indemnizações ou acordos. O acompanhamento transversal dos diferentes processos pela Divisão dos Assuntos Jurídicos e do Contencioso, e em alguns casos, por juristas externos, mitiga o risco por forma a adequá-lo à atividade municipal desenvolvida.

### 1.2.3.5 CYBER RISCOS

A crescente sofisticação e integração tecnológicas, a par da utilização massiva da internet, da utilização dos sistemas em *cloud* e das ligações ao Município, por parte do exterior, acarretam riscos de cibersegurança cada vez mais relevantes, com possível perda financeira, operacional e reputacional, materializada pela exploração de vulnerabilidades próprias dos sistemas de informação.

O Município mitiga estes riscos através da contínua melhoria da segurança dos sistemas internos, da monitorização constante da segurança da infraestrutura do Município, do controlo apertado de acessos, da atualização constante dos sistemas operativos e do *software* utilizado, a par da configuração adequada de *firewalls* que permitem limitar os acessos. A par destas medidas, o Município promove ações de formação junto dos utilizadores, por forma a fomentar uma cultura de responsabilização pelas ações que poderão despoletar os efeitos de *malware* proveniente de ataques ao sistema.



A reforçar a mitigação destes riscos existe ainda uma consultoria para assegurar o cumprimento do Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho - Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e define as obrigações em matéria de certificação da cibersegurança em execução do Regulamento (UE) 2019/881 do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2019.



# ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS





# ANÁLISE ORÇAMENTAL







O capítulo em presença é dedicado à dinâmica financeira do município e à capacidade demonstrada para executar o orçamento proposto, apresentando-se, de seguida, uma breve comparação entre orçamento inicial, o final e o executado. À semelhança de exercícios anteriores, apresentam-se também comparativamente os níveis de execução do ano em apreço, reportando-se a taxa de execução da receita às receitas cobradas líquidas (de reembolsos e restituições) e a da despesa às obrigações efetivamente pagas bem como à despesa realizada.

Em matéria de desempenho orçamental, os conceitos de Despesa e Receita Efetiva (Corrente e de Capital) e Não Efetiva, cuja adoção remonta à entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilísticas para as Administrações Públicas (SNC-AP), permanecem em uso facilitando a comparação com exercícios anteriores.

Ao nível das taxas de execução, permanecem os critérios alinhados com os que foram adotados em exercícios anteriores, em que a taxa de execução da receita reporta a receitas cobradas líquidas de reembolsos e restituições e, por sua vez, a da despesa a obrigações efetivamente pagas.

Na estrutura orçamental, o agregado da Receita (Efetiva e Não Efetiva) conjuntamente com o saldo da gerência anterior, suportam a Despesa (Efetiva e Não Efetiva), respeitando o princípio do equilíbrio orçamental.

Tal como no exercício anterior, ressalva-se que a análise das demonstrações orçamentais deverá considerar que os quadros inclusos no presente relatório, ainda que trabalhados a partir dos balancetes gerados pela aplicação de contabilidade (em que os saldos se encontram valorados ao cêntimo do euro), se apresentam, por simplificação na sua leitura, arredondados à unidade (euro).



## 1.3.1.1 ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL E EXECUÇÃO

Quadro 3

	Previsão			Execução	
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Taxa de Execução %
	(a)	(b)	(b)-(a)	(c)	(c)/(b)*100
<b>Saldo da gerência anterior</b>	<b>0</b>	<b>49.051.695</b>	<b>49.051.695</b>	<b>49.051.695</b>	<b>100,0%</b>
<b>Receita Efetiva</b>	<b>132.386.190</b>	<b>98.210.280</b>	<b>-34.175.910</b>	<b>106.106.083</b>	<b>108,0%</b>
Receitas Correntes	88.765.824	89.449.709	683.885	97.667.233	109,2%
Receitas de Capital	43.620.266	8.760.472	-34.859.794	7.897.896	90,2%
Outras Receitas	100	100	0	540.954	540953,9%
<b>Receita Não Efetiva</b>	<b>385.730</b>	<b>385.730</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Ativos Financeiros	105	105	0	0	0,0%
Passivos Financeiros	385.625	385.625	0	0	0,0%
<b>Total da Receita</b>	<b>132.771.920</b>	<b>147.647.706</b>	<b>14.875.786</b>	<b>155.157.778</b>	<b>105,1%</b>
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>129.619.915</b>	<b>144.400.909</b>	<b>14.780.994</b>	<b>101.125.880</b>	<b>70,0%</b>
Despesas Correntes	85.508.661	90.667.309	5.158.648	74.347.524	82,0%
Despesas de Capital	44.111.254	53.733.600	9.622.346	26.778.356	49,8%
<b>Despesa Não Efetiva</b>	<b>3.152.005</b>	<b>3.246.797</b>	<b>94.792</b>	<b>3.087.930</b>	<b>95,1%</b>
Ativos Financeiros	1.290.000	1.400.000	110.000	1.300.000	92,9%
Passivos Financeiros	1.862.005	1.846.797	-15.208	1.787.930	96,8%
<b>Total da Despesa</b>	<b>132.771.920</b>	<b>147.647.706</b>	<b>14.875.786</b>	<b>104.213.810</b>	<b>70,6%</b>

Un: Euro

O Orçamento municipal, inicialmente aprovado pelo valor de 132.771.920 €, foi objeto de alterações ao longo de 2023, somando na versão final do exercício 147.647.706 € evidenciando, assim, um aumento da sua dotação global, no montante de (+) 14.875.786 €, o equivalente a cerca de (+) 11%.

A previsão inicial da receita efetiva ascendia a 132.386.190 €, suportando assim uma despesa efetiva prevista de 129.619.915 €, por sua vez, a receita não efetiva (apenas ativos e passivos financeiros) estimou-se em 385.730 €, para uma despesa de idêntica natureza quantificada em 3.152.005 €.

Focando a presente análise primeiramente nas despesas/ receitas efetivas, previu-se inicialmente que a receita corrente pudesse ascender a 88.765.824 € tendo correspondência para despesa de semelhante natureza no valor de 85.508.661 €. Em simultâneo, a receita de capital estimada em 43.620.266 € revela-se insuficiente para fazer face à despesa de capital prevista de 44.111.254 €. Daqui se infere que será, numa estimativa orçamental inicial, a receita corrente a financiar parte das



despesas de investimento, previsão de financiamento que corresponde ao que sucedeu em exercícios anteriores e que se afigura também alinhada com a execução do exercício.

Aprovado o orçamento inicial nestes termos, efetuaram-se no decurso do exercício quarenta e quatro alterações ao orçamento, das quais apenas quarentas e três tiveram impacto no valor global do documento (uma delas teve como único objetivo a correção das fontes de financiamento). No seu conjunto, resultaram aumentos e diminuições que se compensam parcialmente entre si e que determinaram um acréscimo global às dotações iniciais de (+) 14.875.786 €.

No seio da despesa, as alterações orçamentais causaram as variações que se apresentam de seguida:

#### Quadro 4

Impacto no Orçamento da Despesa 2023				
		Despesa Corrente	Despesa de Capital	Despesa Não Efetiva
Plano Plurianual de Investimentos - PPI	<b>9 717 138</b>		9 622 346	94 792
Plano de Atividades Mais Relevantes - PAM	<b>5 158 648</b>	5 158 648		
<b>Total</b>	<b>14 875 786</b>	<b>5 158 648</b>	<b>9 622 346</b>	<b>94 792</b>

Un:Euro

Orientando a análise para os desvios introduzidos ao orçamento inicial, conclui-se que, à exceção da Receita Não Efetiva que não registou qualquer alteração (mantendo os valores iniciais iguais aos finais), todas as demais componentes do orçamento sofreram ajustes no exercício.

Na **Receita Efetiva**, as componentes Corrente e Capital evidenciaram variações de sinal contrário: um desvio de (+) 683.885 € na receita corrente, o que a posiciona com uma dotação final de 89.449.709 €, e um desvio de (-) 34.859.794 € na receita de capital, o que remete para uma dotação final de 8.760.472€. Já ao nível da **Despesa Efetiva**, ambas as componentes apresentam variações positivas, com a despesa corrente a registar um aumento de (+) 5.158.648 €, ascendendo a sua dotação final a 90.667.309 €, e a despesa de capital de (+) 9.622.346 € em relação ao valor inicial, conduzindo a sua dotação final para 53.733.600 €.

Por fim, dentro da **Despesa Não Efetiva**, registaram-se variações de sinal oposto: enquanto a componente dos Ativos financeiros assinalou uma variação de (+) 110.000 €, totalizando a sua dotação final 1.400.000 €, os Passivos Financeiros registaram um desvio (-) 15.208 €, determinando assim uma dotação final de (+) 1.846.797 €.



Gráfico 6

Orçamento da Receita - Desvios  
Ano 2023

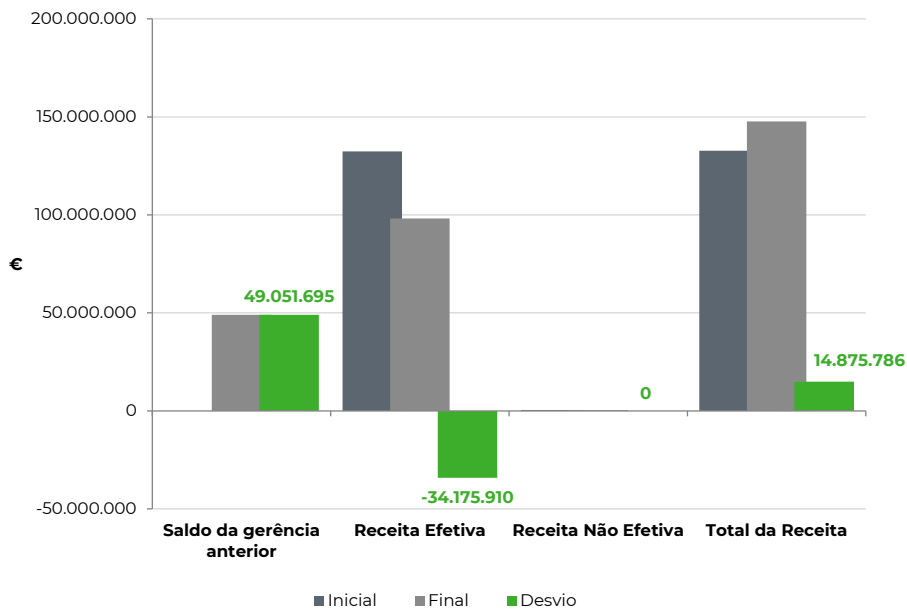
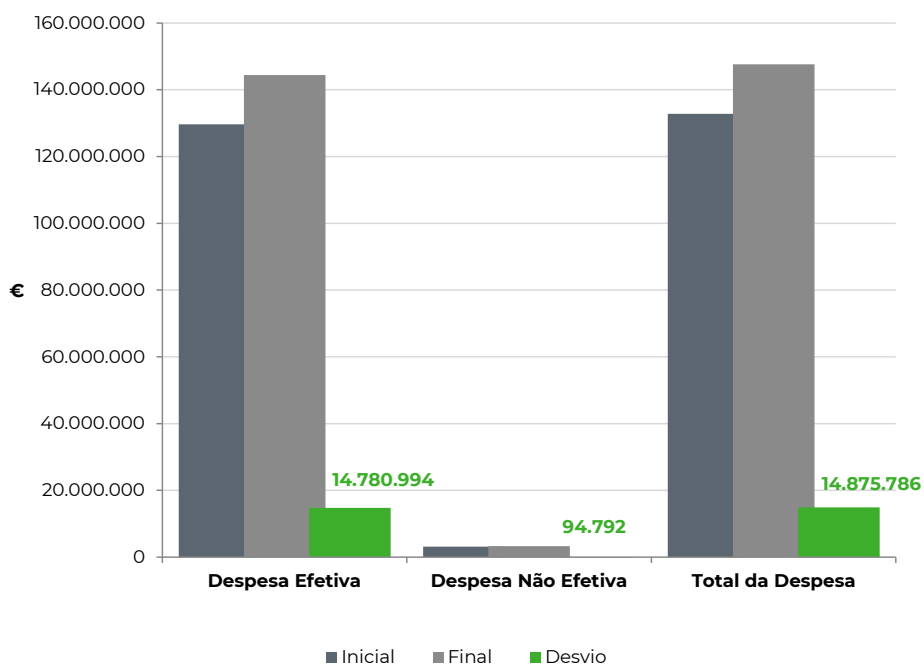


Gráfico 7

Orçamento da Despesa - Desvios  
Ano 2023

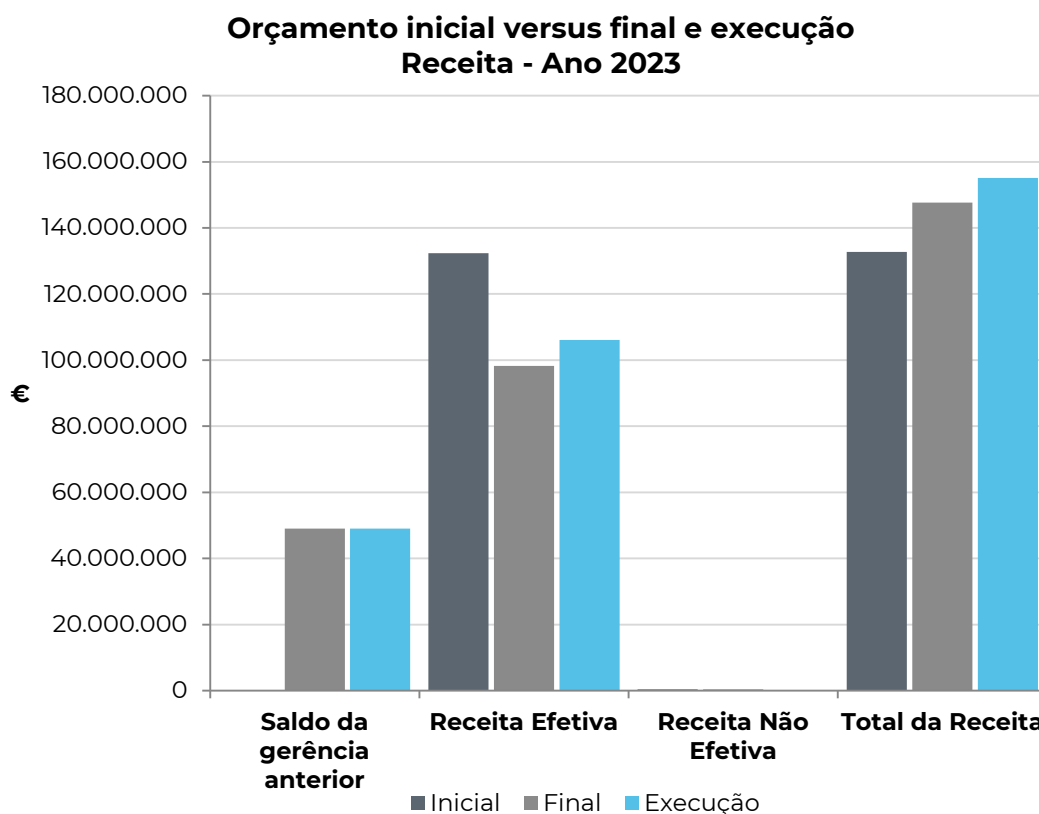




Ao nível da **execução orçamental**, foi arrecadada Receita Efetiva que excede o valor inscrito no orçamento final, tendo sido executado 108% do valor previsto, verificando-se ainda distintos contributos das duas componentes, corrente e capital, cuja execução atingiu respetivamente 109,2 % e 90,2%.

Relativamente à Receita Não Efetiva, não se verificou qualquer execução, dada a inexistência de empréstimos e alienação de ativos financeiros no período em análise.

Gráfico 8



Orientando a análise da execução para a despesa, verifica-se que ao nível das Despesas Efetivas, a taxa de execução das despesas correntes se cifrou em 82% e a das despesas de capital aproximadamente de 50%, concluindo-se ainda que são as despesas correntes que mais concorrem para a execução orçamental (contribuindo para aproximadamente três quartos dos pagamentos realizados no exercício).

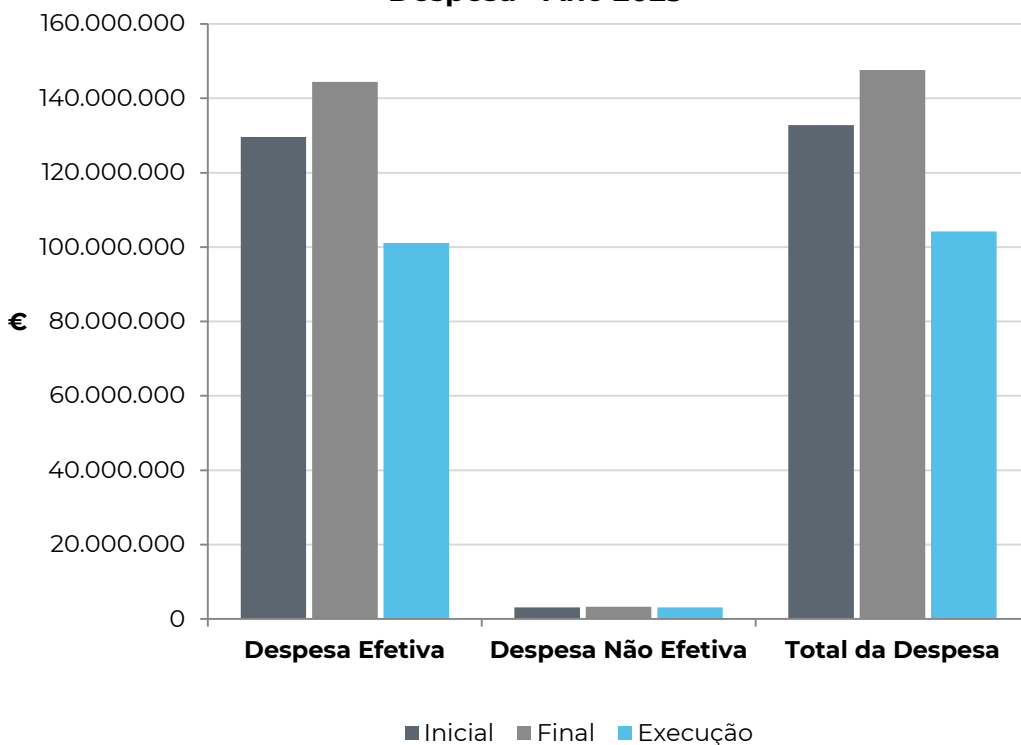


No agregado das Despesas Não Efetivas, registam-se execuções nas componentes dos Ativos e Passivos financeiros respetivamente de cerca de 93% e 97%.

Refira-se ainda que, perante a dotação final orçada, o total da despesa executada ascende a 104.213.810€ e o total da receita a 155.157.778 €, o que se traduz em taxas de execução na ordem dos 71% e 105%, respetivamente.

Gráfico 9

**Orçamento inicial versus final e execução  
Despesa - Ano 2023**



A condição de equilíbrio orçamental prevista no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - n.º 1 e 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cuja redação permanece atual, prescreve que “os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas” e, mais ainda, que “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

O cumprimento desta regra – suspenso em 2022 e retomado em 2023 - deve ser garantido quer no momento da elaboração do orçamento, quer aquando das respetivas modificações, quer ainda



durante a execução orçamental, tendo em vista por um lado a contenção do défice orçamental e, por outro, a formação de poupança corrente com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

Assim, sem prejuízo de que mais adiante neste relatório se dedique um subcapítulo específico à questão do equilíbrio orçamental ( 1.3.3.PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL) sempre se anota desde já que o cumprimento desta regra foi acautelado nas diferentes fases do ciclo orçamental.

## 1.3.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

### 1.3.2.1 PERMUTATIVAS E MODIFICATIVAS

As alterações orçamentais encontram-se, desde o início de vigência do SNC-AP, regulamentadas na Norma de Contabilidade Pública (NCP) n.º 26 e no ponto 8.3.1 (não revogado) do normativo que vigorou anteriormente, o POCAL (Plano de Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais).

Deste modo, os conceitos de alteração orçamental modificativa (aproximado do anterior conceito de *revisão*) e alteração orçamental permutativa (anterior conceito de *alteração*) introduzidos pela NCP-26 do SNC-AP, carecem de reconciliação, respetivamente, com os conceitos de revisão e alteração orçamentais previstos no ponto 8.3.1 do POCAL.

As alterações orçamentais materializam, genericamente, o ajustamento dos valores inicialmente orçados, por via do reforço e/ou anulação das respetivas dotações, às dinâmicas específicas de cada exercício económico. Em 2023, impôs-se a realização de trinta e seis Alterações Permutativas e sete Modificativas (Revisões), conforme quadro resumo que se insere seguidamente.

**Quadro 5**

NATUREZA DAS ALTERAÇÕES		
ANO 2023		
	Permutativas	Modificativas
Orçamento da Despesa	36	7
Plano Plurianual de Investimentos	31	6
Plano de Atividades Mais Relevantes	36	7
Orçamento da Receita	0	7

Un: Número

Prossegue o presente relatório com a análise do comportamento das respetivas dotações orçamentais ao longo do ano 2023, em resultado dos consecutivos ajustamentos das previsões iniciais às realizações, estruturada pelos diferentes capítulos económicos da despesa e da receita autárquica.



## 1.3.2.1.1 ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Quadro 6

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
ANO DE 2023								
	Dotação Inicial		Permutativas e Modificativas		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>85 508 661</b>	<b>64,4%</b>	<b>18 121 129</b>	<b>12 962 480</b>	<b>90 667 309</b>	<b>61,4%</b>	<b>5 158 648</b>	<b>6,0%</b>
Pessoal	35 701 080	26,9%	4 636 872	4 171 343	36 166 609	24,5%	465 529	1,3%
Aquisição de bens e serviços	35 888 935	27,0%	9 373 416	7 225 563	38 036 789	25,8%	2 147 854	6,0%
Juros e outros encargos	100 440	0,1%	752 830	600	852 670	0,6%	752 230	748,9%
Transferências correntes	6 908 168	5,2%	630 648	459 961	7 078 855	4,8%	170 687	2,5%
Subsídios	6 366 538	4,8%	1 827 657	342 044	7 852 152	5,3%	1 485 614	23,3%
Outras despesas correntes	543 500	0,4%	899 705	762 970	680 235	0,5%	136 735	25,2%
<b>DESPESAS CAPITAL</b>	<b>44 111 254</b>	<b>33,2%</b>	<b>18 824 976</b>	<b>9 202 630</b>	<b>53 733 600</b>	<b>36,4%</b>	<b>9 622 346</b>	<b>21,8%</b>
Investimento	41 082 694	30,9%	18 456 671	8 842 673	50 696 692	34,3%	9 613 998	23,4%
Transferências de capital	3 028 560	2,3%	368 305	359 957	3 036 908	2,1%	8 348	0,3%
<b>DESPESA EFETIVA (4)</b>	<b>129 619 915</b>	<b>97,6%</b>	<b>36 946 104</b>	<b>22 165 111</b>	<b>144 400 909</b>	<b>97,8%</b>	<b>14 780 994</b>	<b>27,8%</b>
<b>DESPESA NÃO EFETIVA (5)</b>	<b>3 152 005</b>	<b>2,4%</b>	<b>110 000</b>	<b>15 208</b>	<b>3 246 797</b>	<b>2,2%</b>	<b>94 792</b>	<b>7,7%</b>
Ativos Financeiros	1 290 000	1,0%	110 000	0	1 400 000	0,9%	110 000	8,5%
Passivos Financeiros	1 862 005	1,4%	0	15 208	1 846 797	1,3%	-15 208	-0,8%
<b>DESPESA TOTAL (6) = (4) + (5)</b>	<b>132 771 920</b>	<b>100,0%</b>	<b>37 056 104</b>	<b>22 180 319</b>	<b>147 647 706</b>	<b>100,0%</b>	<b>14 875 786</b>	<b>11,2%</b>

Un:Euro

Analisado o impacto das alterações orçamentais introduzidas ao orçamento da despesa (permutativas e modificativas), apresentam-se reforços no valor global de (+) 14.875.786 €, com reflexo direto no aumento na dotação global do orçamento da despesa. Para estes reforços contribuíram a diminuição da dotação de diversas rubricas excessivamente dotadas, no montante de 22.180.319 € e o aumento de outras que, pelo contrário, se encontravam insuficientemente dotadas, em 37.056.104€. Globalmente, o aumento do orçamento de despesa municipal tem necessariamente como contrapartida um aumento da dotação global do orçamento da receita de igual montante.

Focando a análise nas alterações ocorridas por componentes de despesa, constata-se que todas com exceção dos Passivos Financeiros (que exibem uma redução de pouca materialidade, (-) 15.208 €) registaram variações positivas no exercício.

A variação positiva com maior expressão, destaca-se na rubrica Despesas de Capital, designadamente ao nível de **Investimento** no montante de (+) 9.613.998 €, por via das alterações modificativas, que foram efetuadas ao longo do exercício que contribuíram para o acréscimo da dotação global do Plano Plurianual de Investimentos, com impacto no exercício económico em análise, tendo como objetivo satisfazer as seguintes necessidades:





- A criação de dois novos projetos, que se apresentam no quadro infra:
  - I. O Projeto 2023/I/59, com vista a acomodar as despesas com a aquisição de equipamento utilizado na realização das atividades educativas, abrangidas pelo processo de descentralização de competências da educação e em resultado da publicação da Portaria n.º 10/2023, de 4 de janeiro, que clarifica esta matéria.
  - II. O Projeto 2023/I/60, teve como objetivo contemplar e despesa de investimento (aquisição de computadores e software) prevista na candidatura apresentada no âmbito das “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto – Ação – Maia Melhor”.

### Quadro 7

Criação de novos projetos PPI				
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor		
		Ano 2023	Não definido	Anos seguintes
2023/I/59	A aquisição de equipamento pedagógico diverso, designadamente desportivo, laboratorial, musical e tecnológico, utilizado para a realização das atividades educativas.	60 000		180 000
2023/I/60	Maia Melhor	9 000		1 110
<b>Total</b>		<b>69 000</b>		<b>181 110</b>

Un:Euro

- O reforço de projetos inicialmente inscritos, com impacto positivo na dotação global do exercício económico de 2023 e/ou de exercícios futuros, por força da reafectação de dotação não definida para dotação definida, bem como do aumento da dotação global inicialmente prevista (parte deles objeto de financiamento), em resultado de necessidades identificadas pelos serviços municipais no decurso do ano e desconhecidas à data de elaboração do orçamento inicial, no montante de 9.544.998 €.

Na rubrica **Aquisição de bens e serviços**, que se apresenta com o segundo maior desvio entre orçamento inicial e final no exercício, registaram-se variações, quer por via das alterações modificativas, quer por via das alterações permutativas, que posicionaram o valor final deste agregado em (+) 2.147.854 € do que o inicialmente previsto, tendo por finalidade responder principalmente às seguintes necessidades:

- A criação de um novo projeto tendo em vista assegurar a despesa com a aquisição de material didático utilizado na realização das atividades educativas abrangidas pelo processo de descentralização de competências da educação, em resultado da aprovação da Portaria n.º 10/2023, de 4 de janeiro, que clarifica esta matéria:

**Quadro 8**

Criação de novos projetos PAM			
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor	
		Ano 2023	Anos seguintes
2023/A/52	A aquisição de material didático utilizado para a realização das atividades educativas	40 000	120 000
<b>TOTAL</b>		<b>40 000</b>	<b>120 000</b>

Un: Euro

- O reforço de projetos inicialmente inscritos, com impacto positivo na dotação global do exercício económico de 2023 e/ou de exercícios futuros, por força da reafecção de dotação não definida para dotação definida, bem como do aumento da dotação global inicialmente prevista (parte deles objeto de financiamento), em resultado de necessidades identificadas pelos serviços municipais no decurso do ano e desconhecidas à data de elaboração do orçamento inicial, no montante de 2.107.854 €.

Com reforço menor, porém, em sincronia com a tendência de aumento de dotação no exercício até aqui analisada, apresenta-se por ordem de materialidade dos desvios ocorridos no exercício em análise, a alteração ocorrida na rubrica dos **Subsídios**, que apresenta um reforço global de (+)1.485.614€. Para fornecer uma apreciação de maior detalhe, insere-se o quadro seguinte com as variações ocorridas no seio desta componente de despesa:

**Quadro 9**

Reforço do PAM - Projetos com dotação inicial "definida"			
N.º Projeto	Designação do Projeto	Valor	
		Ano 2023	Anos seguintes
2012/A/39	Reposição do equilíbrio de contas das empresas que integram o Setor Empresarial Local.	1 095 205	
2020/A/68	Contrato de gestão delegada celebrado com a "Maiambiente, E.M." - Resíduos Sólidos.	417 330	
2020/A/65	Contrato programa celebrado com a "Maiambiente, E.M." - Limpeza Pública.	399 922	
2010/A/54	Complicação à "Espaço Municipal, E.M." em razão de Contratos-Programa celebrados com a Câmara Municipal.	-84 800	
2019/A/68	Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART).	-342 044	
<b>Total</b>		<b>1 485 614</b>	

Un: Euro



Seguidamente, e já com desvio em valor absoluto inferior a 1 milhão de euros, figura a variação de (+)752.230 € na componente de **Juros e Outros Encargos**, sobretudo influenciada por necessidades identificadas no âmbito de sentenças transitadas em julgado (736.930 €), já que os encargos com Serviço da dívida autárquica, respondem apenas por (+) 15.300 €, tendo como objetivo acompanhar a subida das taxas de juro, de modo a satisfazer os compromissos de juros e taxas de expediente referentes aos empréstimos contratados pelo Município em anos transatos.

Ainda observando necessidade de reforço no exercício, surge a rubrica de **Despesas com Pessoal**, com uma variação de (+) 465.529 €, em resultado da necessidade de ajustar a dotação sobretudo em consequência da atualização salarial intercalar da função pública, excecionalmente aprovados pelo governo em abril do exercício de 2023 e retroagindo os seus efeitos a 1 de janeiro, em resposta ao facto de a taxa de inflação apurada em 2022 se ter cifrado acima do inicialmente previsto.

De seguida as **Transferências Correntes** acomodaram reforços no montante de 630.648€ €, que tiveram como contrapartida outras componentes também correntes com uma diminuição de (-) 459.961 €, posicionando-se com uma variação final de (+) 170.687 €.

Sinalizam-se ainda, no cômputo das despesas correntes, modificações positivas nas **Outras Despesas Correntes**, no montante de (+) 136.735 €, necessárias em virtude de imposições legais de que se tomou conhecimento no decurso do período em análise, impossíveis de prever aquando da elaboração do Orçamento inicial.

Com materialidade sucessivamente menor, regista a rubrica de **Ativos Financeiros** uma variação de (+) 110.000 €, suscitada pelas seguintes necessidades:

- Reforçar o Projeto 2021/A/6 – Reforço ou entradas de Capital em Empresas Municipais ou outras entidades participadas - no montante (+) 10.000 €.
- Criação de um Novo Projeto 2023/A/53 – Adesão à Fundação Casa da Música, com o montante de 25.000 €, que mais tarde e por via de uma alteração permutativa, foi objeto de reforço por (+) 75.000€.

Com materialidade significativamente inferior à que até aqui se assinalou, anotam-se ainda aumentos nas **Transferências de Capital**, no montante de (+) 8.348€, por via de uma alteração permutativa.

Por último e exibindo uma variação de sentido contrário às demais, apresentam-se os **Passivos Financeiros** com uma variação de (-) 15.208 €, em resultado direto do ajustamento ocorrido ao projeto 2011/A/32–Serviço da dívida autárquica, pelo decréscimo da amortização de capital em concreto dos empréstimos do Programa Especial de Realojamento, oportunamente efetuados com Caixa Geral de Depósitos, em paralelo com o aumento consecutivo das taxas de juro.



Recorda-se ainda que as diferentes inscrições/reforços e diminuições/anulações importam impactos não só no orçamento global da despesa, como também no Plano Plurianual de Investimentos e ou Plano de Atividades Mais Relevantes, determinando por isso alterações permutativas ou até mesmo modificativas (revisões) naqueles documentos. Em suma e conforme já se referiu anteriormente, na alçada do Plano Plurianual de Investimentos concretizaram-se trinta e uma alterações permutativas e seis modificativas (revisões); quanto ao Plano das Atividades Mais Relevantes realizaram-se trinta e seis alterações permutativas e sete modificativas (revisões).

Globalmente, estas alterações provocaram um impacto nas dotações globais, no montante de (+) 14.875.786 €, conforme se detalhou no presente subcapítulo.

### 1.3.2.1.2 ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

Quadro 10

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA ANO DE 2023								
	Dotação Inicial		Permutativas e Modificativas		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>88.765.824</b>	<b>66,9%</b>	<b>1.471.600</b>	<b>787.716</b>	<b>89.449.709</b>	<b>60,6%</b>	<b>683.885</b>	<b>0,8%</b>
Receita Fiscal (Impostos Diretos)	48.511.000	36,5%	0	0	48.511.000	32,9%	0	0,0%
Taxas, multas e outras penalidades	3.436.900	2,6%	0	0	3.436.900	2,3%	0	0,0%
Rendimentos de propriedade	2.718.500	2,0%	0	0	2.718.500	1,8%	0	0,0%
Transferências correntes	30.932.924	23,3%	1.471.600	787.716	31.616.809	21,4%	683.885	2,2%
Venda de bens e serviços correntes	2.936.200	2,2%	0	0	2.936.200	2,0%	0	0,0%
Outras receitas correntes	230.300	0,2%	0	0	230.300	0,2%	0	0,0%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>43.620.266</b>	<b>32,9%</b>	<b>3.426.107</b>	<b>38.285.901</b>	<b>8.760.472</b>	<b>5,9%</b>	<b>-34.859.794</b>	<b>-79,9%</b>
Venda de bens de investimento	1.222.094	0,9%	0	1.200.000	22.094	0,0%	-1.200.000	-98,2%
Transferência de capital	7.237.072	5,5%	3.426.107	2.085.901	8.577.278	5,8%	1.340.206	18,5%
Outras receitas de capital	35.161.100	26,5%	0	35.000.000	161.100	0,1%	-35.000.000	-99,5%
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>100</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>100</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>RECEITA EFETIVA (1)</b>	<b>132.386.190</b>	<b>99,7%</b>	<b>4.897.708</b>	<b>39.073.617</b>	<b>98.210.281</b>	<b>66,5%</b>	<b>-34.175.909</b>	<b>-25,8%</b>
<b>RECEITA NÃO EFETIVA (2)</b>	<b>385.730</b>	<b>0,3%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>385.730</b>	<b>0,3%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Receita em ativos financeiros	105	0,0%	0	0	105	0,0%	0	0,0%
Receita em passivos financeiros	385.625	0,3%	0	0	385.625	0,3%	0	0,0%
<b>Saldo da Gerência Anterior (3)</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>49.051.695</b>	<b>0</b>	<b>49.051.695</b>	<b>33,2%</b>	<b>49.051.695</b>	<b>-</b>
<b>RECEITA TOTAL (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>132.771.920</b>	<b>100,0%</b>	<b>53.949.403</b>	<b>39.073.617</b>	<b>147.647.706</b>	<b>100,0%</b>	<b>14.875.786</b>	<b>11,2%</b>

Un: Euro

Este capítulo é, pois, consagrado ao impacto das alterações ocorridas no exercício ao orçamento da receita, que se concretizaram em sete modificativas (revisão). Destas alterações resultou um aumento da dotação global do orçamento de (+) 14.875.786 €, com contrapartida do aumento global do orçamento da despesa, em igual montante (conforme se analisou no subcapítulo 1.3.2.1.1 ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA).



Concorre para este aumento da dotação global do orçamento da receita, a integração do Saldo da Gerência Anterior, de forma determinante, no montante de 49.051.695 €, a que acresce um reforço global do agregado das Transferências (correntes e de capital), (+) 2 024 091 €, maioritariamente indexado a projetos cofinanciados, por contrapartida da diminuição das Outras Receitas de Capital e Vendas de Bens de Investimento, que consolidam uma variação conjunta de (-) 36.200.000 €.

No quadro infra sistematizam-se as sete alterações modificativas realizadas ao Orçamento da Receita.

### Quadro 11

Alterações Modificativas à Receita					
	2023	2024	2025	2026	Seguintes
Previsão Inicial	132.771.920	161.086.083	139.865.665	108.783.653	99.216.553
<b>1.ª Modificativa</b>	582.970	4.627.087	3.700.511	0	0
Ajustamento decorrente da aprovação de financiamento de operações do 1.º Direito, no âmbito do PRR					
<b>2.ª Modificativa</b>	14.267.328	4.971.372	3.939.800	1.551.945	2.179.074
Integração do Saldo da Gerência Anterior e ajustamentos às rubricas do FFD, Vendas de Investimento e da aprovação de financiamento de Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto, no âmbito do PRR					
Saldo da Gerência Anterior	49.051.695				
Outras Receitas Capital	-35.000.000	4.184.508	3.151.998	1.551.945	2.179.074
Ajustamento à rubrica Fundo de Financiamento da Descentralização:	548.107				
. Ação Social	-129.384				
. Saúde	-438.879				
. Educação	1.116.370				
Ajustamento à rubrica Vendas de Investimento	-1.200.000				
Integração da receita decorrente da aprovação dos contratos de financiamento associados ao projeto "Comunidades Desfavorecidas"	867.526	786.864	787.802	0	0
<b>3.ª Modificativa</b>	0	5.363.480	5.649.300	914.700	135.300
Ajustamento decorrente da Revisão e atualização da Estratégia Local de Habitação (ELH)					
<b>4.ª Modificativa</b>	0	102.333	0	0	9.350
Aditamento ao Contrato programa celebrado com a empresa municipal Maiambiente, EM					
<b>5.ª Modificativa</b>	2.891.841	59.688	331.322	-99.800	0
Ajustamento decorrente da aprovação do contrato de financiamento para o "Maia Melhor" e adiantamentos recebidos, a título de participações não reembolsáveis					
<b>6.ª Modificativa</b>	7.264	251.993	65.173	25.000	0
Ajustamento decorrente da aprovação do remanescente do contrato de financiamento para o "Maia Melhor", a título de participações não reembolsáveis					
<b>7.ª Modificativa</b>	-2.873.617	528.804	371.855	0	0
Ajustamento em baixa das verbas previstas associadas a projetos cofinanciados					
<b>Previsão Final</b>	<b>147.647.706</b>	<b>176.990.840</b>	<b>153.923.626</b>	<b>111.175.498</b>	<b>101.540.277</b>

Un: Euro





# DESEMPENHO ORÇAMENTAL







### 1.3.3.1 ANÁLISE GLOBAL DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

A Demonstração de Desempenho Orçamental engloba as importâncias relativas a todos os recebimentos e os pagamentos ocorridos no exercício, associados quer à execução do orçamento quer às operações não orçamentais (tituladas por operações de tesouraria e cauções em dinheiro). Apresenta também os respetivos saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte e permite aferir um conjunto de indicadores orçamentais no final da gerência.

**Quadro 12**

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL			
Ano 2023			
RECEITAS	Valor	DESPEASAS	Valor
<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>	<b>54.567.989,04</b>		
Operações orçamentais (1)	49.051.695,31		
Operações de tesouraria (A)	5.516.293,73		
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>97.667.233,13</b>	<b>DESPEASAS CORRENTES</b>	<b>74.347.524,45</b>
<b>RECEITAS CAPITAL</b>	<b>7.897.895,89</b>	<b>DESPEASAS CAPITAL</b>	<b>26.778.355,77</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	540.953,94		
<b>RECEITA EFETIVA (2)</b>	<b>106.106.082,96</b>	<b>DESPESA EFETIVA (5)</b>	<b>101.125.880,22</b>
<b>RECEITA NÃO EFETIVA (3)</b>	<b>0,00</b>	<b>DESPESA NÃO EFETIVA (6)</b>	<b>3.087.930,15</b>
<b>RECEITA TOTAL (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>155.157.778,27</b>	<b>DESPESA TOTAL (7) = (5) + (6)</b>	<b>104.213.810,37</b>
Operações de tesouraria (B)	776.494,94	Operações de tesouraria (C)	538.083,35
		<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>	<b>56.698.673,22</b>
		Operações orçamentais (8) = (4) - (7)	50.943.967,90
		Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) - (C)	5.754.705,32
		<b>SALDO GLOBAL (EFETIVO) = (2) - (5)</b>	<b>4.980.202,74</b>
		<b>Despesa Primária</b>	<b>100.276.087,62</b>
		<b>Saldo Corrente</b>	<b>23.319.708,68</b>
		<b>Saldo de Capital</b>	<b>-18.880.459,88</b>
		<b>Saldo Primário</b>	<b>5.829.995,34</b>
		<b>Receita Total</b>	<b>155.157.778,27</b>
		<b>Despesa Total</b>	<b>104.213.810,37</b>

Un: Euro

Da análise da Demonstração de Desempenho Orçamental de 2023 espelhada no quadro anterior conclui-se que:

- Os recebimentos no ano de 2023 atingiram o valor de 106.882.577,90 €, sendo atribuído às receitas efetivas orçamentais a quantia de 106.106.082,96 € e às operações não orçamentais 776.494,94 €, que constituem as operações de tesouraria e as cauções em dinheiro cujos montantes são respetivamente, 163.073,75 € e 613.421,19 €.



- Os pagamentos no ano de 2023 perfizeram 104.751.893,72 €, dos quais 101.125.880,22€ correspondem a despesas efetivas orçamentais, 3.087.930,15 € a despesa não efetiva e os restantes 538.083,35 € a despesas não orçamentais, dos quais 187.433,64 € correspondem a operações de tesouraria e os restantes 350.649,71 € a cauções em dinheiro.

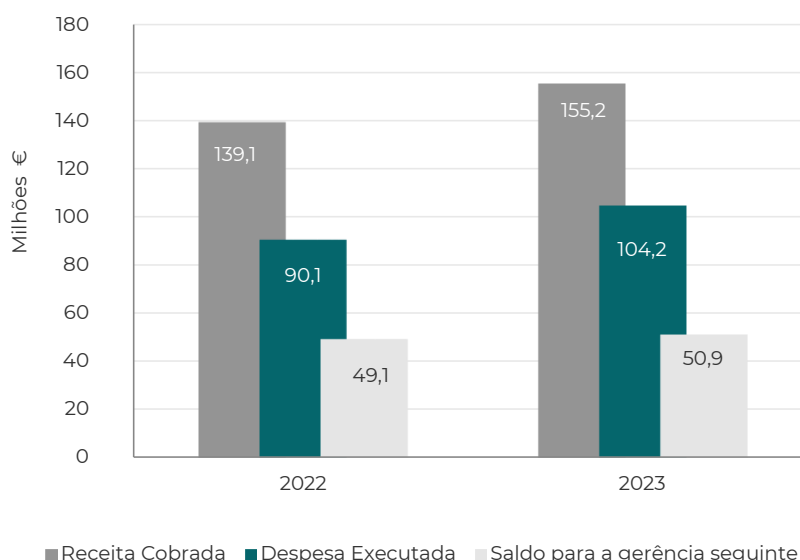
Dos movimentos de entrada e saída, de natureza orçamental, obtém-se:

- Um Saldo Global (Efetivo) de (+) 4.980.202,74 €, que representa a diferença entre a Receita Efetiva (receita total deduzida de ativos e passivos financeiros) e a Despesa Efetiva (despesa total deduzida dos ativos e passivos financeiros);
- Um Saldo Primário no valor de (+) 5.829.995,34 €, deduzidos que sejam os juros e outros encargos ao saldo efetivo;
- Um Saldo Corrente de (+) 23.319.708,68 €, que corresponde à diferença entre receita corrente arrecadada e a despesa corrente paga no período, o que permitiu canalizar uma parcela significativa da receita corrente para financiar investimento público;
- Um Saldo de Capital de (-) 18.880.459,88 € que corresponde à diferença entre receita capital arrecadada e a despesa capital paga no período.
- Um saldo corrente que permite, cobrir o deficit gerado pelo saldo de capital, mas também ser canalizado para financiar a despesa com ativos e passivos financeiros, continuando ainda positivo em (+) 1.351.318,65 €;
- Um Saldo para a Gerência Seguinte de Operações Orçamentais de 50.943.967,90 € e de Operações não Orçamentais de 5.754.705,32 €, incorporados que sejam os Saldos da Gerência Anterior.

A receita de natureza orçamental cobrada totalizou 155.157.778,27 € e a despesa total paga 104.213.810,37 €, gerando um saldo para a gerência seguinte de 50.943.967,90 €, superior ao transitado da gerência de 2022, como se poderá confirmar no Gráfico 10.



**Gráfico 10**  
**Evolução dos Fluxos Monetários**  
**2022-2023**



### 1.3.3.2 PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

O Princípio do Equilíbrio Orçamental encontra-se definido no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), determinando que os orçamentos preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas e que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Tais condições devem ser verificadas no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e na execução orçamental. Funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Note-se que o conceito de Poupança Corrente que daqui decorre, não coincide com o do Saldo Corrente do Desempenho Orçamental, porquanto à luz do SNC-AP são consideradas as receitas cobradas líquidas e não as receitas cobradas brutas, conforme impõe a RFALEI.

Para aferir o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental nas diferentes fases do ciclo orçamental, insere-se o quadro seguinte:



Quadro 13

PRINCIPIO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL				
Ano 2023				
		Dotação inicial	Dotação final	Execução orçamental
(1)	Receita Corrente	88.765.824	89.449.708	99.868.374 (*)
(2)	Receita proveniente do Saldo da Gerência Anterior na proporção da despesa corrente a financiar		5.117.307	
(3)	Despesa Corrente	85.508.661	90.667.309	74.347.524 (*)
<b>(4)=(1)+(2)-(3)</b>	<b>Poupança corrente</b>	<b>3.257.163</b>	<b>3.899.706</b>	<b>25.520.850</b>
(5)	Amortizações médias empréstimos de MLP	3.256.955	3.142.903	3.142.903
		(a)	(a)	
<b>(6)=(4)-(5)</b>		<b>208</b>	<b>756.803</b>	<b>22.377.947</b>

Un:Euro

(2) Nos termos do n.º 5 do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro na sua redação atual

(a) O valor das amortizações médias constante na coluna dotação inicial incluía as decorrentes dos subsídios reembolsáveis que, do ponto de vista contabilístico, davam origem ao registo de Passivos Financeiros e subsequente amortização de capital. Em 2023 ao passarem a subsídios não reembolsáveis deixam de estar contemplados nas amortizações médias, justificando a diferença assinalada no valor das amortizações médias das colunas da dotação inicial e atual.

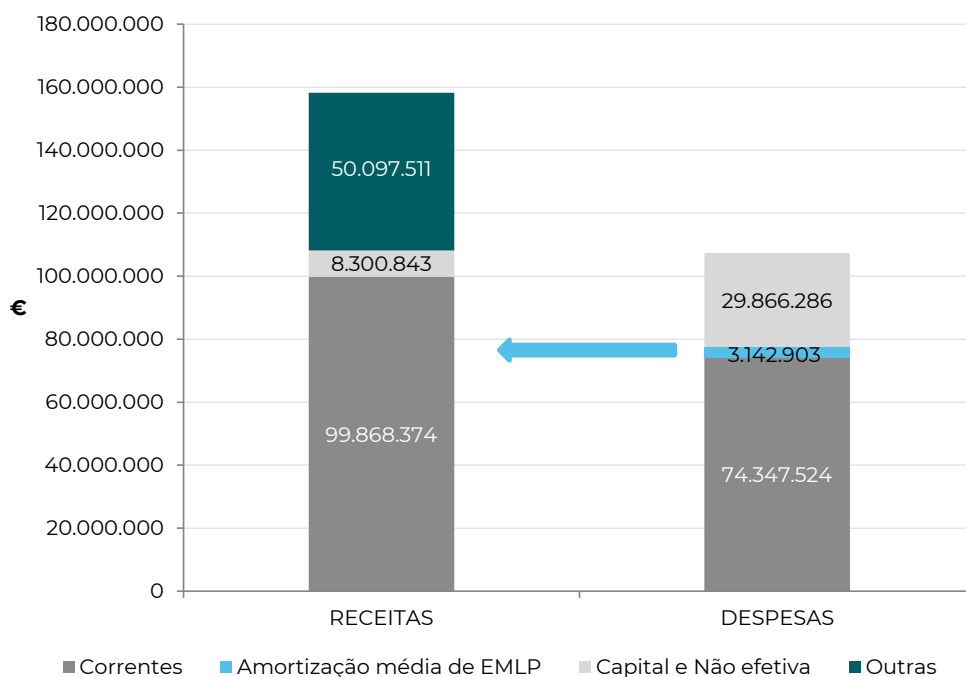
(\*) Receita cobrada bruta e despesa paga

Nas três fases do ciclo orçamental o município cumpriu integralmente o princípio do equilíbrio orçamental, confirmando-se uma cobertura das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo pela poupança corrente, culminando, em matéria de execução orçamental, com a libertação de 22.377.947 € para financiamento de investimento.



Gráfico 11

Equilíbrio Orçamental  
Ano 2023



Contudo, a poupança corrente não pode ser analisada sem aferir o impacto potencial das dívidas correntes transitadas e das receitas correntes liquidadas e não cobradas do exercício, pelo que, importa avaliar também a designada Poupança Líquida Corrente do Exercício, que incorpora estas duas variáveis.



Quadro 14

EVOLUÇÃO DA POUPANÇA CORRENTE LÍQUIDA DO EXERCÍCIO		
	2022	2023
Receita Corrente Executada	90.616.521	97.667.233
Despesa Corrente Executada	64.931.711	74.347.524
<b>Poupança Corrente Bruta (1)</b>	<b>25.684.810</b>	<b>23.319.709</b>
Variação	0,0%	-0,9%
<b>Dívida Corrente Transitada (2)</b>	<b>447.275</b>	<b>-284.048</b>
Da Gerência Anterior	45.319	492.593
Para a Gerência Seguinte	492.593	208.546
<b>Receita Corrente Liquidada e não cobrada do pp exercício (3)</b>	<b>334.525</b>	<b>-552.648</b>
Da Gerência Anterior	4.830.024	5.164.549
Para a Gerência Seguinte	5.164.549	4.611.901
<b>Poupança Corrente Líquida do Exercício (4)=(1)-(2)+(3)</b>	<b>25.572.060</b>	<b>23.051.108</b>
Variação	9,1%	-9,9%

Un:Euro

Ao incorporar na análise as dívidas transitadas e a receita liquidada e não cobrada, regista-se uma poupança corrente líquida, no exercício de 2023, de 23.051.108 € e que acompanha a tendência da poupança corrente bruta.

Para avaliar o Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial, quer numa ótica de Execução Autónoma do Ano, em que se avalia a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano, quer numa ótica de Execução Global através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano, apresenta-se o Quadro 15.



Quadro 15

CONTROLO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL		
	2022	2023
<b>Receita Cobrada</b>	<b>96.551.214</b>	<b>106.106.083</b>
Corrente	90.616.521	97.667.233
Capital	4.766.056	7.897.896
Outras Receitas	39.796	540.954
<b>Não efetiva</b>	<b>1.128.841</b>	<b>0</b>
<b>Despesa Paga</b>	<b>90.059.060</b>	<b>104.213.810</b>
<b>Efetiva</b>		
Corrente	64.931.711	74.347.524
Capital	23.342.571	26.778.356
<b>Não efetiva</b>	<b>1.784.779</b>	<b>3.087.930</b>
<b>Saldo Final de Operações Orçamentais</b>	<b>49.051.695</b>	<b>50.943.968</b>
<b>Outras dívidas a terceiros:</b>	<b>7.932.786</b>	<b>5.404.596</b>
de CP	734.980	1.123.561
de MLP	7.197.806	4.281.035
<b>Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)</b>	<b>106,85%</b>	<b>101,44%</b>
<b>Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)</b>	<b>154,33%</b>	<b>151,49%</b>

Un: Euro

Confirma-se o cumprimento do Princípio do Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial quer no que respeita à execução autónoma do ano (101,44%) quer no que respeita à execução global do ano (151,49%).

Estes rácios encontram-se influenciados, quer pelo comportamento da dívida transitada, quer pelos bons níveis de execução orçamental da receita.

### 1.3.3.3 FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A análise às fontes de financiamento tem como objetivo avaliar a proveniência das receitas arrecadadas no exercício de 2023 e que contribuirão para o financiamento do investimento municipal, salvaguardando-se que de acordo com o princípio da não consignação, em regra, o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto à cobertura de determinadas despesas, salvo quando essa afetação for permitida por lei, como é o caso específico de alguns investimentos que têm subjacentes a comparticipação de fundos comunitários e/ou a cooperação técnica e financeira do Estado, insere-se um quadro com os diversos contributos.



As receitas municipais foram agrupadas em função da sua importância em três grandes grupos: as de natureza corrente que aparecem associadas à poupança corrente gerada no exercício, deduzida das amortizações de capital e de outras despesas de capital de carácter residual e não reprodutivo, as de natureza de capital que em função da sua tipicidade aparecem mais desagregadas, e as receitas não efetivas que incluem os ativos e passivos financeiros. Por último, inclui-se o contributo do saldo da gerência anterior.

Quadro 16

FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO		
2023		
	Valor	FF/ DI
<b>Receita Efetiva Capital (1)</b>	<b>7.897.896</b>	<b>28,1%</b>
Venda de Bens de Investimento	607.155	2,2%
FEF Capital	358.196	1,3%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013	629.008	2,2%
Fundos Comunitários	6.270.214	22,3%
Outras Transferências de Capital	33.323	0,1%
Outras Receitas de Capital	0	0,0%
<b>Receita Não efetiva (2)</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Passivos Financeiros	0	0,0%
Ativos Financeiros	0	0,0%
<b>Poupança Corrente Disponível para Financiar Investimento (3) = (4)-(5)-(6)</b>	<b>21.531.779</b>	<b>76,7%</b>
Poupança Corrente (4)	23.319.709	83,1%
Amortizações de Capital (5)	1.787.930	6,4%
Outras Despesas Capital (6)	0	0,0%
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos (7)</b>	<b>540.954</b>	<b>1,9%</b>
<b>Total Receita Gerada no Exercício Disponível para Financiar Investimento (8)=(1)+(2)+(3)+(7)</b>	<b>29.970.628</b>	<b>106,7%</b>
<b>Saldo Gerência Anterior (9)</b>	<b>49.051.695</b>	<b>174,7%</b>
<b>TOTAL (10) = (8)+(9)</b>	<b>79.022.324</b>	<b>281,4%</b>
<b>Despesa de Investimento paga (11)</b>	<b>28.078.356</b>	
<b>Despesa de Investimento (11) / Fontes Financiamento (10)</b>	<b>35,53%</b>	
<b>Saldo para a Gerência Seguinte = (10)-(11)</b>	<b>50.943.968</b>	

Un:Euro

Notas:

FF - Fonte de Financiamento

DI - Despesas de Investimento

A receita arrecadada em 2023, disponível para financiar investimento, totalizou a quantia de 29.970.628 €, o que permitiu suportar a totalidade do investimento pago, no montante de 28.078.356€, assim como gerar, adicionado que seja o saldo da gerência anterior, um significativo saldo para a gerência seguinte de 50.943.968 €.



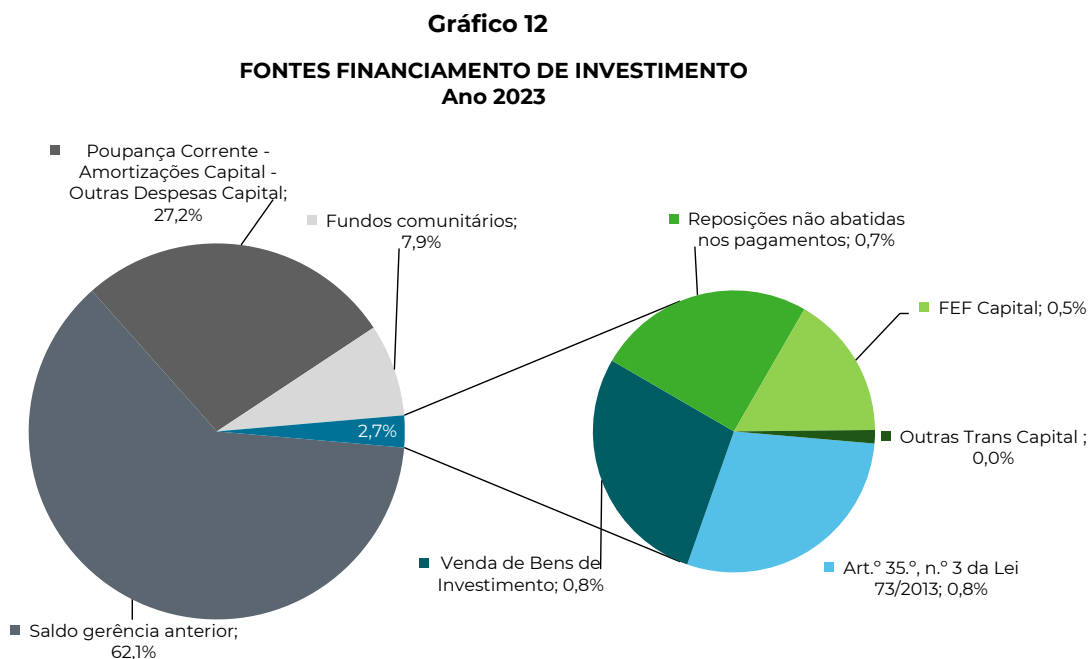


Quando analisado separadamente, o Saldo da Gerência Anterior compreende 174,7% do Investimento, permitindo financiar a totalidade do investimento e ainda libertar fluxos monetários.

Como segunda maior fonte de financiamento de investimento apresenta-se a Poupança Corrente, deduzida das amortizações de capital e outras despesas de capital não reprodutivo, com 21.531.779€ permitindo suportar 76,7% do investimento.

Com menor representatividade o agregado das Receitas de Capital é responsável por 7.897.896 € da receita disponível gerada, destacando-se a componente de Fundos Comunitários com 6.270.214 € seguidos de 629.008 € de do "Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013", 607.155 € de Vendas de Bens de Investimento, 358.196€ provenientes do FEF Capital, e, residualmente 33.323 € de Outras Transferências de Capital.

O Gráfico 12 apresenta a relevância das diversas fontes de financiamento já enunciadas.



#### 1.3.3.4 OPERAÇÕES DE TESOURARIA

No seio das Operações Não Orçamentais, as operações de tesouraria traduzem as cobranças que os serviços do Município realizam para terceiros, ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sujeitas a registo contabilístico apenas no espectro da contabilidade



financeira. Por sua vez, as cauções em dinheiro são prestadas no âmbito de operações que, sem alterar presentemente o património da entidade, têm associado algum potencial futuro para o fazer.

O quadro inserido de seguida apresenta de modo decomposto os encargos associados às operações não orçamentais, de acordo com a sua natureza.

**Quadro 17**

RESUMO DAS OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS (Operações de tesouraria e cauções em dinheiro)							
Ano 2023							
Designação das contas	Saldo de gerência anterior		Movimento anual *		Saldo para a gerência seguinte		
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor	
<b>23</b>	<b>PESSOAL</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	<b>791</b>	<b>785</b>	<b>0</b>	<b>17</b>
<b>23.8</b>	<b>Outras Operações</b>						
23.8.2	Com o pessoal	0	24	791	785	0	17
<b>24</b>	<b>ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>1 084</b>	<b>1 078</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
<b>24.9</b>	<b>Outras Contribuições</b>						
24.9.1	Multas e coimas	0	11	1 084	1 078		4
<b>27</b>	<b>OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR</b>	<b>0</b>	<b>5 516 259</b>	<b>536 746</b>	<b>775 170</b>		<b>5 754 684</b>
<b>27.7</b>	<b>Cauções</b>						
27.7.1	Recebidas de terceiros	0	5 439 253	351 150	613 421	0	5 701 525
<b>27.8</b>	<b>Outros Devedores e Credores</b>						
27.8.9	Outros	0	77 006	185 596	161 749	0	53 159
		<b>0</b>	<b>5 516 294</b>	<b>538 621</b>	<b>777 032</b>	<b>0</b>	<b>5 754 705</b>

Un: Euro

Na gerência de 2023 os fluxos financeiros de entradas em cofre com destino a outras entidades perfizeram o montante de 777.032 €, ascendendo os movimentos de sentido contrário a 538.621 €. Daqui resulta um saldo de operações de tesouraria a transitar para a gerência seguinte de 5.754.705€.

De anotar ainda que desde 2020 (com a vigência do novo normativo contabilístico, o SNC-AP), se alterou o modo de registo contabilístico dos reembolsos e restituições, que desde então são deduzidos diretamente à receita em vez serem processados como despesa (pagamentos) como sucedia até então. Esta diferença de critérios conduz a que o movimento de entradas (a crédito) e saídas (a débito) evidenciado no quadro anterior se cifre distinto do divulgado no desempenho orçamental, sempre que se refira a variação dos saldos de garantias e cauções prestados em dinheiro, divergindo no exato montante de 537,52 €, correspondente aos estornos de recebimentos do exercício.

As cauções prestadas por terceiros detidas nos cofres municipais têm uma representatividade esmagadora no cômputo global do saldo de operações não orçamentais do Município (99%), transitando mais de 95% deste saldo de gerências anteriores.



# CONTAS DE ORDEM





As contas de ordem sistematizam os montantes correspondentes garantias e caucões tituladas por papel (uma vez que as que foram prestadas em numerário, tendo sido objeto de registo contabilístico na esfera da contabilidade patrimonial do Município, se encontram divulgadas no mapa de operações não orçamentais). Estas garantias e caucões, pese embora não traduzam variações patrimoniais presentes, têm associada uma probabilidade de materialização futura dessas variações.

Apresentam-se detalhadas em dois quadros autónomos as Cauções não pecuniárias e Garantias Obtidas (**Quadro 18**) e as Garantias Concedidas a Favor de Terceiros (**Quadro 19**).

### Quadro 18

Cauções não Pecuniárias e Garantias Obtidas					
Designação das contas	Saldo Gerência Anterior	Movimento anual das garantias e caucões			Saldo para a Gerência Seguinte
		Prestadas	Devolvidas	Accionadas	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)=(A)+(B)-(C)-(D)
<b>09.2</b>	<b>Cauções não pecuniárias e Garantias Obtidas</b>				
09.2.1	De empreitadas e fornecimentos	8 508 160	785 615	1 086 322	8 207 453
09.2.2	Para execução de obras	15 580 859	3 307 786	430 370	18 458 275
09.2.3	Outras Garantias	33 795	58 935	66 845	25 885
09.2.4	Hipotecas	4 025 574			4 025 574
09.2.5.01.1	Seguros-Caução - empreitadas e fornecim	650 697	26 021	75 339	601 379
09.2.5.02.1	Seguros-Caução - execução de obras	591 985			591 985
<b>Total</b>	<b>29 391 070</b>	<b>4 178 357</b>	<b>1 658 876</b>	<b>0</b>	<b>31 910 551</b>

Un.: Euro

As garantias prestadas a favor da autarquia, ao longo do exercício de 2023, ascenderam a 4.178.357€, tendo sido devolvidas garantias no valor de 1.658.876 €. Para a gerência seguinte transita, portanto, um saldo final de garantias 31.910.551 € (com mais de 92% deste montante a ter origem em gerências anteriores).

A rubrica que mais contribui para este saldo é a de garantias prestadas “para execução de obras”, ao somarem 3.307.786 €, valor bastante superior às garantias devolvidas que foram somente de 430.370€, assumindo, no final da gerência um saldo de 18.458.275 €. Quanto às garantias e caucões devolvidas, as “De empreitadas e fornecimentos” são as que apresentem o valor mais significativo no ano de 2023, com o montante de 1.086.322 €.



## Quadro 19

GARANTIAS CONCEDIDAS A FAVOR DE TERCEIROS						
Designação das contas	Saldo Gerência Anterior	Movimento anual das garantias e cauções			Saldo para a Gerência Seguinte	
		Prestadas (B)	Devolvidas (C)	Accionadas (D)		
	(A)				(E)=(A)+(B)-(C)-(D)	
<b>09.1.6</b>	<b>Garantias a favor de terceiros</b>					
09.1.6.01	Empreitadas e fornecimentos	102 500			102 500	
09.1.6.02	Hipoteca a favor de terceiros				0	
09.1.6.03	Outras garantias a favor de terceiros	6 550 809	1 506 637		5 044 172	
	<b>Total</b>	<b>6 653 309</b>	<b>0</b>	<b>1 506 637</b>	<b>0</b>	<b>5 146 672</b>

Un.: Euro

Quanto às garantias concedidas a favor de terceiros mantêm-se prestadas:

- Três garantias apresentadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000€;
- Uma garantia apresentada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, na importância de 2.500 €;
- Duas garantias, cada uma no valor unitário de 2.522.086 €, indexadas aos Bancos BPI e Santander Tota, na sequência do contrato de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos de habitação social, celebrado em 2004 pela Espaço Municipal, que no seu cômputo global refletem a libertação de 1.506.637 € em relação ao saldo existente no final da gerência de 2018, justificando na íntegra a diminuição assinalada nas garantias prestadas.

Pese embora a sua não referência em relatos anteriores a 2015, considerando que o Município da Maia não foi a entidade cedente na respetiva operação de cessão de créditos, intercede contudo como garante perante eventual incumprimento por parte dos devedores, motivo pelo qual se entendeu prudente a sua inclusão a partir do exercício económico de 2015, apesar de, desde 2004 e até à presente data, ainda não terem sido acionadas as respetivas garantias dado o cumprimento regular dos arrendatários.



# EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA







### 1.3.5.1 ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

O desempenho da execução orçamental da receita, no exercício de 2023, encontra-se globalmente sistematizada no quadro seguinte, no qual as Previsões Corrigidas para o exercício são apresentadas em paralelo com os montantes apurados nas diversas fases do ciclo orçamental da receita.

#### Quadro 20

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA									
2023									
	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições	Receitas cobradas líquidas	Receitas por cobrar no final do período	Taxa de execução Receitas cobradas líquidas
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(e)-(f)	(h)=(b)+(c)-(d)-(g)	(i) = (g)/(a)
<b>RECEITA EFETIVA</b>	<b>98.210.280</b>	<b>5.589.112</b>	<b>110.921.403</b>	<b>5.368.296</b>	<b>109.215.033</b>	<b>3.108.950</b>	<b>106.106.083</b>	<b>5.036.136</b>	<b>108,0%</b>
<b>Receita Corrente</b>	<b>89.449.708</b>	<b>5.164.549</b>	<b>101.575.062</b>	<b>4.460.477</b>	<b>99.868.374</b>	<b>2.201.141</b>	<b>97.667.233</b>	<b>4.611.901</b>	<b>109,2%</b>
Receita Fiscal - Impostos diretos	48.511.000	0	54.166.759	721.748	54.165.739	720.727	53.445.012	0	110,2%
Taxas, multas e outras penalidades	3.436.900	2.170.068	4.608.387	137.410	4.454.554	2.730	4.451.824	2.189.222	129,5%
Rendimentos de propriedade	2.718.500	277.601	4.527.084	1.630.171	4.503.383	1.329.078	3.174.305	210	116,8%
Transferências correntes	31.616.808	0	31.417.084	144.145	31.417.084	144.145	31.272.940	0	98,9%
Venda de bens e serviços correntes	2.936.200	1.222.953	5.226.293	529.404	4.748.186	4.292	4.743.894	1.175.947	161,6%
Outras receitas correntes	230.300	1.493.926	1.629.454	1.297.600	579.427	169	579.259	1.246.522	251,5%
<b>Receita de Capital</b>	<b>8.760.472</b>	<b>420.841</b>	<b>8.300.843</b>	<b>402.947</b>	<b>8.300.843</b>	<b>402.947</b>	<b>7.897.896</b>	<b>420.841</b>	<b>90,2%</b>
Vendas de bens de Investimento	22.094	264.748	937.355	330.200	937.355	330.200	607.155	264.748	274,81%
Transferências de Capital	8.577.278	0	7.363.488	72.747	7.363.488	72.747	7.290.741	0	85,0%
Outras receitas de Capital	161.100	156.094	0	0	0	0	0	156.094	0,0%
<b>Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	<b>100</b>	<b>3.721</b>	<b>1.045.498</b>	<b>504.872</b>	<b>1.045.815</b>	<b>504.862</b>	<b>540.954</b>	<b>3.394</b>	<b>540953,9%</b>
<b>RECEITA NÃO EFETIVA</b>	<b>385.730</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Ativos Financeiros	105	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Passivos Financeiros	385.625	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>98.596.010</b>	<b>5.589.112</b>	<b>110.921.403</b>	<b>5.368.296</b>	<b>109.215.033</b>	<b>3.108.950</b>	<b>106.106.083</b>	<b>5.036.136</b>	<b>107,6%</b>
Saldo da Gerência Anterior (SGA)	49.051.695	0	49.051.695	0	49.051.695	0	49.051.695	0	100,0%
<b>TOTAL APÓS INTEGRAÇÃO DO SGA</b>	<b>147.647.706</b>	<b>5.589.112</b>	<b>159.973.099</b>	<b>5.368.296</b>	<b>158.266.728</b>	<b>3.108.950</b>	<b>155.157.778</b>	<b>5.036.136</b>	<b>105,1%</b>

Un:Euro

Os valores apresentados são obtidos a partir da Demonstração Orçamental da Receita, arredondados à unidade.

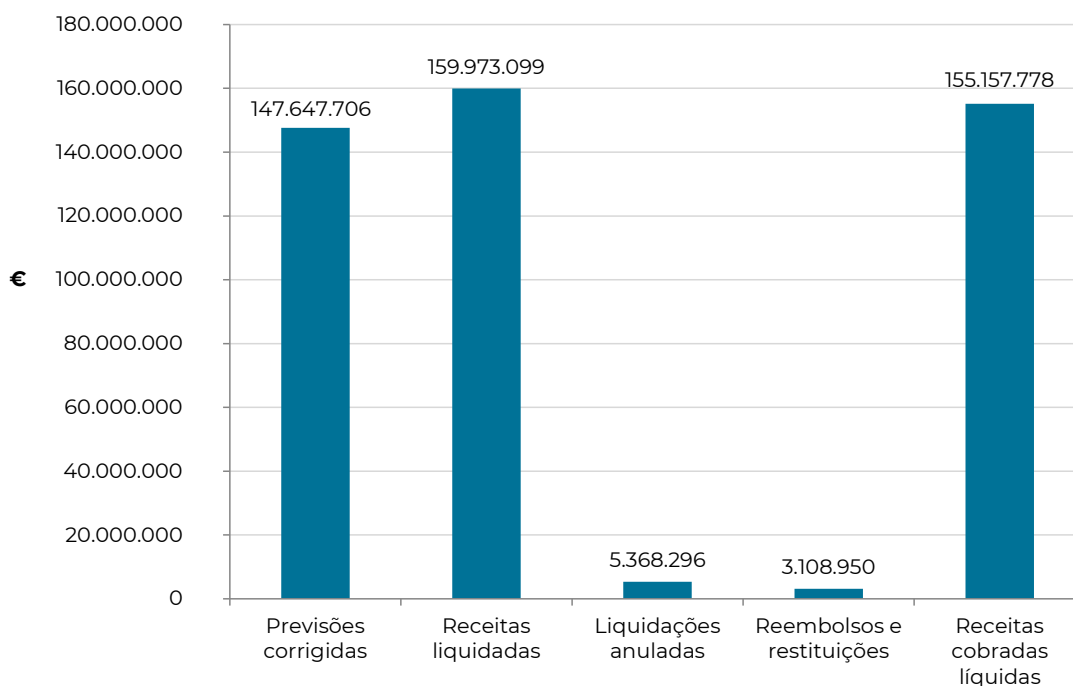
Para uma previsão corrigida de 98.596.010 €, excluído que seja o saldo da gerência anterior, no final do exercício, as receitas liquidadas totalizaram 110.921.403 € e as receitas cobradas líquidas 106.106.083 €, o que reflete uma taxa de execução de 107,6%, registando ainda uma receita por cobrar de 5.036.136 €.

Integrado o saldo da gerência anterior, no valor de 49.051.695 €, a execução da receita apresenta-se com a seguinte configuração nas suas diferentes fases do ciclo orçamental:



Gráfico 13

Fases do Ciclo Orçamental da Receita  
Ano 2023



As receitas anuladas, reembolsadas e restituídas registam uma ponderação nos valores liquidados diminuta, como ressalta visualmente no gráfico anterior – representam, no seu todo, cerca de 3% da receita liquidada no exercício.

Relativamente às Liquidações Anuladas, estas dizem respeito, na sua maioria, a Reembolsos e Restituições (58%) e Anulações de Regularização (34%). Com reduzida ponderação, as anulações propriamente ditas totalizam 458.862 €.

No que respeita aos Reembolsos e Restituições, cujo montante ascendeu, no exercício de 2023, a 3.108.950 €, verifica-se que na sua origem estão, maioritariamente, regularizações contabilísticas internas, que representam 77% do total dos Reembolsos e Restituições. Acresce ainda os reembolsos relativos a Impostos diretos levados a efeito pela Autoridade Tributária (reembolsos de Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto Único de Circulação), que explicam 23% daquele valor.

Orientando agora a presente análise para a receita cobrada líquida no exercício, é possível constatar, desde logo, a predominância absoluta da Receita Efetiva, uma vez que não foi arrecadada receita com origem em ativos ou passivos financeiros (Receita Não Efetiva).



Na desagregação da receita arrecadada, confirma-se, em linha com o sucedido nos exercícios anteriores, que a Receita Corrente responde pela maior parte da receita cobrada líquida, com 97.667.233 € (92%), enquanto a Receita de Capital proporciona aos cofres municipais 7.897.896 € (7%) e as Reposições não abatidas nos pagamentos com 540.954 € (1%).

Analisando as receitas municipais nas subcomponentes apresentadas na Demonstração Orçamental da Receita, começando pelas receitas de natureza corrente, uma vez mais os Impostos Diretos permanecem destacados como fonte principal de receita municipal, respondendo por 50% do total da receita, ascendendo no exercício em análise a 53.445.012 €. As Transferências Correntes assumem também uma posição de destaque, respondendo por 31.272.940 €, traduzindo-se numa representatividade em torno dos 29% dos valores totais arrecadados.

Com contributos substancialmente inferiores, apresentam-se, ainda no âmbito das receitas de natureza corrente, as rubricas de Venda de Bens e Serviços Correntes (4.743.894 €) e Taxas, Multas e Outras Penalidades (4.451.824 €), correspondendo cada uma a 4% do total da receita cobrada líquida, logo seguidas pelos Rendimentos de Propriedade (3.174.305 €), com um peso de 3% na receita arrecadada. Com materialidade menos expressiva figuram as Outras Receitas Correntes, num total de 579.259 €.

No âmbito das Receitas de Capital, que totalizam 7.897.896 €, destacam-se, desde logo, as Transferências de Capital, com um valor de 7.290.741 €, representando 7% da receita arrecadada, enquanto as Vendas de Bens de Investimento perfazem 607.155 €.

Em último lugar, no conjunto das componentes que de modo agregado compõem a Receita Efetiva, apresentam-se as Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos que, no exercício de 2023, totalizam 540.954 €.

Quanto às receitas por cobrar no final do período em análise, ao totalizarem 5.036.136 €, refletem um decréscimo de (-) 552.976 € em relação às receitas por cobrar no final do período homólogo. Este resultado deve-se sobretudo à diminuição ocorrida no agrupamento de Receitas Correntes em (-) 552.648 €, em duas das suas componentes – Rendimentos de Propriedade e Outras Receitas Correntes.

A justificar parte da variação ocorrida figura a devolução parcial da Autoridade Tributária, relativamente aos processos de impugnação das liquidações adicionais de IVA referentes aos anos de 2012 e 2013 da empresa Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. E.M. – Em Liquidação, no montante de 235.151,09 €, relativos à assunção do pagamento de dívidas fiscais da empresa, por parte do Município, em consequência da reversão fiscal dos seus responsáveis subsidiários a exercer mandato em nome da autarquia.

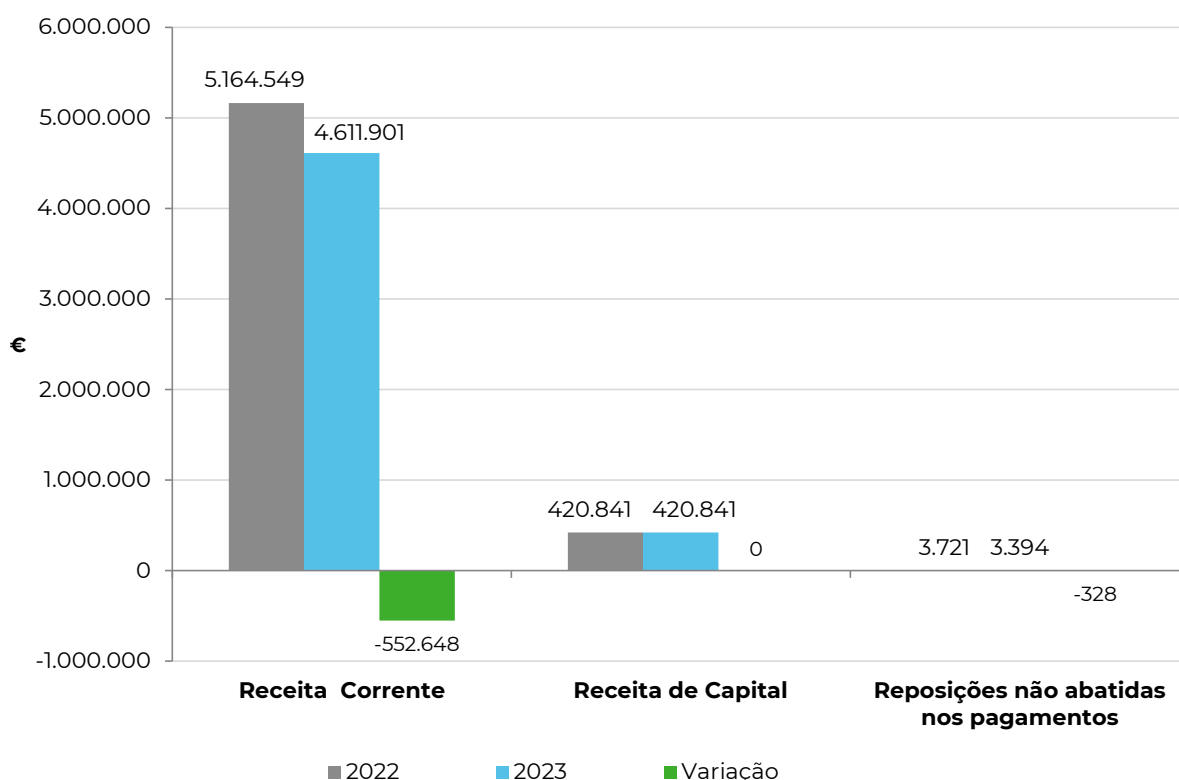
Ainda sobre esta matéria, assinala-se que o saldo por cobrar, relativo ao agrupamento de Receitas de Capital, permanece inalterado entre o início e o final do exercício de 2023 e o saldo das Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos apresenta uma diminuição de (-) 328 €.



Para melhor ilustrar a evolução dos saldos por cobrar, por grandes componentes de receita, apresenta-se o gráfico seguinte:

Gráfico 14

**Evolução das Receitas por cobrar no final do período  
2022-2023**



Numa apreciação de maior detalhe à receita liquidada e não cobrada no exercício, conclui-se que a maioria dos valores por cobrar no final de 2023 tem origem na Receita Corrente (92%), correspondendo a maior percentagem a Taxas, Multas e Outras Penalidades (43%), a que se juntam as Outras Receitas Correntes (25%) e a Venda de Bens e Serviços Correntes (23%).

Na rubrica Taxas Multas e Outras Penalidades, que totaliza 2.189.222 €, sobressai a componente Loteamentos e Obras (1.330.022 €) (inclui as receitas por arrecadar das taxas de urbanização e das taxas de não cedência de área), seguindo-se as rubricas de Juros de Mora (441.703 €) e Publicidade (221.239 €).

De seguida, apresentam-se os contributos das Outras Receitas Correntes, cujos valores por cobrar (1.246.522 €) incluem os montantes em aberto junto da Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. E.M. – Em Liquidação, 1.057.203 €, relativos à assunção do pagamento de dívidas fiscais da



empresa à Autoridade Tributária em consequência da reversão fiscal dos seus responsáveis subsidiários a exercer mandato em nome da autarquia. No momento da elaboração do presente relatório, são também já conhecidas sentenças, totalmente procedentes e transitadas em julgado, relativamente aos processos do IVA referentes aos períodos de tributação de 2014 e 2015, no montante de 395.435,29 €, de que se aguarda reembolso a todo o momento.

Por último, na rubrica Venda de Bens e Serviços Correntes resultam receitas por cobrar no montante de 1.175.947€. Este valor tem origem, principalmente, em serviços prestados (1.148.005€), sobressaindo os Serviços Sociais, com 771.100 €, a que se juntam, com menor materialidade, os Serviços específicos das autarquias (212.619 €) e Serviços desportivos (140.087 €). Em linha com o que sucedia nos exercícios anteriores:

- Nos Serviços Sociais incluem-se os montantes correspondentes ao setor da educação, designadamente Componente de Apoio à Família (CAF), Serviço de Apoio à Família (SAF) e Refeições Escolares, encontrando-se em sede de cobrança coerciva 540.119 € (70%);
- Nos Serviços Específicos das Autarquias Locais encontram-se as rubricas de Trabalhos por conta de particulares (133.314 €), Outros (43.562 €) e Mercados e feiras (35.743 €), dos quais encontram-se em execução fiscal 62.979 € (30%);
- Os Serviços Desportivos abrangem a receita por cobrar, na sua maioria, relativa à utilização do Aeródromo, encontrando-se em execução fiscal 96.534 € (69%).

Relativamente às Receitas de Capital, que representam 8% da receita liquidada e não cobrada, encontram-se por receber 264.748 € relativas à Vendas de Bens de Investimento e 156.094 € de Outras Receitas de Capital, que se encontram na íntegra em processo de execução fiscal.

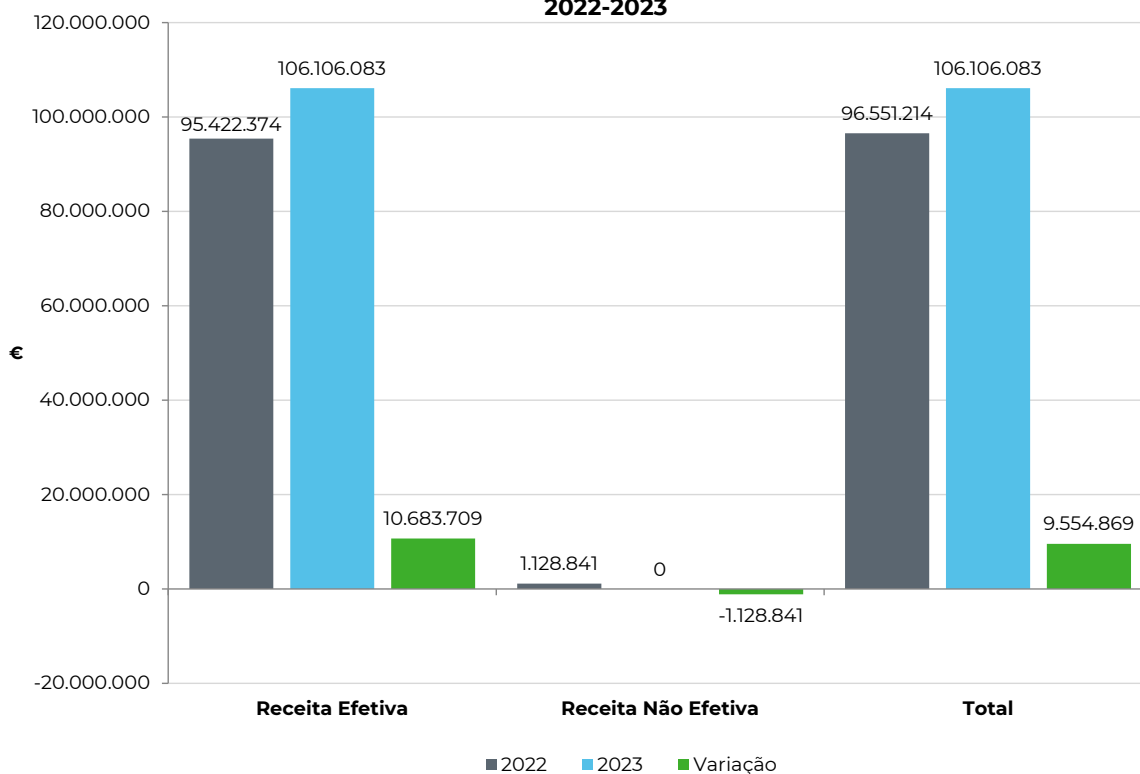
Em síntese, as Receitas por cobrar que transitam para o exercício seguinte, ascendem, no seu total, a 5.036.136 €, sendo que uma parte significativa desse valor, quantificado em 4.530.198 €, que representa 90% do universo total, encontra-se cobrança coerciva, em processo de contraordenação ou a ser dirimidas em sede de judicial.

Finaliza-se esta análise global à receita, com uma breve nota sobre a Receita Total Cobrada Líquida, em relação ao exercício antecedente, cujos valores comparativos constam do gráfico seguinte:



Gráfico 15

**Evolução da Receita Cobrada Líquida  
2022-2023**



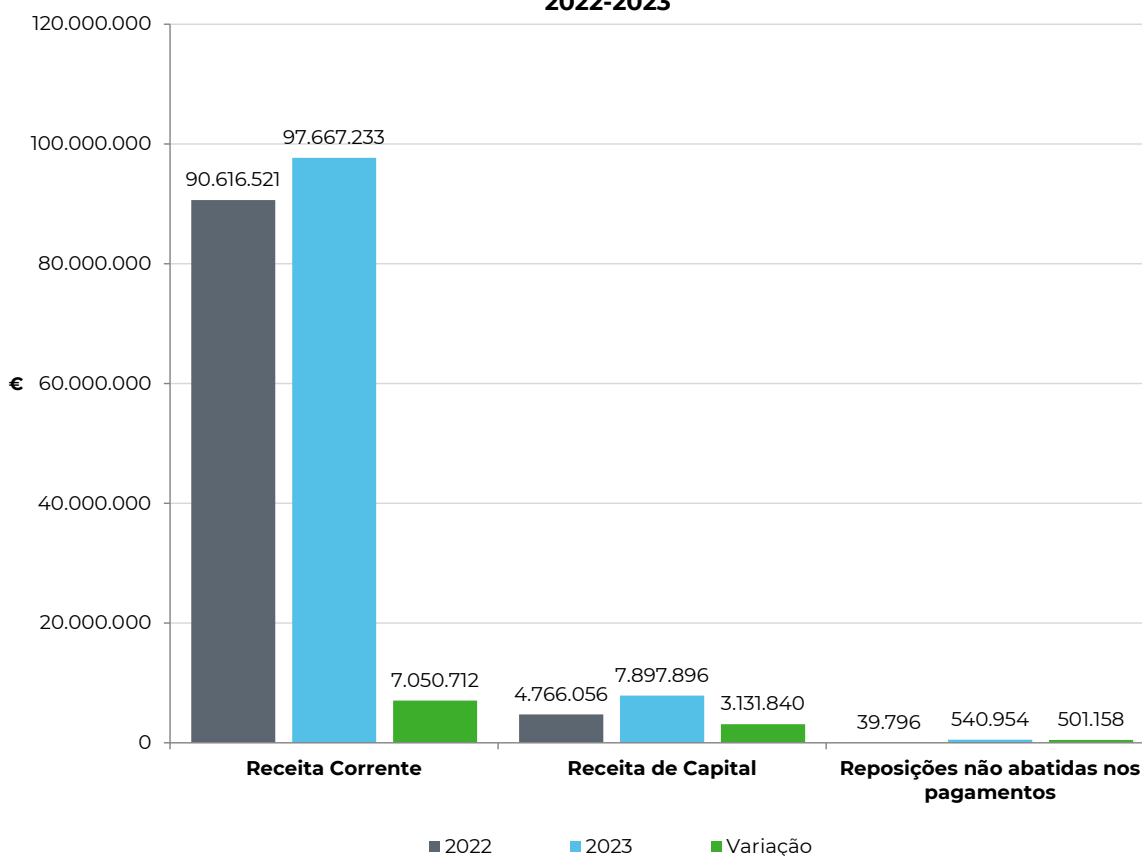
A receita total cobrada pelo Município da Maia no exercício de 2023, excluído o saldo da gerência anterior, ascende a 106.106.083 €, registando um aumento de (+) 9.554.869 €, cerca de (+) 10 % face ao valor observado no período homólogo, quantificado em 96.551.214 €. Esta variação fica a dever-se, fundamentalmente, à evolução das Receitas Correntes, sobretudo influenciada pelas Transferências Correntes e Receita Fiscal, ambas com um significativo peso no total de Receita Corrente executada (87%), observaram ainda aumentos entre os dois exercícios de, respetivamente, (+) 3.027.438 € e de (+) 1.515.007 €. Destaca-se ainda a variação positiva da rúbrica Venda de bens e serviços correntes, no montante de (+) 1.252.886 €.

Também as Receitas de Capital apresentam um expressivo aumento de (+) 66% entre os exercícios de 2022 e 2023, impulsionadas pelas Transferências de Capital, que registaram um acréscimo de (+) 2.580.585 €, facto que ficou a dever-se, sobretudo, ao aumento das transferências no âmbito da participação comunitária em projetos cofinanciados.



Gráfico 16

**Evolução da Receita Efetiva  
2022-2023**



Considerando a sua importância no contexto geral da estrutura da receita, seguidamente dedica-se este relatório a uma análise mais detalhada das seguintes componentes:

- Receitas Próprias
- Transferências
- Passivos Financeiros

### 1.3.5.1.1 RECEITAS PRÓPRIAS

A Receita Própria municipal compreende todas as rubricas de receita com exceção das transferências (correntes ou de capital), de ativos e passivos de natureza financeira e das reposições não abatidas nos pagamentos. Assim, a Receita Alheia engloba as receitas remanescentes com exceção das reposições não abatidas nos pagamentos.

A estrutura das Receitas Próprias e Alheias do Município da Maia, no exercício 2023, em comparação com 2022, é a que se quantifica no quadro seguinte:



Quadro 21

ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS E ALHEIAS						
	2022	2023		Variação		
	Valor	Valor	% Global	% Própria	Valor	%
<b>PRÓPRIA</b>	<b>62.426.919</b>	<b>67.001.449</b>	<b>63%</b>	<b>100%</b>	<b>4.574.530</b>	<b>7%</b>
<b>Natureza Fiscal</b>	<b>55.825.968</b>	<b>57.896.835</b>	<b>55%</b>	<b>86%</b>	<b>2.070.868</b>	<b>4%</b>
Impostos diretos	51.930.004	53.445.012	50%	80%	1.515.007	3%
Taxas, multas e outras penalidades	3.895.964	4.451.824	4%	7%	555.860	14%
<b>Natureza Não Fiscal</b>	<b>6.600.951</b>	<b>9.104.613</b>	<b>9%</b>	<b>14%</b>	<b>2.503.662</b>	<b>38%</b>
Rendimentos de propriedade	2.793.325	3.174.305	3%	5%	380.980	14%
Venda de bens e serviços correntes	3.491.008	4.743.894	4%	7%	1.252.886	36%
Outras receitas correntes	260.718	579.259	1%	1%	318.541	122%
Venda de bens de investimento	55.900	607.155	1%	1%	551.255	986%
Outras receitas de capital	0	0	0%	0%	0	-
<b>ALHEIA</b>	<b>34.084.499</b>	<b>38.563.680</b>	<b>36%</b>		<b>4.479.182</b>	<b>13%</b>
Transferências correntes	28.245.502	31.272.940	29%	81%	3.027.438	11%
Transferências de capital	4.710.156	7.290.741	7%		2.580.585	55%
Ativos financeiros	0	0	0%		0	-
Passivos financeiros	1.128.841	0	0%		-1.128.841	-
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>39.796</b>	<b>540.954</b>	<b>1%</b>		<b>501.158</b>	<b>1259%</b>
Reposições não abatidas nos pagamento:	39.796	540.954	1%		501.158	1259%
<b>TOTAL</b>	<b>96.551.214</b>	<b>106.106.083</b>	<b>100%</b>		<b>9.554.869</b>	<b>10%</b>

Un: Euro

A primeira conclusão que ressalta da leitura do quadro supra é a predominância das Receitas Próprias no cômputo global da receita arrecadada, que no exercício em análise no presente relatório ascende a 63% do total, perfazendo 67.001.449 €, num total de receita arrecadada de 106.106.083 €. Importa ainda referir a sua variação positiva de (+) 4.574.530 € face ao exercício de 2022.

No seio desta componente, destaca-se, ainda, que as receitas com origem em Impostos Diretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades – Receita de Natureza Fiscal - permanecem como as mais relevantes, com contribuições, no exercício, de 53.445.012 € e de 4.451.824 €, respetivamente, assumindo a responsabilidade por 86% da Receita Própria e respondendo ainda por 55% da receita total arrecadada.

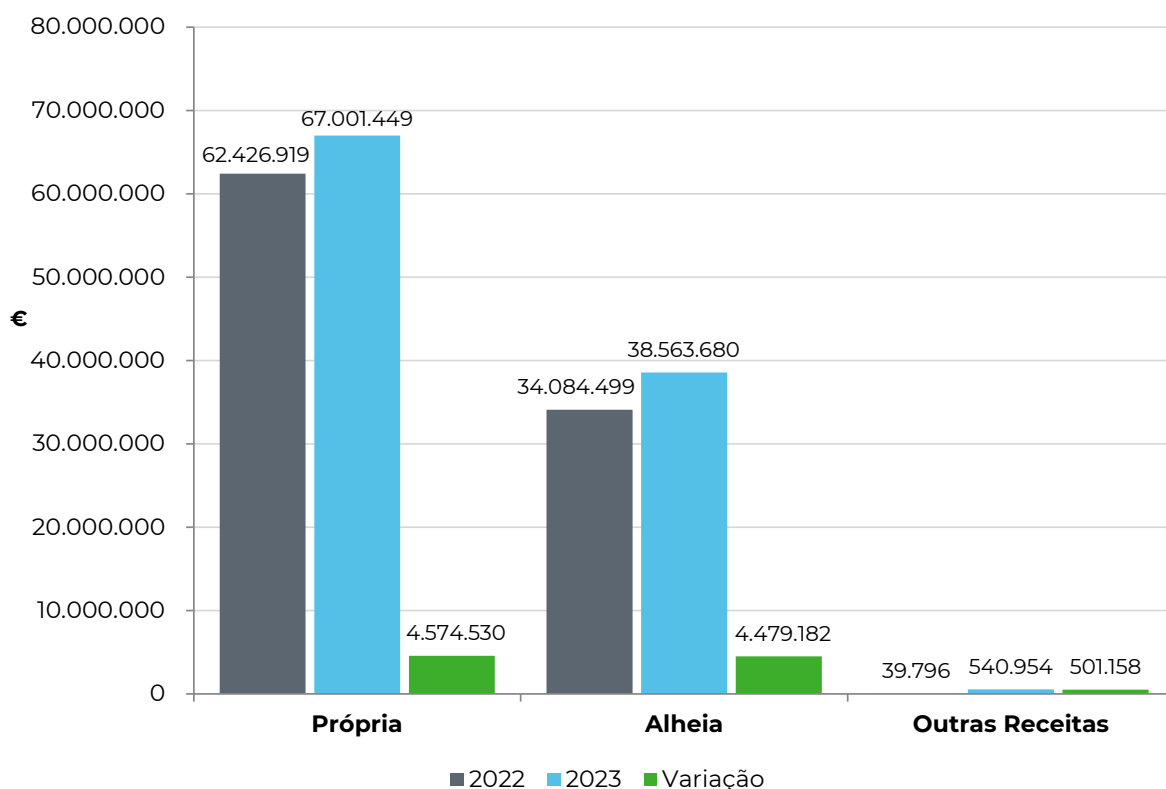
Relativamente à Receita Alheia, esta representa, no exercício em análise, 36% da receita total, contribuindo, para tal e de forma dominante, as Transferências Correntes com 31.272.940 €, a que se juntam as Transferências de Capital com 7.290.741 €. As Transferências Correntes, além de ser a rubrica que mais pondera na Receita Alheia (81%), é também a segunda rubrica que mais contribui para a receita total arrecadada (29%).





Gráfico 17

**Evolução das Receitas Próprias e Alheias  
2022-2023**



A Receita Própria regista no exercício de 2023 um total de 67.001.449 €, aumentando (+) 4.574.530 € face ao executado no exercício de 2022. Do aumento observado, 33% ficam a dever-se ao comportamento da rubrica Impostos Diretos, que totaliza em 2023 o montante de 53.445.012 €, com (+) 1.515.007 € do que no exercício anterior – mantendo-se nesta esfera o Imposto Municipal sobre Imóveis como o mais expressivo, conforme se verificará adiante.

Com contributo igualmente digno de destaque, apresenta-se o aumento nos valores arrecadados a título de Venda de Bens e Serviços Correntes, que crescem (+) 36%, relativamente aos valores registados em 2022, (+) 1.252.886 €.

As demais rúbricas que compõem a Receita Própria municipal, registam aumentos face aos valores cobrados no período homólogo. As Taxas, Multas e Outras Penalidades aumentam (+) 555.860 €, a Venda de Bens de Investimento regista um acréscimo de (+) 551.255 €, os Rendimentos de Propriedade incrementam (+) 380.980 € e em Outras Receitas Correntes foram arrecadados (+)318.541€.

Prossegue-se a análise à execução orçamental da receita, com uma apreciação de maior pormenor, a cada uma das componentes de maior influência na performance municipal.



### 1.3.5.1.1.1 IMPOSTOS DIRETOS

A receita municipal arrecadada em 2023, por via de Impostos Diretos, ascendeu a 53.445.012 €, aumentando (+) 2,9% face ao valor apurado no ano anterior. Sistematizando a composição detalhada desta parcela das Receitas Próprias do Município, insere-se seguidamente quadro resumo contendo os valores executados no ano:

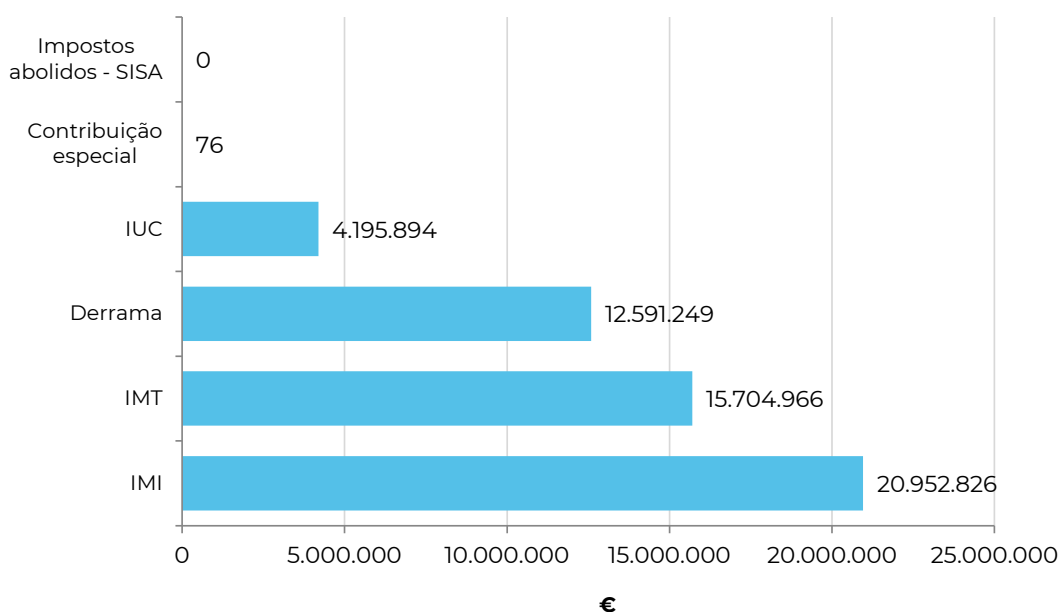
**Quadro 22**

IMPOSTOS DIRETOS						
	2022		2023		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imposto Municipal sobre Imóveis	21.678.421	41,7%	20.952.826	39,2%	-725.594	-3,3%
Derrama	9.384.909	18,1%	12.591.249	23,6%	3.206.340	34,2%
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	16.705.879	32,2%	15.704.966	29,4%	-1.000.913	-6,0%
Imposto Único de Circulação	3.965.916	7,6%	4.195.894	7,9%	229.978	5,8%
Contribuição especial	0	0,0%	76	0,0%	76	-
Impostos abolidos - SISA	194.880	0,4%	0	0,0%	-194.880	-100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>51.930.004</b>	<b>100,0%</b>	<b>53.445.012</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.515.007</b>	<b>2,9%</b>

Un:Euro

**Gráfico 18**

### Impostos Diretos Ano 2023





A primeira constatação relaciona-se com a manutenção do peso relativo de cada um dos impostos que contribuem, anualmente, para esta receita, face à estrutura que já se observava em 2022, com o Imposto Municipal sobre Imóveis a assumir a maior responsabilidade de receita cobrada, por via de Imposto Diretos, (39,2%), com 20.952.826 €, pese embora apresente uma diminuição de (-) 725.594 € face ao exercício anterior.

Apresenta-se de seguida o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, cujo contributo no exercício ascende a 15.704.966 €, registando, também, uma diminuição de (-) 6% face ao período homólogo, no montante de (-) 1.000.913 €. Conjuntamente, estes dois impostos representam mais de dois terços dos Impostos Diretos arrecadados pelo Município neste exercício.

Relativamente à Derrama, que no presente exercício alcança o montante 12.591.249 €, apresenta um crescimento de (+) 3.206.340 €, registando um expressivo aumento de (+) 34,2% face aos valores arrecadados em 2022. Também o Imposto Único de Circulação apresenta um acréscimo de (+) 229.978 € face ao período homólogo, encerrando o exercício com um contributo de 4.195.894 €.

Conclui-se, da análise precedente, pela importância dos impostos relacionados com a propriedade ou a transmissão de imóveis localizados no Município e, conseqüentemente, da relevância que a dinâmica do mercado imobiliário acaba por ter na arrecadação de receita municipal. Da mesma forma se destaca a importância da receita fiscal indexada aos lucros das empresas sediadas no concelho.

### 1.3.5.1.1.2 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

Quadro 23

TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES						
	2022		2023		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Mercados e Feiras	615	0,0%	10.557	0,2%	9.942	1617,6%
Loteamento e Obras	2.186.077	56,1%	2.667.010	59,9%	480.933	22,0%
Ocupação da via pública	1.209.501	31,0%	1.380.726	31,0%	171.225	14,2%
Taxa Municipal de Direitos de Passagem	58.667	1,5%	71.605	1,6%	12.938	22,1%
Publicidade	6.131	0,2%	26.775	0,6%	20.644	336,7%
Juros	291.907	7,5%	113.900	2,6%	-178.008	-61,0%
Multas e outras penalidades (exceto juros)	25.360	0,7%	48.436	1,1%	23.077	91,0%
Outros	117.707	3,0%	132.815	3,0%	15.108	12,8%
<b>TOTAL</b>	<b>3.895.964</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.451.824</b>	<b>100,0%</b>	<b>555.860</b>	<b>14,3%</b>

Un:Euro



No exercício de 2023, a rubrica Taxas, Multas e Outras Penalidades apresenta uma receita arrecadada de 4.451.824 €, registando um crescimento (+) 14,3% relativamente aos valores registados no ano anterior.

Desagregando por subcomponentes, verifica-se que, tal como ocorria no exercício de 2022, as taxas decorrentes de Loteamentos e Obras ocupam o lugar cimeiro na hierarquia das Taxas, Multas e Outras Penalidades e a Ocupação da Via Pública ocupa a segunda posição.

Da leitura do quadro é possível aferir, desde logo, acerca da predominância das rubricas de Loteamentos e Obras (com 2.667.010 €) e Ocupação da Via Pública (com 1.380.726 €) que, no conjunto, representam 90,9% do total da rubrica Taxas, Multas e Outras Penalidades, totalizando 4.047.736 €. Importa ainda referir que estas componentes, Loteamentos e Obras e Ocupação da Via Pública, registam um crescimento de (+) 480.933 € e de (+) 171.225 €, respetivamente, face aos valores arrecadados no exercício anterior.

Com um contributo substancialmente inferior, surge a componente Outros a concorrer com 132.815€ e que apresenta um acréscimo de (+) 15.108 € relativamente aos valores arrecadados em 2022.

Logo a seguir apresenta-se a rubrica de Juros, que contribui com uma receita arrecadada de 113.900 €, mas apresenta uma variação negativa de (-) 178.008 €, correspondente a uma diminuição de (-) 61% face ao valor apurado no exercício anterior.

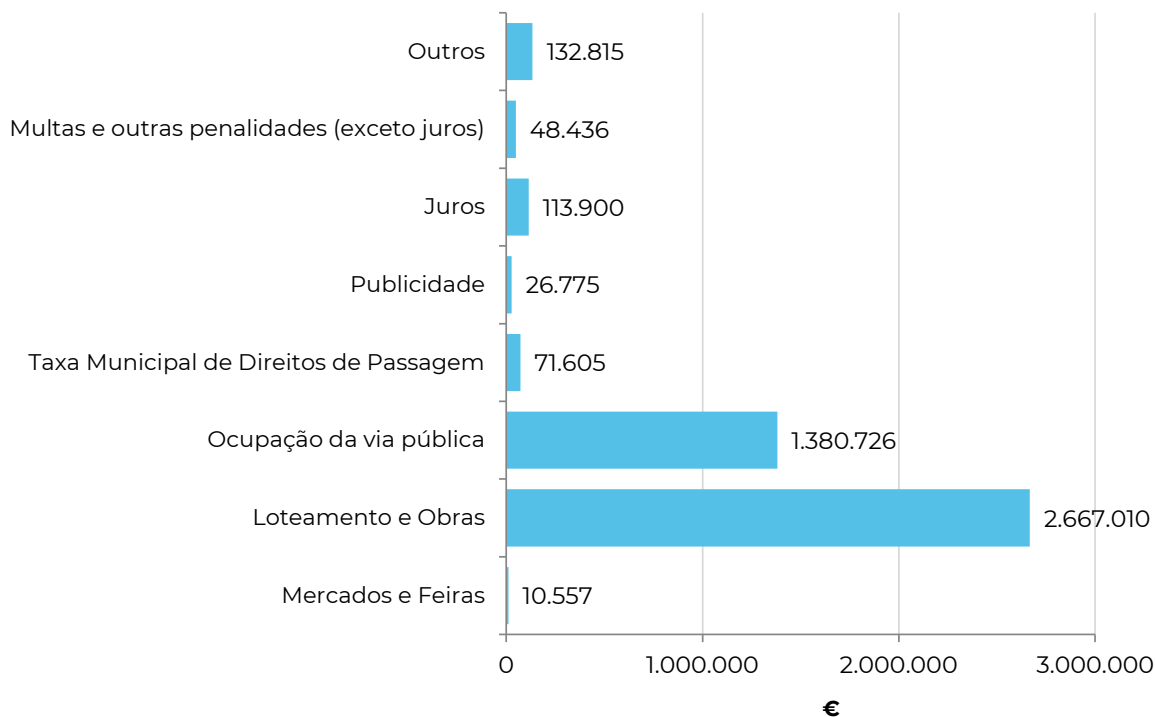
Por fim, no seio das Taxas, Multas e Outras Penalidades encontram-se ainda as componentes Taxa Municipal de Direitos de Passagem, Multas e Outras Penalidades (exceto Juros), Publicidade e Mercados e Feiras com valores que, conjuntamente, ascendem a 157.373 €. Destaca-se ainda que todas as componentes apresentadas registam um crescimento face aos valores arrecadados no exercício anterior, de (+) 12.938 €, (+) 23.077 €, (+) 20.644 € e (+) 9.942 €, respetivamente.

Para melhor apreciação do peso relativo das diversas componentes, insere-se seguidamente o gráfico ilustrativo da decomposição das Taxas, Multas e Outras Penalidades:



Gráfico 19

**Taxas, Multas e Outras Penalidades  
Ano 2023**



**1.3.5.1.1.3 VENDA DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRENTES**

A rubrica de Venda de Bens e Prestação de Serviços Corrente totaliza no exercício 4.743.894 €, registando um acréscimo significativo, face ao exercício anterior, de (+) 35,9%. A sua decomposição é a que se apresenta no quadro seguinte:



Quadro 24

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES						
	2022		2023		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Venda de Bens</b>	<b>24.471</b>	<b>0,7%</b>	<b>20.819</b>	<b>0,4%</b>	<b>-3.652</b>	<b>-14,9%</b>
<b>Serviços</b>	<b>3.371.104</b>	<b>96,6%</b>	<b>4.633.407</b>	<b>97,7%</b>	<b>1.262.303</b>	<b>37,4%</b>
Aluguer de espaços e equipamentos	39.492	1,1%	62.331	1,3%	22.839	57,8%
Vistorias e ensaios	9.842	0,3%	26.094	0,6%	16.252	165,1%
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	3.126.220	89,6%	4.297.645	90,6%	1.171.425	37,5%
Serviços sociais	1.657.822	47,5%	2.312.770	48,8%	654.948	39,5%
Serviços recreativos	0	0,0%	2.280	0,0%	2.280	-
Serviços culturais	40.241	1,2%	67.248	1,4%	27.008	67,1%
Serviços desportivos	1.428.157	40,9%	1.915.347	40,4%	487.190	34,1%
Serviços Específicos das Autarquias	195.529	5,6%	247.309	5,2%	51.779	26,5%
Outros	21	0,0%	29	0,0%	8	37,0%
<b>Rendas</b>	<b>95.433</b>	<b>2,7%</b>	<b>89.669</b>	<b>1,9%</b>	<b>-5.765</b>	<b>-6,0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.491.008</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.743.894</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.252.886</b>	<b>35,9%</b>

Un:Euro

Como se verifica pela análise do presente quadro, é estrutural o contributo dos Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e de Desporto, que geraram, no exercício em análise, uma receita no valor de 4.297.645 €, o que representa 90,6% do total de Venda de Bens e Serviços Correntes, registando um crescimento assinalável de (+) 37,5% face aos valores cobrados em 2022, um acréscimo de (+) 1.171.425 €. A justificar este crescimento, destacam-se as receitas com origem nos Serviços Sociais e nos Serviços Desportivo, com um aumento de (+) 654.948 € e (+) 487.190 €, respetivamente.

Também com evolução positiva apresentam-se os Serviços Específicos das Autarquias com um contributo de 247.309 €, (+) 26,5%, o Aluguer de Espaços e Equipamentos com 62.331 €, (+) 57,8%, e Vistorias e Ensaios com 26.094 €, (+) 165,1%.

Em sentido inverso, as Rendas com uma receita de 89.669 € e a Venda de Bens com 20.819 €, registam uma diminuição de, respetivamente, (-) 6% e (-) 14,9% face aos valores arrecadados no ano de 2022.



### 1.3.5.1.2 TRANSFERÊNCIAS

No contexto das transferências da administração central para a local haverá que fazer a distinção entre fundos municipais e outras transferências, as primeiras são comumente designadas de Participação dos Municípios nos Impostos do Estado (PIE) e é nesta aceção restrita que a Lei das Finanças Locais prioriza a sua abordagem, configurando estes fundos como propiciadores de eficiência e equidade.

Relativamente às Outras Transferências, visavam da mesma forma reforçar a ideia de descentralização, proporcionando aos municípios no âmbito das suas atribuições e competências o necessário financiamento que permitisse a materialização da ideia de “descentralização”. A concretização desta ideia está atualmente num processo de evolução. A descentralização, em curso está a propiciar uma alteração na estrutura das transferências e do seu peso na estrutura da receita das autarquias, como consequência de um alargamento das competências municipais.

O total de fundos municipais a transferir pelo orçamento do estado tem sofrido oscilações de valor, tentando de alguma forma adequar os meios financeiros à concretização do princípio da autonomia, apresentando atualmente uma aparente estabilidade e confiança quanto à participação dos municípios nos recursos públicos.

Face ao exposto, estrutura-se a análise deste agrupamento da receita, promovendo primeiro uma abordagem global às transferências obtidas, e só depois analisando de forma detalhada determinados grupos de transferências que pela sua tipologia interessa avaliar conjuntamente, designadamente fundos municipais, transferências correntes e de capital, e por fim um resumo identificativo dos contratos programa e projetos cofinanciados.

No final sistematizam-se as transferências recebidas no último biénio que têm contribuído para a concretização do serviço público prestado, designadamente ao nível de cada subagrupamento económico.



Quadro 25

TRANSFERÊNCIAS						
	2022		2023		Variação 2022/2023	
	Execução Valor	Execução Valor	Peso	Valor	%	
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>28.245.502</b>	<b>31.272.940</b>	<b>81,1%</b>	<b>3.027.438</b>	<b>10,7%</b>	
<b>Estado</b>	<b>24.648.622</b>	<b>30.125.433</b>	<b>78,1%</b>	<b>5.476.810</b>	<b>22,2%</b>	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.486.149	3.223.766	8,4%	-262.383	-7,5%	
Fundo Social Municipal	3.024.298	3.168.553	8,2%	144.255	4,8%	
Participação Variável no IRS	9.495.100	10.462.027	27,1%	966.927	10,2%	
Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	5.397.721	12.403.153	32,2%	7.005.432	129,8%	
Participação no IVA art.º 26-A da Lei 73/2013	516.847	822.237	2,1%	305.391	59,1%	
Outros	2.728.508	45.697	0,1%	-2.682.811	-98,3%	
<b>Comparticipação em projetos comunitários</b>	<b>359.963</b>	<b>856.781</b>	<b>2,2%</b>	<b>496.818</b>	<b>138,0%</b>	
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>3.104.020</b>	<b>101.712</b>	<b>0,3%</b>	<b>-3.002.308</b>	<b>-96,7%</b>	
<b>Administração Local</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Segurança Social</b>	<b>39.103</b>	<b>31.511</b>	<b>0,1%</b>	<b>-7.592</b>	<b>-19,4%</b>	
<b>Instituições S/ Fins Lucrativos</b>	<b>28.500</b>	<b>29.000</b>	<b>0,1%</b>	<b>500</b>	<b>1,8%</b>	
<b>Resto do Mundo</b>	<b>65.293</b>	<b>128.503</b>	<b>0,3%</b>	<b>63.210</b>	<b>96,8%</b>	
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>4.710.156</b>	<b>7.290.741</b>	<b>18,9%</b>	<b>2.580.585</b>	<b>54,8%</b>	
<b>Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	
<b>Sociedades Financeiras</b>	<b>355.000</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>-355.000</b>	<b>-100,0%</b>	
<b>Estado</b>	<b>769.622</b>	<b>987.204</b>	<b>2,6%</b>	<b>217.582</b>	<b>28,3%</b>	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	387.350	358.196	0,9%	-29.154	-7,5%	
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei 73/2013	158.398	629.008	1,6%	470.610	297,1%	
Cooperação técnica e financeira	223.874	0	0,0%	-223.874	-100,0%	
Outros	0	0	0,0%	0	0,0%	
<b>Comparticipação em projetos comunitários</b>	<b>3.419.537</b>	<b>6.270.214</b>	<b>16,3%</b>	<b>2.850.677</b>	<b>83,4%</b>	
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>152.997</b>	<b>20.823</b>	<b>0,1%</b>	<b>-132.175</b>	<b>-86,4%</b>	
<b>Instituições S/ Fins Lucrativos</b>	<b>13.000</b>	<b>12.500</b>	<b>0,0%</b>	<b>-500</b>	<b>-3,8%</b>	
<b>Total</b>	<b>32.955.658</b>	<b>38.563.680</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.608.022</b>	<b>17,0%</b>	
Un: Euro						
<b>Total da Receita</b>	<b>96.551.214</b>	<b>106.106.083</b>				
<b>Peso das Transferências no Total da Receita</b>	<b>34,1%</b>	<b>36,3%</b>				

A informação transmitida pelo quadro demonstra que no exercício económico de 2023, as transferências totalizaram 38.563.680 €. Este total quando comparado com o exercício económico de 2022 apresenta uma variação relativa de (+) 17% no total das transferências o que na sua expressão absoluta representa um acréscimo de (+) 5.608.022 €. Este acréscimo confirma a evolução nominal das transferências, enquanto expressão de modelador da atividade autárquica.

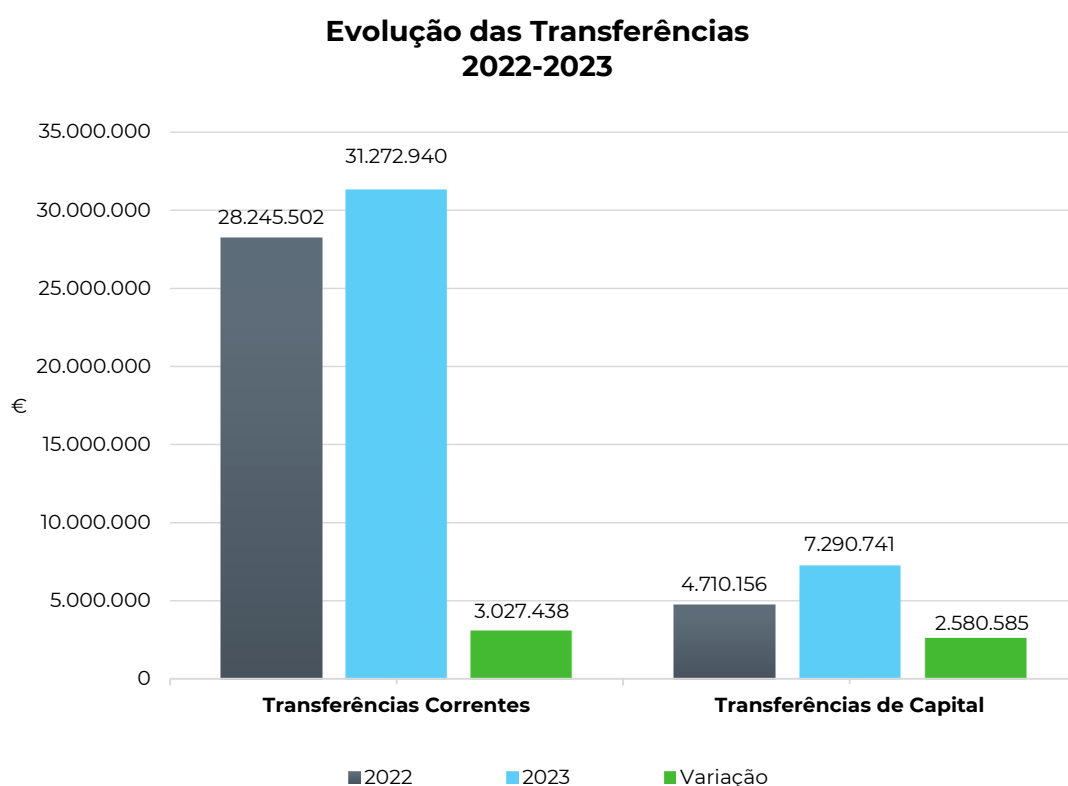
Avaliando o posicionamento estrutural das transferências na receita global, permanece a supremacia das transferências correntes que respondem por 81,1%, 31.272.940 €, enquanto que as de capital assumem 18,9%, ou seja, 7.290.741 €.





Na comparação entre os dois períodos, detetam-se resultados diferenciados entre as diferentes sub-rubricas de carácter corrente e de capital, com especial destaque para aquelas que apresentam maior peso e relevância. As transferências de natureza corrente apresentam um acréscimo global de (+) 3.027.438 €, num movimento de sentido idêntico ao assumido pelas transferências de natureza capital, que apresentam um incremento no valor de (+) 2.580.585 €, ainda que parcialmente se detetem variações negativas com relevância explicativa.

**Gráfico 20**



No contexto da receita global da autarquia, verifica-se em 2023 um aumento da sua importância relativa, assumindo no ano de 2023 cerca de 36,3% do total da receita municipal, valor superior ao verificado no ano de 2022, o qual atingiu 34,1%.

#### **1.3.5.1.2.1 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

As transferências de natureza corrente têm assumido, recorrentemente, maior significado no cômputo global da receita e, em 2023, comportam 81,1% do total das transferências, destacando-se as rubricas que têm origem no Estado, que compreendem 96,3% do total das transferências correntes e que contribuem com um incremento de (+) 5.476.810 €.



No seio das transferências correntes, destacam-se os fundos municipais (PIE) que continuam a ter um papel de destaque no desenvolvimento da atividade autárquica ao apresentarem um total de 30.079.736 € e um peso de cerca de 28% no total da receita, facto que justificará uma análise mais pormenorizada a realizar mais adiante neste relatório.

Com efeito, a evolução das transferências correntes, em 2023, encontra-se fortemente relacionada com o comportamento positivo das rubricas do Estado (+) 5.476.810 €, parcialmente atenuado pela diminuição da parcela proveniente dos Serviços e Fundos Autónomos que no período registam (-) 3.002.308 €, pelos motivos, excepcionais que mais à frente se detalhará, já que as demais rubricas exibem variações com parca materialidade, à exceção da Comparticipação em Projetos Comunitários que aumenta (+) 496.818 €.

De entre as rubricas do Estado justifica-se mencionar a componente Outros, que totaliza em 2023 o montante de 45.697 €, contribuindo com um decréscimo de (-) 2.682.811 €, uma vez que esta rubrica era a principal destinatária das transferências na área da educação, contudo o paradigma alterou, por força da descentralização de competências, computando-se os valores referentes à educação no Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), bem como, parcialmente, no Fundo Social Municipal (FSM).

Acresce ainda que, em abril de 2023, foram transferidas competências na área da ação social e, em maio, competências na área da saúde com o correspondente envelope financeiro, justificando, em parte, o aumento observado nas transferências correntes.

Posicionando-se o processo de transferência de competências nas áreas da educação, ação social e saúde, como um dos fatores justificativos do aumento verificado nas transferências correntes, importa uma nota particular neste domínio, referindo designadamente que a 31 de março de 2022 cessaram automaticamente os Acordos/Protocolos outrora celebrados com o Ministério da Educação no âmbito do ensino pré-escolar, da generalização do fornecimento de refeições escolares e das atividades de enriquecimento escolar, e conseqüentemente o envelope financeiro associado, facto que por si só determinou o decréscimo na rubrica corrente Outros em 2023.

Deste modo, considerando que as referidas áreas de atuação permanecem no domínio da intervenção municipal, passando a ser inseridas no processo de descentralização de competências, haverá que proceder a uma avaliação sistemática dos valores transferidos para o fundo de financiamento de descentralização e sinalizar o défice do financiamento das despesas de educação imputadas ao Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD) e Fundo Social Municipal (FSM) na área da educação, bem como posicionar o financiamento nas áreas da ação social e saúde, assinalando-se que, nestas últimas, o apuramento cinge-se a 9 e 8 meses do ano, respetivamente o que exige especial prudência em análises comparativas por ano económico, conforme se poderá aferir nos quadros que se seguem:



## Quadro 26

APURAMENTO DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE EDUCAÇÃO IMPUTADAS AO FFD		
ANO DE 2023		
	Receita Cobrada	Despesa Paga
<b>Fundo de Financiamento da Descentralização da Educação (FFD Educação)</b>	10.518.953	
Leite escolar	36.739	
Fornecimento de refeições aos alunos do 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário.	492.116	
Programa de atividades de apoio à família	303.062	
Pessoal Não Docente		8.270.092
Apoios alimentares		1.958.610
Encargos das instalações		1.060.455
Conservação das instalações		337.998
Transportes circuitos especiais		190.804
Escola a tempo inteiro		2.233.600
<b>Totais</b>	<b>11.350.870</b>	<b>14.051.558</b>
<b>DÉFICE (-) / SUPERAVIT(+) = Receita-Despesa</b>	<b>-2.700.688</b>	

Un:Euro

## Quadro 27

APURAMENTO DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE EDUCAÇÃO IMPUTADAS AO FSM		
ANO DE 2023		
	Receita Cobrada	Despesa Paga
<b>Fundo Social Municipal</b>	3.168.553	
<b>Despesas de funcionamento corrente do Pré Escolar Público</b>		
Serviços de alimentação	307.092	597.428
Prolongamento de horário		0
Outras despesas funcionamento corrente		529.251
<b>Despesas de funcionamento corrente do 1º ciclo de ensino básico Público</b>		
Serviços de alimentação	775.964	1.612.501
Outras despesas funcionamento corrente	439.007	1.998.681
<b>Despesas com os transportes escolares do 3º ciclo de ensino básico</b>		
Transporte escolar		123.504
<b>Totais</b>	<b>4.690.616</b>	<b>4.861.365</b>
<b>DÉFICE (-) / SUPERAVIT (+) = Receita-Despesa</b>	<b>-170.749</b>	

Un:Euro



## Quadro 28

APURAMENTO DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE AÇÃO SOCIAL IMPUTADAS AO FFD		
ANO DE 2023 (abril a dezembro)		
	Receita Cobrada	Despesa Paga
<b>Fundo de Financiamento da Descentralização da Ação Social (FFD A. Social)</b>		
Recursos Humanos	185.072	157.077
Protocolos RSI	314.973	300.742
Subsídios Eventuais	125.859	115.410
Acordo SAAS	54.895	0
Instalações e Funcionamento	13.724	36.924
<b>Totais</b>	<b>694.523</b>	<b>610.154</b>
<b>DÉFICE (-) / SUPERAVIT(+) = Receita-Despesa</b>	<b>84.369</b>	

Un:Euro

## Quadro 29

APURAMENTO DO FINANCIAMENTO DAS DESPESAS DE SAÚDE IMPUTADAS AO FFD		
ANO DE 2023 (maio a dezembro)		
	Receita Cobrada	Despesa Paga
<b>Fundo de Financiamento da Descentralização da Saúde (FFD Saúde)</b>		
Recursos Humanos	135.144	120.148
Custos Logísticos	987.267	1.022.484
Manutenção e Conserv. Instalações	67.266	96.793
<b>Totais</b>	<b>1.189.677</b>	<b>1.239.425</b>
<b>DÉFICE (-) / SUPERAVIT(+) = Receita-Despesa</b>	<b>-49.748</b>	

Un:Euro

A Comparticipação em Projetos Comunitários, não sendo habitualmente preponderante na parte corrente, releva um aumento de (+) 496.818 € face a 2022, sendo que as restantes componentes das Transferências Correntes (Instituições Sem Fins Lucrativos, Segurança Social e Resto do Mundo) não carecem de menção diferenciada, quer pela diminuta expressão individual, conjuntamente são responsáveis por (+) 56.118€, quer pela diminuta representação no cômputo geral das transferências.

Os Serviços e Fundos Autónomos veem o seu valor diminuído em (-) 3.002.308 €, por força do registo das transferências para a área da educação, no período que decorreu entre a entrada em vigor do protocolo de transferência de competências (01 de abril de 2022) e o período de entrada em vigor da

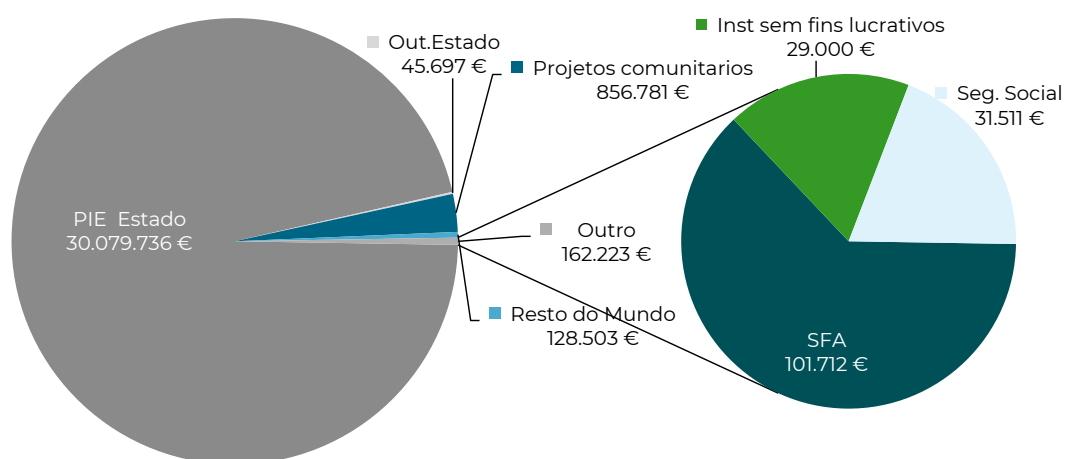


Lei do Orçamento do Estado para 2022 (28 de junho de 2022). Durante este período o pagamento foi assumido pelo IGEFE, com repercussão em transferências por pagamento através do Fundo de Financiamento da Descentralização aprovado pelo OE2022, assumido neste caso pela DGAL, a partir de 01 de julho. Os pagamentos no primeiro trimestre de 2022 foram assumidos pela DGESTE. Em 2023 o Fundo de Financiamento da Descentralização está totalmente considerado na rubrica Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018, deixando os agregados mencionados de participar no registo destas transferências.

O Gráfico 21 permite avaliar a relevância de cada uma das componentes das Transferências Correntes, sendo perfeitamente visível o lugar de destaque assumido pelas transferências oriundas do *Estado* visualizando-se a menor expressividade em valor das restantes componentes.

Gráfico 21

**ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES  
Ano 2023**



### 1.3.5.1.2.2 TRANSFERÊNCIAS CAPITAL

As Transferências de Capital, pela sua natureza e rubricas envolvidas, apresentam maior vulnerabilidade a fatores e riscos de ordem política ou económica entre outros. No entanto as suas características, independentemente do ciclo a que estejam ligadas, atribuem-lhe um papel de relevo nas Grandes Opções do Plano, as quais materializam grande parte da estratégia municipal conferindo-lhe um papel de maior destaque no financiamento dessa estratégia. Não obstante este facto, não existe uma relação linear entre o volume de receitas de capital e a despesa de investimento,



designadamente no caso do Município da Maia, em que grande parte do investimento realizado é financiado com poupança corrente, pelo que, o valor verificado nas receitas de capital serve de referencial e não como indicador preciso do investimento realizado.

Nas transferências de capital arrecadou-se a importância de 7.290.741 € no exercício de 2023, traduzindo um aumento, face ao ano de 2022, de (+) 2.580.585 €, ou seja (+) 18,9%. No seio desta componente, destaca-se a Comparticipação em Projetos Comunitários, com origem em fundos como o Fundo Europeu de Desenvolvimentos Regional, o Fundo Social Europeu o Fundo de Coesão e o Plano de Recuperação e Resiliência, ao contribuir, por si só, com 6.270.214 € e ao ser responsável pelo aumento de (+) 2.850.677€.

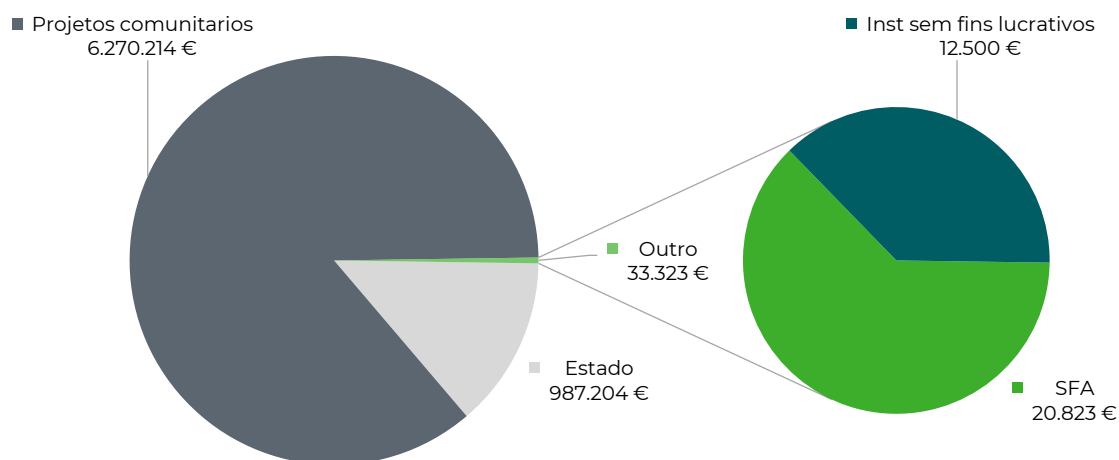
Ainda na mesma linha de orientação apresentam-se as Transferências de Capital oriundas de Estado, com (+) 217.582 €, assumindo a rubrica Artigo 35.º da Lei 73/2013 a responsabilidade pelo contributo positivo, (+) 470.610 €, parcialmente refreado pelas demais rubricas, Fundo de Equilíbrio Financeiro e Cooperação Técnica, que apresentam variações negativas de (-) 29.154 € e (-) 223.874 €, respetivamente.

Em sentido inverso posicionam-se as rubricas Sociedades Financeiras (-) 355.000 €, em resultado do acionamento de garantia bancária ocorrida em 2022, os Serviços e Fundos Autónomos com (-) 132.175€ e Instituições sem Fins Lucrativos com (-) 500 €.

O Gráfico 22 permite avaliar o peso de cada uma das componentes das transferências de capital.

**Gráfico 22**

**ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CAPITAL  
ANO 2023**





### 1.3.5.1.2.3 FUNDOS MUNICIPAIS

Considerando que, por si só, os fundos municipais representam 80,6% do total da receita arrecadada via transferências no ano de 2023, justifica-se analisar mais detalhadamente este conjunto de receitas, tendo em conta o contexto de recorrente alteração da repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, fruto das maiores exigências por parte dos governos centrais para com os municípios em matéria de finanças locais, exigências essas que têm como objetivo considerar nas GOP princípios como a estabilidade orçamental, o equilíbrio das contas públicas numa perspetiva integrada do setor público mas também planear as finanças autárquicas tendo em conta compromissos intergeracionais e desenvolvimento sustentável.

A tendência descentralizadora de atribuições e competências, atribuindo aos municípios um crescente papel de relevo na administração de recursos públicos, poderá ter um forte contributo para um maior dinamismo associado às transferências em geral e a estes fundos em particular. As expectativas crescentes em relação à descentralização e ao pacote legislativo subjacente permite, desde logo, antecipar que a curto e médio prazo estes agregados possam ser alvo de alterações, não só ao nível dos valores como da sua estrutura e metodologias de cálculo associadas ao apuramento de valores. No ano de 2022 já se refletiram mudanças referentes a competências transferidas, cuja consolidação em 2023 é uma evidência.

Quadro 30

TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO					
	2022	2023		2024	
	Execução	Execução	Variação 2022/2023	Previsto OE	Variação 2023/2024
<b>Transferências Correntes - Estado</b>	<b>24.724.119</b>	<b>30.079.736</b>	<b>21,7%</b>	<b>34.787.861</b>	<b>15,7%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.486.149	3.223.766	-7,5%	2.394.069	-25,7%
Fundo Social Municipal	3.024.298	3.168.553	4,8%	3.713.685	17,2%
Participação Variável no IRS	9.495.100	10.462.027	10,2%	11.699.407	11,8%
Transferência de Competências - Fundo Fin. Desc. (a)	8.201.725	12.403.153	51,2%	13.985.538	12,8%
Participação no IVA	516.847	822.237	59,1%	1.339.235	62,9%
N.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013 (b)	0	0		1.655.927	
<b>Transferências Capital - Estado</b>	<b>545.748</b>	<b>987.204</b>	<b>80,9%</b>	<b>1.921.935</b>	<b>94,7%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro	387.350	358.196	-7,5%	266.008	-25,7%
N.º 3 art.º 35.º Lei n.º 73/2013 (b)	158.398	629.008	297,1%	1.655.927	163,3%
	<b>25.269.867</b>	<b>31.066.940</b>	<b>22,9%</b>	<b>36.709.795</b>	<b>18,2%</b>
Un: Euro					
<b>Total de Transferências</b>	<b>32.955.658</b>	<b>38.563.680</b>			
<b>Total de Receita</b>	<b>96.551.214</b>	<b>106.106.083</b>			
<b>Peso dos Fundos PIE no total das transferências</b>	<b>76,7%</b>	<b>80,6%</b>			
<b>Peso dos Fundos PIE no total da receita</b>	<b>26,2%</b>	<b>29,3%</b>			

(a) Inclui valor recebido pela IGEFE, via FSA, no período compreendido entre abril e junho de 2022, momento a partir do qual entrou em vigor a LOE e os valores afetos à descentralização da educação foram incorporados no FFD

(b) Dispõe o n.º 11 do artigo 52.º da LOE 2024 que "Excepcionalmente, o montante distribuído para efeitos do n.º 4 do artigo 35.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro assume em 50% a natureza de transferência de capital"



Da apreciação dos dados expostos no quadro é possível observar uma evolução crescente no período compreendido entre 2022 e 2023 dos valores transferidos pelo Estado a título de Fundos Municipais, (+) 22,9%, estimando-se uma forte subida para 2024, que em matéria de descentralização de competências não pode ser descontextualizada do facto do exercício de 2023 não incorporar a execução da totalidade de um ano económico, em consequência do início de vigência das áreas da ação social e saúde, abril e maio, respetivamente.

Tendo por referência os dados presentes na Lei de Orçamento de Estado para 2024, verifica-se a tendência crescente na generalidade das diversas rubricas, destacando-se a receita transferida ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei das Finanças Locais, como principal acelerador deste tipo de receita, que para 2024, e de acordo com o disposto no n.º 11 do artigo 52.º da LOE 2024, "Excecionalmente, o montante distribuído para efeitos do n.º 4 do artigo 35.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro assume em 50% a natureza de transferência de capital", repartindo-se os restantes 50% na componente corrente.

O Fundo Social Municipal cuja verba tem sido recorrentemente consignada à função "Educação", sobretudo à educação pré-escolar e primeiro ciclo, e que, desde logo assume grande importância estratégica para o município, apresentou um valor de 3.168.553 €, consolidando um acréscimo de (+) 144.255 €, face a 2022. Para o ano de 2024 encontra-se previsto na Lei do Orçamento do Estado o montante de 3.713.685 €, o que representa um incremento de (+) 545.132 € neste fundo.

Quanto ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, apresenta uma evolução negativa, que face a 2022 culminou num decréscimo total de (-) 291.537 €, destacando-se principalmente a componente corrente que isoladamente foi responsável por (-) 262.383 €. Para 2024, por sua vez, foi contemplado na Lei de Orçamento do Estado uma diminuição de (-) 921.885, também aqui com maior contributo da componente corrente ao assumir o valor de (-) 829.697 €.

Relativamente à Participação Variável no IRS, apesar de assumir a maior representatividade do agrupamento, poderá apresentar, simultaneamente, uma característica de maior volatilidade, dado que depende dos rendimentos gerados na área geográfica do município em sede de IRS, pelo que, as variações conjunturais podem ter uma forte influência no resultado final deste agregado. O acréscimo verificado em relação a 2022, (+) 10,2 %, transmite a ideia da melhoria das condições de rendimento da população do concelho. Em 2023 apresentou um aumento de (+) 966.927 € e perspetiva-se para 2024 um novo acréscimo que ascende a (+) 1.237.380 €.

Cumprindo o disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea d) da Lei das Finanças Locais as transferências PIE incluem uma participação de 7,5% na receita no IVA. A participação referida na legislação apontada foi distribuída aos municípios proporcionalmente por referência ao IVA liquidado na respetiva circunscrição territorial relativo às atividades económicas de alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás. Tal apuramento traduziu-se numa transferência para o município em 2023 de 822.237 €, com uma valorização de (+) 305.391 € face a 2022. Em sede de Lei do Orçamento do Estado para 2024, está prevista para o Município da Maia uma participação na receita do IVA de





1.339.235 €, exibindo novo acréscimo de (+) 516.998 €, reflexo de um aumento na atividade económica e no consumo, contudo, há que ter em conta que a previsão para 2024 reflete valores passados e não evolução futura.

Assiste-se em 2023 a um acréscimo de (+) 3,9 pontos percentuais, do peso relativo dos Fundos PIE, quando comparados com o total das transferências. Já no que se refere ao peso no total da receita apresenta um acréscimo de (+) 3,1 pontos percentuais face a 2022. Ao observar o orçamento da autarquia e sua execução, durante o biénio em análise, regista-se que o montante arrecadado desta tipologia de receitas varia, aproximadamente, entre 26% e 29% do total da receita cobrada adquirindo estatuto relevante neste contexto.

Os Fundos (PIE) são aqueles que adquirem maior expressividade no contexto das transferências, mantendo-se a um nível elevado nos sucessivos exercícios económicos, atingindo cerca de 77% em 2022 e 81% em 2023, incremento que não pode ser dissociado do processo de descentralização de competências.

#### **1.3.5.1.2.4 RESUMO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CONTRATOS PROGRAMA E PROJETOS COFINANCIADOS**

Por fim, inserem-se três mapas que sistematizam os dados de acordo com a sua natureza e orientação estratégica da atividade municipal.

- Dois que permitem avaliar a evolução das transferências para projetos co-financiados, diferenciando os de natureza corrente dos de capital e analisando a sua evolução entre 2022 e 2023;
- Um terceiro que permite aferir os fluxos financeiros ocorridos nas transferências para a área da educação;
- O outro que possibilita analisar a execução dos projetos financiados no âmbito do programa comunitário de financiamento Portugal 2020, acrescentando os fundos com proveniência do Plano de Recuperação e Resiliência, com ênfase para o grau de execução de cada um destes e montantes envolvidos.



## Quadro 31

	2022		2023		Peso
	Execução	Execução	Varição 2022/2023 Valor	%	
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>6.325.388</b>	<b>1.193.203</b>	<b>-5.132.184</b>	<b>-81,1%</b>	<b>15,9%</b>
<b>Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados</b>	<b>359.963</b>	<b>856.781</b>	<b>496.818</b>	<b>138,0%</b>	<b>11,4%</b>
Portugal 2020 - Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	250.952	72.732	-178.220	-71,0%	1,0%
Portugal 2020 - Criação de rede estruturada de infraestruturada de estacionamento para	4.739	0	-4.739	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Plano de comunicação e participação na ARU do centro da Maia	0	104.921	104.921	100,0%	1,4%
Portugal 2020 - POISE - FSE - Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais	100.817	10.716	-90.101	-89,4%	0,1%
Portugal 2020 - FSE - Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública	0	87.874	87.874	100,0%	1,2%
Portugal 2020 - FSE - Projetos Inovadores de Inclusão Social de Âmbito Territorial	0	240.919	240.919	100,0%	3,2%
Portugal 2020 - FSE - Cultura para Todos	3.455	19.578	16.123	466,7%	0,3%
Portugal 2020 - FEDER - Percursos na Maia	0	9.214	9.214	100,0%	0,1%
Portugal 2020 - Atuação do Município no Âmbito da Covid 19	0	69.798	69.798	100,0%	0,9%
Plano de Recuperação e Resiliência - Operações Integradas em Áreas Desfavorecidas	0	241.029	241.029	100,0%	3,2%
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>3.104.020</b>	<b>101.712</b>	<b>-3.002.308</b>	<b>-96,7%</b>	<b>1,4%</b>
Instituto Emprego Formação Profissional - Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato	8.864	11.381	2.517	28,4%	0,2%
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	43.014	28.447	-14.567	-33,9%	0,4%
IEFP - Emprego e Apoio à Qualificação de Pessoas com Deficiência e Incapacidade	4.431	8.345	3.914	88,3%	0,1%
Inst. Gestão Fin. da Educação, I.P. - Tr. de Comp. Lei 50/2018 - Apoio à Família	176.262	0	-176.262	-100,0%	0,0%
Inst. Gestão Fin. da Educação, I.P. - Tr. de Comp. Lei 50/2018 - Apoio Alimentar e AEC	254.202	0	-254.202	-100,0%	0,0%
Inst. Gestão Fin. da Educação, I.P. - Tr. de Comp. Lei 50/2018 - Enc. Instalações e Conservação	239.797	0	-239.797	-100,0%	0,0%
Inst. Gestão Fin. da Educação, I.P. - Tr. de Comp. Lei 50/2018 - Acordo de Cooperação	248.233	0	-248.233	-100,0%	0,0%
Inst. Gestão Fin. da Educação, I.P. - Tr. de Comp. Lei 50/2018 - Pessoal não Docente	1.885.511	0	-1.885.511	-100,0%	0,0%
Fundo Ambiental - Laboratórios Vivos Para a Descarbonização	243.708	0	-243.708	-100,0%	0,0%
IFAP, I.P. - Programa de Distribuição Gratuita de Fruta e Leite Escolar	0	36.739	36.739	100,0%	0,5%
Instituto Politécnico de Viana do Castelo - Erasmus - Fitness for Alzheimer	0	16.800	16.800	100,0%	0,2%
<b>Segurança Social</b>	<b>39.103</b>	<b>31.511</b>	<b>-7.592</b>	<b>-19,4%</b>	<b>0,4%</b>
Sistema de Solidariedade e Segurança Social - CPCJR	39.103	31.511	-7.592	-19,4%	0,4%
<b>Instituições S/ Fins Lucrativos</b>	<b>28.500</b>	<b>29.000</b>	<b>500</b>	<b>1,8%</b>	<b>0,4%</b>
Fundação do Desporto	28.500	29.000	500	1,8%	0,4%
<b>Resto do Mundo</b>	<b>65.293</b>	<b>128.503</b>	<b>63.210</b>	<b>96,8%</b>	<b>1,7%</b>
Comissão Europeia - Sustainable Energy Positive & Zero Carbon Communities	0	97.961	97.961	100,0%	1,3%
União Europeia - Instituições - Projeto Energy Cities	42.000	18.000	-24.000	-57,1%	0,2%
União Europeia - Instituições - Projeto EHHUR - Eyes Hearts Hands Urban Revolution	23.293	12.543	-10.751	-46,2%	0,2%
<b>Outros:</b>	<b>2.728.508</b>	<b>45.697</b>	<b>-2.682.811</b>	<b>-98,3%</b>	<b>0,6%</b>
DGESTE - Programa de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo Ensino Básico	200.781	0	-200.781	-100,0%	0,0%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Auxiliares de Acção Educativa	369.737	0	-369.737	-100,0%	0,0%
DGESTE - Acordo de Cooperação no Pré-Escolar - Componente Social	260.136	0	-260.136	-100,0%	0,0%
DGESTE - Generalização Refeições Escolares a Alunos do 1.º Ciclo	279.595	0	-279.595	-100,0%	0,0%
Ministério da Administração Interna - Recenseamento Eleitoral	0	1.780	1.780	100,0%	0,0%
Ministério da Administração Interna - Comp. para Despesas com Actos Eleitorais	53.147	0	-53.147	-100,0%	0,0%
Instit. da Cons. da Nat. e das Florestas, I.P. - Funcionamento do Gabinete Técnico Florestal	0	13.979	13.979	100,0%	0,2%
ICNF, I.P. - Apoio à Esterilização de Animais de Companhia	180	3.978	3.798	2110,0%	0,1%
ICNF, I.P. - Apoio à Identificação Eletrónica e Registo de Animais de Companhia	0	25.960	25.960	100,0%	0,3%
Agência Nacional da Juventude, Erasmus	247	0	-247	-100,0%	0,0%
DGAL - Subvenção Específica FSM - N.º 1 do Artigo 2.º da Lei n.º 21/22 de 18 de Novembro	1.564.685	0	-1.564.685	-100,0%	0,0%
<b>A transportar...</b>	<b>6.325.388</b>	<b>1.193.203</b>	<b>-5.132.184</b>		

Un:Euro



## Quadro 32

TRANSFERÊNCIAS PARA FINANCIAMENTO DE ATIVIDADES E INVESTIMENTOS					
	2022	2023	Variação 2022/2023		Peso
	Execução	Execução	valor	%	
transporte...	6.325.388	1.193.203	-5.132.184		
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>4.164.408</b>	<b>6.303.537</b>	<b>2.139.129</b>	<b>51,4%</b>	<b>84,1%</b>
<b>Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados</b>	<b>3.419.537</b>	<b>6.270.214</b>	<b>2.850.677</b>	<b>83,4%</b>	<b>83,6%</b>
Portugal 2020 - Construção do Ecocaminho - Troço Estação de Mandim ao Castelo	508.240	37.019	-471.221	-92,7%	0,5%
Portugal 2020 - Ampliação/Requalificação da Escola EB 2,3 de Gueifães	29.218	0	-29.218	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Grande Remodelação da Escola B. e Secundária Dr. Vieira de Carvalho	69.111	0	-69.111	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - SIG Intermunicipal da Maia	19.204	0	-19.204	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Reabilitação do espaço urbano no setor norte do Bairro do Sobreiro	0	5.561	5.561	100,0%	0,1%
Portugal 2020 - Reabilitação Espaço Público Correspondente à Rua D. Deolinda D. Santos	6.658	0	-6.658	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Reabilitação Espaço Público corresp. à Rua Dona Clotilde Ferreira da Cruz	6.672	0	-6.672	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Promoção de Seg. e Inclusão em Circuitos Ped. Ac. Princ. Equip. Escolares	0	6.922	6.922	100,0%	0,1%
Portugal 2020 - Prolongamento da Via Periférica	105.292	0	-105.292	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Maia SmartLab	17.167	191.064	173.897	1013,0%	2,5%
Portugal 2020 - Modos Suaves Núcleo Urbano do Castelo	360.116	573.237	213.121	59,2%	7,6%
Portugal 2020 - Modos Suaves Núcleo Urbano da Cidade da Maia	793.816	0	-793.816	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Modos Suaves Núcleo Urbano de Águas Santas	247.920	19.254	-228.666	-92,2%	0,3%
Portugal 2020 - Melhoria das Condições de Acolhimento nas Paragens de Transportes	57.637	13.037	-44.600	-77,4%	0,2%
Portugal 2020 - Corredor Verde do Leça	103.717	1.873	-101.844	-98,2%	0,0%
Portugal 2020 - Reformulação do Mercado Feira de Pedras Rubras	518.743	0	-518.743	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	0	77.930	77.930	100,0%	1,0%
Portugal 2020 - Gestão Inteligente do Desempenho Organizacional	47.185	15.514	-31.670	-67,1%	0,2%
Portugal 2020 - Remoção do Fibrocimento - Escola Básica do castêlo da Maia	71.979	0	-71.979	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Remoção do Fibrocimento - Pré Escolar Freguesia de Moreira	5.686	0	-5.686	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Remoção do Fibrocimento - Pré Escolar Freguesia de Nogueira e Silva Escura	25.482	0	-25.482	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Remoção do Fibrocimento - Pré Escolar Freguesia do Castelo	14.152	0	-14.152	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Remoção do Fibrocimento - Pré Escolar Freguesia de S. Pedro de Fins	23.283	0	-23.283	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Medidas de Melhoria de Desempenho Energético - Piscinas de Gueifães	2.865	0	-2.865	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Medidas de Melhoria de Desempenho Energético - Piscinas de Águas Santas	3.487	0	-3.487	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Avenida Dr. Vieira de Carvalho	20.559	232.029	211.470	1028,6%	3,1%
Portugal 2020 - Atuação do Município no Âmbito da Covid 19	361.347	0	-361.347	-100,0%	0,0%
Portugal 2020 - Percursos na Maia	0	40.179	40.179	100,0%	0,5%
Portugal 2020 - Impl. medidas energético/ambientais no C. M. de Piscinas de Folgosa	0	95.834	95.834	100,0%	1,3%
Portugal 2020 - Construção do Ecocaminho - Troço Av. Paralelas até de Metro de Mandim	0	15.081	15.081	100,0%	0,2%
Portugal 2020 - Reabilitação dos espaços públicos infraestruturas Bairro do Sobreiro- 3ª fase	0	1.159.048	1.159.048	100,0%	15,5%
Plano de Recuperação e Resiliência - Requalificação da Via Lidador	0	154.958	154.958	100,0%	2,1%
Plano de Recuperação e Resiliência - Requalificação da Rua da Igreja	0	68.383	68.383	100,0%	0,9%
Plano de Recuperação e Resiliência - Novo Acesso à Junta de Freguesia de Águas Santas	0	27.866	27.866	100,0%	0,4%
Plano de Recuperação e Resiliência - Reab. espaços públicos infra. Bairro Sobreiro-4ª fase	0	57.695	57.695	100,0%	0,8%
Plano de Recuperação e Resiliência - Edifício Destinado à USF de Moreira	0	531.500	531.500	100,0%	7,1%
Plano de Recuperação e Resiliência - Edifício Destinado à USF de Milheirós/Nogueira	0	386.925	386.925	100,0%	5,2%
Plano de Recuperação e Resiliência - Construção de 58 Fogos na Rua Central do Sobreiro	0	2.055.840	2.055.840	100,0%	27,4%
Plano de Recuperação e Resiliência - Reabilitação de 16 Fogos na Praceta das Figueiras	0	171.803	171.803	100,0%	2,3%
Plano de Recuperação e Resiliência - Aquisição de Fogos Destinados a Habitação	0	325.170	325.170	100,0%	4,3%
Plano de Recuperação e Resiliência - Projetos Acessibilidades 360°	0	6.493	6.493	100,0%	0,1%
<b>Estado - Cooperação Técnica e Financeira</b>	<b>223.874</b>	<b>0</b>	<b>-223.874</b>	<b>-100,0%</b>	<b>0,0%</b>
Protocolo de Cooperação - Escola Básica de Gueifães - EB 2,3 Gueifães	19.724	0	-19.724	-100,0%	0,0%
Protocolo de Cooperação - Escola Básica da Maia - EB 2,3 Maia	24.091	0	-24.091	-100,0%	0,0%
Protocolo de Cooperação - Escola Básica e Secundária Dr. Vieira de Carvalho	180.059	0	-180.059	-100,0%	0,0%
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>152.997</b>	<b>20.823</b>	<b>-132.175</b>	<b>-86,4%</b>	<b>0,3%</b>
Instituto Emprego Formação Profissional - Gabinetes de Inserção Profissional	0	4.631	4.631	100,0%	0,1%
Fundo Ambiental - Laboratórios Vivos para a Descarbonização	152.997	0	-152.997	-100,0%	0,0%
ICNF - Construção, Modernização do CROACM	0	16.192	16.192	100,0%	0,2%
<b>Instituições sem Fins Lucrativos</b>	<b>13.000</b>	<b>12.500</b>	<b>-500</b>	<b>-3,8%</b>	<b>0,2%</b>
Fundação do Desporto - Protocolo de Apoio Desportivo - Centro de Alto Rendimento	13.000	12.500	-500	-3,8%	0,2%
<b>Sociedades Financeiras</b>	<b>355.000</b>	<b>0</b>	<b>-355.000</b>	<b>-100,0%</b>	<b>0,0%</b>
Acionamento de Garantia Bancária - Tocurinvest	355.000	0	-355.000	-100,0%	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>10.489.796</b>	<b>7.496.740</b>	<b>-2.993.056</b>	<b>-28,5%</b>	<b>100,0%</b>

Un: Euro



Considerando a sua importância no âmbito das transferências realizadas para a educação, o quadro seguinte reflete a mudança de paradigma na fonte de financiamento, assim como valores associados aos diferentes programas, que agora se centralizam no Fundo de Financiamento da Descentralização.

**Quadro 33**

TRANSFERÊNCIAS PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO				
	2022	2023	Variação	
			Valor	%
<b>Acordos de colaboração</b>				
DGESTE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares	1.110.249	0	-1.110.249	-100,0%
<b>Descentralização da Educação</b>	<b>8.201.724</b>	<b>10.518.953</b>	<b>2.317.229</b>	<b>28,3%</b>
IGEFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação I.P.	2.804.004	0	-2.804.004	-100,0%
DGAL - Fundo de Financiamento da Descentralização	5.397.720	10.518.953	5.121.233	94,9%
	<b>9.311.973</b>	<b>10.518.953</b>	<b>1.206.980</b>	<b>13,0%</b>

Un: Euro

Os quadros seguintes identificam os projetos objeto de financiamento comunitário no âmbito do Portugal 2020 e PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, identificando os montantes arrecadados por cada projeto, a despesa associada a esta receita e um indicador que permite aferir a eficácia, ou desempenho em cada projeto, comparando a despesa que foi submetida para aprovação e o financiamento máximo previsto para o projeto, objeto de contratualização.

Existe ainda um conjunto de projetos aprovados não contemplados no quadro, que ainda não foram objeto de qualquer pedido de pagamento ou movimento financeiro, esperando-se que durante o ano de 2024 tais projetos possam ter a execução física e financeira esperada.



## Quadro 34

Designação do Projeto	Tipologia	Investimento Elegível		Comparticipação		Valor a	Recebimentos	Saldo	Eficácia da despesa submetida até final de 2023 face ao valor da participação prevista
		Previsto no Final do Projeto	Prevista no Final do Projeto	%	Valor	Valor			
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes entre peões e ciclistas, no núcleo urbano da Cidade da Maia	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	2.741.307	1.919.875	70,0%	1.919.875	1.828.955	90.920	100,0%	
Ampliação/Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Vieira de Carvalho	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.606.038	2.197.745	84,3%	2.197.745	2.073.678	124.067	100,0%	
Ampliação/Requalificação da Escola EB,2,3 de Gueifães	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.596.727	2.156.271	83,0%	2.156.271	2.047.968	108.303	100,0%	
Grande Remodelação da Escola EB, 2,3 da Maia	Norte 2020 - Infraestruturas do Ensino Básico e Secundário	2.055.547	1.700.000	82,7%	1.700.000	1.615.000	85.000	100,0%	
Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas do Bairro do sobreiro - áreas verdes de fruição e enquadramento paisagístico, incluindo o Parque Urbano do Sobreiro - Fase 1 e Fase 2 e ligação de via nova entre a Rua Central do Sobreiro e a Rua Padre Luís Campos - 1.ª fase	Norte 2020 - Regeneração Socioeconómica e Física de Comunidades e Zonas Desfavorecidas	1.920.167	1.632.142	85,0%	1.632.142	1.598.394	33.748	100,0%	
Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas do Bairro do Sobreiro- 3ª fase	NORTE 2020	1.880.231	1.470.248	78,2%	1.407.225	1.159.048	248.177	95,7%	
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes entre peões e ciclistas, no núcleo urbano do Castelo da Maia	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	1.811.120	1.470.298	81,2%	1.470.298	1.413.515	56.784	100,0%	
Reforço e reabilitação das zonas verdes e dos espaços de utilização coletiva e respetiva valorização paisagística no quarteirão afeto à Zona Desportiva do Centro da Maia	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Planos estratégicos de Desenvolvimento Urbano	1.646.337	1.399.386	85,0%	1.399.386	1.329.417	69.969	100,0%	
Reformulação do Mercado-Feira de Pedras Rubras, Moreira	NORTE 2020	1.528.463	1.004.270	65,7%	1.004.270	953.713	50.556	100,0%	
Reabilitação da Rua Central do Sobreiro, incluindo renovação parcial de infraestruturas, passeios acessíveis e percursos cicláveis.	Norte 2020 - Reabilitação do Espaço Público	1.500.902	1.275.767	85,0%	1.275.672	1.211.889	63.784	100,0%	
Prolongamento da Av. Periférica	NORTE 2020	1.415.284	735.711	52,0%	735.711	698.920	36.791	100,0%	
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes entre peões e ciclistas, no núcleo urbano de Águas	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	1.040.085	750.623	72,2%	750.623	732.346	18.277	100,0%	
Projetos Inovadores de Inclusão Social de âmbito Territorial	NORTE 2020	879.848	747.871	85,0%	735.777	347.968	387.809	98,4%	
Construção de Ecocaminho - Troço desde a Estação de Metro de Mandim (Área de Acolhimento Empresarial da Maia I) ao Castelo da Maia (ligação a Vila do Castelo da Maia e ao ISMAI)	NORTE 2020	857.011	620.360	72,4%	620.360	589.342	31.018	100,0%	
Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar - Projetos (INEDIT)	Norte 2020 - Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida	839.262	839.262	100,0%	839.262	713.372	125.889	100,0%	
Reabilitação do espaço urbano no setor norte do Bairro do Sobreiro, correspondente às obras de urbanização do loteamento de iniciativa municipal UI-I/Praça do Oxigénio - 1.ª fase	NORTE 2020 - Reabilitação Urbana	810.867	677.170	83,5%	677.170	643.312	33.859	100,0%	
Prolongamento do Ecocaminho da Maia	Norte 2020 - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	735.727	625.368	85,0%	624.582	593.146	31.436	99,9%	
Maia Smart Lab	NORTE 2020 - Reabilitação Integral de Edifícios - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	691.337	301.319	43,6%	249.476	232.831	16.645	82,8%	
Implementação de medidas de melhoria de desempenho energético ambiental no Complexo Municipal de Piscinas de Águas Santas	NORTE 2020	658.027	461.314	70,1%	461.020	464.862	-3.842	99,9%	
Implementação de medidas de melhoria de desempenho energético ambiental no Complexo Municipal de Piscinas de Folgosa	NORTE 2020	644.399	451.660	70,1%	451.660	429.077	22.583	100,0%	
Reformulação do Mercado Feira da Maia	NORTE 2020	582.494	495.120	85,0%	474.739	0	474.739	95,9%	
Melhoria das condições de acolhimento nas paragens de transporte coletivo rodoviário	NORTE 2020	548.448	466.181	85,0%	159.225	158.701	523	34,2%	
Atuação do Município no âmbito da pandemia por COVID 19	POAT2020	503.313	503.313	100,0%	503.313	431.145	72.169	100,0%	
Reabilitação Urbana da Praça 5 de Outubro e Arruamentos Convergentes - Castelo da Maia	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano	444.253	348.814	78,5%	348.814	331.373	17.441	100,0%	
SIG Intermunicipal da Maia	Norte 2020 - Competitividade e Internacionalização - Promoção das TIC na Administração e Serviços Públicos	428.137	363.917	85,0%	363.917	345.721	18.196	100,0%	
<b>a transportar ...</b>		<b>31.365.330</b>	<b>24.614.004</b>		<b>24.158.534</b>	<b>21.943.694</b>	<b>2.214.839</b>	<b>98,1%</b>	

Un.Euro



## Quadro 35

Designação do Projeto	Tipologia	Investimento Elegível		Comparticipação		Valor a	Recebimentos	Saldo	Eficácia da despesa submetida até final de 2023 face ao valor da participação prevista
		Previsto no Final do Projeto	Prevista no Final do Projeto	%	Valor	Valor			
<b>Transporte ....</b>		<b>31.365.330</b>	<b>24.614.004</b>		<b>24.158.534</b>	<b>21.943.694</b>	<b>2.214.839</b>	<b>98,1%</b>	
Corredor Verde do Leça - Fase I - Entre Ponte da Pedra e Ponte de Moreira - Município da Maia	NORTE 2020	423.516	304.376	71,9%	304.313	289.098	15.216	100,0%	
Implementação de medidas de melhoria de desempenho energético ambiental no Complexo Municipal de Piscinas de Gueifães	NORTE 2020	387.137	271.558	70,1%	271.558	337.088	-65.530	100,0%	
Percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Av. D. Manuel II, Freguesia Cidade da Maia, desde a R. José Rodrigues da Silva Júnior até à rotunda do Monumento Triunfo Gentes da Maia	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	372.488	310.039	83,2%	310.039	292.025	18.014	100,0%	
Avenida do Doutor José Vieira de Carvalho	NORTE 2020	369.844	306.419	82,9%	259.357	252.588	6.769	84,6%	
Criação de percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Av. Altino Coelho entre a rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia e a Travessa da Quinta Nova	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	359.304	305.408	85,0%	219.013	208.848	10.165	71,7%	
Plano de Comunicação e Participação ARU do Centro da Maia	NORTE 2020 - Desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana	314.019	266.917	85,0%	174.579	165.906	8.672	65,4%	
Requalificação da Avenida D. Mendo	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	304.635	258.940	85,0%	258.940	245.993	12.947	100,0%	
Autoridade Urbana da Maia	NORTE 2020 - Assistência Técnica	269.633	229.188	85,0%	221.414	221.414	0	96,6%	
Reabilitação no Âmbito da Eficiência Energética do Complexo Municipal de Ginástica	NORTE 2020	260.219	247.208	95,0%	0	0	0	0,0%	
Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais	POISE - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação	245.922	209.034	85,0%	173.548	173.548	0	83,0%	
Rua do Souto	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	230.000	195.500	85,0%	195.073	185.320	9.754	99,8%	
Ampliação da Escola EB1/J1 da Prozela	NORTE 2020	220.908	187.771	85,0%	187.771	0	187.771	100,0%	
Ações de comunicação, divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas	POSEUR - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	186.689	140.017	75,0%	139.159	139.159	0	99,4%	
PEPAL- Programa de Estágios Profissionais Na Administração Pública	FSE - Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	175.311	149.014	85,0%	149.014	124.194	24.820	100,0%	
Criação de percurso pedonal acessível e integração de percurso ciclável na Rua Altino Coelho na cidade da Maia, entre a Rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia e a área de intervenção do projeto Praça do Oxigénio.	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	164.573	103.925	63,1%	103.925	98.729	5.196	100,0%	
Reabilitação do espaço público correspondente à Rua Dona Clotilde Ferreira da Cruz, entre a Rua do Barão de S. Januário e a Rua Eng.º Duarte Pacheco	NORTE 2020 - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente	156.978	133.432	85,0%	133.432	133.432	0	100,0%	
Reabilitação do espaço público correspondente à Rua Dona Deolinda Duarte dos Santos, entre a Rua Eng.º Duarte Pacheco e a Rua do Barão de São Januário	NORTE 2020 - Reabilitação do espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente	156.654	133.156	85,0%	133.156	133.156	0	100,0%	
Pavimentação das Vias Municipais - Vias em Cubo	NORTE 2020	149.058	126.699	85,0%	125.937	0	125.937	99,4%	
Criação de Rede Estruturada de Infraestruturas de Parqueamento para Bicicletas	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Mobilidade Urbana Sustentável	148.511	126.235	85,0%	126.235	119.923	6.312	100,0%	
Rua das Escolas	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	139.400	118.490	85,0%	118.490	114.898	3.592	100,0%	
Percursos na Maia - GAL LITORAL RURAL	NORTE 2020	132.762	56.556	42,6%	51.992	49.393	2.600	91,9%	
Cultura para Todos	Fundo Social Europeu	132.100	112.285	85,0%	111.090	23.032	88.058	98,9%	
Praceta do Fórum - Reordenamento e requalificação de parque de estacionamento/Criação de "Centro de carregamento de veículos elétricos"	NORTE 2020	127.200	108.120	85,0%	108.120	102.714	5.406	100,0%	
Arranjo Urbanístico da Represa do Ribeiro	NORTE 2020	116.433	98.968	85,0%	98.963	0	98.963	100,0%	
Promoção de Segurança e Inclusão nos Circuitos pedonais no acesso aos principais equipamentos escolares	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	116.238	98.802	85,0%	98.802	93.862	4.940	100,0%	
Remoção de fibrocimento nos edifícios escolares - Escola Básica do Castelo da Maia	NORTE 2020	87.994	75.767	86,1%	75.767	71.979	3.788	100,0%	
Gestão Inteligente do Desempenho Organizacional (Business Intelligence)	NORTE 2020	86.100	71.149	82,6%	65.999	62.699	3.300	92,8%	
Requalificação do troço da Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, contíguo ao canal de metro ligeiro - implantação de um dispositivo de retorno	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos - Reabilitação Urbana	71.004	60.353	85,0%	60.320	57.304	3.016	99,9%	
Valorização dos Caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa	Norte 2020 - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos -	69.505	59.079	85,0%	27.176	27.176	0	46,0%	
<b>a transportar ...</b>		<b>37.339.466</b>	<b>29.478.411</b>		<b>28.461.715</b>	<b>25.667.170</b>	<b>2.794.545</b>	<b>96,6%</b>	

UnEuro



## Quadro 36

PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS									
Designação do Projeto	Tipologia	Investimento Elegível		Comparticipação		Valor a Financiar submetido	Recebimentos	Saldo	Eficácia da despesa submetida até final de 2023 face ao valor da comparticipação prevista
		Previsto no Final do Projeto	Prevista no Final do Projeto	%	Valor	Valor	Valor		
<b>Transporte ....</b>		<b>37.339.466</b>	<b>29.478.411</b>		<b>28.461.715</b>	<b>25.667.170</b>	<b>2.794.545</b>	<b>96,6%</b>	
Rua 5 de Outubro	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	63.922	54.334	85,0%	54.334	51.617	2.717	100,0%	
Rua General Humberto Delgado	NORTE 2020 - Mobilidade Urbana e Sustentável	61.622	52.379	85,0%	52.360	49.742	2.618	100,0%	
Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação	POISE - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a exclusão	35.000	29.750	85,0%	11.900	11.900	0	40,0%	
Remoção de fibrocimento nos edifícios escolares - Pré-escolar - freguesia de Nogueira e Silva Escura	NORTE 2020	28.915	26.823	92,8%	26.823	25.482	1.341	100,0%	
Remoção de fibrocimento nos edifícios escolares - Pré-escolar - freguesia de S. Pedro de Fins	NORTE 2020	26.287	24.509	93,2%	24.509	23.283	1.225	100,0%	
Remoção de fibrocimento nos edifícios escolares - Pré-escolar - freguesia do Castelo	NORTE 2020	16.504	14.897	90,3%	14.897	14.152	745	100,0%	
Remoção de fibrocimento nos edifícios escolares - Pré-escolar - freguesia de Moreira	NORTE 2020	6.457	5.986	92,7%	6.046	5.686	359	101,0%	
Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - Construção de 58 fogos na Rua Central do Sobreiro	Programa de Recuperação e Resiliência	8.684.341,57	8.223.358,75	94,7%	2.055.839,62	2.055.839,62	0	25,0%	
Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - Reabilitação de 16 fogos - Praceta das Figueiras, Blocos 41 e 42, Bairro do Sobreiro	Programa de Recuperação e Resiliência	687.210,00	687.210,00	100,0%	171.802,50	171.802,50	0	25,0%	
Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação - 1 fogo - Via Padre Arnaldo Duarte, n.º 10 - 3.º Andar Esquerdo, Castelo da Maia	Programa de Recuperação e Resiliência	172.192,00	172.192,00	100,0%	161.737,50	161.737,50	0	93,9%	
Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - Aquisição de frações ou prédios para destinar a habitação - 1 fogo - Rua António Fernandes Pinto, n.º 22 - 1.º Andar Esquerdo, Moreira	Programa de Recuperação e Resiliência	172.776,00	172.776,00	100,0%	163.432,30	163.432,30	0	94,6%	
Reforma dos cuidados de saúde primários - Construção da USF de Pedras Rubras	Programa de Recuperação e Resiliência	2.126.000,00	2.126.000,00	100,0%	531.500,00	531.500,00	0	25,0%	
Reforma dos cuidados de saúde primários - Construção da UCSF Nogueira/Milheirós	Programa de Recuperação e Resiliência	1.547.700,00	1.547.700,00	100,0%	386.925,00	386.925,00	0	25,0%	
Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto - Requalificação da Via Lidador, Igreja e Prolongamento da Ciclivoa de Moreira até à Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha	Programa de Recuperação e Resiliência	1.549.582,45	1.549.582,45	100,0%	154.958,30	154.958,30	0	10,0%	
Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto - Cuida Mais	Programa de Recuperação e Resiliência	1.059.445,32	1.059.445,32	100,0%	105.944,53	105.944,53	0	10,0%	
Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto - Desafios Escola em Férias	Programa de Recuperação e Resiliência	810.346,94	810.346,94	100,0%	81.034,69	81.034,69	0	10,0%	
Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto - Requalificação dos Espaços entre o JI da Seara e a Escola Básica da Seara	Programa de Recuperação e Resiliência	683.830,00	683.830,00	100,0%	68.383,00	68.383,00	0	10,0%	
Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto - Reabilitação dos Espaços Públicos e Infraestruturas do Bairro do Sobreiro - 4.ª Fase	Programa de Recuperação e Resiliência	576.948,41	576.948,41	100,0%	57.694,84	57.694,84	0	10,0%	
Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto - Estratégia Integrada de Capacitação Financeira Junto de Grupos Sociais	Programa de Recuperação e Resiliência	388.500,00	388.500,00	100,0%	38.850,00	38.850,00	0	10,0%	
Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto - Novo Acesso à Junta de Freguesia de Águas Santas	Programa de Recuperação e Resiliência	278.655,20	278.655,20	100,0%	27.865,52	27.865,52	0	10,0%	
Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto - Construir Conhecimento Comum	Programa de Recuperação e Resiliência	152.000,00	152.000,00	100,0%	15.200,00	15.200,00	0	10,0%	
Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto - Maia Melhor	Programa de Recuperação e Resiliência	148.832,22	148.832,22	100,0%	14.883,22	14.883,22	0	10,0%	
Acessibilidades 360º - Pavilhão Municipal de Gueifães	Programa de Recuperação e Resiliência	6.666,67	6.666,67	100,0%	2.000,00	2.000,00	0	30,0%	
Acessibilidades 360º - Escola Básica de Pedras Rubras	Programa de Recuperação e Resiliência	6.666,67	6.666,67	100,0%	1.804,80	1.804,80	0	27,1%	
Acessibilidades 360º - Escola Básica Giesta	Programa de Recuperação e Resiliência	5.228,00	5.228,00	100,0%	1.568,40	1.568,40	0	30,0%	
Acessibilidades 360º - Escola Básica Cidade Jardim	Programa de Recuperação e Resiliência	3.733,58	3.733,58	100,0%	1.120,07	1.120,07	0	30,0%	
<b>TOTAL PROJETOS COMPARTICIPADOS POR FUNDOS COMUNITÁRIOS</b>		<b>56.638.828</b>	<b>48.286.759</b>		<b>32.695.127</b>	<b>29.891.576</b>	<b>2.803.551</b>	<b>67,7%</b>	

Un-Euro







### **1.3.5.2 PASSIVOS FINANCEIROS**

Considerando a existência de capítulo próprio em matéria de análise do endividamento municipal, neste item apenas se refere que no decurso do exercício de 2023 o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo bancário.

Uma vez que a matéria da autonomia financeira é uma questão de fundamental importância em qualquer organização, grandemente influenciada pelas sucessivas medidas de contenção orçamental existente, de igual modo se reporta para capítulo próprio um conjunto de indicadores de gestão que permitem avaliar a posição do município quanto a este âmbito.





# EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA





### 1.3.6.1 ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

As autarquias têm como propósito primeiro a prestação de serviços públicos aos cidadãos, orientando a sua atuação no sentido de serem prestados esses serviços com cada vez maior qualidade, transparência, eficiência e eficácia, intervindo com profundidade crescente em matérias como a educação, o desporto, a cultura, a ação social, o desenvolvimento regional e o ordenamento do território.

Com vista à análise da dinâmica de realização da despesa municipal tomando por referência a despesa orçamentada, segue o presente relatório para a análise do desempenho orçamental da despesa - Despesa Efetiva (Corrente e de Capital) e Não Efetiva (Ativos e Passivos Financeiros) – ao nível dos compromissos, obrigações (faturação) e pagamentos.

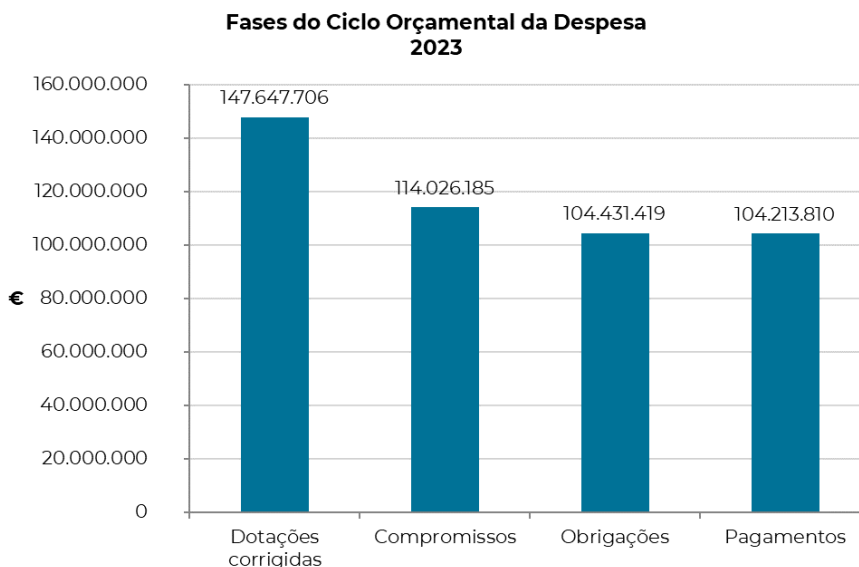
Quadro 37

ESTRUTURA GERAL DA DESPESA										
2023										
	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas (a)	Compromissos (b)	Obrigações (c)	Pagamentos (d)	Compromissos a transitar (b)-(c)	Obrigações por pagar (c)-(d)	Taxa de Execução		
								Pagamentos (d)/(a)	Obrigações (d)/(c)	Compromissos (d)/(b)
<b>DESPESA EFETIVA</b>	<b>500 732</b>	<b>144 400 909</b>	<b>110 838 254</b>	<b>101 343 488</b>	<b>101 125 880</b>	<b>9 494 766</b>	<b>217 608</b>	<b>70,0%</b>	<b>99,8%</b>	<b>91,2%</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>492 593</b>	<b>90 667 309</b>	<b>79 390 100</b>	<b>74 556 070</b>	<b>74 347 524</b>	<b>4 834 029</b>	<b>208 546</b>	<b>82,0%</b>	<b>99,7%</b>	<b>93,6%</b>
Despesas com Pessoal	0	36 166 609	32 897 522	32 509 933	32 509 933	387 589	0	89,9%	100,0%	98,8%
Aquisição Bens Serviços	491 981	38 036 789	31 546 992	27 922 550	27 714 005	3 624 441	208 546	72,9%	99,3%	87,8%
Juros e Outros Encargos	0	852 670	849 793	849 793	849 793	0	0	99,7%	100,0%	100,0%
Transferências Correntes	0	7 078 855	5 807 768	5 517 252	5 517 252	290 516	0	77,9%	100,0%	95,0%
Subsídios	0	7 852 152	7 719 502	7 276 278	7 276 278	443 223	0	92,7%	100,0%	94,3%
Out Despesas Correntes	612	680 235	568 524	480 264	480 264	88 259	0	70,6%	100,0%	84,5%
<b>Despesa de Capital</b>	<b>8 139</b>	<b>53 733 600</b>	<b>31 448 155</b>	<b>26 787 418</b>	<b>26 778 356</b>	<b>4 660 736</b>	<b>9 063</b>	<b>49,8%</b>	<b>100,0%</b>	<b>85,2%</b>
Investimento	8 139	50 696 692	29 149 971	24 620 860	24 611 797	4 529 111	9 063	48,5%	100,0%	84,4%
Transferências de Capital	0	3 036 908	2 298 184	2 166 559	2 166 559	131 626	0	71,3%	100,0%	94,3%
<b>DESPESA NÃO EFETIVA</b>	<b>0</b>	<b>3 246 797</b>	<b>3 187 930</b>	<b>3 087 930</b>	<b>3 087 930</b>	<b>100 000</b>	<b>0</b>	<b>95,1%</b>	<b>100,0%</b>	<b>96,9%</b>
Ativos Financeiros	0	1 400 000	1 400 000	1 300 000	1 300 000	100 000	0	92,9%	100,0%	92,9%
Passivos Financeiros	0	1 846 797	1 787 930	1 787 930	1 787 930	0	0	96,8%	100,0%	100,0%
<b>Total Geral da Despesas</b>	<b>500 732</b>	<b>147 647 706</b>	<b>114 026 185</b>	<b>104 431 419</b>	<b>104 213 810</b>	<b>9 594 766</b>	<b>217 608</b>	<b>70,6%</b>	<b>99,8%</b>	<b>91,4%</b>

Un:Euro



**Gráfico 23**



No exercício de 2023 o orçamento da despesa ascendeu a 147.647.706 €, os compromissos totalizaram 114.026.185 €, as obrigações 104.431.419 € e os pagamentos 104.213.810 €, materializando taxas de execução respetivamente de 91,4%, 99,8 % e 70,6%.

Os compromissos assumidos consomem globalmente mais de três quartos do orçamento municipal na sua versão final do exercício, com origem sobretudo nas Despesas com Pessoal (32.897.522 €), Aquisição de Bens e Serviços (31.546.992 €) e Investimento (29.149.971 €) – conjuntamente, estas três componentes respondem por 82% dos compromissos assumidos no exercício.

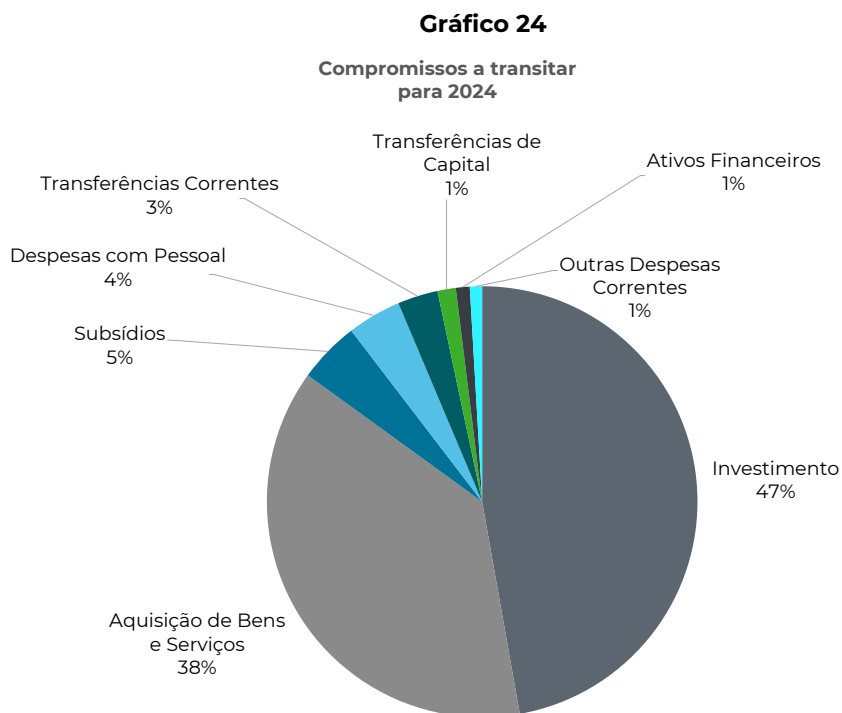
Implicando valores inferiores a dez milhões de euros, afiguram-se os Subsídios (7.719.502 €) e o agregado das Transferências - correntes e de capital – (8.105.952 €).

Verifica-se também que a estrutura de contributos das diversas componentes permanece razoavelmente inalterado, assinalando-se apenas a valoração dos Ativos Financeiros que, no caso, correspondem à realização do aumento de capital estatutário da participada Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M., S.A (aprovado em reunião de Câmara de 17/04/2023 e em sessão da Assembleia Municipal de 05/05/2023).

Os compromissos a transitar respeitam a bens/serviços/empreitadas contratualizados com fornecedores, cuja execução se encontrava prevista para o ano em apreço, mas que, por razões várias que condicionam o ritmo da efetiva execução desses contratos desviando-os pontualmente do calendário previsto, acabaram por não conhecer execução efetiva (isto é, faturação emitida e paga) nos montantes inicialmente previstos. Persistindo a tendência de redução do seu valor absoluto, cifram-se inferiores a 10 milhões de euros (9.594.766 €), contribuindo para este montante



principalmente as rubricas de Investimento (4.529.111 €) e Aquisição de Bens e Serviços (3.624.441 €). Para melhor ilustrar a forma como se distribuem os compromissos a transitar de 2023 para 2024, insere-se de seguida o seguinte gráfico:



Conforme se alcança da leitura ao gráfico precedente, são as rubricas de Investimento e Aquisição de Serviços as que mais contribuem para o montante de Compromissos a transitar para 2024 (respetivamente com 4.529.111 € e 3.624.441 €, como se referiu, num somatório que explica cerca de 85% dos valores globais).

No caso dos Investimentos, estão em causa empreitadas de construção, de melhoria de instalações de serviços, viadutos, arruamentos e obras complementares, parques e jardins que, por contingências várias (inclusivamente relacionadas com a imprevisibilidade cada vez maior das condições meteorológicas que indelevelmente condicionam os trabalhos) não puderam ser executadas no exercício de 2023.

Já no que respeita à Aquisição de Bens e Serviços, os valores a transitar respeitam na sua maior parte a Outros trabalhos especializados e Encargos com Instalações (cujos montantes contribuem para 63% do valor total apurado a transitar nesta rubrica), o restante distribui-se por Alimentação – refeições confeccionadas, Estudos, pareceres, projetos e consultadoria e outros serviços.

Orientando o relatório em presença agora para as obrigações assumidas no exercício (com correspondência direta às contas a pagar contabilizadas patrimonialmente), constata-se que transitam do exercício anterior pouco mais de meio milhão de euros, com origem predominante em

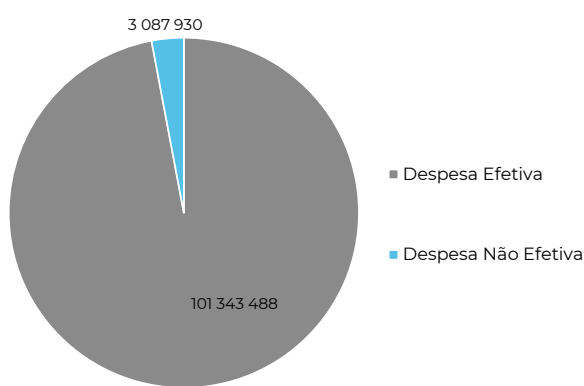


Aquisição de Bens e Serviços, transitando por pagar para a gerência seguinte de 2024, obrigações em menos de metade desse valor (217.608 €).

No quadro global das obrigações do exercício de 2023 verifica-se que 97% deste valor corresponde Despesa Efetiva, num total de 101.343.488 €, remanesecendo apenas os restantes 3% para as rubricas de Ativos e Passivos Financeiros.

**Gráfico 25**

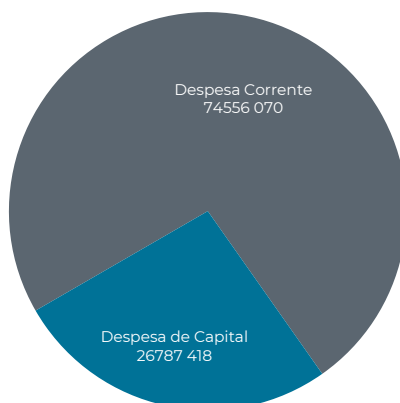
**Obrigações - Despesa Total  
Ano 2023**



No seio da Despesa Efetiva, é o agrupamento da Despesa Corrente que mais contribui, com faturação no valor 74.556.070 € (71,4% das obrigações totais), seguida pela Despesa de Capital (25,7%) e, com menor significado, da Despesa Não Efetiva (3%).

**Gráfico 26**

**Obrigações - Despesa Efetiva  
Ano 2023**



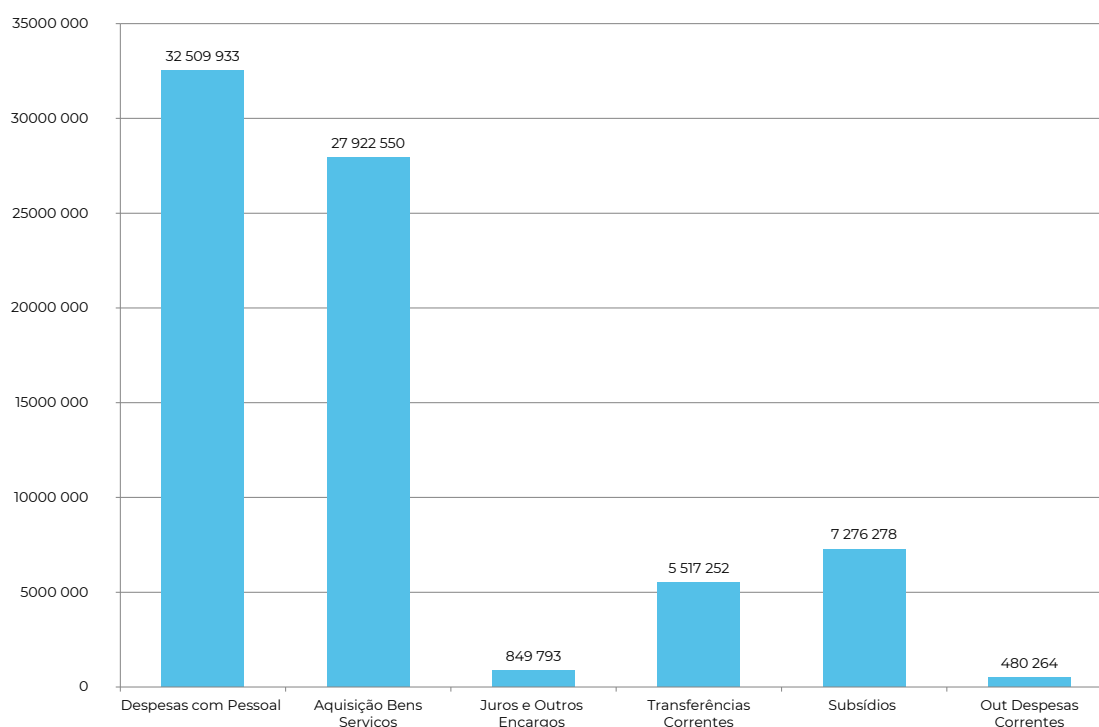




Quer ao nível das Obrigações assumidas, quer ao nível dos Pagamentos efetuados, a componente de despesa com pessoal assume um papel preponderante (32.509.933 €) representando mais de 31% do valor total da despesa faturada, evidência que não pode ser descontextualizada do impacto decorrente do processo de descentralização de competências nas áreas da educação (2023 é o primeiro ano em que o seu impacto abrange a totalidade do exercício) e, com menor impacto e apenas com efeitos a partir do segundo trimestre do exercício, da saúde.

A ponderação das diversas rubricas de Despesa Corrente ilustra-se melhor a partir do gráfico inserido seguidamente:

**Gráfico 27**  
**Obrigações - Despesa Corrente**  
**Ano 2023**



Prosseguindo para a análise da execução das obrigações (proporção dos pagamentos relativamente à despesa faturada), verificam-se resultados dificilmente superáveis, com as obrigações associadas a Despesas de Capital e a Ativos e Passivos Financeiros integralmente pagas, e a Despesa Corrente a atingir 99,7% de porção paga também.

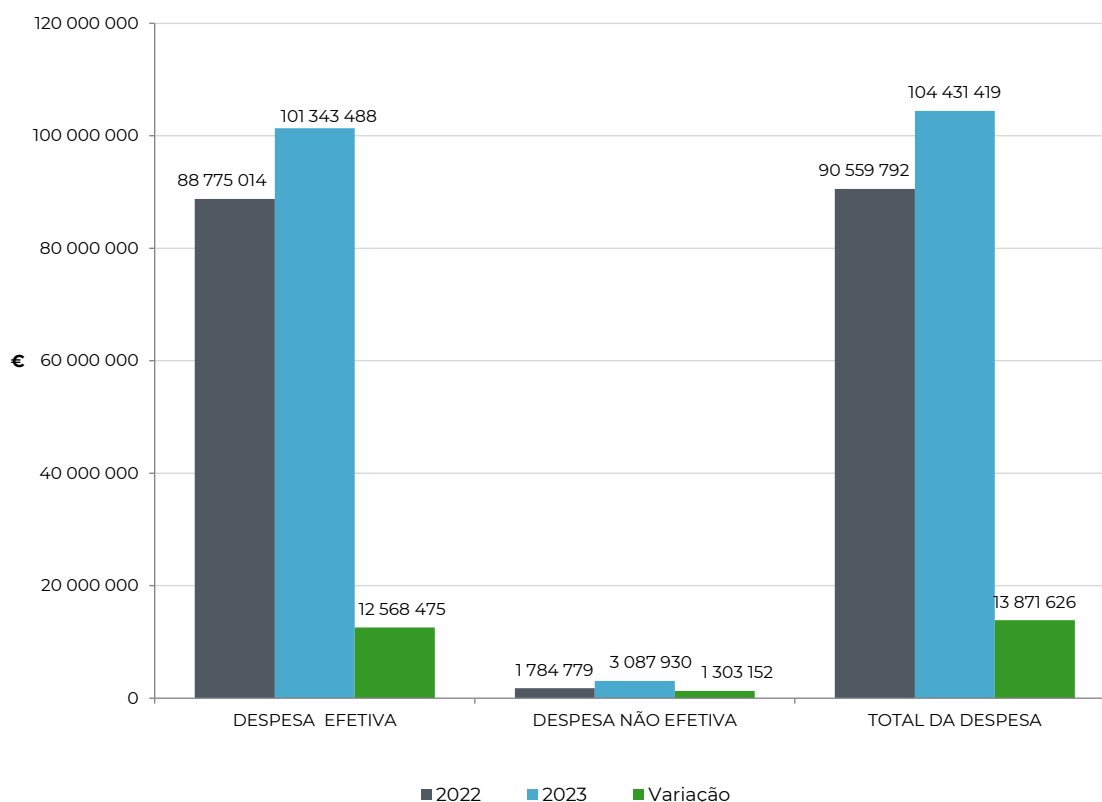
Analisadas as taxas de execução tomando por referência agora os montantes das dotações orçamentais corrigidas, verifica-se que foram pagos mais de 70% dos montantes orçados para o ano de 2023, com a Despesa Efetiva a alcançar uma taxa de execução de 70% e a Não Efetiva 95,1%.



Completando a informação anteriormente vertida no presente subcapítulo, inclui-se ainda um gráfico com os dados comparativos do exercício em presença e do período homólogo relativamente à despesa faturada:

**Gráfico 28**

**Evolução das Obrigações  
2022 - 2023**

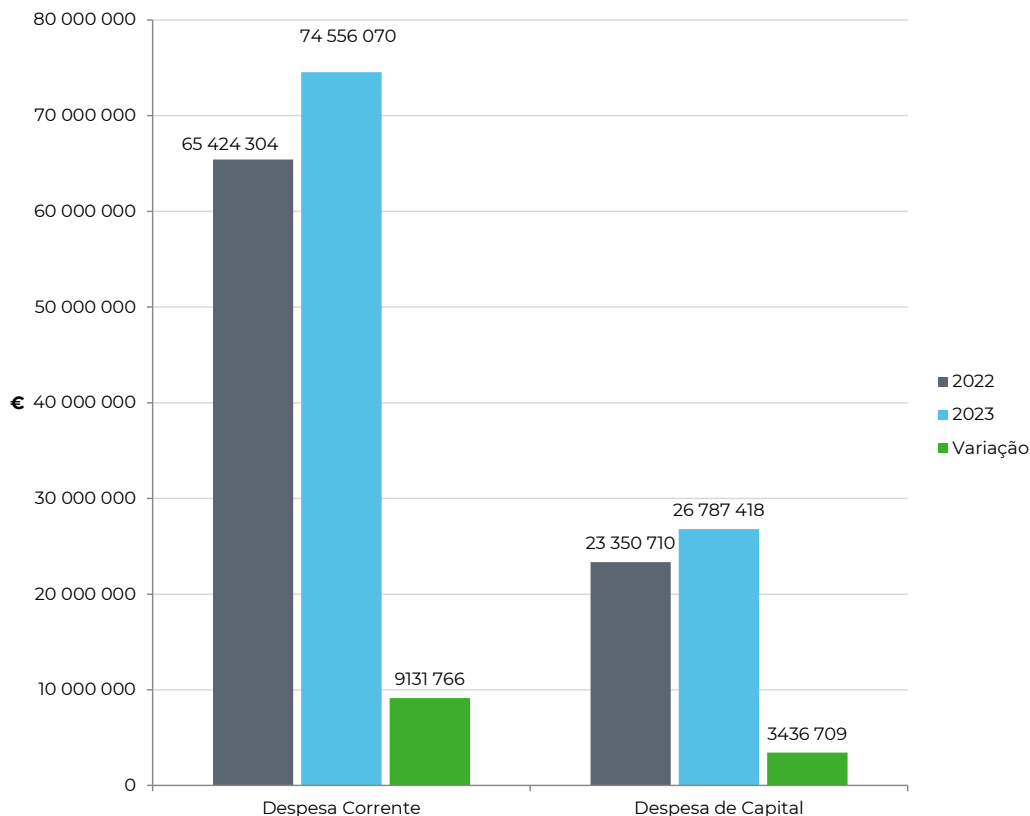


Cingindo-nos apenas à despesa efetiva, detalham-se as variações ocorridas da seguinte forma:



Gráfico 29

**Evolução da Despesa Efetiva Faturada  
2022 - 2023**



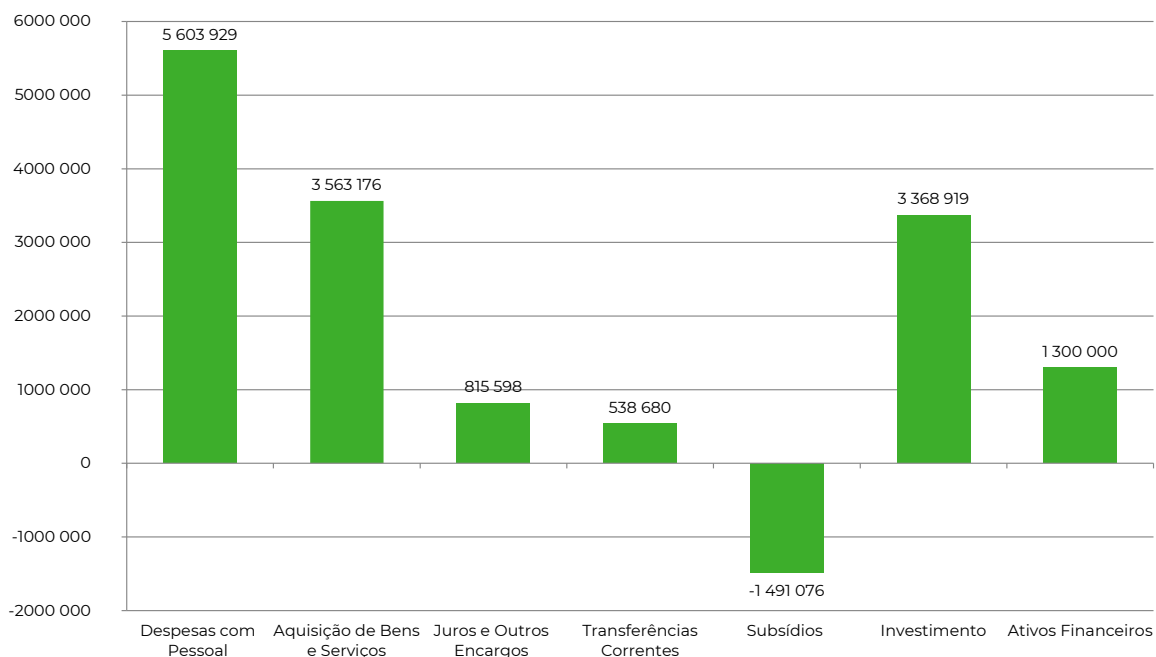
Comparativamente com 2022, as obrigações assumidas pelo Município cresceram (+) 15,3 %, passam de 90.559.792 € para 104.431.419 €, a que corresponde uma variação, em valor absoluto, de (+) 13.871.626€. A operacionalização plena do processo de descentralização de competências, as valorizações remuneratórias dos funcionários da Administração Local, a par do programa Primeiro Direito contribuem de forma inequívoca para o alcance destes resultados.

Focando-nos apenas nas variações superiores (em valor absoluto) a meio milhão de euros, apresentam-se de seguida as flutuações mais significativas entre exercícios:



**Gráfico 30**

**Obrigações  
Variação 2022 - 2023**



Pela ponderação do peso no contexto geral da estrutura da despesa, impõe-se uma análise mais detalhada às seguintes componentes:

- Despesas de Funcionamento (Despesas com Pessoal e Aquisições de Bens e Serviços);
- Transferências Correntes e Subsídios atribuídos;
- Investimento Global, e
- Análise da Dívida.

### 1.3.6.2 DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

Por despesas de funcionamento entendem-se habitualmente os encargos suportados pelas instituições de modo a garantir a estrutura básica de suporte à sua atividade. Por essa razão, revestem-se quase sempre de relativa rigidez, na medida em que correspondem a despesas com carácter estável e fixo, pretensamente adequado à dimensão das solicitações que se colocam ao Município. Também por essa razão, explicam normalmente grande parte das Despesas Correntes da instituição – cenário de que 2023 não é exceção, com as despesas de funcionamento a contribuírem



para 81,7% da Despesa Corrente e quase um terço da despesa total incorrida pelo Município no exercício.

Mantendo a estrutura de contributos do exercício anterior, são as Despesas com Pessoal as que mais pesam no conjunto, seguidas das Aquisições de Bens e Serviços, conforme se confere do Quadro incluso de seguida.

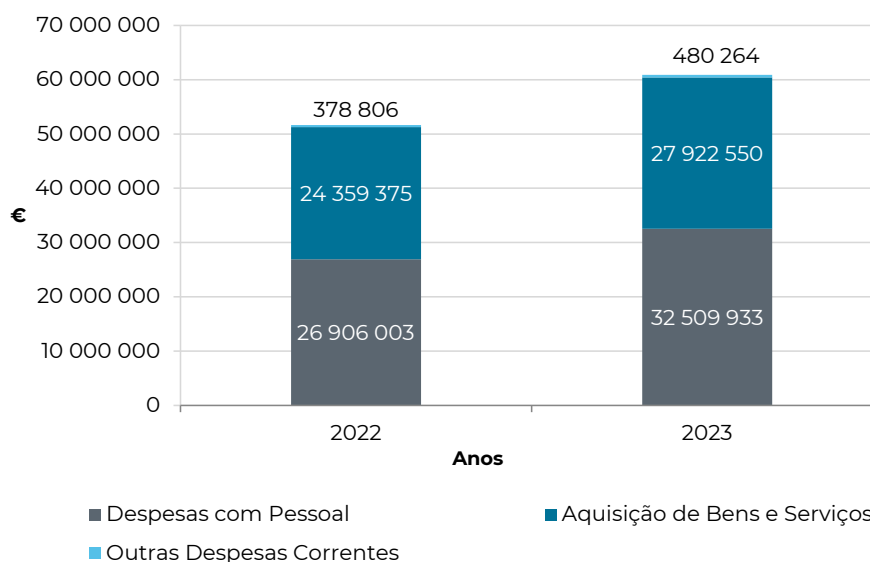
**Quadro 38**

DESPESAS DE FUNCIONAMENTO									
	2022			2023					
	Obrigações	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Obrigações	%Desp Func	%Desp corrente	%Desp Total	Varição 2022/2023
Despesas com Pessoal	26 906 003	52,1%	41,1%	29,7%	32 509 933	53,4%	43,6%	31,1%	20,8%
Aquisição de Bens e Serviços	24 359 375	47,2%	37,2%	26,9%	27 922 550	45,8%	37,5%	26,7%	14,6%
Outras Despesas Correntes	378 806	0,7%	0,6%	0,4%	480 264	0,8%	0,6%	0,5%	26,8%
<b>Total Desp Funcionamento</b>	<b>51 644 184</b>	<b>100,0%</b>	<b>78,9%</b>	<b>57,0%</b>	<b>60 912 747</b>	<b>100,0%</b>	<b>81,7%</b>	<b>58,3%</b>	<b>17,9%</b>
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>65 424 304</b>		<b>100,0%</b>	<b>72,2%</b>	<b>74 556 070</b>		<b>100,0%</b>	<b>71,4%</b>	<b>14,0%</b>
<b>Total Geral Despesas</b>	<b>90 559 792</b>			<b>100,0%</b>	<b>104 431 419</b>			<b>100,0%</b>	<b>15,3%</b>

Un:Euro

**Gráfico 31**

### Despesas de Funcionamento 2022-2023



Em 2023, as despesas de funcionamento faturadas ascendem a 60.912.747 €, (+) 17,9% do que no exercício precedente. Assim consideradas globalmente, estas despesas observam um aumento de (+) 9.268.563 €. Esta variação apura-se assim ligeiramente acima da que se observou ao nível das Despesas Correntes, (+) 14%, e das Despesas Totais, (+) 15,3%.

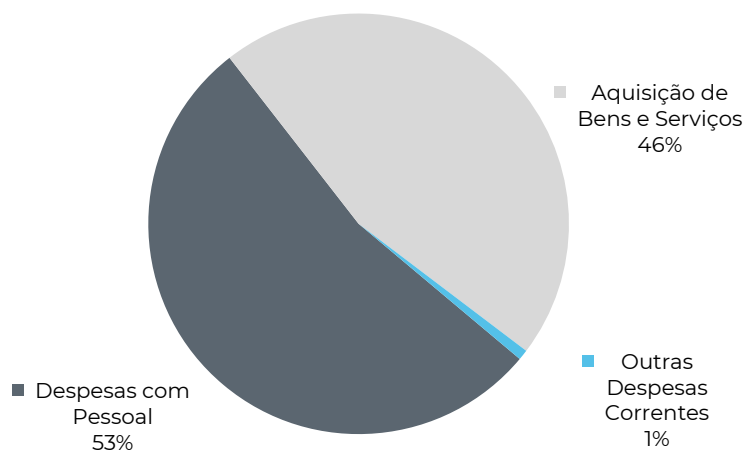


Verifica-se ainda que todas as três componentes aqui consideradas registam variações positivas comparativamente com os registos do ano de 2022, denotando um crescimento global dos gastos com a estrutura de suporte à atividade.

Analisada a composição global das despesas de funcionamento, verifica-se que a mesma permanece, em substância, inalterada relativamente às gerências anteriores, mantendo-se as Despesas com Pessoal responsáveis por mais de metade das despesas de funcionamento e reforçando até ligeiramente essa preponderância no exercício (53,4%). Logo a seguir apresentam-se as Aquisições de bens e serviços (45,8%), restando para as Outras despesas correntes a proporção meramente residual inferior a 1%, alinhada com o que sucedia já em 2022. Esta mesma decomposição se apresenta de seguida, sob a forma gráfica:

**Gráfico 32**

**Peso das Despesas de Funcionamento  
Ano 2023**



Indissociável do aumento das despesas de funcionamento percecionadas é necessariamente o alargamento das exigências e desafios que se colocaram ao Município, designadamente no que respeita às competências descentralizadas nos dois últimos anos e a que se somaram, em 2022, as competências transferidas em matéria de educação e já em 2023 nas áreas da ação social e saúde. Todo este processo tem inevitavelmente impacto no redimensionamento da estrutura de suporte à resposta necessária do Município, impacto este especialmente reforçado num exercício em que, a um ritmo ditado pela Administração Central, também ocorre uma recuperação (parcial) da desvalorização salarial dos funcionários públicos que se vinha acumulando em exercícios anteriores.

Atenta a sua relevância e a materialidade dos valores implicados, serão os próximos subcapítulos dedicados à análise pormenorizada das Despesas com Pessoal e das Aquisições de Bens e Serviços.



### **1.3.6.2.1 DESPESAS COM PESSOAL**

A rubrica de Despesas com Pessoal acomoda, tal como em anos anteriores, todos os tipos de remuneração, base e acessória, suportados pelo Município, relacionados quer com os membros dos órgãos autárquicos, quer com os trabalhadores do mapa de pessoal (independentemente da modalidade de vínculo), a que acrescem ainda os gastos decorrentes de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, os vinculados em qualquer outra situação jurídico-laboral - designadamente em comissão de serviço.

A estes valores somam-se ainda os abonos e compensações que, por força de lei, constituem direitos retributivos adquiridos em virtude dos referidos vínculos – aqui se incluem as deslocações e ajudas de custo, o trabalho suplementar, subsídio de turno, abono para falhas, subsídio de refeição e alimentação, alojamento, e abonos diversos.

Também para esta componente de despesa converge outro tipo de prestações sociais diretas, em que se incluem subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais, despesas de saúde e as despesas que a própria autarquia local, como entidade empregadora pública, suporta com os regimes de proteção social.

Sendo as despesas realizadas com a Aquisição de Serviços a particulares ainda incluídas no conceito lato de despesas com pessoal adotado para efeitos de reporte e controlo das mesmas, nos termos em que este foi superiormente instituído, também a estas se dedicará, adiante no presente relatório, um subcapítulo autónomo. Esta informação, sujeita a reporte trimestral obrigatório à Direção Geral das Autarquias Locais (suscitando, a sua falta, procedimentos sancionatórios), será pelo exposto objeto de análise separada da que de imediato se fará às Despesas com Pessoal cujo trabalho prestado é efetivamente mais subordinado à instituição.

Sistematizando, assim, os encargos assumidos pelo Município, em 2023 (e no período homólogo), com Remunerações Certas e Permanentes, Abonos Variáveis e Eventuais e Segurança Social apresenta-se o quadro seguinte:



## Quadro 39

DESPESAS COM PESSOAL					
	2022	2023			
	Obrigações*	Obrigações*	%	Variação Valor	%
<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>20.283.217</b>	<b>24.660.245</b>	<b>75,9%</b>	<b>4.377.028</b>	<b>21,6%</b>
Titulares de órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	224.483	222.144	0,7%	-2.340	-1,0%
Pessoal dos quadros - Regime contrato individual trabalho	11.696.618	14.824.399	45,6%	3.127.780	26,7%
Pessoal contratado a termo	996.416	1.190.756	3,7%	194.340	19,5%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	893.248	1.003.697	3,1%	110.449	12,4%
Pessoal aguardando aposentação	31.940	32.502	0,1%	562	1,8%
Pessoal em qualquer outra situação	1.640.960	1.679.228	5,2%	38.268	2,3%
Representação	122.645	126.857	0,4%	4.211	3,4%
Subsídio de refeição	1.297.842	1.823.030	5,6%	525.188	40,5%
Subsídios de férias e de Natal	2.740.165	3.171.115	9,8%	430.950	15,7%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade (Pess Quadro CGA)	638.899	586.519	1,8%	-52.379	-8,2%
<b>Abonos Variáveis ou Eventuais</b>	<b>759.413</b>	<b>768.252</b>	<b>2,4%</b>	<b>8.839</b>	<b>1,2%</b>
Horas extraordinárias	187.949	141.464	0,4%	-46.485	-24,7%
Ajudas de custo	3.194	3.856	0,0%	661	20,7%
Abono para falhas	27.345	31.337	0,1%	3.992	14,6%
Subsídio de trabalho nocturno	607	607	0,0%	0	0,0%
Subsídio de turno	383.290	437.404	1,3%	54.114	14,1%
Indemnizações por cessação de funções	68.116	62.716	0,2%	-5.400	-7,9%
Outros suplementos e prémios	88.911	90.868	0,3%	1.958	2,2%
<b>Segurança Social</b>	<b>5.863.373</b>	<b>7.081.435</b>	<b>21,8%</b>	<b>1.218.062</b>	<b>20,8%</b>
Encargos com a saúde	769.156	878.966	2,7%	109.811	14,3%
Outros encargos com a saúde	186.039	215.613	0,7%	29.574	15,9%
Subsídio familiar a crianças e jovens	74.942	102.778	0,3%	27.836	37,1%
Outras prestações familiares	7.288	6.203	0,0%	-1.084	-14,9%
Contribuições para a segurança social	4.485.172	5.444.317	16,7%	959.145	21,4%
Seguros	305.085	417.765	1,3%	112.679	36,9%
Outras despesas de segurança social	35.692	15.794	0,0%	-19.898	-55,8%
<b>TOTAL</b>	<b>26.906.003</b>	<b>32.509.933</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.603.929</b>	<b>20,8%</b>

Un:Euro

(\*) O valor das Obrigações é igual ao valor dos Pagamentos

As obrigações assumidas, pelo Município, em 2023 em matéria de Despesa com Pessoal perfizeram mais de 32,5 milhões de euros, aumentando cerca de (+) 21% relativamente ao período homólogo.

Dedicando-nos desde logo à análise das três maiores componentes que para este grupo de despesas concorrem - as Remunerações Certas e Permanentes, os Abonos Variáveis e Eventuais e Segurança Social -, é constatável que são as primeiras as que mais contribuem para as obrigações totais assumidas pelo Município (75,9%), seguidas como seria de esperar pelos encargos sociais que lhes estão indexados, cujo contributo ascende a 21,8% e, por último e com menor materialidade, pelos Abonos Variáveis ou Eventuais, com uns residuais 2,4%. Em valor absoluto, os contributos individuais de cada componente ascendem respetivamente a 24.660.245 €, 7.081.435 € e 768.252 €.

A variação em valor absoluto ocorrida entre os dois exercícios observa a mesma estrutura, com todas as componentes a registarem variações positivas, as Remunerações Certas e Permanentes a aumentarem (+) 4.377.028 € (o equivalente a (+) 21,6%) e a Segurança Social a aumentar, como seria



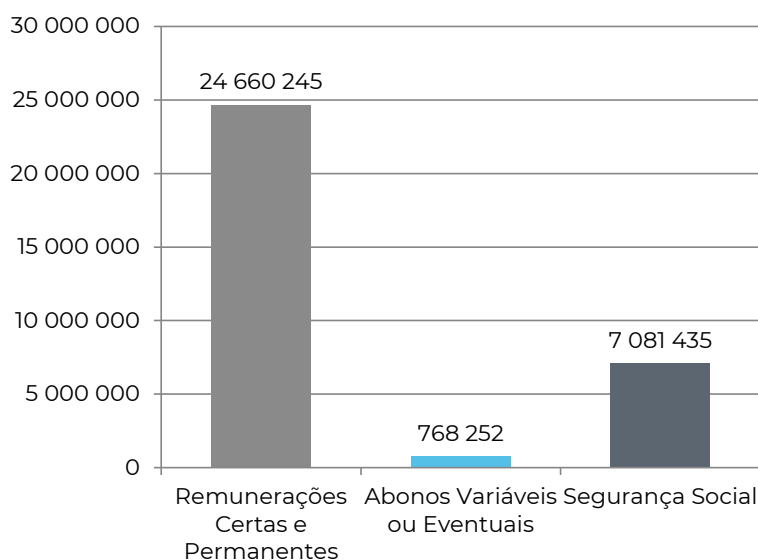


de esperar, pouco mais de um quarto do valor apurado anterior, (+) 1.218.062 €. Somadas, estas variações justificam esmagadoramente o aumento global registado.

Procurando ilustrar de modo mais intuitivo a decomposição das Despesas com Pessoal assumidas em 2023, insere-se seguidamente gráfico resumo:

**Gráfico 33**

**Componentes da Despesas com Pessoal  
Ano 2023**



Isolando no presente relatório a análise de cada uma das componentes de Despesas com Pessoal inicia-se pelas Remunerações certas e Permanentes que, ascendendo no período a um valor próximo de 24,7 milhões de euros, crescem (+) 21,6% relativamente ao exercício anterior. Esta variação, que em termos absolutos ascende a (+) 4.377.028 €, decorre fundamentalmente de dois fatores:

- 1) A transferência para a esfera de gestão municipal de pessoal aportado aos quadros no âmbito do processo de descentralização de competências, quer na área da educação (pessoal não docente adstrito a todos os ciclos de estudos não superiores, com impacto nas contas municipais a partir do segundo trimestre de 2022, estimados acima dos 470 mil euros mensais), quer na área da ação social (assistentes operacionais afetos às unidades de saúde abrangidas pelo Auto de Transferência de competências celebrado entre o Município e a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.)



- 2) As medidas de valorização salarial ditadas pela administração central, reforçadas em contexto de grande pressão sobre as famílias suscitada pelos aumentos registados na inflação e nos juros.

Com maior detalhe e isolando-se apenas esta componente, resulta a performance que se segue:

**Quadro 40**

DESPESAS COM PESSOAL					
	2022	2023		Variação	
	Obrigações*	Obrigações*	%	Valor	%
<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>20.283.217</b>	<b>24.660.245</b>	<b>75,9%</b>	<b>4.377.028</b>	<b>21,6%</b>
Titulares de órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	224.483	222.144	0,7%	-2.340	-1,0%
Pessoal dos quadros - Regime contrato individual trabalho	11.696.618	14.824.399	45,6%	3.127.780	26,7%
TPQ RCIT - Pessoal em funções	8.066.960	14.184.132	43,6%	6.117.172	75,8%
PQ RCIT - Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	2.954	201.385	0,6%	198.431	6718,3%
PQ RCIT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	3.626.705	438.882	1,3%	-3.187.823	-87,9%
Pessoal contratado a termo	996.416	1.190.756	3,7%	194.340	19,5%
PCT - Pessoal em funções	565.803	676.089	2,1%	110.286	19,5%
PCT - Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	430.613	514.666	1,6%	84.054	19,5%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	893.248	1.003.697	3,1%	110.449	12,4%
Pessoal aguardando aposentação	31.940	32.502	0,1%	562	1,8%
Pessoal em qualquer outra situação	1.640.960	1.679.228	5,2%	38.268	2,3%
Representação	122.645	126.857	0,4%	4.211	3,4%
Subsídio de refeição	1.297.842	1.823.030	5,6%	525.188	40,5%
Subsídios de férias e de Natal	2.740.165	3.171.115	9,8%	430.950	15,7%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade (Pess Quadro CGA)	638.899	586.519	1,8%	-52.379	-8,2%

Em suma, assinalam-se aumentos significativos ao nível das Remunerações do Pessoal dos Quadros (particularmente em regime de contrato individual de trabalho), acompanhados pelos crescimentos indissociáveis dos Subsídios de Férias e de Natal, a que se juntam as valorizações dos Subsídios de Refeição. Globalmente, estes aumentos decorrem quer da atualização ordinária de vencimentos do pessoal da Administração Pública (Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro), quer da atualização extraordinária de (+) 1% introduzida, com efeitos retroativos a janeiro de 2023, pelo Decreto-Lei n.º 26-B/2023 de 18 de abril.

Uma nota ainda para três rubricas cuja execução excede, no exercício de 2023, individualmente o valor de um milhão de euros: o Pessoal em qualquer outra situação (onde estão vertidos os vencimentos do pessoal a assumir funções em comissão de serviço, como sucede com os dirigentes), o Pessoal contratado a termo resolutivo (para onde confluem os encargos associados ao fim de contrato dos técnicos das Atividades de Enriquecimento Curricular), e bem assim para o Pessoal em regime de tarefa ou avença, habitualmente indexados ao dinamismo de atividades de natureza desportiva.

Registam variações negativas, em contraciclo, as componentes de Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho (que em 2022 havia contemplado as entradas de pessoal ocorrida por força da assunção de novas competências municipais, já atrás referidas) e de remunerações pagas aos Titulares de órgãos de soberania e membros dos órgãos autárquicos (cuja redução fica a dever-se ao



facto de um dos Vereadores ter deixado de assumir funções a tempo inteiro a partir de abril de 2022, passando a regime de não permanência e deixando por isso de auferir remuneração pelo cargo desempenhado).

Por último, assinala-se que a rubrica de Pessoal aguardando aposentação (cuja materialidade permanece, no cômputo global, reduzida), permanece relativamente inalterada ao nível de 2022 crescendo 562 € – esses, sim, significativamente superiores aos registados em 2021.

Os encargos com Segurança Social em sentido lato, segunda componente com maior materialidade, pouco oferecem que se diga a seu respeito – uma vez que estão totalmente indexados à maior parte das remunerações pagas pelo Município.

Totalizando, em 2023, o valor de 7.081.435 €, crescem cerca de (+) 21% face aos valores assumidos no ano anterior. As Contribuições para a segurança social em sentido restrito contribuem para mais de três quartos deste valor (77%), seguidos com materialidade significativamente inferior pelos Encargos com a Saúde (878.966 €, (+) 14,3 € do que no período homólogo) alinhando-se assim com a tendência verificada já no ano anterior de recuperação do acesso a cuidados de saúde, por parte dos trabalhadores da autarquia.

No que respeita à rubrica de Abonos Variáveis e Eventuais, totalizam em 2023 obrigações para o Município no montante de 768.252 €, (+) 1,2% do que no período homólogo, aqui se assinalando:

- Horas extraordinárias, reduz (-) 46.485 €, o equivalente a (-) 24,7 %;
- Subsídio de turno, cresce (+) 54.114 €, ascendendo no exercício a 437.404€, por um lado acompanhando o crescimento salarial a que está indexado e, por outro, a reorganização dos serviços às novas instalações municipais em que se revelou necessário assegurar a abertura, limpeza e manutenção das mesmas.
- Abono para falhas, cresce (+) 3.992 €, ascendendo os valores pagos no termo do exercício a 31.337 €.

Salienta-se que, não obstante as alterações especificamente introduzidas neste exercício, permanece substancialmente inalterada a estrutura relativa de contributos de cada uma das componentes e subcomponentes, comparativamente com o ano anterior.

É possível concluir, de tudo o que acerca das Despesas com Pessoal foi até aqui referido, que para o desempenho do exercício contribuíram predominantemente, e em resumo, as medidas de valorização remuneratória do pessoal da administração pública (ordinárias e extraordinárias) implementadas no exercício, bem assim como a assunção dos encargos com pessoal importado para os quadros de pessoal do Município no âmbito do processo de descentralização de competências nas áreas da educação e saúde (cujos efeitos foram sensíveis, no caso da primeira a partir do segundo trimestre de 2022, e da segunda a partir de maio do ano seguinte).



Globalmente, as Despesas com Pessoal – 32.509.933 € - contribuem no exercício para 31% das Despesas Totais do Município, 44% da Despesa Corrente e mais de metade das despesas de funcionamento. Uma rubrica que assume valores desta ordem de grandeza é, inequivocamente, suscetível de causar impacto sensível no desempenho orçamental do Município, não sendo de descartar que boa parte das variações ocorridas no seu seio não são, sequer, controláveis pela gestão.

#### **1.3.6.2.1.1 LIMITAÇÕES ÀS DESPESAS COM PESSOAL**

Serve o presente subcapítulo apenas para clarificar que o Município da Maia não estava sujeito, em 2023, às limitações ao recrutamento de trabalhadores aplicáveis aos municípios em situação de saneamento, previstas no artigo n.º 30.º da Lei do Orçamento de Estado de 2023.

Refere o aludido artigo, no seu n.º 1, que os municípios que, a 31 de dezembro de 2022 se encontrassem em situação de saneamento financeiro (nos termos definidos do art.º 58.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais), *“estão impedidos de proceder à abertura de procedimentos concursais, à exceção dos que decorram da conclusão do PREVPAP e das necessidades de recrutamento de trabalhadores no âmbito do processo de descentralização de competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e respetivos diplomas setoriais.”*

Concretizando, a posição financeira do Município aferida nesses exatos termos a 31 de dezembro de 2022 era a que se apura no quadro seguinte:



## Quadro 41

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ALÍNEAS A) E B) DO N.º 1 DO ART.º 58 DA RFALEI	Ano 2022	
	01/01/2022	31/12/2022
<b>Alinea a)</b>		
<b>Dívida total orçamental do Grupo Municipal* (1)</b>	<b>30.143.233</b>	<b>28.404.607</b>
Limite da dívida total (2)	131.686.852	
<b>POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE (3)=(1)-(2)</b>	<b>-101.543.619</b>	<b>-103.282.245</b>
<b>Margem utilizável (alinea b) n.º 3 art.º 52 RFALEI</b>		
<b>Margem disponível para utilizar</b>	<b>20.308.724</b>	<b>22.047.350</b>
<b>Alinea b)</b>		
<b>Dívida total excluindo empréstimos (4)=(1)-(5)</b>	<b>2.925.612</b>	<b>7.027.690</b>
<b>Total de Empréstimos (5)=(6)+(7)+(8)+(9)+(10)</b>	<b>27.217.622</b>	<b>21.376.917</b>
Município (6)	21.432.835	16.632.644
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (7)	1.746.397	793.049
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (8)	758	42.754
Cooperativas e Fundações (9)	24.252	25.091
Entidades de outra natureza (10)	4.013.379	3.883.379
<b>Média da Receita Corrente Líquida cobrada nos últimos três exercícios x 0,75 (11)</b>	<b>65.843.426</b>	
<b>POSICIONAMENTO DO MUNICÍPIO (12)=(4)-(11)</b>	<b>-62.917.814</b>	<b>-58.815.736</b>

Un: Euro

(\*) Exclui operações não orçamentais, bem como acréscimos e diferimentos

## 1.3.6.2.1.2 ESTRUTURA ORGÂNICA

Avança o presente relatório com abordagem distinta à evolução das Despesas com Pessoal, aqui visando a forma como as mesmas se distribuem pela estrutura orgânica municipal – quer em fase orçamental, quer já em execução.

Para tal, insere-se seguidamente quadro com detalhe de informação donde se infere, desde logo, que a execução da despesa desta natureza se aproximou de 90% dos valores orçamentados.



Quadro 42

DESPESAS COM PESSOAL POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA				
2023				
	Dotações corrigidas	Obrigações*	Peso	Taxa de execução
	(a)	(b)		(b)/(a)
Classes Inativas	33.200	32.502	0,10%	97,9%
Órgãos de Autarquia	4.946.083	3.938.587	12,1%	79,6%
Assembleia Municipal	97.000	52.428	0,2%	54,0%
Dept.º de Finanças e Património	1.153.884	1.088.782	3,3%	94,4%
Dept.º de Recursos Humanos e Administração Geral	1.302.004	1.149.317	3,5%	88,3%
Dept.º de Educação Ciência e Cultura	15.579.677	14.163.287	43,6%	90,9%
Dept.º de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude	4.993.229	4.725.819	14,5%	94,6%
Dept.º de Sustentabilidade Territorial	3.035.779	2.707.795	8,3%	89,2%
Dept.º de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade	3.335.536	3.134.333	9,6%	94,0%
Dept.º Jurídico	796.966	638.117	2,0%	80,1%
Encargos com a saúde (1)	893.250	878.966	2,7%	98,4%
<b>TOTAL</b>	<b>36.166.609</b>	<b>32.509.933</b>	<b>100,0%</b>	<b>89,9%</b>

Un: Euro

(\*) O valor das Obrigações é igual ao valor dos Pagamentos

(1) Despesas excluídas dos Órgãos de Autarquia por incluírem os encargos de todas as unidades orgânicas

As Despesas com Pessoal assim distribuídas por classificação orgânica, permitem concluir o seguinte:

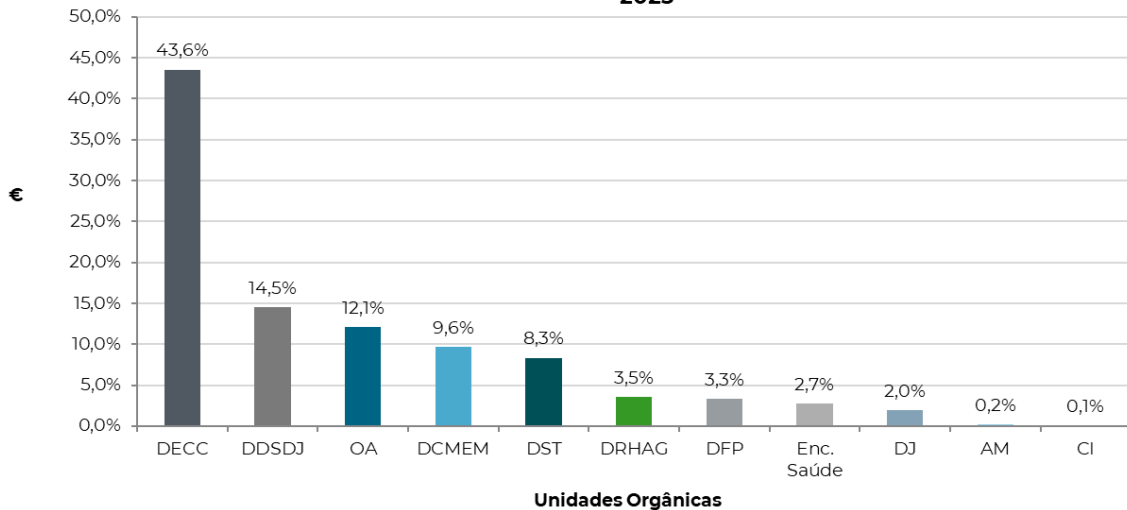
- Tal como sucedeu no ano anterior, o Departamento de Educação, Ciência e Cultura permanece destacado, respondendo por 43,6% das obrigações do Município relativas a Pessoal (no último exercício completo em que o efeito da descentralização foi nulo, 2021, esta proporção ascendia a 25%).
- O Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude (14,5%) e os Órgãos de Autarquia (12,1%) apresentam-se com contributos relativos acima dos 10%, em segundo lugar, imediatamente seguidos dos Departamentos de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade (9,6%) e Sustentabilidade Territorial (8,3%).
- As demais unidades orgânicas identificadas no quadro e não referidas nos pontos anteriores. Globalmente, assumem um contributo global de 11,8% para a execução total.

Dotando o leitor de uma perceção mais imediata da representatividade das diversas unidades orgânicas, propõe-se o seguinte gráfico ilustrativo da contribuição relativa de todas as onze parcelas consideradas.



**Gráfico 34**

**Peso das Despesas com Pessoal por Classificação Orgânica  
2023**



### 1.3.6.2.1.3 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES

A aquisição de serviços a particulares sucede o subcapítulo precedente, porquanto aqui se incluem os encargos assumidos com trabalhadores independentes ou empresários em nome individual, que não os contratados em regime de tarefa/avença (já abordados neste relatório, em subcapítulo anterior, em razão do seu distinto enquadramento). As despesas desta natureza reduzem no exercício, conforme se confere do quadro seguinte:

**Quadro 43**

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS A PARTICULARES				
	2022	2023	Variação 2022/23	
			Valor	%
Despesas com Aquisição de Serviços a Particulares	257.682	206.326	-51.356	-19,9%

Un: Euro

Salienta-se ainda que esta informação é objeto de reporte trimestral à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), via SIAL, para efeitos de controlo das despesas com pessoal.



### 1.3.6.2.2 DESPESAS COM AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS

A rubrica de Aquisições de Bens e Serviços (externos) pelo Município, em 2023, apresenta-se decomposta do seguinte modo:

Quadro 44

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS									
	2022		2023			Variação		Taxa de Execução	
	Obrigações (a)	Pagamentos	Dotações Corrigidas (b)	Obrigações (c)	Pagamentos (d)	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)
Aquisição de Bens	3 945 216	3 518 547	7 757 876	5 982 167	5 974 703	2 036 951	51,6%	77,0%	99,9%
Aquisição de Serviços	20 414 159	20 348 846	30 278 913	21 940 384	21 739 301	1 526 225	7,5%	71,8%	99,1%
<b>Total Aquisição Bens e Serviços</b>	<b>24 359 375</b>	<b>23 867 393</b>	<b>38 036 789</b>	<b>27 922 550</b>	<b>27 714 005</b>	<b>3 563 176</b>	<b>14,6%</b>	<b>72,9%</b>	<b>99,3%</b>
<b>Total Desp Funcionamento</b>	<b>51 644 184</b>			<b>60 912 747</b>		<b>9 268 563</b>	<b>17,9%</b>		
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>65 424 304</b>			<b>74 556 070</b>		<b>9 131 766</b>	<b>14,0%</b>		
<b>Total Geral Despesas</b>	<b>90 559 792</b>			<b>104 431 419</b>		<b>13 871 626</b>	<b>15,3%</b>		

Un:Euro

Tal como havia sido conferido anteriormente, regista-se em 2023 um aumento de (+) 3.563.176 € nos encargos assumidos com Aquisições de Bens e Serviços, verificando-se numa análise de maior detalhe que mais de metade desta variação tem origem em bens adquiridos. Não obstante, as obrigações assumidas são significativamente maiores ao nível da Aquisição de Serviços (21.940.384 €) do que na de Bens (5.982.167 €), representado a primeira cerca de 80% dos Compromissos totais desta componente.

Salientam-se ainda e mais uma vez os elevados níveis de execução quer no rácio de pagamentos sobre as dotações orçamentais corrigidas (acima dos 70%), quer sobre as obrigações assumidas, em que se cifra muito próxima de 100%.

#### 1.3.6.2.2.1 AQUISIÇÃO DE BENS

Para esta rubrica confluem as despesas com a aquisição de bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital - nomeadamente matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação-refeições confeccionadas, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio, entre outras rubricas.





## Quadro 45

AQUISIÇÃO DE BENS										
2022			2023				Variação		Taxa de Execução	
Obrigações	Pagamentos	Dotações Corrigidas	Obrigações	Pagamentos	%	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)	
(a)		(b)	(c)	(d)						
<b>Aquisição de Bens</b>										
Materias primas e subsidiárias	0	0	2.700	0	0,0%	0	-	0,0%	-	-
Combustíveis e lubrificantes	187.502	187.302	304.590	246.643	4,1%	246.417	59,142	31,5%	80,9%	99,9%
Munições, explosivos e artificios	0	0	300	0	0,0%	0	0	0,0%	-	-
Limpeza e higiene	101.747	101.747	176.410	150.260	2,5%	150.260	48.513	47,7%	85,2%	100,0%
Alimentação - refeições confeccionadas	2.318.462	1.895.246	5.213.800	4.149.508	69,4%	4.149.508	1.831.046	79,0%	79,6%	100,0%
Alimentação - géneros para confeccionar	66.874	66.719	159.930	96.507	1,6%	96.507	29.633	44,3%	60,3%	100,0%
Vestuário e artigos pessoais	53.631	53.631	87.300	31.363	0,5%	31.363	-22.268	-41,5%	35,9%	100,0%
Material de escritório	131.818	129.806	198.150	116.229	1,9%	116.229	-15.588	-11,8%	58,7%	100,0%
Produtos químicos e farmacêuticos	50.565	50.565	53.100	49.277	0,8%	49.277	-1.287	-2,5%	92,8%	100,0%
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	350	0	0,0%	0	0	0,0%	-	-
Material de consumo clínico	4.918	4.918	13.707	1.381	0,0%	1.381	-3.538	-71,9%	10,1%	100,0%
Material de transporte	4.561	3.869	14.800	13.044	0,2%	13.044	8.483	186,0%	88,1%	100,0%
Material de consumo hoteleiro	22.224	22.224	42.900	30.612	0,5%	30.612	8.387	37,7%	71,4%	100,0%
Outro material peças	1.825	1.825	13.050	9.270	0,2%	9.270	7.445	407,9%	71,0%	100,0%
Prémios condecorações e ofertas	295.317	295.317	490.252	404.892	6,8%	404.892	109.575	37,1%	82,6%	100,0%
Mercadorias para venda	8.281	8.281	26.400	10.111	0,2%	10.111	1.829	22,1%	38,3%	100,0%
Ferramentas e utensílios	13.284	13.284	21.900	17.435	0,3%	17.435	4.152	31,3%	79,6%	100,0%
Livros e documentação técnica	15.683	15.683	3.350	1.712	0,0%	1.712	-13.971	-89,1%	51,1%	100,0%
Artigos honoríficos e de decoração	3.567	3.567	1.150	154	0,0%	154	-3.413	-95,7%	13,4%	100,0%
Material de educação cultura e recreio	96.635	96.635	182.137	95.931	1,6%	95.265	-704	-0,7%	52,3%	99,3%
Outros bens	568.322	567.926	751.600	557.838	9,3%	551.266	-10.484	-1,8%	73,3%	98,8%
<b>Total Aquisição Bens</b>	<b>3.945.216</b>	<b>3.518.547</b>	<b>7.757.876</b>	<b>5.982.167</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.974.703</b>	<b>2.036.951</b>	<b>51,6%</b>	<b>77,0%</b>	<b>99,9%</b>

Un: Euro

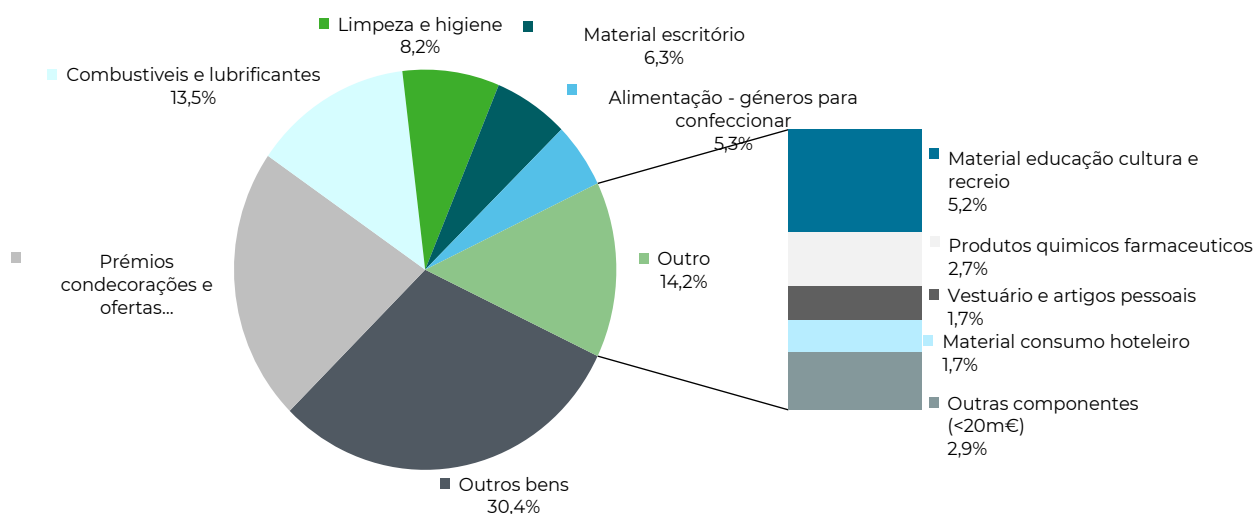
O valor das obrigações assumidas em 2023 com a Aquisição de Bens soma 5.982.167 €, (+) 51,6% do que os 3.945.216 € de 2022.

No seio desta componente de despesa destaca-se, pela sua materialidade (próxima de 70% do total), a parcela dedicada à rubrica Alimentação - Refeições confeccionadas – proveniente sobretudo das refeições providenciadas aos alunos do concelho, cujo volume foi alavancado com a descentralização de competência ocorrida nessa área (e a inclusão dos alunos dos segundo e terceiro ciclo do ensino básico e ensino secundário). Autonomizada esta componente, responsável por 4.149.508 € de despesa comprometida e paga e cuja variação sustenta 90% da variação total ocorrida nos gastos com Aquisições de Bens, as demais rubricas distribuem-se conforme melhor ilustra o gráfico seguinte.

Gráfico 35

**Composição das Despesas com Aquisição de Bens  
Ano 2023**

(exceto Alimentação - refeições confeccionadas)



Deste conjunto de rubricas (todas com compromissos assumidos no exercício superiores a cem mil euros) anota-se ainda complementarmente:

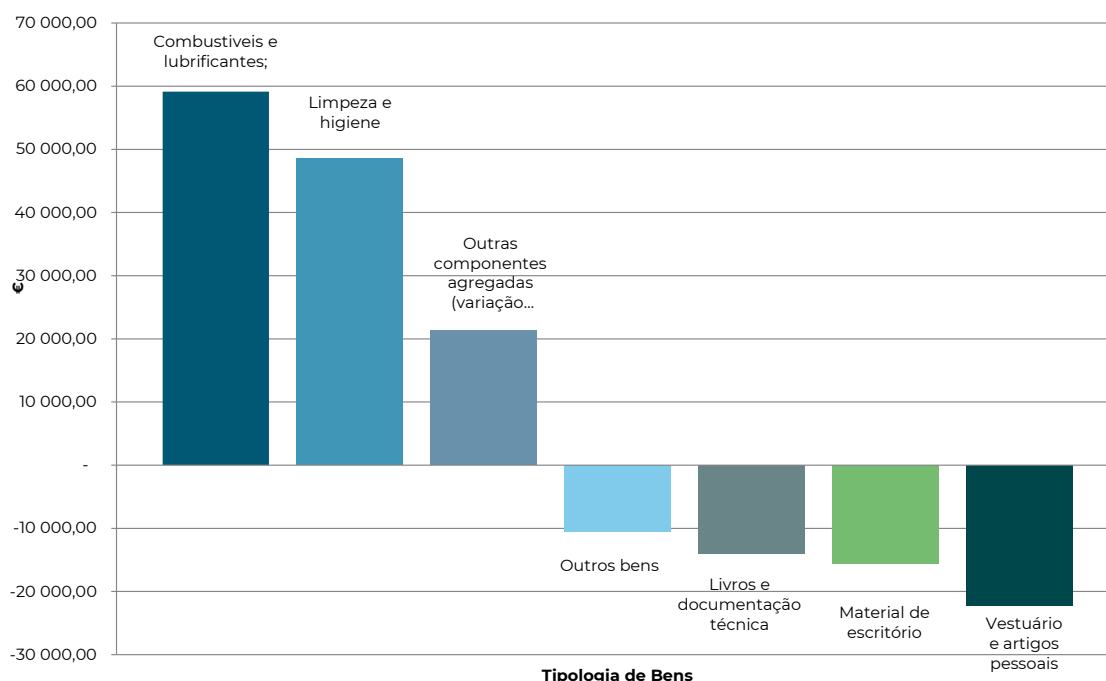
- Outros Bens: 557.838 € contemplam as aquisições de carácter regular nos diferentes serviços municipais, com particular destaque para a área da conservação/manutenção e reparação das instalações e equipamentos municipais (entre os quais se encontram, em 2023, a maioria dos agrupamentos escolares do concelho e centros de saúde).
- Prémios, Condecorações e Ofertas: 404.892 €, onde se incluem todas as aquisições de bens de âmbito institucional, destinadas, na sua maioria, a ofertas protocolares, assim como outras aquisições inseridas nas diversas áreas funcionais, de que são exemplo os cabazes de Natal adquiridos para oferta a famílias desfavorecidas do concelho.
- Combustíveis e Lubrificantes: 246.643 €, para onde convergem as despesas com a aquisição de gasolina e gasóleo para o abastecimento regular do parque automóvel, na parte da frota que ainda funciona a combustão (cerca de metade).
- Limpeza e Higiene: 150.260 €, inclui o valor dos materiais de limpeza e higiene regularmente utilizados nas instalações municipais.
- Material de escritório: 116.229 €, para onde revertem os gastos com a generalidade dos bens necessários ao desenvolvimento das tarefas administrativas nos diversos serviços municipais.



A variação global observada no cômputo das obrigações assumidas com Aquisições de Bens – (+) 2.036.951 € - decompõe-se da forma como se sistematiza de seguida:

**Gráfico 36**

**Aquisição de Bens**  
**Varição Obrigações 2022 - 2023**  
(exceto Alimentação - refeições confeccionadas)



Relativamente ao gráfico precedente, importa aqui recordar que a presente análise (condicionada por uma ótica orçamental, isto é, orientada numa lógica de faturação e pagamentos), conduzindo a conclusões frequentemente divergentes da que adianta se fará no presente relatório, orientada por critérios rendibilidade do exercício. A rubrica dos combustíveis é disso exemplo: se é verdade que a faturação de fornecedores e pagamentos efetuados no exercício aumentaram comparativamente com os que ocorreram em 2022, é-o também que o valor dos consumos efetuados no exercício evolui em sentido contrário, reduzindo-se relativamente ao ano anterior.

Em resumo, os aumentos globalmente assinalados no agrupamento da Aquisição de Bens, se deveram, fundamentalmente, à dinâmica de realização de despesa associada ao processo de descentralização de competências no domínio da educação (90% do aumento de 2.036.951 € têm origem em refeições confeccionadas e fornecidas nas escolas).

**1.3.6.2.2 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ECONÓMICA**

O presente subcapítulo detalha as despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, serviços esses necessários à manutenção do funcionamento – aqui se enquadram, assim, os encargos com as instalações, a Iluminação pública, Vigilância e segurança, Comunicações, Locação de bens, Publicidade, Estudos, pareceres e projetos, Outros Trabalhos Especializados e Encargos de cobrança de receitas, entre outras rubricas.

**Quadro 46**

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS									
	2022		2023			Variação		Taxa de Execução	
	Obrigações	Pagamentos	Dotações Corrigidas	Obrigações	Pagamentos	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)
	(a)		(b)	(c)	(d)				
<b>Aquisição de Serviços</b>									
Encargos de instalações	4.636.649	4.590.472	5.223.062	4.201.393	4.039.723	-435.257	-9,4%	77,3%	96,2%
Limpeza e higiene	768.949	768.949	1.361.950	1.235.676	1.235.676	466.727	60,7%	90,7%	100,0%
Conservação de bens	1.072.038	1.072.038	1.405.171	688.319	678.116	-383.719	-35,8%	48,3%	98,5%
Locação de edifícios	79.552	79.552	238.800	211.370	211.370	131.818	165,7%	88,5%	100,0%
Locação de material de transporte	503.300	503.300	506.300	496.990	496.990	-6.310	-1,3%	98,2%	100,0%
Locação de outros bens	261.964	261.964	345.407	229.435	229.435	-32.529	-12,4%	66,4%	100,0%
Comunicações	343.123	340.279	492.680	354.794	351.833	11.671	3,4%	71,4%	99,2%
Transportes	859.706	859.706	1.456.497	1.153.184	1.152.627	293.478	34,1%	79,1%	100,0%
Representação dos serviços	15.996	15.996	31.880	28.049	26.991	12.053	75,4%	84,7%	96,2%
Seguros	192.466	192.466	213.813	185.270	185.270	-7.196	-3,7%	86,7%	100,0%
Deslocações e estadas	15.502	15.502	63.700	17.164	17.164	1.662	10,7%	26,9%	100,0%
Estudos, pareceres, projectos	524.345	524.345	1.900.176	795.991	795.991	271.646	51,8%	41,9%	100,0%
Formação	18.709	18.709	55.846	26.257	26.257	7.547	40,3%	47,0%	100,0%
Seminários, exposições e similares	122.743	122.743	183.207	121.241	121.241	-1.503	-1,2%	66,2%	100,0%
Publicidade	310.992	310.685	566.512	368.533	368.533	57.541	18,5%	65,1%	100,0%
Vigilância e segurança	991.519	991.519	1.233.420	1.161.977	1.161.977	170.457	17,2%	94,2%	100,0%
Assistência técnica	494.095	494.007	908.530	542.302	536.989	48.206	9,8%	59,1%	99,0%
Outros trabalhos especializados	4.726.490	4.712.611	9.069.108	6.114.670	6.096.082	1.388.180	29,4%	67,2%	99,7%
Serviços de saúde	122.810	122.810	74.100	48.984	48.984	-73.826	-60,1%	66,1%	100,0%
Encargos de cobrança de receitas	1.070.741	1.070.741	1.047.964	1.023.913	1.023.913	-46.828	-4,4%	97,7%	100,0%
Iluminação pública	2.183.941	2.183.941	2.475.000	2.179.915	2.179.915	-4.026	-0,2%	88,1%	100,0%
Outros serviços	1.098.529	1.096.513	1.425.790	754.960	754.228	-343.570	-31,3%	52,9%	99,9%
<b>Total Aquisição de Serviços</b>	<b>20.414.159</b>	<b>20.348.846</b>	<b>30.278.913</b>	<b>21.940.384</b>	<b>21.739.301</b>	<b>1.526.225</b>	<b>7,5%</b>	<b>71,8%</b>	<b>99,1%</b>

Un: Euro

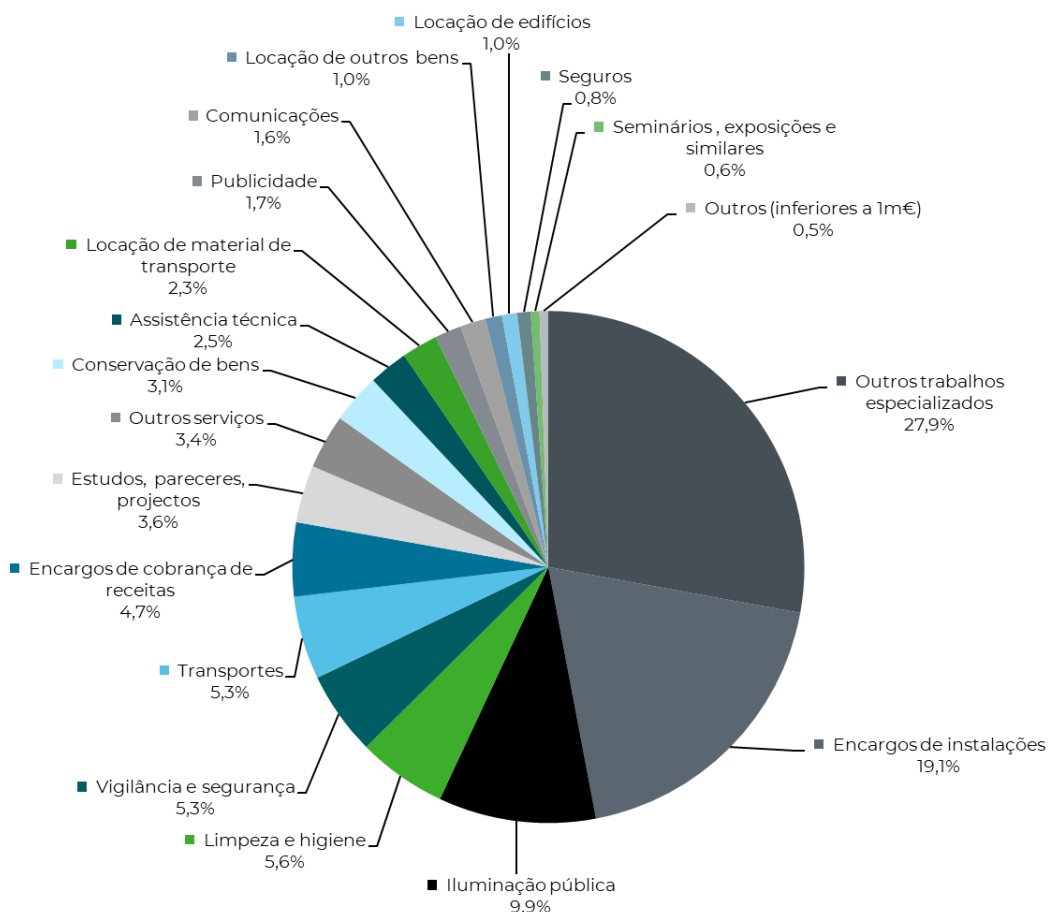
O valor da despesa faturada (obrigações) no exercício de 2023 com a Aquisição de Serviços perfaz 21.940.384 € (mais de 99% da qual foi paga no termo do exercício), observando um crescimento de (+) 7,5% face ao exercício anterior.

De forma que nos parece visualmente mais apreensível, insere-se seguidamente gráfico contendo a decomposição das Obrigações assumidas com Aquisições de Serviços em 2023:

Gráfico 37

## Despesas com Aquisição de Serviços

## Obrigações 2023



Tal como sucedia em 2022, salienta-se o peso de Outros Trabalhos Especializados, Encargos de Instalações e Iluminação Pública – conjuntamente justificam aproximadamente 12,5 milhões de euros, mais de metade da despesa faturada com aquisição de serviços.

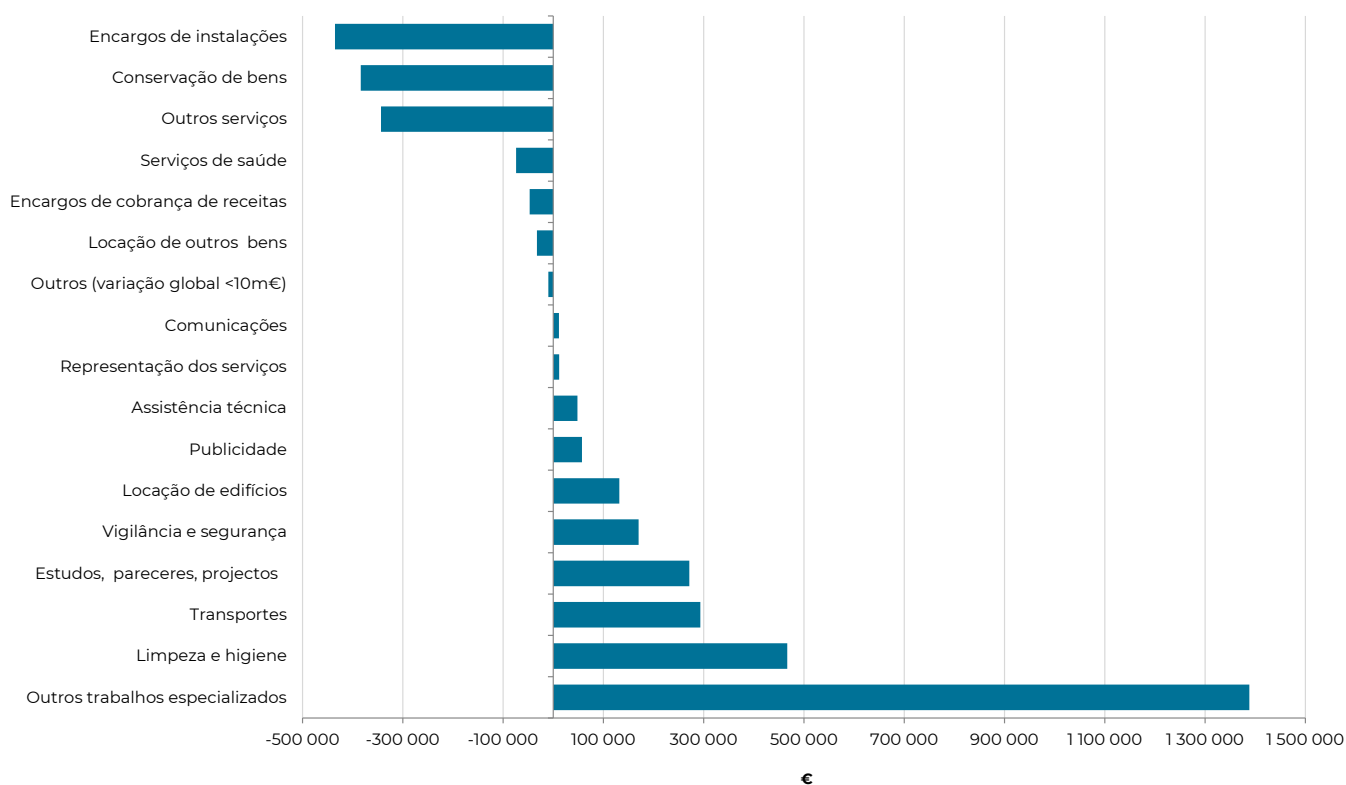
Adicionadas as obrigações acima de um milhão de euros, provenientes de serviços com Limpeza e Higiene, Transportes, Vigilância e Segurança e Encargos de cobrança de receita, a rondar os 4,6 milhões de euros, temos 78% da despesa faturada com aquisição de serviços.

Relativamente às variações dos valores faturados ocorrida entre os dois exercícios nas rubricas de Aquisições de Serviços, salienta-se que é a rubrica com maior peso no agregado total – Outros



trabalhos especializados, responsável por 28% da despesa total desta natureza – a que mais cresce em valor absoluto, aumentando (+) 1.388.180 € comparativamente com as obrigações incorridas no ano anterior. Para melhor percepção das variações registadas no exercício no seio deste agregado, insere-se novo gráfico.

**Gráfico 38**  
**Aquisição de Serviços**  
**Varição Obrigações 2022 - 2023**



Sobretudo em razão da sua materialidade, anota-se complementarmente à informação anteriormente disponibilizada acerca dos pagamentos ocorridos no exercício ainda o seguinte:

- Outros Trabalhos Especializados: ascendem a 6.096.082€, neste valor se incluindo as despesas relativas a serviços técnicos prestados por entidades terceiras, de que são exemplo as despesas com organização de eventos, projetos e serviços de informática, as consultorias jurídicas e financeiras, entre outros;
- Encargos de Instalações: com 4.039.723 € no exercício, contemplam encargos com eletricidade, água e gás das diversas instalações municipais;
- Iluminação Pública: 2.179.915 €, regista uma ligeira redução face às obrigações do ano anterior.



No que respeita às variações, regista-se o impacto inevitável ao nível da Limpeza e higiene, dos Transportes e da Vigilância e Segurança que decorre da descentralização de competências na área da educação (já com impacto na totalidade do exercício de 2023, contrariamente ao sucedido em 2022) e da saúde (com efeitos a partir de 1 de maio de 2023) e que, incontornavelmente, aportaram às instalações adstritas ao Município um conjunto adicional de equipamentos.

### 1.3.6.2.2.3 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR ORGÂNICA

Quadro 47

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA								
2023								
	Dotações corrigidas	Obrigações		Pagamentos		Taxa de Execução		
	(a)	(b)	%	(c)	%	(c)/(a)	(c)/(b)	
Órgãos de Autarquia	9.716.560	7.580.400	34,5%	7.531.356	34,6%	77,5%	99,4%	
Assembleia Municipal	105.850	10.877	0,05%	10.877	0,1%	10,3%	100,0%	
Dept.º de Finanças e Património	54.700	21.085	0,1%	21.085	0,1%	38,5%	100,0%	
Dept.º de Recursos Humanos e Administração Geral	96.870	69.318	0,3%	68.587	0,3%	70,8%	98,9%	
Dept.º de Educação Ciência e Cultura	6.451.574	5.236.771	23,9%	5.173.561	23,8%	80,2%	98,8%	
Dep.º de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude	5.254.378	4.030.417	18,4%	3.978.847	18,3%	75,7%	98,7%	
Dep.º de Sustentabilidade Territorial	4.260.757	2.592.540	11,8%	2.587.595	11,9%	60,7%	99,8%	
Dep.º de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade	4.174.473	2.308.327	10,5%	2.277.545	10,5%	54,6%	98,7%	
Dep.º Jurídico	163.750	90.648	0,4%	89.849	0,4%	54,9%	99,1%	
<b>TOTAL</b>	<b>30.278.913</b>	<b>21.940.384</b>	<b>100,0%</b>	<b>21.739.301</b>	<b>100,0%</b>	<b>71,8%</b>	<b>99,1%</b>	

Un: Euro

No que à distribuição dos serviços adquiridos por unidade orgânica diz respeito, verifica-se que a maior fatia de despesa faturada é imputável aos Órgãos de Autarquia (34,6%), logo seguida pelos Departamentos, Educação Ciência e Cultura (23,8%) Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude (18,3%), Sustentabilidade Territorial (11,9%), Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade (10,5%),

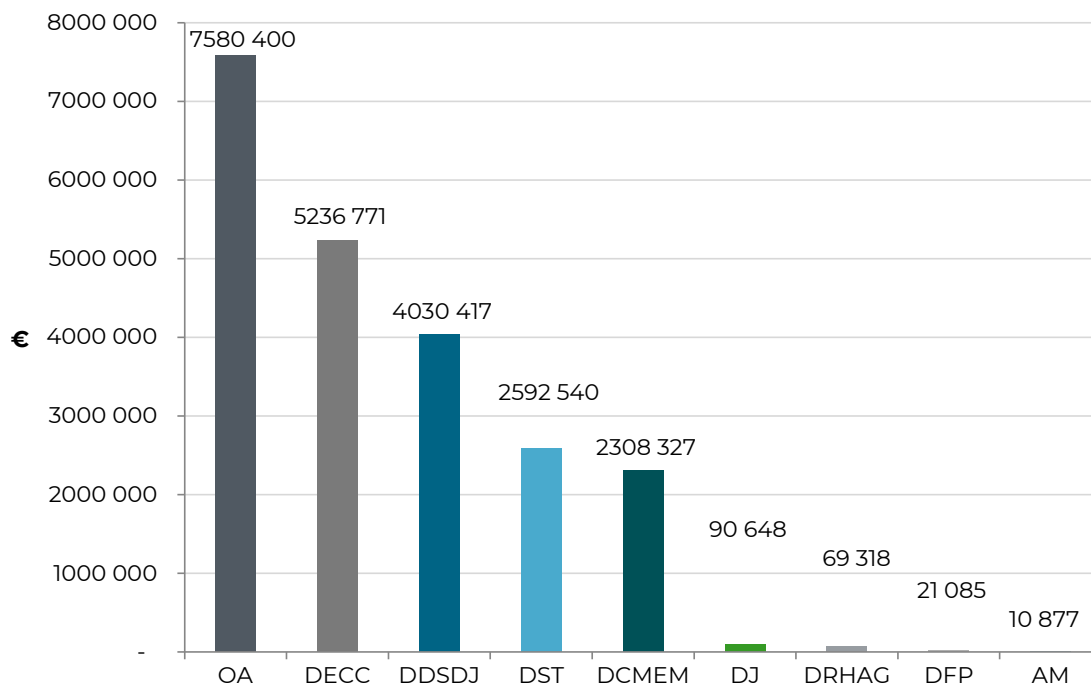
Na despesa associada aos Órgãos da Autarquia está incluído um conjunto de despesas comuns a todas as unidades orgânicas do município, designadamente encargos de instalações, vigilância e segurança, assistência técnica e iluminação pública.

Novamente se salientam as elevadas taxas de execução com os pagamentos a ascender a 71,8% das dotações orçamentais corrigidas e mais de 99% das obrigações assumidas no exercício. Para melhor elucidar acerca da distribuição por classificação orgânica das despesas realizadas neste âmbito, insere-se o gráfico seguinte:



Gráfico 39

**Aquisição de Serviços por Classificação Orgânica  
Ano 2023**



Dá-se por concluída a análise às despesas de funcionamento, mas não sem antes salientar o redimensionamento de que toda a estrutura tem vindo a ser alvo em virtude, em grande parte, da descentralização de competências no domínio da educação, ação social e saúde que, exponenciado pela subida generalizada dos preços de mercado ocorrida paulatinamente nos últimos anos contribui para reforçar esse efeito.

### 1.3.6.3 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS

Almejando alcançar sempre mais e melhores resultados no âmbito das suas atribuições e competências, o Município intervém em diversos domínios sociais, como sejam a educação, ação social, desporto, património e cultura. Nesse âmbito, foram atribuídos ao longo de 2023, a diversos organismos e entidades, apoios financeiros com intenção de financiar a sua atividade corrente, promovendo por essa via atividades e projetos tidos como de relevante interesse público municipal.

Esta articulação, balizada pela legislação vigente e demais normativos e regulamentos municipais aplicáveis às diferentes esferas de atuação municipal, materializa-se num volume de despesa autárquica de natureza corrente não despreciable. Numa ótica orçamental, estas transferências





encontram-se subdivididas de acordo com o classificador económico em três agrupamentos: Transferências correntes, Transferências de capital e Subsídios.

Cingindo-nos, nesta fase do relatório, às componentes de natureza corrente, insere-se de seguida quadro resumo:

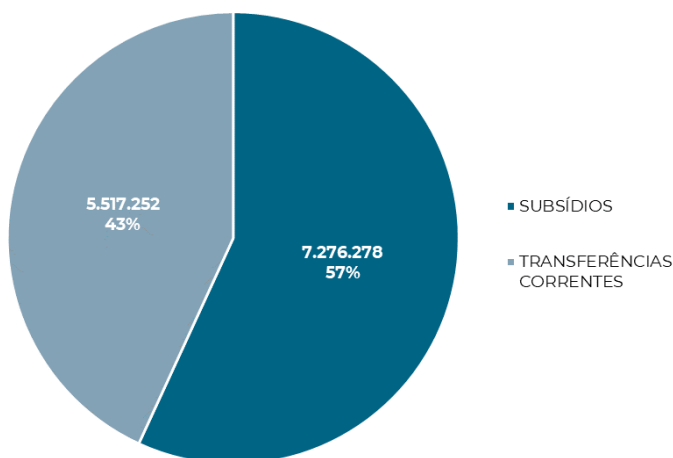
### Quadro 48

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS										
	2022			2023			Variação		Taxa de Execução	
	Obrigações	Pagamentos	Dotações Corrigidas	Obrigações	Pagamentos	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)	
	(a)		(b)	(c)	(d)					
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>4.978.571</b>	<b>4.978.571</b>	<b>7.078.855</b>	<b>5.517.252</b>	<b>5.517.252</b>	<b>538.680</b>	<b>10,8%</b>	<b>77,9%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Sociedades e quase-sociedades não financeiras</b>										
Públicas	25.053	25.053	47.105	13.527	13.527	-11.526	-46,0%	28,7%	100,0%	
Privadas	17.780	17.780	47.350	0	0	-17.780	-100,0%	0,0%	-	
<b>Administração Local</b>										
Municípios	2.753	2.753	3.000	0	0	-2.753	-100,0%	0,0%	-	
Freguesias	1.164.256	1.164.256	1.193.756	1.192.956	1.192.956	28.700	2,5%	99,9%	100,0%	
Associações de Municípios	11.859	11.859	467.944	13.197	13.197	1.338	11,3%	2,8%	100,0%	
Outras	81.493	81.493	71.885	71.493	71.493	-10.000	-12,3%	99,5%	100,0%	
<b>Instituições sem Fins Lucrativos</b>	<b>3.286.946</b>	<b>3.286.946</b>	<b>4.250.765</b>	<b>3.773.444</b>	<b>3.773.444</b>	<b>486.497</b>	<b>14,8%</b>	<b>88,8%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Famílias</b>	<b>388.432</b>	<b>388.432</b>	<b>991.550</b>	<b>452.636</b>	<b>452.636</b>	<b>64.204</b>	<b>16,5%</b>	<b>45,6%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Resto do Mundo - Países</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.500</b>			<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>-</b>	
<b>SUBSÍDIOS</b>	<b>8.767.354</b>	<b>8.767.354</b>	<b>7.852.152</b>	<b>7.276.278</b>	<b>7.276.278</b>	<b>-1.491.076</b>	<b>-17,0%</b>	<b>92,7%</b>	<b>100,0%</b>	
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais e Outras	8.767.354	8.767.354	7.852.152	7.276.278	7.276.278	-1.491.076	-17,0%	92,7%	100,0%	
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	6.036.503	6.036.503	5.952.578	5.459.662	5.459.662	-576.841	-9,6%	91,7%	100,0%	
Outras	2.730.851	2.730.851	1.899.574	1.816.617	1.816.617	-914.235	-33,5%	95,6%	100,0%	
<b>Total Transferências Correntes e Subsídios</b>	<b>13.745.926</b>	<b>13.745.926</b>	<b>14.931.007</b>	<b>12.793.530</b>	<b>12.793.530</b>	<b>-952.395</b>	<b>-6,9%</b>	<b>85,7%</b>	<b>100,0%</b>	

Un: Euro

### Gráfico 40

#### Transferências Correntes e Subsídios Ano 2023

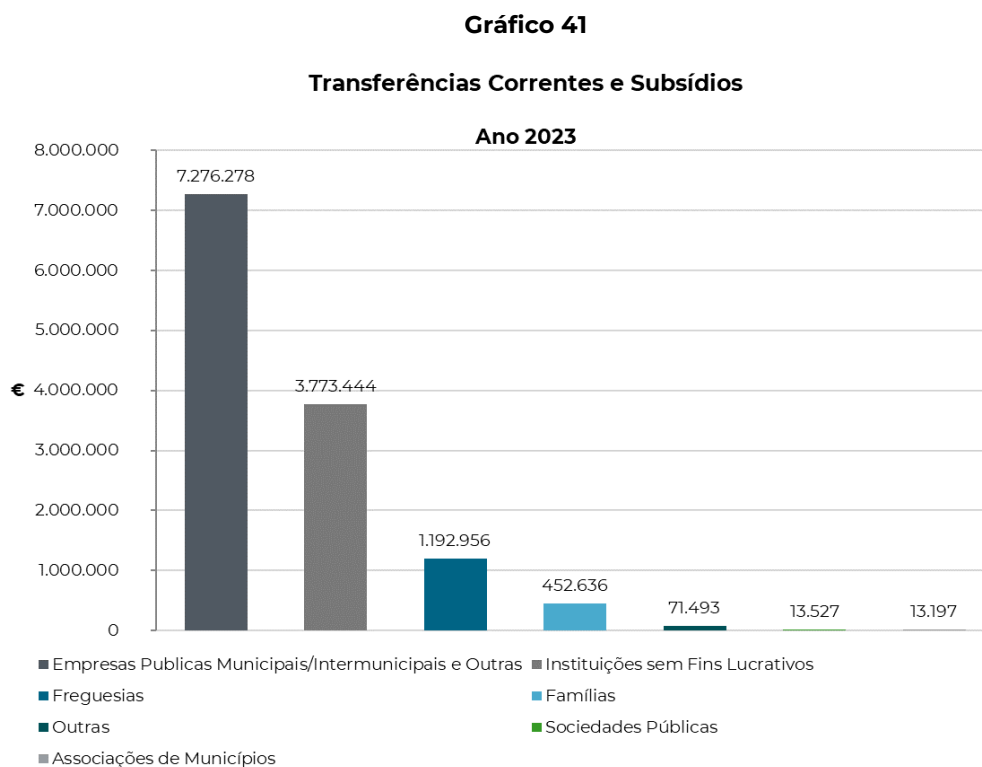




Os apoios que reuniram requisitos para constituir obrigação para o Município no exercício de 2023 totalizaram 12.793.530 € e tiveram como destino financeiro, na sua maior parte, Subsídios (7.276.278 €), cabendo a menor porção às transferências correntes (5.517.252 €).

Comparativamente com o exercício anterior, constata-se uma redução dos valores atribuídos a título de Subsídio, de (-) 1.491,076 €, cujo impacto acaba por ser parcialmente esbatido pela variação de sentido contrário ocorrido no cômputo global das transferências correntes concedidas, que aumentam 538.680 €.

Para maior detalhe da distribuição das Transferências Correntes e Subsídios, insere-se o gráfico seguinte:



Os valores atribuídos às empresas públicas municipais/intermunicipais e outras, registando uma assinalável redução de (-) 17% por comparação com o ano de 2022, afiguram-se ainda assim com componente dominante, ascendendo no período a 7.276.278 €.

Por ordem de materialidade, apresenta-se de seguida os benefícios atribuídos às Instituições Sem Fins Lucrativos (3.773.444 €) e as Freguesias (1.192.956 €), conjuntamente, explicam mais de 95% da totalidade dos valores atribuídos. As Famílias (carenciadas) auferem no exercício de apoios que totalizam 452.636 €, aumentando as obrigações municipais em 64.204 € relativamente ao período homólogo.



Mais adiante no presente relatório e já numa ótica patrimonial, orientar-se-á novamente e já no âmbito da análise à Demonstração de Resultados por Naturezas e dos gastos do exercício, novamente atenção dedicada a este tema. Anota-se, porém, que a redução ocorrida entre os exercícios em comparação tem origem na redução dos valores pagos à Maiambiente, Espaço Municipal e Área Metropolitana do Porto, compensados apenas parcialmente pelo aumento dos pagamentos efetuados à STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto e Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação.

Para informação mais detalhada do que anteriormente se referiu, inserem-se ainda os quadros que se seguem.

**Quadro 49****TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

2023

<b>Designação</b>	<b>Valor</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	
<b>Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais</b>	<b>13.526,51</b>
Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa.	13.526,51
<b>Administração Local - Freguesias</b>	<b>1.192.955,69</b>
Transferência de competências para as Juntas de Freguesia - Recursos financeiros municipais.	1.151.255,69
Apoios a Juntas de Freguesia com vista ao financiamento de atividades de relevante interesse municipal.	41.700,00
<b>Administração Local - Associações de Municípios</b>	<b>13.197,41</b>
Contrato Interadministrativo com a AMP para a transferência de competências no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.	8.197,41
Promoção e comunicação do destino Maia.	5.000,00
<b>Administração Local - Outras</b>	<b>71.493,00</b>
Encargos com quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município.	71.493,00
<b>Famílias - Programas ocupacionais</b>	<b>151.332,41</b>
Medidas de Contrato de Emprego e Inserção	151.332,41
<b>Famílias - Outras</b>	<b>301.303,31</b>
Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social.	142.839,93
Apoios de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, no âmbito do processo de descentralização de competências na área da Ação Social.	113.638,45
Bolsa de apoio a jovens de elevado potencial.	31.500,00
Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades.	13.324,93
<b>a transportar ...</b>	<b>1.743.808</b>

Un: Euro



## Quadro 50

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
2023	
Designação	Valor
	transporte ... 1.743.808
<b>Instituições sem Fins Lucrativos</b>	<b>3.773.443,51</b>
Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades.	1.454.383,28
Maia Desporto para Todos	387.340,00
Celebração de Protocolos/Acordos com IPSS no âmbito do processo de descentralização de competências na área da Ação Social.	300.741,91
Apoios financeiros a conceder à atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços.	230.000,00
Apoio à realização das Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho.	200.000,00
Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social.	149.992,36
Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa.	147.227,39
Apoio à atividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia.	128.080,61
Encargos com as inscrições de Jovens Praticantes de Associações e Coletividades da Maia - Protocolo com as Associações Distritais.	108.927,42
Projeto "Maia Crescer com a Ciência": Protocolo de cooperação entre o Município, o "IPATIMUP" e a "BIAL - Portela & Cª., S.A.".	100.000,00
Programa de Ação Social Escolar no EB1.	66.977,00
EIP - Equipas de Intervenção Permanente dos Corpos de Bombeiros do Município: Comparticipação nas despesas de funcionamento.	64.844,46
Comparticipações decorrentes de acordos de cedência de instalações desportivas a Associações suas utilizadoras.	49.299,79
Apoios a Associações e Coletividades Culturais ou Recreativas, com vista ao financiamento de suas atividades.	48.000,00
Subsídio para aquisição de material didático, audio-visual e atividades que promovam uma educação mais inclusiva no 1.º CEB	45.417,30
Chave de Afetos - "Teleassistência a Idosos".	44.580,00
Apoios a Comissões Fabriqueiras de "Fábricas de Igrejas Paroquiais" com vista ao financiamento de suas atividades.	41.900,00
Contratos com empresas especializadas no âmbito da atividade do CROACM.	30.000,00
Apoios a Associações Juvenis do Concelho, com vista ao financiamento de suas atividades.	27.500,00
Apoios financeiros a conceder a Instituições Sem Fins Lucrativos que prossigam fins sociais.	26.431,66
Apoio à atividade das Conferências Vicentinas.	20.000,00
Subsídio para aquisição de material didático, audio-visual e atividades que promovam uma educação mais inclusiva na Educação Pré-Escolar.	15.549,05
Apoio a associações de bem estar animal.	15.000,00
Open House Porto.	15.000,00
Apoio aos encargos com as inscrições de Escuteiros no CNE e de Escoteiros na AEP.	13.235,00
Projeto "Bué de Escolhas".	12.846,54
Maia Juventude em Movimento - MJM	12.000,00
Apoio às Universidades Séniores da Maia.	10.000,00
Projetos de Inovação Social.	4.038,47
Apoios a entidades de Proteção Civil.	2.500,00
Parcerias para o Impacto - "Projeto 55+".	1.631,27
<b>TOTAL TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>5.517.251,84</b>

Un: Euro



## Quadro 51

SUBSÍDIOS	
2023	
Designação	Valor
<b>SUBSÍDIOS</b>	
<b>Soc. e quase sociedades não financeiras - Empresas Publicas Municipais/Intermunicipais</b>	<b>5 459 662</b>
Comparticipação à "Espaço Municipal, E.M." em razão de Contratos-Programa celebrados com a Câmara Municipal.	850 000
Contrato de gestão delegada celebrado com a "Maiambiente, E.M." - Resíduos Sólidos.	1 294 000
Contrato programa celebrado com a "Maiambiente, E.M." - Limpeza Pública.	2 220 497
Reposição do equilíbrio de contas das empresas que integram o Setor Empresarial Local.	1 095 164
<b>Soc. e quase sociedades não financeiras - Outras</b>	<b>1 816 617</b>
Municipalização dos STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto.	1 816 617
<b>TOTAL SUBSÍDIOS</b>	<b>7 276 278</b>

Un: Euro

## 1.3.6.4 INVESTIMENTO GLOBAL

O Investimento Público tem como finalidade proporcionar o desenvolvimento do território e a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos. Este Investimento concretiza-se com a disponibilização de infraestruturas, tais como estradas, rede de saneamento básico, escolas, equipamentos desportivos, zonas verdes, promoção e preservação do património cultural, e ainda, na criação de condições para a implantação de empresas através da oferta de áreas industriais atrativas, pelo que, o investimento público desempenha um papel crucial no crescimento económico, na criação de emprego e no desenvolvimento social, sendo essencial para garantir uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

No Município da Maia a componente de investimento assume grande relevância no seio da despesa global pois este é o instrumento privilegiado através do qual se garante:

- A construção ou modernização de infraestruturas coletivas;
- A aposta na eficiência energética, na promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação nos serviços públicos;
- A reabilitação e mobilidade urbana;
- Sustentabilidade Ambiental;
- Habitação Social.



Anota-se que para além do investimento em novas infraestruturas e equipamentos, existe a necessidade de uma constante manutenção das já existentes o que também absorve uma parte do valor executado no investimento.

Quanto melhor é essa infraestrutura maior é a competitividade do município, face a outros municípios na captação do investimento privado.

Investir, é por isso sinónimo de preparar o futuro. Importa então analisar qual o comportamento do Investimento adentro da Despesa Global do Município no último exercício, tendo por base os valores das obrigações registadas (despesa faturada), centrado nas suas três grandes componentes:

- Investimento Direto (assume habitualmente, a maior parcela do investimento);
- Transferências de Capital;
- Ativos Financeiros.

Pretende-se com o Quadro 52 demonstrar a evolução do Investimento Global nos últimos 2 anos, bem como das suas componentes e peso destas na formação do valor registado.

**Quadro 52**

INVESTIMENTO GLOBAL						
	2022		2023		Variação	
	Obrigações	Obrigações	% Inv Global	% Desp Total	Valor	%
Investimento Direto - Aquisição de bens de capital	21.251.941	24.620.860	87,7%	23,6%	3.368.919	15,9%
Transferências de capital	2.098.769	2.166.559	7,7%	2,1%	67.790	3,2%
Ativos financeiros	0	1.300.000	4,6%	1,2%	1.300.000	
<b>Total Investimento Global</b>	<b>23.350.710</b>	<b>28.087.418</b>	<b>100,0%</b>	<b>26,9%</b>	<b>4.736.709</b>	<b>20,3%</b>
<b>Despesas Totais</b>	<b>90.559.792</b>	<b>104.431.419</b>		<b>100,0%</b>		

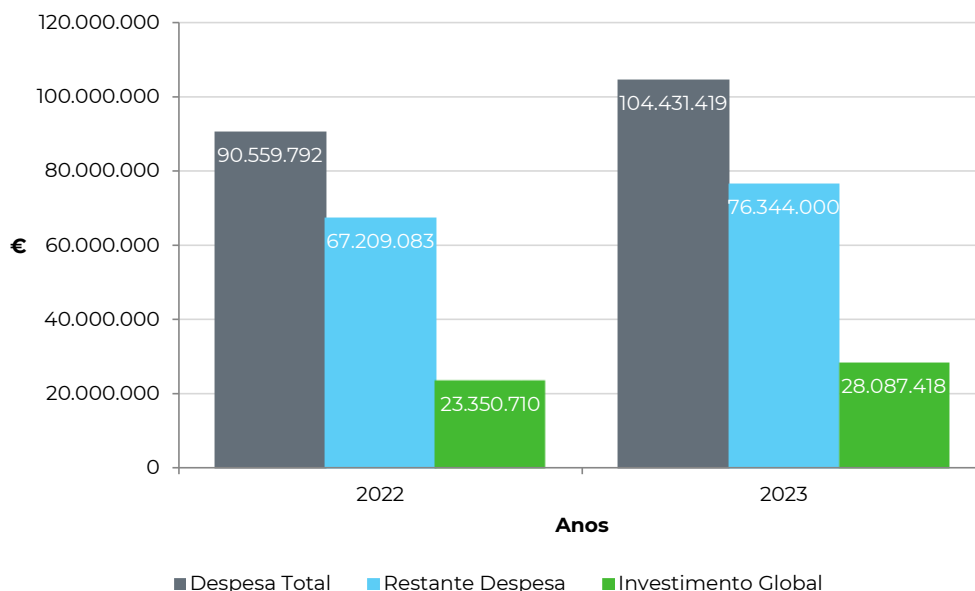
Un: Euro

No exercício de 2023 o Investimento Global totalizou 28.087.418 €, o que representa 26,9% das despesas totais do município. Registou um acréscimo de (+) 4.736.709 €, face ao ano 2022, em resultado da prestação positiva da globalidade das suas rubricas, com especial destaque para o Investimento Direto - Aquisição de Bens de Capital, a aumentar (+) 3.368.919 €, seguido dos Ativos Financeiros com (+) 1.300.000 € e residualmente as Transferências de Capital com (+) 67.790 €.



Gráfico 42

**Despesa Total / Investimento Global  
2022-2023**



De modo a compreender a estrutura do investimento global apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada de cada uma das suas componentes.

#### 1.3.6.4.1 INVESTIMENTO DIRETO

O Investimento Direto constitui a componente mais relevante no Investimento Global ao absorver 24.620.860 €, ou seja, 87,7% do valor total. Compreende as aquisições de bens duráveis bem como as benfeitorias relevantes que alteram o seu valor, onde se incluem os edifícios, os terrenos, os arruamentos, as viaturas, a maquinaria, equipamentos entre outros. Tal investimento é direcionado para os mais diversos fins, conforme se estruturam no quadro seguinte:



Quadro 53

	INVESTIMENTO DIRETO								
	2022		2023			Variação		Taxa de Execução	
	Obrigações (a)	Dotações Corrigidas (b)	Obrigações (c)	Pagamentos (d)	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)	
<b>Terrenos e Recursos Naturais</b>	<b>2.893.989</b>	<b>5.861.252</b>	<b>4.096.903</b>	<b>4.096.903</b>	<b>1.202.914</b>	<b>41,6%</b>	<b>69,9%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Habituação</b>	<b>605.202</b>	<b>8.010.807</b>	<b>2.178.538</b>	<b>2.178.538</b>	<b>1.573.336</b>	<b>260,0%</b>	<b>27,2%</b>	<b>100,0%</b>	
Construção	0	4.128.228	954.626	954.626	954.626		<b>23,1%</b>	<b>100,0%</b>	
Aquisição	605.202	3.551.599	1.223.912	1.223.912	618.710	102,2%	<b>34,5%</b>	<b>100,0%</b>	
Reparação e Beneficiação	0	330.980	0	0	0		<b>0,0%</b>		
<b>Edifícios</b>	<b>2.057.458</b>	<b>7.842.751</b>	<b>2.983.530</b>	<b>2.983.530</b>	<b>926.072</b>	<b>45,0%</b>	<b>38,0%</b>	<b>100,0%</b>	
Instalações de serviços	299.298	2.952.716	1.029.878	1.029.878	730.580	244,1%	34,9%	100,0%	
Instalações desport. e recreat.	447.180	1.220.765	630.264	630.264	183.084	40,9%	51,6%	100,0%	
Creches	0	160.000	0	0	0		0,0%		
Escolas	1.183.336	2.888.310	1.120.985	1.120.985	-62.350	-5,3%	38,8%	100,0%	
Outros	127.645	620.960	202.403	202.403	74.758	58,6%	32,6%	100,0%	
<b>Construções Diversas</b>	<b>12.302.842</b>	<b>21.758.219</b>	<b>12.606.839</b>	<b>12.606.839</b>	<b>303.997</b>	<b>2,5%</b>	<b>57,9%</b>	<b>100,0%</b>	
Domínio Privado	2.202.850	4.065.395	1.624.815	1.624.815	-578.035	-26,2%	40,0%	100,0%	
Domínio. Público	10.099.992	17.692.824	10.982.024	10.982.024	882.032	8,7%	62,1%	100,0%	
<b>Material de Transporte</b>	<b>1.325</b>	<b>67.250</b>	<b>10.339</b>	<b>10.339</b>	<b>9.014</b>	<b>680,1%</b>	<b>15,4%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Maq. e Equipamento</b>	<b>2.176.194</b>	<b>5.427.671</b>	<b>1.990.431</b>	<b>1.990.431</b>	<b>-185.763</b>	<b>-8,5%</b>	<b>36,7%</b>	<b>100,0%</b>	
Equipamento Informático	388.825	817.902	365.053	365.053	-23.771	-6,1%	44,6%	100,0%	
Software Informático	667.652	909.187	455.346	455.346	-212.307	-31,8%	50,1%	100,0%	
Equipamento Administrativo	70.659	217.476	69.273	69.273	-1.386	-2,0%	31,9%	100,0%	
Equipamento Básico	1.030.654	3.428.149	1.070.471	1.070.471	39.817	3,9%	31,2%	100,0%	
Ferramentas e Utensílios	18.404	54.957	30.288	30.288	11.884	64,6%	55,1%	100,0%	
<b>Artigos e Objectos Valor</b>	<b>50.562</b>	<b>278.995</b>	<b>244.349</b>	<b>244.349</b>	<b>193.788</b>	<b>383,3%</b>	<b>87,6%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Investimentos Incorpóreos</b>	<b>81.083</b>	<b>127.702</b>	<b>101.858</b>	<b>101.858</b>	<b>20.775</b>	<b>25,6%</b>	<b>79,8%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Outros Investimentos Dom. Privado</b>	<b>492.581</b>	<b>1.147.044</b>	<b>234.798</b>	<b>225.735</b>	<b>-257.783</b>	<b>-52,3%</b>	<b>19,7%</b>	<b>96,1%</b>	
<b>Outros Bens Domínio Público</b>	<b>590.705</b>	<b>175.000</b>	<b>173.275</b>	<b>173.275</b>	<b>-417.430</b>	<b>-70,7%</b>	<b>99,0%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Total Investimento Direto</b>	<b>21.251.941</b>	<b>50.696.692</b>	<b>24.620.860</b>	<b>24.611.797</b>	<b>3.368.919</b>	<b>15,9%</b>	<b>48,5%</b>	<b>100,0%</b>	

Un: Euro

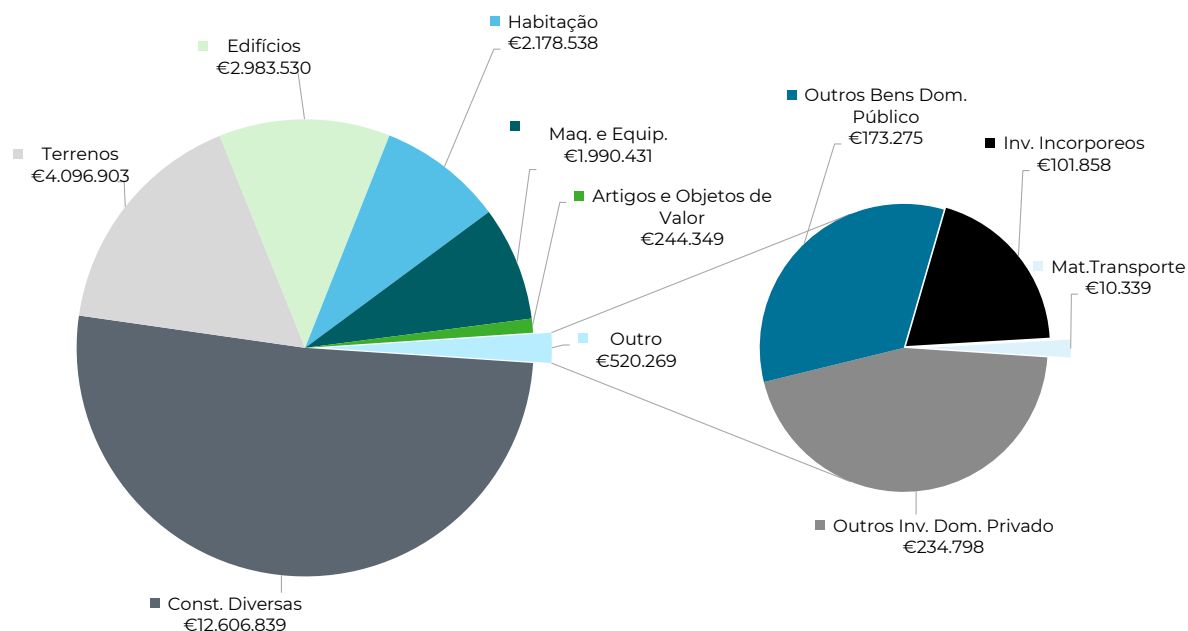
No ano de 2023, as obrigações decorrentes do Investimento Direto importaram em 24.620.860 € o que reflete um aumento de (+) 3.368.919 € face a 2022. Tal comportamento resultou das distintas oscilações ocorridas nas rubricas que compõem este agregado de despesa, ou seja, a contribuir positivamente, destacam-se a Habituação (+) 1.573.336 €, os Terrenos e Recursos Naturais (+) 1.202.914€, os Edifícios (+) 926.072, as Construções Diversas (+) 303.997 €, os Artigos e Objetos de Valor (+) 193.788€ e o Material de Transporte (+) 9.014 €, em sentido inverso, a exibirem decréscimos, apresentam-se as rubricas residuais designadas de Outros Investimentos e Outros Bens de Domínio Público a serem responsáveis por, respetivamente, (-) 257.783 € (-) 417430 € e Maquinaria e Equipamento (-) 185.763€, cuja materialidade se demonstra através do gráfico que se segue:





Gráfico 43

Composição do Investimento Direto  
Ano 2023



Em matéria de pagamentos e como já vem sendo recorrente, a taxa de execução das obrigações sobre os pagamentos situa-se nos 100%. Porém em matéria de taxa de execução, na sua aceção literal (pagamentos sobre dotações corrigidas), atinge 48,5%.

De seguida identificam-se os principais projetos que em 2023 integram as rubricas que compõem o Investimento Direto.

**Terrenos e Recursos naturais**

O investimento realizado por conta de Terrenos e Recursos Naturais totalizou 4.096.903 € e teve como destino os seguintes projetos:

**Quadro 54**

Terrenos	
2023	
Designação	Valor
<b>Terrenos</b>	<b>4.096.903</b>
1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.	2.678.472
Aquisição de propriedades para fins urbanísticos e para outros fins diversos.	1.233.200
Prolongamento da Rua de Joaquim Vasconcelos até à Rua de D. Afonso Henriques, na Freguesia de Águas Santas.	75.337
Beneficiação da Rua de D. Amélia Moutinho Alves, entre a passagem de nível e a Rua de Guerra Junqueiro, na Freguesia de Pedrouços.	42.400
Arruamento de ligação do Monte da Senhora da Hora à Rua de Chã, na Freguesia de Nogueira e Silva Escura.	40.400
Construção de uma Rotunda na confluência da Avenida de N. Sra. da Natividade com a Travessa Nova da Giesta, incluindo a aquisição de terrenos, na Freguesia de Pedrouços.	27.094
<b>Total</b>	<b>4.096.903</b>

Un: Euro

**Habitação**

Pela rubrica Habitação destaca-se a Operacionalização do Programa 1.º Direito, no âmbito do acordo celebrado com o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana:

**Quadro 55**

Habitação	
2023	
Designação	Valor
<b>Habitação</b>	<b>2.178.538</b>
1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.	2.119.062
Conservação de edifícios municipais.	59.476
<b>Total</b>	<b>2.178.538</b>

Un: Euro

Para uma melhor perceção, o quadro seguinte sistematiza o investimento efetuado no ano 2023 no 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação independentemente da natureza económica das rubricas:



**Quadro 56**

1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação	
2023	
Designação	Valor
1.º Direito - Terrenos	2.678.472
1.º Direito - Aquisição de frações habitacionais	1.223.912
1.º Direito - Construção	895.150
<b>Total</b>	<b>4.797.534</b>

Un: Euro

**Edifícios**

O agregado de despesa associado a Edifícios, a totalizar 2.983.530 €, contempla o investimento em instalações necessárias à prossecução dos objetivos do município, sejam elas de apoio à atividade administrativa, escolas, instalações desportivas entre outras e compreendeu os seguintes projetos:



## Quadro 57

Edifícios	
2023	
Designação	Valor
<b>Instalações de serviços</b>	<b>1.029.878</b>
Maia SMART Lab - criação de um espaço com vista à partilha e experimentação de soluções "SMART" focadas no território, no seu desenvolvimento sustentável e nos processos de co-criação.	567.246
Intervenções de beneficiação e de conservação da Torre Lidador.	141.335
Oficinas e Armazéns Gerais - novas instalações.	108.917
Obras de remodelação do Edifício dos Paços do Concelho.	66.917
Construção de equipamentos de saúde primária - UCSP de Milheirós - Acordo de Colaboração com a ARS Norte, na freguesia de Milheirós.	48.882
Construção de equipamentos de saúde primária - Parque de Saúde Maia - Acordo de Colaboração com a ARS Norte, na freguesia da Cidade da Maia.	45.756
Reformulação do Forum da Maia.	25.414
Conservação de edifícios municipais.	15.793
Construção das novas instalações da Divisão Policial da PSP da Maia - Contrato Interadministrativo com o Ministério da Administração Interna.	9.619
<b>Instalações desportivas e recreativas</b>	<b>630.264</b>
Medidas de eficiência energética no Complexo Municipal de Piscinas de Águas Santas.	236.670
Conservação de instalações desportivas.	209.280
Conservação de edifícios municipais.	118.254
Beneficiação do Complexo Municipal de Ténis.	33.178
Beneficiação do Pavilhão Municipal da Nortecoope.	21.999
Medidas de eficiência energética no Complexo Municipal de Piscinas de Gueifães.	10.883
<b>a transportar...</b>	<b>1.660.142</b>

Un: Euro

**Quadro 58**

Edifícios	
2023	
Designação	Valor
	<b>transporte...</b> <b>1.660.142</b>
<b>Escolas</b>	<b>1.120.985</b>
Beneficiação da Escola do EB1 do Monte Calvário, em Nogueira, na Freguesia de Nogueira e Silva Escura.	211.563
Beneficiação da Escola do EB1 de Ferreiró, na freguesia do Castelo da Maia .	204.794
Beneficiação e requalificação de espaços escolares exteriores.	187.823
Beneficiação da Escola do EB1/JI de Parada, na freguesia de Pedrouços.	153.788
Beneficiação de Edifícios do Pré-escolar.	98.142
Recuperação, adaptação e ampliação de edifícios escolares existentes.	78.520
Conservação de edifícios escolares.	61.128
Requalificação e modernização da EB2,3S do Doutor José Vieira de Carvalho, na Freguesia de Moreira - Acordo de Colaboração com o Poder Central.	39.128
Ampliação da Escola do EB1/JI da Prozela, na Freguesia de Vila Nova da Telha.	31.874
Requalificação e modernização da Escola Básica do Castelo da Maia, na freguesia do Castelo da Maia.	31.720
Construção de coberturas de espaços exteriores de escolas do EB1.	15.462
Beneficiação do edifício do Plano Centenário da Escola do 1.º CEB da Prozela, na freguesia de Vila Nova da Telha.	5.533
Revisão de preços de empreitadas relativas à construção, remodelação ou adaptação de edifícios escolares, levadas a cabo em anos anteriores.	1.510
<b>Outros</b>	<b>202.403</b>
Reabilitação de edifícios com vista à instalação da Base Operacional de Emergência Médica do INEM, na freguesia da Cidade da Maia.	140.808
Beneficiação do Complexo Municipal da Casa do Alto, bem como da designada Casa do Guarda, na Freguesia de Pedrouços.	34.762
Quinta dos Cónegos - Intervenções de adaptação e de requalificação do edificado e dos espaços exteriores.	18.321
Beneficiação da Casa do Corim, na Freguesia de Águas Santas.	8.512
<b>TOTAL</b>	<b>2.983.530</b>

Un: Euro

**Construções Diversas**

As Construções Diversas compreendem os investimentos realizados em infraestruturas de domínio público e privado necessárias à satisfação das necessidades básicas das populações, tais como: viadutos, arruamentos, estradas e pontes, instalações de saneamento e água, bem como parques e jardins, parques de estacionamento, parques desportivos entre outros.



Registaram um volume de obrigações de 12.606.839 € dos quais 1.624.815 € reportam-se a Construções Diversas de Domínio Privado e 10.982.024 € a Construções Diversas de Domínio Público, e que foram direcionadas para os projetos apresentados nos quadros seguintes:

**Quadro 59**

Construções Diversas Domínio Privado	
2023	
Designação	Valor
<b>Parques e jardins</b>	<b>97.551</b>
Parques Infantis e "Ginásios ao Ar Livre".	92.676
Construção do "Parque Fluvial de Alvura", na Freguesia de Milheirós.	4.875
<b>Instalações desportivas e recreativas</b>	<b>665.213</b>
Reformulação do Pavilhão Municipal de Ginástica, integrado na Zona Desportiva Central do Município, em Vermoim, na Freguesia da Cidade da Maia.	527.021
Beneficiação do Campo Municipal de Jogos de Águas Santas, na freguesia de Águas Santas.	116.392
Campo de Jogos Municipal de Gondim - Beneficiação e modernização, na freguesia do Castelo da Maia.	8.745
Requalificação de "Polidesportivos de Rua".	8.128
Beneficiação do Complexo Municipal de Ténis.	4.927
<b>Sinalização e trânsito</b>	<b>15.224</b>
Semaforização de vias: aquisição, instalação e conservação de equipamentos semaforicos.	15.224
<b>Outros</b>	<b>846.827</b>
Reformulação do Mercado-Feira da Maia, na Freguesia da Cidade da Maia.	447.609
Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana.	210.139
Requalificação de Lagos e Fontes Municipais.	168.668
Construção do Centro de Excelência e Bem-Estar Animal da Maia.	20.411
<b>Total Construções Diversas - Domínio Privado</b>	<b>1.624.815</b>

Un: Euro



## Quadro 60

Construções Diversas Domínio Público	
2023	
Designação	Valor
<b>Viadutos, arruamentos e obras complementares</b>	<b>9.969.452</b>
Beneficiação de vias municipais.	2.382.986
Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas da Rua das Tílias no "Jardim do Sobreiro", na freguesia da Cidade da Maia.	1.799.634
Arruamento de ligação da Avenida do Dr. José Vieira de Carvalho à Rua Cruz das Guardas e à Rua de Santo Lenho, na Freguesia de Moreira.	1.456.906
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves - requalificação do espaço pedonal e ciclável - no núcleo urbano do Castelo da Maia.	1.209.758
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves, eliminação de pontos de acumulação de acidentes entre peões e ciclistas, no núcleo urbano de Águas-Santas e implementação de ciclovia.	398.122
Reabilitação das passagens superiores à Linha do Caminho de Ferro, na Rua de D. Afonso Henriques, na Freguesia de Águas Santas.	368.441
Reparação pontual de vias e infraestruturas conexas.	358.262
Beneficiação da Rua Central de Ardegães, nomeadamente quanto a drenagem de águas pluviais, na freguesia de Águas Santas.	216.823
Trabalhos urbanísticos em diversas áreas do Concelho, com vista à sua recuperação urbana.	214.283
Beneficiação da Rua de Alberto Campos da Costa Maia, nomeadamente quanto a drenagem de águas pluviais, na freguesia de Vila Nova da Telha.	201.582
Revisão de preços de empreitadas, relativas a terraplenagens, a drenagem de águas pluviais, à construção de muros de vedação, à construção de passeios e à pavimentação de arruamentos diversos do Concelho, e levadas a cabo em anos anteriores.	188.384
Construção de uma rotunda na confluência da Rua do Dr. Joaquim Nogueira dos Santos com a Avenida de D. João I e a Rua do Dr. Germano Vieira, nas freguesias de Milheirós, Águas Santas e Nogueira-Silva Escura.	176.502
Requalificação da Travessa da Vessada, na freguesia de Milheirós.	158.729
Reabilitação de pontes de traves, em granito, no Rio Leça, com valor histórico-cultural.	147.502
Beneficiação da Rua do Padre António Costa na zona de influência da Igreja Matriz de Nogueira, na freguesia de Nogueira e Silva Escura.	137.588
Intervenções de carácter urgente em razão de intempéries ou outras situações fortuitas.	114.217
Regime excecional de revisão de preços nos contratos públicos.	99.427
Remoção de raizeiros, recomposição de caldeiras de árvores e reconstrução de passeios.	97.186
Construção de uma Rotunda na confluência da Avenida de N. Sra. da Natividade com a Travessa Nova da Giesta, incluindo a aquisição de terrenos, na Freguesia de Pedrouços.	84.433
Retificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação de arruamentos diversos em vários locais do Concelho, incluindo a aquisição de betume asfáltico e a respetiva aplicação.	75.182
Elaboração de projetos de execução de requalificação de espaço público e infraestruturas urbanas.	61.917
Construção da ligação RVP-25 entre o designado Nó da "Nova Maia" (na A-41) e a Rua de Conçalo Mendes da Maia, na Freguesia de Nogueira e Silva Escura.	11.015
Colocação ou beneficiação de sinalização horizontal em arruamentos vários.	10.574
<b>a transportar ...</b>	<b>9.969.452</b>

Un: Euro

**Quadro 61**

Construções Diversas Domínio Público	
2023	
Designação	Valor
	transporte ... 9.969.452
<b>Iluminação pública</b>	<b>34.902</b>
Comparticipação, construção ou manutenção de Redes de Iluminação Pública.	34.902
<b>Parques e jardins</b>	<b>790.509</b>
Ajardinamento de espaços municipais.	306.527
Requalificação do "Parque da Fontes", na freguesia da Cidade da Maia.	301.367
Corredor Verde do Rio Leça.	108.692
Arranjos paisagísticos de arruamentos.	37.252
Construção do "Parque Urbano de Moreira", na Freguesia de Moreira, incluindo a aquisição de terrenos e a elaboração dos respetivos projetos.	36.671
<b>Outros</b>	<b>187.162</b>
Obras de urbanização em falta em loteamentos não consumados.	84.251
Recuperação do Lavadouro da Travessa de Sá e Melo, na freguesia de Nogueira e Silva Escura.	48.192
Construção de muros de contenção em vias municipais.	27.912
Regularização de linha de água afluenta à Ribeira do Arquinho, incluindo travessia na Rua de Agostinho da Silva Rocha, na Freguesia de Nogueira e Silva Escura.	20.922
Beneficiação das condições de acolhimento nas paragens de transporte coletivo rodoviário.	3.657
Construção de Ramais de Baixa Tensão e de Média Tensão.	2.227
<b>Total Construções Diversas - Domínio Público</b>	<b>10.982.024</b>

Un: Euro

**Material de Transporte**

A aquisição de Material de Transporte apresentou pouca expressividade tendo totalizado em 2023 o valor de 10.339 €, conforme quadro que se apresenta:

**Quadro 62**

Material de Transporte	
2023	
Designação	Valor
<b>Material de transporte</b>	<b>10.339</b>
Grandes reparações de viaturas.	5.147
Aquisição de veículos e máquinas especiais.	4.515
Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos.	678
<b>Total</b>	<b>10.339</b>

Un: Euro



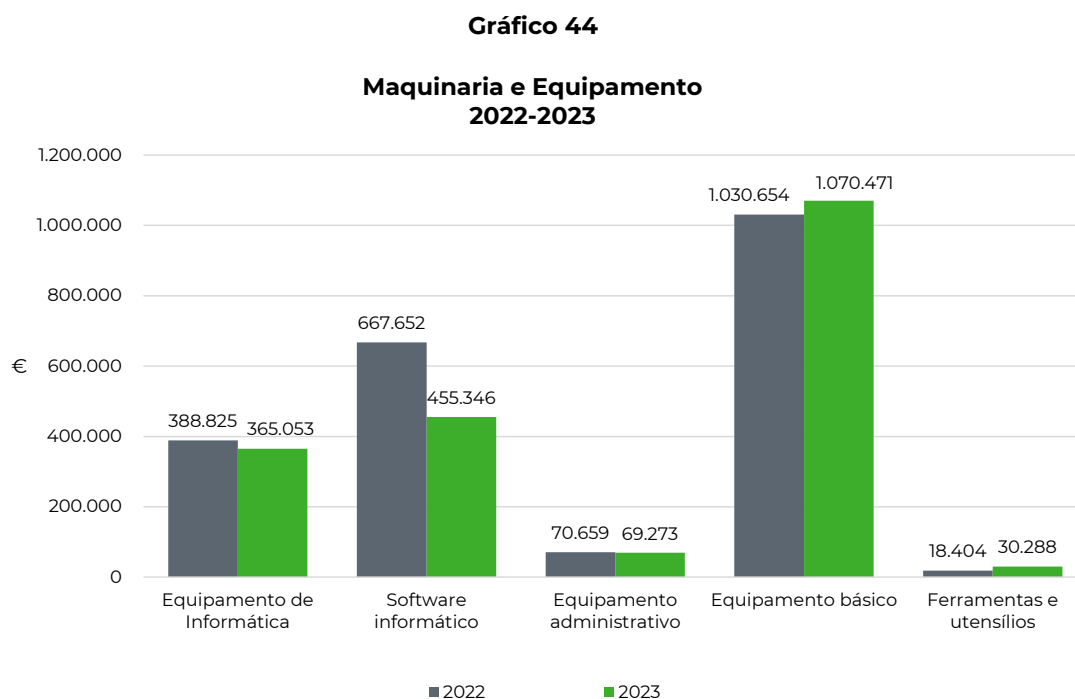


### **Maquinaria e Equipamento**

A Maquinaria e Equipamento engloba um conjunto de aquisições necessárias ao funcionamento da atividade municipal, designadamente em Hardware, Software, Equipamento Básico, Equipamento Administrativo e Ferramentas e Utensílios.

Em 2023, o investimento neste agregado de despesa totalizou 1.990.431 €, refletindo uma diminuição de (-) 185.763 € face a 2022. Assumiram particular relevância os montantes investidos em Equipamento Básico 1.070.471 € e assim como nas duas componentes de Equipamento Informático, que conjuntamente absorveram 820.399 €. Com menor materialidade apresentaram-se o Equipamento Administrativo, com 69.273 € e Ferramentas e Utensílios 30.288 €.

No gráfico seguinte poder-se-á aferir a evolução, face a 2022, das sub-rubricas referidas:



Com o objetivo de elencar os investimentos ocorridos em matéria de Maquinaria e Equipamento apresentam-se nos próximos quadros o detalhe dos projetos:

**Quadro 63**

Equipamento Informático e Software	
2023	
Designação	Valor
<b>Equipamento de informática</b>	<b>365.053</b>
Aquisição de Equipamento Informático.	252.639
Cibersegurança - Controlo de segurança da informação.	85.815
Maia Cuida +	11.562
Atualização e ampliação do Sistema de Gestão e Controlo de Assiduidade.	7.108
Valorização do Território Rural - estruturação de recursos turísticos presentes no território.	6.052
Modernização da infraestrutura tecnológica informática.	1.697
Aquisição de equipamento para os GIP - Gabinetes de Inserção Profissional.	180
<b>Software informático</b>	<b>455.346</b>
Aquisição de Programas Informáticos.	425.386
Valorização do Território Rural - estruturação de recursos turísticos presentes no território.	29.960
<b>Total</b>	<b>820.399</b>

Un: Euro

**Quadro 64**

Equipamento Administrativo	
2023	
Designação	Valor
<b>Equipamento Administrativo</b>	<b>69.273</b>
Aquisição de mobiliário ergonómico e equipamentos afins.	50.167
Beneficiação do Complexo Municipal da Casa do Alto, bem como da designada Casa do Guarda, na Freguesia de Pedrouços.	13.272
Aquisição de mobiliário e equipamento diverso.	5.834
<b>Total</b>	<b>69.273</b>

Un: Euro

**Quadro 65**

Equipamento Básico	
2023	
Designação	Valor
<b>Equipamento Básico</b>	<b>1.070.471</b>
Aquisição de equipamento básico com destino aos edifícios escolares do EBI.	382.254
Aquisição de equipamento com destino aos edifícios escolares do Ensino Pré-Escolar.	214.005
Parques Infantis e "Ginásios ao Ar Livre".	110.914
Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos.	89.568
Aquisição de mobiliário e equipamento diverso.	79.555
Aquisição de equipamentos e mobiliário urbano diverso com destino aos jardins e parques municipais.	39.736
Equipamentos e sistemas de segurança contra incêndios em edifícios e recintos.	35.049
Aquisição e instalação de sinais de trânsito, de orientação e de outros materiais e equipamento afins.	27.178
Beneficiação e modernização de instalações desportivas.	24.594
Valorização do Território Rural - estruturação de recursos turísticos presentes no território.	18.523
Aquisição de equipamento pedagógico diverso, didático e tecnológico (novas tecnologias) com destino a equipar edifícios escolares do EBI.	14.710
Equipamentos diversos para cozinhas, copas e refeitórios de apoio aos edifícios escolares do 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário.	11.812
Semaforização de vias: aquisição, instalação e conservação de equipamentos semafóricos.	7.985
Atualização da cartografia digital e de ortofotomapas.	7.638
Equipamentos de suporte à atividade da Escola de Educação Ambiental da Quinta da Gruta.	5.690
Aquisição de equipamentos diversos para equipamento das cozinhas, copas e refeitórios de apoio aos edifícios escolares do Ensino Pré-Escolar e do EBI.	1.261
<b>Total</b>	<b>1.070.471</b>

Un: Euro

**Quadro 66**

Ferramentas e Utensílios	
2022	
Designação	Valor
<b>Ferramentas e Utensílios</b>	<b>30.288</b>
Aquisição de mobiliário e equipamento diverso.	25.909
Aquisição de equipamentos, ferramentas e máquinas-ferramenta várias.	4.379
<b>Total</b>	<b>30.288</b>

Un: Euro



### Artigos e Objetos de valor

Por conta de Artigos e Objetos de Valor realizou-se investimento no montante de 244.349 € que se destinou aos seguintes projetos:

**Quadro 67**

Artigos e Objetos de valor	
2023	
Designação	Valor
<b>Artigos e Objetos de Valor</b>	<b>244.349</b>
Aquisição de obras de arte, coleções ou outro património artístico e cultural.	243.857
Aquisição de obras de arte e outro repositório artístico com vista a ampliar o espólio dos Museus.	492
<b>Total</b>	<b>244.349</b>

Un: Euro

### Investimentos Incorpóreos

Os Investimentos Incorpóreos representaram apenas 0,4% do Investimento Direto com um total de 101.858 € de obrigações registadas e destinaram-se:

**Quadro 68**

Investimentos Incorpóreos	
2023	
Designação	Valor
<b>Investimentos Incorpóreos</b>	<b>101.858</b>
Elaboração de projetos diversos em diversas áreas do Concelho.	68.588
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves - requalificação do espaço pedonal e ciclável - no núcleo urbano do Castelo da Maia.	9.164
Reformulação do Mercado-Feira de Pedras Rubras, na Freguesia de Moreira.	6.439
Rede Ciclável - Ciclovia Urbana do Centro da Cidade.	6.150
Melhoria das condições de coexistência dos modos suaves - requalificação do espaço pedonal e ciclável - núcleo urbano de Águas Santas.	5.472
Reformulação do Mercado-Feira da Maia, na Freguesia da Cidade da Maia.	2.661
Rede Ciclável - Ciclovia Urbana de Águas Santas.	1.989
Melhoria da integração física entre modos e funcionamento de interfaces - Interface Intermodal de Águas Santas/Palmilheira - Linhas Urbanas de Braga, Guimarães (Minho) e Caíde (Douro) do Caminho de Ferro.	1.395
<b>Total</b>	<b>101.858</b>

Un: Euro



### **Outros Investimentos - Domínio Privado**

Com um montante de obrigações de 234.798 € a rubrica Outros Investimentos incorpora projetos que pela sua natureza não se enquadram nas rubricas anteriormente descritas. Refira-se que esta rubrica tem um carácter residual pelo que abarca diversas finalidades. Os projetos que mais contribuíram para o valor investido foram:

**Quadro 69**

Outros Investimentos	
2023	
Designação	Valor
<b>Outros investimentos</b>	<b>234.798</b>
Aquisição de equipamentos diversos para instalações desportivas ou para recintos desportivos.	107.695
Aquisição de equipameno diverso com destino a Unidades de Saúde.	58.107
Aquisição de mobiliário e equipamento diverso.	28.868
Intervenções de beneficiação e de conservação da Torre Lidador.	16.334
Aquisição de equipamentos destinados à rede de Iluminação Pública.	10.126
Beneficiação do Complexo Municipal da Casa do Alto, bem como da designada Casa do Guarda, na Freguesia de Pedrouços.	3.103
Rede estruturada de infraestruturas de estacionamento para bicicletas.	2.214
Aquisição de equipamentos.	1.801
Conservação de edifícios municipais.	1.434
Valorização do Território Rural - estruturação de recursos turísticos presentes no território.	1.105
Aquisição de equipamentos e outros meios de apoio às atividades de Relações Públicas.	1.050
Living Lab Maia - Programa de descarbonização da cidade no âmbito do "Fundo Ambiental".	873
Equipamento para o Aeródromo de Vilar de Luz.	609
Conservação de edifícios escolares.	492
Aquisição de equipamentos e mobiliário urbano diverso com destino aos jardins e parques municipais.	455
Comparticipação, construção ou manutenção de Redes de Iluminação Pública.	352
Aquisição de equipamento com destino aos edifícios escolares do Ensino Pré-Escolar.	180
<b>Total</b>	<b>234.798</b>

Un: Euro

### **Outros Bens de Domínio Público**

O valor de 173.275 € de obrigações registadas em Outros Bens de Domínio Público contemplou apenas Revisões de Preços relativas à Construção do Ecocaminho - troço desde a Estação de Metro de Mandim ao Castelo da Maia.



### 1.3.6.4.2 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Com vista a apoiar e a incentivar o investimento em áreas importantes tais como cultura, desporto, ação social etc. o município transfere para entidades públicas e privadas diversos montantes que se encontram refletidos em transferências de capital. Essas entidades podem ser freguesias, empresas municipais e intermunicipais, bem como instituições sem fins lucrativos cuja natureza serve de base para a construção do quadro abaixo.

No Quadro 70 identificam-se os montantes transferidos nos últimos dois anos de acordo com a tipologia ou características das entidades beneficiárias.

**Quadro 70**

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL									
	2022		2023		Variação		Taxa de Execução		
	Obrigações (a)	Dotações Corrigidas (b)	Obrigações (c)	Pagamentos (d)	Valor (c)-(a)	%	(d)/(b)	(d)/(c)	
<b>Sociedades e quase-sociedades não financeiras</b>									
Empresas Públicas Municipais/Intermunicipais	742.719	800.000	717.787	717.787	-24.932	-3,4%	89,7%	100,0%	
<b>Administração Local</b>									
Freguesias	864.142	759.730	588.422	588.422	-275.721	-31,9%	77,5%	100,0%	
<b>Instituições sem fins Lucrativos</b>									
	491.908	1.472.178	860.350	860.350	368.442	74,9%	58,4%	100,0%	
<b>Famílias</b>									
	0	5.000	0	0	0		0,0%		
<b>Total</b>	<b>2.098.769</b>	<b>3.036.908</b>	<b>2.166.559</b>	<b>2.166.559</b>	<b>67.790</b>	<b>3,2%</b>	<b>71,3%</b>	<b>100,0%</b>	

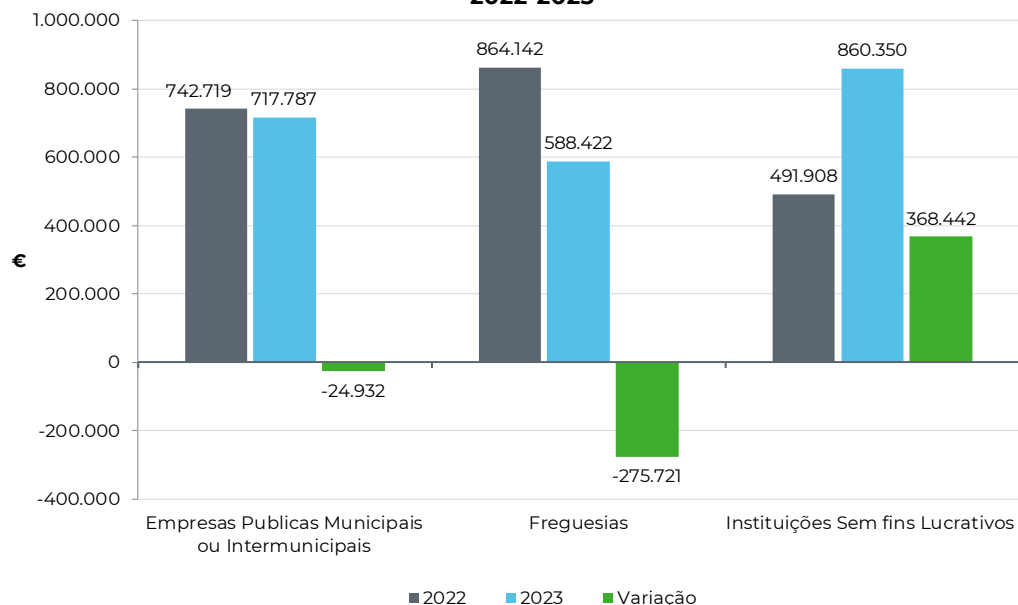
Un.: Euro

Em 2023 as Transferências de Capital totalizaram 2.166.559 €, refletindo um aumento de (+) 67.790 €. Este incremento resulta, em especial, da variação ocorrida na rubrica de Instituições sem Fins Lucrativos, (+) 368.442 €, sendo atenuado pelas diminuições ocorridas nas transferências para Freguesias, (-) 275.721 €, e para Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais, (-) 24.932 €.



Gráfico 45

Evolução das Transferências de Capital  
2022-2023



As Transferências de capital para apoio ao investimento incidiram sobre os seguintes projetos a seguir elencados:

Quadro 71

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
2023	
Designação	Valor
<b>Empresas públicas municipais e intermunicipais</b>	<b>717.787</b>
Comparticipação para investimentos na LIPOR-Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, conforme o deliberado pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios referida.	717.787
<b>Freguesias</b>	<b>588.422</b>
Comparticipação na Obra de construção da Casa Mortuária de Santa Maria de Avioso (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	234.221
Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial de Folgosa, na freguesia de Folgosa.	106.853
Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial de S. Pedro de Avioso (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	93.426
Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial da Freguesia de Águas Santas (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	56.939
Apoio à beneficiação do Pavilhão Polivalente de Nogueira para a implementação de Universidade Sénior, na freguesia de Nogueira e Silva Escura.	44.667
Construção, remodelação ou adaptação de edifícios propriedade de Juntas de Freguesia, para sede das Autarquias ou para outros serviços de utilização comum, em regime de participação com as Juntas de Freguesia em consideração.	24.904
Comparticipação na Obra de beneficiação do Cemitério Paroquial de Milheirós (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	17.142
Apoios a Juntas de Freguesia com vista a participar intervenções ou obras que levam a efeito.	10.270
<b>a transportar...</b>	<b>1.306.208</b>

Un: Euro



## Quadro 72

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
2023	
Designação	Valor
	transporte... 1.306.208
<b>Instituições sem fins lucrativos</b>	<b>860.350</b>
Apoio à construção de uma "Unidade de Cuidados Continuados" a ser levada a efeito por IPSS ou outras entidades similares que detenham essa vocação.	297.560
Apoio às obras de beneficiação e alargamento da Creche de Águas Santas II, a serem levadas a efeito pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, na freguesia de Águas Santas.	175.307
Apoio a obras de construção, reconstrução, ampliação e ou adaptação de outros edifícios religiosos, obras levadas a cabo pelas Comissões Fabriqueiras das Fábricas das Igrejas Paroquiais respetivas.	108.605
Apoios financeiros a conceder a diversas Associações e Coletividades do Concelho, com vista ao melhoramento ou ampliação das suas instalações, ao equipamento ou reequipamento das mesmas e à construção das suas instalações.(Comparticipação de obras que se	68.000
Apoio às obras de beneficiação do espaço envolvente à Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, a serem levadas a efeito pela respetiva Comissão de Fábrica.	55.658
Apoios a Associações e Coletividades Culturais ou Recreativas, com vista ao financiamento de suas atividades.	33.000
Apoio às obras de beneficiação do Lar de Santo António a promover pela Conferência de S. Vicente de Paulo, em Gueifães, na Freguesia da Cidade da Maia.	31.762
Apoios a Associações e Coletividades com vista ao financiamento de suas atividades.	28.008
Apoios financeiros a conceder a Instituições Sem Fins Lucrativos que prossigam fins sociais.	27.420
Apoio à aquisição de viaturas por parte de Associações ou Coletividades Desportivas.	19.341
Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Juntas de Freguesia, com vista a atividades de apoio social.	8.375
Apoio à edificação ou à adaptação de edifícios com vista à instalação de Creches por parte de Juntas de Freguesia ou Instituições da área social.	5.223
Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Instituições sem fins lucrativos.	2.092
<b>TOTAL</b>	<b>2.166.559</b>

Un: Euro

## 1.3.6.4.3 ATIVOS FINANCEIROS

No exercício de 2023, no agregado de despesa de Ativos Financeiros verificou-se apenas o aumento de capital estatutário da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M no valor de 1.300.000 €.





### 1.3.6.5 GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOP) são um reflexo da aplicação dos recursos do município, permitindo demonstrar através de uma divisão funcional quais as áreas para onde foram destinados esses mesmos recursos.

As GOP agregam dois documentos estruturantes: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), onde se incluem todos os projetos de investimento direto realizado com a aquisição de bens de capital e as Atividades Mais Relevantes (PAM), que integram todas as restantes despesas correntes, mas também de capital que não estejam inseridas no PPI, constituindo, assim, um documento onde estão vertidas todas as opções e decisões estratégicas do município.

**Quadro 73**

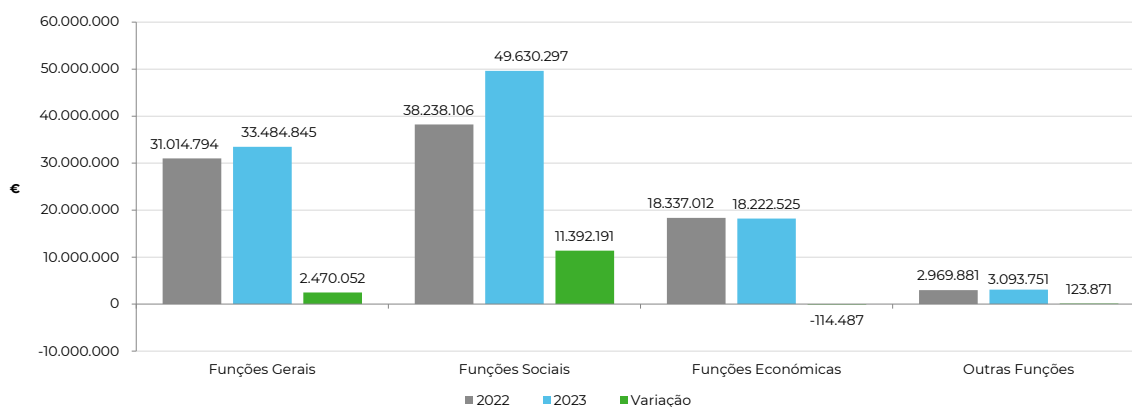
GRANDES OPÇÕES DO PLANO						
Classificação Funcional	2022		2023		Variação	
	Obrigações	Obrigações	%	Valor	%	
<b>Funções Gerais:</b>	<b>31.014.794</b>	<b>33.484.845</b>	<b>32,1%</b>	<b>2.470.052</b>	<b>8,0%</b>	
Serviços Gerais de Administração Pública	30.263.008	33.159.793	31,8%	2.896.784	9,6%	
Segurança e Ordens Públicas	751.785	325.053	0,3%	-426.733	-56,8%	
<b>Funções Sociais:</b>	<b>38.238.106</b>	<b>49.630.297</b>	<b>47,5%</b>	<b>11.392.191</b>	<b>29,8%</b>	
Educação	15.205.397	20.591.504	19,7%	5.386.107	35,4%	
Saúde	214.760	1.611.010	1,5%	1.396.249	650,1%	
Segurança e Ação Sociais	2.254.346	2.487.375	2,4%	233.029	10,3%	
Habituação e Serviços Coletivos	14.708.590	18.025.758	17,3%	3.317.168	22,6%	
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	5.855.013	6.914.651	6,6%	1.059.638	18,1%	
<b>Funções Económicas:</b>	<b>18.337.012</b>	<b>18.222.525</b>	<b>17,4%</b>	<b>-114.487</b>	<b>-0,6%</b>	
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0	0	0,0%	0		
Indústria e Energia	2.579.808	2.552.604	2,4%	-27.204	-1,1%	
Transportes e Comunicações	12.844.246	11.224.287	10,7%	-1.619.959	-12,6%	
Comércio e Turismo	2.436.175	1.804.908	1,7%	-631.267	-25,9%	
Outras Funções Económicas	476.783	2.640.726	2,5%	2.163.943	453,9%	
<b>Outras Funções:</b>	<b>2.969.881</b>	<b>3.093.751</b>	<b>3,0%</b>	<b>123.871</b>	<b>4,2%</b>	
Operações da Dívida Autárquica	1.805.625	1.900.796	1,8%	95.171	5,3%	
Transferências entre Administrações	1.164.256	1.192.956	1,1%	28.700	2,5%	
Outras não especificadas	0	0	0,0%	0		
<b>TOTAL</b>	<b>90.559.792</b>	<b>104.431.419</b>	<b>100,0%</b>	<b>13.871.626</b>	<b>15,3%</b>	

Un: Euro



**Gráfico 46**

**Estrutura Funcional das Grandes Opções do Plano  
2022-2023**



Da análise à estrutura das Grandes Opções do Plano do exercício de 2023, verifica-se que o valor das obrigações, ao somarem 104.431.419 €, regista um acréscimo de (+) 13.871.626 € em relação a 2022. Tal comportamento resulta, em especial, dos aumentos ocorrido nas Funções Sociais, (+) 11.392.191 €, nas Funções Gerais (+) 2.470.052 e Outras Funções (+) 123.871 €, atenuados pela diminuição das Funções Económicas (-) 114.487 €.

As Funções Sociais assumem maior representatividade neste exercício, ao totalizarem 49.630.297 €, representam 47,5% do total da despesa municipal, destacando-se as intervenções nas áreas da Educação, com 20.591.504 € e Habitação e Serviços Coletivos, com 18.025.758 €.

As Funções Gerais comportam 33.484.845 € e representam 32,1% do total da faturação, destacando-se a os Serviços Gerais de Administração que avocam, por si só, 33.159.793 €.

As Funções Económicas absorvem 18.222.525€ de despesa faturada, ou seja 17,4%, das GOP, onde sobressai a subfunção Transportes e Comunicações que, por si só, justifica 11.224.287 € de faturação.

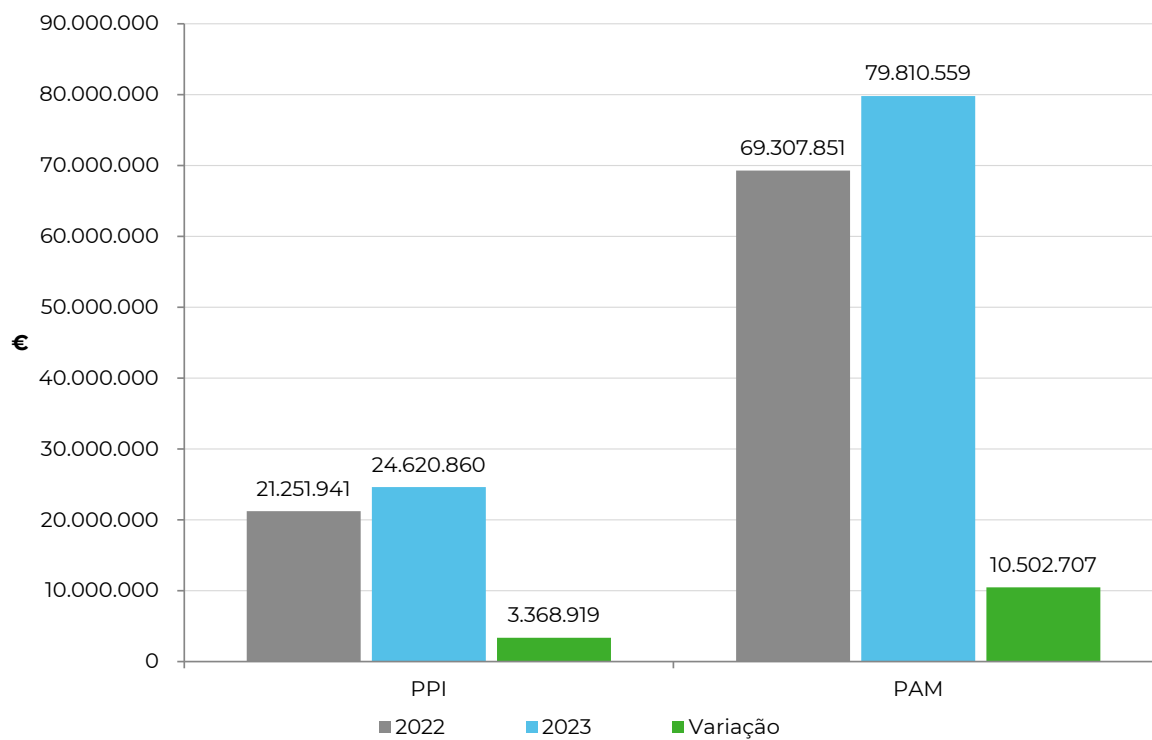
Residualmente surgem as Outras Funções com 3.093.751 €, ou seja 3%, cabendo à subfunção Operações da Dívida Autárquica o valor de 1.900.796€ e às Transferências entre Administrações 1.192.956 €.

Como se demonstra no gráfico seguinte, em matéria de distribuição do montante global das GOP pelos dois documentos estruturantes, o PAM assume particular relevância ao absorver 79.810.559 €, enquanto o PPI compreende 24.620.860 € do total das obrigações assumidas, sendo que ambos ostentam acréscimos a rondar, respetivamente, (+) 10,5 M€ e (+) 3,3 M€.



Gráfico 47

Estrutura das GOP  
2022-2023



O Quadro 74 apresenta as GOP de 2023 de uma forma mais detalhada pelas suas subfunções e pelos PAM e PPI.



## Quadro 74

GRANDES OPÇÕES DO PLANO				
Ano 2023				
	PPI	PAM	GOP	
Classificação Funcional	Obrigações	Obrigações	Obrigações	Peso %
<b>1. FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>1.816.457</b>	<b>31.668.389</b>	<b>33.484.845</b>	<b>32,1%</b>
<b>1.1. Serviços Gerais de Administração Pública</b>	<b>1.806.838</b>	<b>31.352.955</b>	<b>33.159.793</b>	<b>31,8%</b>
1.1.1. Administração Geral	1.806.838	31.352.955	33.159.793	31,8%
<b>1.2. Segurança e Ordens Públicas</b>	<b>9.619</b>	<b>315.434</b>	<b>325.053</b>	<b>0,3%</b>
1.2.1. Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	9.619	311.128	320.746	0,3%
1.2.2. Polícia Municipal	0	4.306	4.306	0,0%
<b>2. FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>13.671.091</b>	<b>35.959.207</b>	<b>49.630.297</b>	<b>47,5%</b>
<b>2.1. Educação</b>	<b>1.745.698</b>	<b>18.845.805</b>	<b>20.591.504</b>	<b>19,7%</b>
2.1.1. Ensino não Superior	1.731.116	14.666.447	16.397.563	15,7%
2.1.2. Serviços Auxiliares de Ensino	14.582	4.179.358	4.193.940	4,0%
<b>2.2. Saúde</b>	<b>293.553</b>	<b>1.317.457</b>	<b>1.611.010</b>	<b>1,5%</b>
2.2.2. Saúde Pública	293.553	1.317.457	1.611.010	1,5%
<b>2.3. Segurança e Ação Sociais</b>	<b>11.742</b>	<b>2.475.633</b>	<b>2.487.375</b>	<b>2,4%</b>
2.3.2. Ação Social	11.742	2.475.633	2.487.375	2,4%
<b>2.4. Habitação e Serviços Coletivos</b>	<b>10.389.800</b>	<b>7.635.958</b>	<b>18.025.758</b>	<b>17,3%</b>
2.4.1. Habitação	4.797.534	850.000	5.647.534	5,4%
2.4.2. Ordenamento do Território	4.233.170	179.504	4.412.674	4,2%
2.4.5. Resíduos Sólidos		1.294.000	1.294.000	1,2%
2.4.6. Proteção do Meio Ambiente e Conserv. da Natureza	1.359.096	5.312.454	6.671.550	6,4%
<b>2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>1.230.297</b>	<b>5.684.354</b>	<b>6.914.651</b>	<b>6,6%</b>
2.5.1. Cultura	26.956	1.333.902	1.360.858	1,3%
2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer	1.152.204	3.891.935	5.044.139	4,8%
2.5.4. Juventude	51.137	458.517	509.654	0,5%
<b>3. FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>9.133.312</b>	<b>9.089.212</b>	<b>18.222.525</b>	<b>17,4%</b>
<b>3.1. Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>3.2. Indústria e Energia</b>	<b>295.160</b>	<b>2.257.444</b>	<b>2.552.604</b>	<b>2,4%</b>
3.2.1. Iluminação	45.380	2.179.915	2.225.294	2,1%
3.2.2. Infraestruturas Elétricas	2.227	0	2.227	0,0%
3.2.3. Racionalização Energética	247.553	77.529	325.082	0,3%
<b>3.3. Transportes e Comunicações</b>	<b>8.325.804</b>	<b>2.898.483</b>	<b>11.224.287</b>	<b>10,7%</b>
3.3.1. Transportes Rodoviários	6.414.572	2.624.045	9.038.617	8,7%
3.3.2. Transportes Aéreos	609	179.124	179.733	0,2%
3.3.4. Mobilidade Sustentável	1.910.622	95.315	2.005.937	1,9%
<b>3.4. Comércio e Turismo</b>	<b>512.349</b>	<b>1.292.559</b>	<b>1.804.908</b>	<b>1,7%</b>
3.4.1. Mercados e Feiras	456.709	0	456.709	0,4%
3.4.2. Turismo	55.640	755.320	810.960	0,8%
3.4.3. Dinamização Local		537.239	537.239	0,5%
<b>3.5. Outras Funções Económicas</b>	<b>0</b>	<b>2.640.726</b>	<b>2.640.726</b>	<b>2,5%</b>
3.5.2. Defesa do Consumidor	0	9.555	9.555	0,0%
3.5.4. Ativos Financeiros	0	2.621.331	2.621.331	2,5%
3.5.5. Atividades Económicas	0	9.840	9.840	0,0%
<b>4. OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>0</b>	<b>3.093.751</b>	<b>3.093.751</b>	<b>3,0%</b>
4.1. Serviço da Dívida autárquica.	0	1.900.796	1.900.796	1,8%
4.2. Transferências entre Administrações	0	1.192.956	1.192.956	1,1%
<b>4.3. Diversas não especificadas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24.620.860</b>	<b>79.810.559</b>	<b>104.431.419</b>	<b>100,0%</b>

Un:Euro

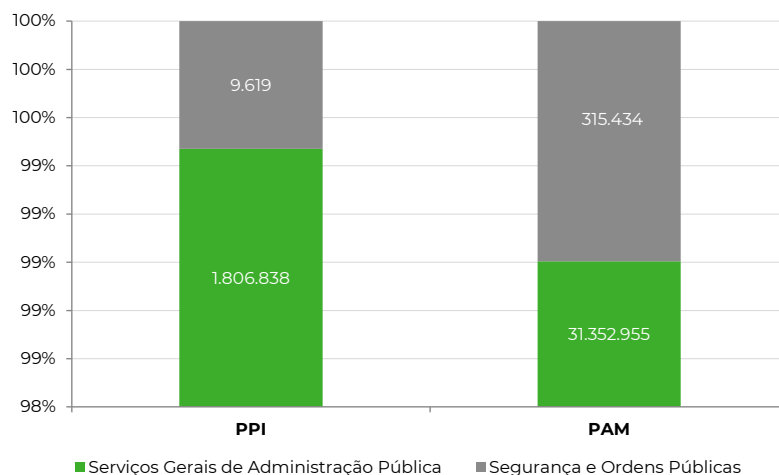
Como nota prévia à análise mais detalhada de cada uma das funções seguidamente apresentadas, impõe-se referir que a mesma incidirá com particular destaque nas Atividades Mais Relevantes uma vez que os valores alocados ao Plano Plurianual de Investimento, foram objeto de maior detalhe no capítulo do Investimento Global.



### 1.3.6.5.1 FUNÇÕES GERAIS

Gráfico 48

Funções Gerais  
Ano 2023



As Funções Gerais englobam todas as despesas de carácter geral, fundamentais ao exercício de qualquer atividade autárquica tais como, despesas com pessoal energia elétrica, água, gás, entre outros, pelo que representam sempre uma fatia importante do orçamento municipal.

As obrigações decorrentes das Funções Gerais totalizaram 33.484.845 € dos quais 31.668.389 € destinaram-se a Atividades Mais Relevantes e 1.816.457 € a Investimento. Tal montante, teve como fim acomodar as despesas enquadráveis nas subfunções de Serviços Gerais de Administração Pública e Segurança e Ordem Públicas, onde a primeira assume maior relevância, ao responder por 33.159.793€ do total das obrigações das funções gerais, com claro predomínio da componente do PAM que consome 31.352.955 €.

Nos quadros seguintes apresentam-se os projetos mais relevante (PAM) que contribuíram para o valor das obrigações registadas em 2023.



## Quadro 75

FUNÇÕES GERAIS	
Administração Geral	
Despesas com Pessoal das Funções Gerais (a) (b) (c)	18.596.105
Consumo de Energia Elétrica.	2.352.840
Encargos de liquidação de cobrança de receita e retenções de fundos municipais.	1.023.913
Contratualização de Serviços de Vigilância e Segurança de instalações.	1.005.870
Contratualização de Serviços de Limpeza e Higiene de instalações.	789.346
Encargos judiciais e emolumentares.	789.169
Contratos de manutenção e licenças de programas informáticos.	609.381
Aquisição de bens de carácter corrente do Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade.	522.692
Consumo de Água.	512.627
Consumo de Gás Natural e GPL.	511.409
Contratualização de Seguros.	478.338
Contrato de Aluguer Operacional de Viaturas.	477.810
Serviços técnicos especializados de apoio à atividade autárquica.	446.694
Outras despesas correntes.	422.563
Serviços de Assistência Técnica, Manutenção e Inspeção.	353.553
Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade.	320.806
Aquisição de serviços de carácter corrente dos Órgãos da Autarquia.	229.289
Aquisição de combustíveis rodoviários.	217.511
Edição, produção gráfica e distribuição de publicações acerca do Município.	171.624
Aquisição de serviços na área de telecomunicações.	132.631
Encargos com condomínios, arrendamentos ou retribuições de utilização de edifícios e outros equipamentos.	127.540
	<b>a transportar...</b>
	<b>30.091.710</b>

Un: Euro

(a) engloba as despesas com Órgãos da Autarquia, Departamentos e Classes Inativas, incluindo despesas de representação, transportes e outras;

(b) não engloba as despesas com pessoal que estejam enquadradas em projeto específico (PAM), e que estão refletidas noutras funções;

(c) embora enquadradas nas funções gerais não inclui, encargos com seguros e Assembleia Municipal.



## Quadro 76

FUNÇÕES GERAIS	
Administração Geral	
	<b>transporte...</b>
	<b>30.091.710</b>
Aquisição de bens de carácter corrente do Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude.	105.144
Contratos de "fornecimento contínuo" de bens e serviços diversos para manutenção do parque de viaturas e máquinas especiais.	102.011
Contrato de Prestação de Serviços de Locação Operacional para equipamentos de cópia e impressão.	84.590
Serviços de comunicações de dados, circuitos, banda larga e internet.	71.832
Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento de Educação, Ciência e Cultura.	69.647
Aquisição de bens de carácter corrente do Departamento de Finanças e Património.	62.613
Comunicações postais.	62.058
Despesas com Pessoal da Assembleia Municipal, incluindo senhas de presença.	53.006
Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento de Desenvolvimento Social, Desporto e Juventude.	52.029
Medicina do trabalho e saúde ocupacional.	43.396
Contrato de serviços de gestão de frota auto própria.	42.980
Projeto de desenvolvimento e consolidação do SIG Municipal.	40.498
Aquisição de bens de carácter corrente do Departamento de Sustentabilidade Territorial.	37.095
Aquisição de bens de carácter corrente dos Órgãos da Autarquia.	36.173
Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento de Sustentabilidade Territorial.	33.970
Conceção e produção de conteúdos foto, videográficos e de animação gráfica.	33.395
Serviços de Auditoria Externa.	30.024
Aquisição de fardamento e outros bens de equipamento ou proteção individual.	27.191
Aquisição de bens ou artigos honoríficos de representação institucional ou identitários do Concelho.	26.146
Plano de Formação e Qualificação dos Profissionais da Autarquia.	25.977
Construção, remodelação ou adaptação de edifícios propriedade de Juntas de Freguesia, para sede das Autarquias ou para outros serviços de utilização comum, em regime de comparticipação com as Juntas de Freguesia em consideração.	24.904
Contratação de serviços de consultadoria em TIC.	22.730
Aquisição de bens e serviços para conservação e beneficiação de equipamento informático.	19.909
Aquisição de bens de carácter corrente do Departamento de Educação, Ciência e Cultura.	19.320
	<b>a transportar...</b>
	<b>31.218.349</b>

Un: Euro



## Quadro 77

FUNÇÕES GERAIS	
Administração Geral	
	transporte...
	<b>31.218.349</b>
Contratação de serviços de "Imagem Institucional".	19.123
Aquisição de material de divulgação e de informação.	19.094
Programa de Certificação de Qualidade dos Serviços Municipais.	17.917
Aquisição de espaço de publicitação em meios informativos.	17.748
Aluguer de equipamento de elevação e andaimes.	14.252
Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento de Finanças e Património.	9.920
Aquisição de bens de carácter corrente do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral.	6.110
Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento Jurídico.	4.838
Contratualização de Serviços Técnicos especializados de apoio à atividade da segurança no trabalho, da segurança nas empreitadas e da segurança contra incêndios.	4.742
Comemoração do 25 de Abril.	4.613
Atividades a serem levadas a efeito no âmbito da Assembleia Municipal.	3.609
Produção de eventos protocolares e de cerimonial.	3.075
Quotas na Associação Nacional das Assembleias Municipais.	1.925
Manutenção de sistemas e equipamentos de segurança contra incêndios.	1.845
Contratação de serviços e meios audiovisuais.	1.845
Aquisição de bens de carácter corrente do Departamento Jurídico.	1.472
Aquisição de serviços de carácter corrente do Departamento de Recursos Humanos e Administração Geral.	1.399
Comunicação institucional da Assembleia Municipal.	1.076
	<b>TOTAL</b>
	<b>31.352.955</b>

Un:Euro





**Quadro 78**

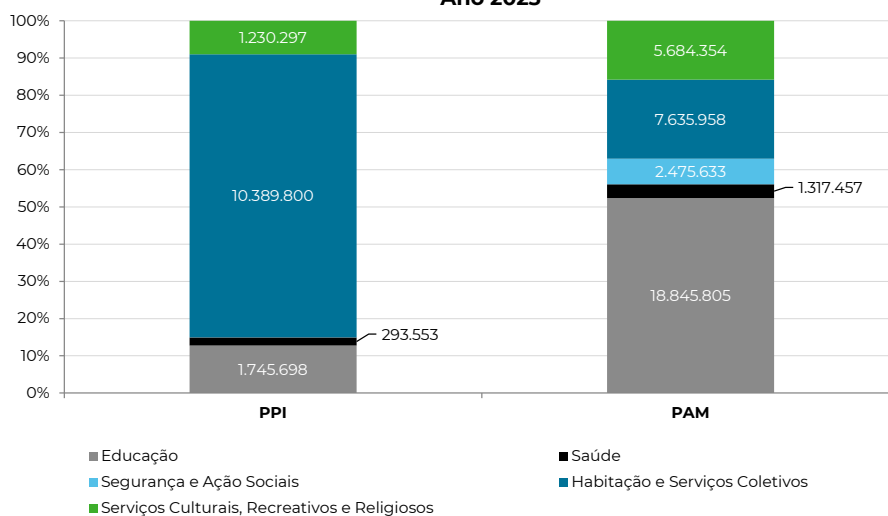
FUNÇÕES GERAIS	
Segurança e Ordens Públicas	
Apoios financeiros a conceder à atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira-Maia e da Associação Humanitária de Pedrouços.	230.000
EIP - Equipas de Intervenção Permanente dos Corpos de Bombeiros do Município: Comparticipação nas despesas de funcionamento.	64.844
Despesas de natureza logística do Serviço Municipal de Proteção Civil.	8.632
Ações de divulgação de programas e campanhas de sensibilização a serem levadas a efeito no âmbito da Polícia Municipal.	4.233
Aquisição de fardamento e outros bens de equipamento pessoal.	4.172
Apoios a entidades de Proteção Civil.	2.500
Aquisição de serviços especializados.	526
Fundo de Emergência de Proteção Civil.	453
Remoção de viaturas da via pública e seu estacionamento.	74
<b>TOTAL</b>	<b>315.434</b>

Un: Euro

### 1.3.6.5.2 FUNÇÕES SOCIAIS

**Gráfico 49**

**Funções Sociais  
Ano 2023**





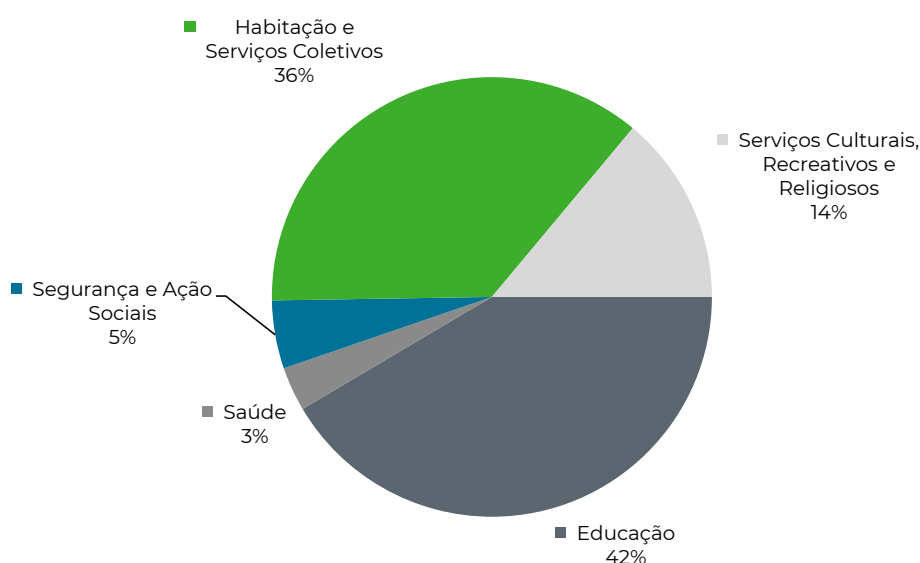
As Funções Sociais contemplam áreas de intervenção municipal particularmente importantes, como sejam, a educação, o ordenamento do território, a habitação, a ação social e as atividades culturais e desportivas. Totalizaram 49.630.297 €, dos quais 13.671.091 € são imputáveis ao PPI e 35.959.207 € ao PAM.

Assumem a maior representatividade da despesa municipal ao alcançar 47,5% do total faturado, com especial incidência nas subfunções Educação e Habitação e Serviços Coletivos ao contribuírem respetivamente com 20.591.504 € e 18.025.758 € e ao serem responsáveis pelo expressivo aumento conjunto de (+) 8.703.275 €.

Com menor materialidade figuram as subfunções Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos com o valor de 6.914.651 €, a Segurança e Ação Sociais com uma despesa de 2.487.375 e a Saúde com 1.611.010€.

**Gráfico 50**

**Funções Sociais  
Ano 2023**



Por forma a percebermos os projetos do PAM que contribuíram para cada uma das subfunções identificadas elencam-se de seguida, nos diferentes quadros, as atividades desenvolvidas:



## Quadro 79

FUNÇÕES SOCIAIS	
Educação	
Despesas com o Pessoal do 1.º, 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário, no âmbito da descentralização de competências	8.044.030
Fornecimento de refeições aos alunos do EB1 e do Ensino Pré Escolar com ATL, do Concelho da Maia.	2.240.540
Fornecimento de refeições aos alunos do 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário.	1.873.677
Programa de Enriquecimento Curricular no EB1 e Serviço de Apoio à Família.	1.633.664
Programa de atividades de apoio à família.	1.546.595
Despesas com pessoal não docente da Educação Pré escolar.	1.189.762
Encargos das instalações EB 2,3 e Secundárias, no âmbito da descentralização de competências - BLOCO C	990.247
Circuitos especiais de transporte decorrentes da educação inclusiva.	190.804
Contratualização de serviços de manutenção de edifícios de educação dos 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário.	127.513
Serviço de Transportes Escolares.	123.504
Projeto "Maia Crescer com a Ciência": Protocolo de cooperação entre o Município, o "IPATIMUP" e a "BIAL - Portela & Cª, S.A."	100.000
Programa "Maia: a força da educação está no nosso coração": atividades de promoção do sucesso escolar, da educação para a cidadania, da participação familiar e de empreendedorismo:- Abertura e encerramento do ano letivo;- Semana da família; - Concurso "Os Pequenos Lidadores";- Gala da educação;- Jornadas da educação.	92.090
Programa de distribuição gratuita de Leite Escolar.	84.932
Aquisição de bens de carácter corrente para as EB 2,3 e Secundárias, no âmbito da descentralização de competências - BLOCO D	81.344
Aquisição de bens e serviços de carácter corrente para a educação Pré-escolar	71.535
Programa de Ação Social Escolar no EB1.	66.977
Manutenção da Plataforma de gestão educativa para 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário.	65.141
Subsídio para aquisição de material didático, audio-visual e atividades que promovam uma educação mais inclusiva no 1.º CEB	45.417
Desafios na Escola e em Férias.	38.250
Programa de Educação Financeira "No Poupar Está o Ganho", a levar a efeito em escolas do EB1 e em parceria com a Fundação Dr. António Cupertino de Miranda.	33.800
Escola Virtual.	27.031
Recurso tecnológico de apoio e recuperação das aprendizagens.	25.892
Realização da QUALIFICA - Feira de Educação, Formação, Juventude e Emprego.	22.561
SUPERTABI - Encontro de inovação pedagógica.	20.000
<b>a transportar...</b>	<b>18.735.307</b>

Un: Euro



## Quadro 80

FUNÇÕES SOCIAIS	
Educação	
	<b>transporte...</b>
	<b>18.735.307</b>
DESAFIOS - Programa de apoio aos Centros de Apoio à Aprendizagem de alunos do 1.º, 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário.	18.014
Contrato de consultadoria em Serviços de Educação.	16.048
Subsídio para aquisição de material didático, audio-visual e atividades que promovam uma educação mais inclusiva na Educação Pré-Escolar.	15.549
Manutenção de equipamentos técnicos de escolas.	14.354
Locação de estruturas modulares para as escolas do EB1.	14.209
Programa "Educação 4.0".	12.060
Aquisição de batas para as crianças do Ensino Pré-Escolar e fardamento para o Pessoal não docente.	11.009
PEPPA - "Primary English Practice Programme for Ages 6-7".	4.805
Filosofia para crianças e jovens.	4.450
<b>TOTAL</b>	<b>18.845.805</b>

Un:Euro

## Quadro 81

FUNÇÕES SOCIAIS	
Saúde	
Operacionalização da descentralização de competências na área da Saúde.	836.564
Apoio à construção de uma "Unidade de Cuidados Continuados" a ser levada a efeito por IPSS ou outras entidades similares que detenham essa vocação.	297.560
Despesas com Pessoal no âmbito da descentralização de competências na área da Saúde.	120.148
Programa Municipal "Saúde Sénior 60+".	28.206
Programa de Saúde Escolar.	17.513
Estudos, pareceres e consultadoria em Saúde.	9.943
Plano Municipal de Saúde.	3.955
Programas de Saúde Comunitário.	3.567
<b>TOTAL</b>	<b>1.317.457</b>

Un:Euro



## Quadro 82

FUNÇÕES SOCIAIS	
Segurança e Ação Sociais	
Celebração de Protocolos/Acordos com IPSS no âmbito do processo de descentralização de competências na área da Ação Social.	300.742
Fundo de Solidariedade Municipal - Apoio financeiro em situações de exceção ou emergência social.	292.832
Apoio à realização das Festas em Honra da Nossa Senhora do Bom Despacho.	200.000
GAIL - Gabinetes de Atendimento Integrado Local.	195.884
Apoio às obras de beneficiação e alargamento da Creche de Águas Santas II, a serem levadas a efeito pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, na freguesia de Águas Santas.	175.307
Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa.	160.754
Atribuição de Cabaz de Natal a Famílias carenciadas.	139.922
Apoio à atividade do Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados da Maia.	128.081
Apoios de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, no âmbito do processo de descentralização de competências na área da Ação Social.	115.410
Apoio a obras de construção, reconstrução, ampliação e ou adaptação de outros edifícios religiosos, obras levadas a cabo pelas Comissões Fabriqueiras das Fábricas das Igrejas Paroquiais respetivas.	108.605
Apoio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.	101.463
Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação.	61.753
GIP - Gabinetes de Inserção Profissional.	58.307
Apoio às obras de beneficiação do espaço envolvente à Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, a serem levadas a efeito pela respetiva Comissão de Fábrica.	55.658
Apoios financeiros a conceder a Instituições Sem Fins Lucrativos que prossigam fins sociais.	53.851
Apoio à beneficiação do Pavilhão Polivalente de Nogueira para a implementação de Universidade Sénior, na freguesia de Nogueira e Silva Escura.	44.667
Chave de Afetos - "Teleassistência a Idosos".	44.580
Apoios a Comissões Fabriqueiras de "Fábricas de Igrejas Paroquiais" com vista ao financiamento de suas atividades.	41.900
Apoio às obras de beneficiação do Lar de Santo António a promover pela Conferência de S. Vicente de Paulo, em Gueifães, na Freguesia da Cidade da Maia.	31.762
Compromissum - Centro Municipal de Voluntariado.	21.066
INTEGRARE - Programa Municipal de Emprego Protegido.	20.207
	<b>a transportar...</b>
	<b>2.352.750</b>

Un:Euro



## Quadro 83

FUNÇÕES SOCIAIS	
Segurança e Ação Sociais	
	<b>transporte...</b>
	<b>2.352.750</b>
Projeto de Intervenção Comunitária (Re)Criar - Centro de Apoio à Comunidade.	20.129
Apoio à atividade das Conferências Vicentinas.	20.000
Projetos de Inovação Social.	18.235
Projeto "Bué de Escolhas".	12.847
Serviço de Pequenas Reparações ao Domicílio.	12.211
Apoio às Universidades Séniores da Maia.	10.000
Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Juntas de Freguesia, com vista a atividades de apoio social.	8.375
Comemoração do Dia Internacional do Idoso.	6.114
Apoio à edificação ou à adaptação de edifícios com vista à instalação de Creches por parte de Juntas de Freguesia ou Instituições da área social.	5.223
Programa Autarquia Solidária	2.583
Comparticipação na aquisição de viaturas ou outros equipamentos por parte de Instituições sem fins lucrativos.	2.092
Parcerias para o Impacto - "Projeto 55+".	1.631
Maia Melhor.	1.562
Maia Cuida +.	1.450
Semana da Interculturalidade.	430
<b>TOTAL</b>	<b>2.475.633</b>

Un:Euro



## Quadro 84

FUNÇÕES SOCIAIS	
Habitação e Serviços Coletivos	
Contrato programa celebrado com a "Maiambiente, E.M." - Limpeza Pública.	2.220.497
Contratos celebrados ou a celebrar com Empresas da especialidade para a construção e/ou manutenção de diversos espaços ajardinados espalhados pelo Concelho.	1.299.979
Contrato de gestão delegada celebrado com a "Maiambiente, E.M." - Resíduos Sólidos.	1.294.000
Comparticipação à "Espaço Municipal, E.M." em razão de Contratos-Programa celebrados com a Câmara Municipal.	850.000
Comparticipação para investimentos na LIPOR-Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto, conforme o deliberado pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios referida.	717.787
Comparticipação na Obra de construção da Casa Mortuária de Santa Maria de Avioso (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	234.221
Plano de Comunicação e participação da ARU da Maia.	133.640
Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial de Folgosa, na freguesia de Folgosa.	106.853
Programa de redução ou eliminação de combustível vegetal de terrenos florestais e não florestais municipais bem como das faixas laterais da rede viária municipal.	100.243
Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial de S. Pedro de Avioso (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	93.426
Contratos com empresas especializadas no âmbito da atividade do CROACM.	86.578
Living Lab Maia - Programa de descarbonização da cidade no âmbito do "Fundo Ambiental".	81.720
Contratos com empresas da especialidade com vista à manutenção de parques infantis e geriátricos.	71.268
Comparticipação na Obra de ampliação do Cemitério Paroquial da Freguesia de Águas Santas (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	56.939
Contrato de manutenção das áreas adjacentes ao Ecocaminho.	39.911
Ações no âmbito do Gabinete Técnico Florestal.	39.428
Serviços de Consultadoria na área de Planeamento e Projeto.	23.769
<b>a transportar...</b>	<b>7.450.260</b>

Un:Euro



## Quadro 85

FUNÇÕES SOCIAIS	
Habitação e Serviços Coletivos	
	<b>transporte...</b>
	<b>7.450.260</b>
Aquisição de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas com destino aos parques, jardins municipais, e, bem assim, do embelezamento das vias públicas.	23.536
Ações a levar a efeito no âmbito do "PMAAC - Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas".	19.490
Contratação de empresas especializadas para a realização de desinfestações.	19.323
Contratos com empresas especializadas com vista à eliminação da vespa velutina.	18.444
Comparticipação na Obra de beneficiação do Cemitério Paroquial de Milheirós (Obra a levar a cabo pela respetiva Junta de Freguesia).	17.142
Apoio a associações de bem estar animal.	15.000
Atividades de dinamização da "Escola de Educação Ambiental", da Quinta da Gruta.	13.530
Apoios a Juntas de Freguesia com vista a participar intervenções ou obras que levam a efeito.	10.270
Programa de redução ou eliminação de combustível vegetal de terrenos florestais e não florestais privados que estejam em incumprimento.	9.102
Contratualização de serviços no âmbito da Proteção Florestal.	8.118
SPARCS - Sustainable Energy Positive & Zero Carbon Communities.	7.154
Publicação acerca do Processo Participativo da 2.ª revisão ao PDM.	6.642
Promoção da Estratégia de Bem Estar Animal.	6.223
Caracterização do Património Florístico e Faunístico do Parque de Avioso - S.Pedro.	5.351
Alteração/Revisão do Plano Diretor Municipal da Maia.	5.183
Realização de medições de ruído no âmbito de processos de incomodidade sonora.	800
Campanha de sensibilização para o "Desenvolvimento Sustentável".	391
<b>TOTAL</b>	<b>7.635.958</b>

Un: Euro

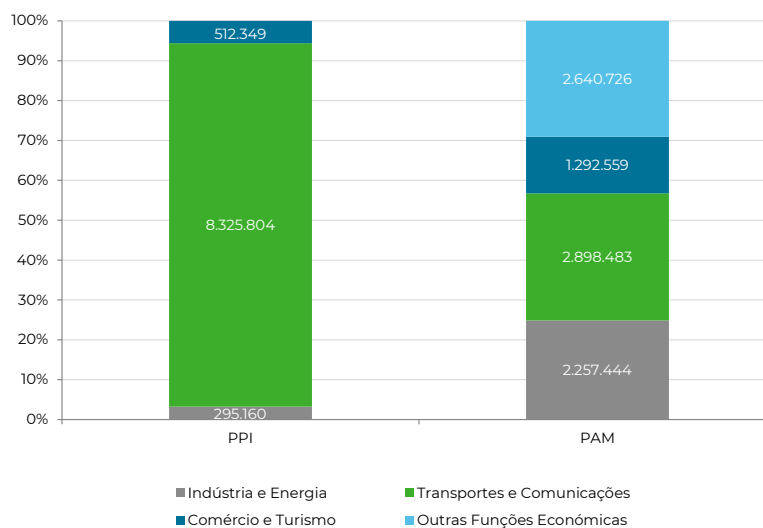




### 1.3.6.5.3 FUNÇÕES ECONÓMICAS

Gráfico 51

Funções Económicas  
Ano 2023



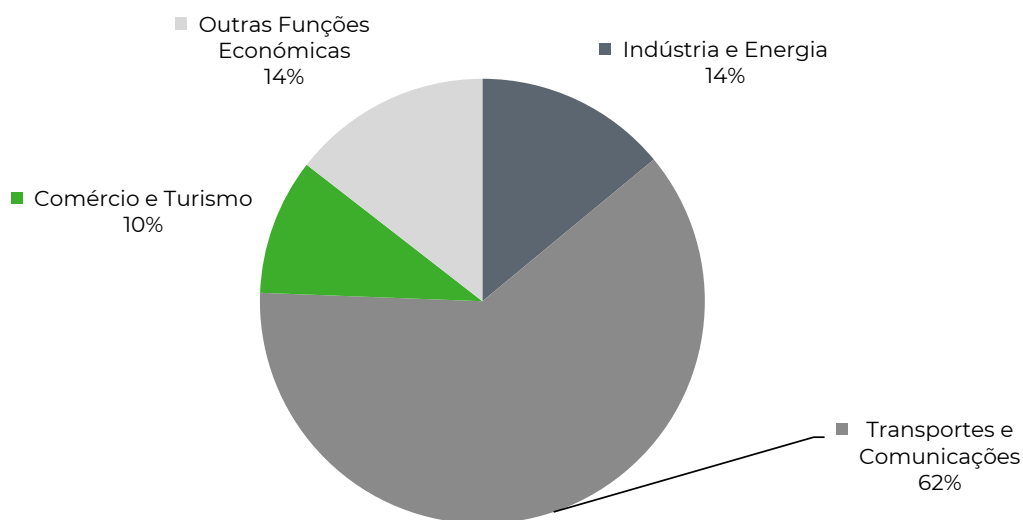
As Funções Económicas são responsáveis por 18.222.525 € e representam 17,4% do total das GOP, contribuindo a despesa de investimento com o valor de 9.133.312 € e a despesa com atividades com o 9.089.212 €.

Os Transportes e Comunicações assumem o predomínio da função ao avocarem 62% das Funções Económicas, contra 14% das Outras Funções Económicas, 14% da Indústria e Energia, 10% do Comércio e Turismo.



Gráfico 52

Funções Económicas  
Ano 2023



Os quadros seguintes detalham as despesas das Funções económicas, no âmbito do Plano de Atividades Mais Relevantes:

Quadro 86

FUNÇÕES ECONÓMICAS	
Indústria e Energia	
Consumo de Energia Electrica nas redes de Iluminação Pública.	2.179.915
Desenvolvimento do "Maia Renewable and Energy Efficiency Hub" - Promoção da Literacia Energética.	51.045
Certificação energética de edifícios e equipamentos municipais.	26.484
<b>TOTAL</b>	<b>2.257.444</b>

Un:Euro



**Quadro 87**

<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	
<b>Transportes e Comunicações</b>	
Municipalização dos STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto.	1.816.617
Serviços mínimos de transporte público - Concursos em transição na Área Metropolitana do Porto.	551.653
Serviços de socorro SBA (Serviço de Brigadas de Aeródromo) para o Aeródromo de Vilar de Luz.	179.124
Manutenção corrente de pavimentos, drenagem de águas pluviais e infraestruturas conexas.	114.718
SEM - Semana Europeia da Mobilidade.	75.780
Aquisição de bens e serviços diversos para a manutenção e conservação da sinalização vertical e instalações semaforicas.	54.364
Contrato de consultadoria em transportes.	29.520
Medidas no âmbito do Programa de apoio à mobilidade elétrica na Administração Pública.	19.535
Contratualização de serviços em situações de caráter urgente em razão de intempéries ou outras ocorrências fortuitas.	15.780
Restauração de gradeamentos e guardas de pontes e viadutos.	14.453
Aquisição de serviços de aplicação de sinalização vertical e toponímia.	12.794
Contrato Interadministrativo com a AMP para a transferência de competências no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.	8.197
Aquisição de serviços de desobstrução de condutas de águas pluviais.	5.950
<b>TOTAL</b>	<b>2.898.483</b>

Un:Euro

**Quadro 88**

FUNÇÕES ECONÓMICAS	
Comércio e Turismo	
Programa de Animação de Natal e Fim de Ano.	510.179
Programa "Turismo Sénior": Realização de viagens de convívio dedicadas a pessoas pertencentes à faixa etária da Terceira Idade; viagens a locais nacionais com interesse turístico-cultural.	204.262
Realização da "Feira de Artesanato da Maia".	165.018
Promoção e comunicação do destino Maia.	123.252
Experiências - Dinamização de atividades turísticas.	90.405
ANIMAIA - Festival da Criança, no Parque Central da Maia.	43.050
Produtos, materiais e peças várias tais como de merchandising ou de artesanato.	33.253
Saberes e Sabores da Terra - Eventos de promoção da gastronomia Maiata.	29.708
Programas e atividades de Dinamização Local e do Comércio.	27.060
Valorização do Território Rural - estruturação de recursos turísticos presentes no território.	20.841
Participação em Certames de Turismo ou ações similares.	20.500
Elaboração do Plano Estratégico do Turismo.	16.236
Atividades adstritas ao "Maia Welcome Center".	8.796
<b>TOTAL</b>	<b>1.292.559</b>

Un:Euro

**Quadro 89**

FUNÇÕES ECONÓMICAS	
Outras Funções Económicas	
Reforço ou entradas de Capital em Empresas Municipais ou outras entidades participadas.	1.300.000
Reposição do equilíbrio de contas das empresas que integram o Setor Empresarial Local.	1.095.164
Encargos com quotizações e outras contribuições relativas a entidades participadas pelo município.	146.167
Associação de Municípios do "Corredor Verde do Leça".	80.000
Participação em Feiras e Certames Empresariais.	9.840
Atividades adstritas ao "Gabinete Municipal de Informação e Apoio ao Consumidor".	9.555
<b>TOTAL</b>	<b>2.640.726</b>

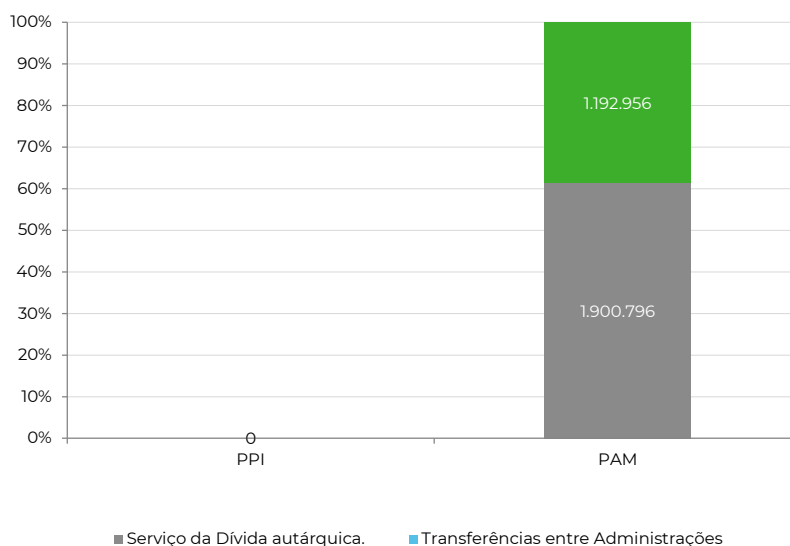
Un:Euro



#### 1.3.6.5.4 OUTRAS FUNÇÕES

**Gráfico 53**

**Outras Funções  
Ano 2023**



Nas Outras Funções encontram-se apenas contempladas ações do PAM nomeadamente das subfunções Serviço da dívida autárquica e Transferências entre administrações. Totalizou a importância de 3.093.751 €, dos quais 1.900.796 € respeitam ao Serviço de dívida e 1.192.956 € às Transferências entre administrações.

Estes dois tipos de despesa estão mais detalhadamente analisados nos capítulos destinados ao Endividamento Municipal, Transferências de Capital e Transferências Correntes





# ANÁLISE DA DÍVIDA







#### 1.4.1 ENQUADRAMENTO

No âmbito deste capítulo, dedicado ao endividamento autárquico, a análise atende aos registos contabilísticos excluídos de operações de tesouraria e de acréscimos e diferimentos, e apresenta-se estruturado em dois subcapítulos: endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”:

- **Endividamento - *Stricto Sensu***

Orientado para uma apreciação circunscrita à evolução do endividamento do Município, excluindo as influências do sector empresarial local, das associações dos municípios e de igual modo dos serviços municipalizados, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas.

Numa primeira fase é realizada uma abordagem generalizada à evolução da dívida global, procedendo-se ulteriormente a uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

Devido às implicações decorrentes da recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de gerência dos exercícios de 2004 e 2005, no que diz respeito à operação de antecipação de rendas oportunamente concretizada pela empresa Espaço Municipal, no quadro da evolução da dívida global apresenta-se a análise distribuída em duas etapas, centrada inicialmente nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial, a que se segue uma avaliação agregando a dívida de natureza não orçamental procedente da referida operação de antecipação de créditos.

As temáticas em torno da dívida de curto prazo e dos pagamentos em atraso, continuam com relevância, por força da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), na sua redação atual, a par das imposições constantes na Lei do Orçamento de Estado para 2023 e respetivas normas de execução orçamental.

- **Endividamento - *Lato Sensu***

Apreciação direcionada para o apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), na sua redação atual, que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, observados que sejam os requisitos legalmente fixados. Incluem-se aqui todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o Município participa ou sobre as quais detenha poderes de controlo. Resumidamente, quantifica-se o



montante da dívida total de operações orçamentais do Município da Maia – Grupo Municipal – e avalia-se o seu posicionamento face aos limites legais impostos.

## 1.4.2 ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU

Sem prejuízo da estrutura da dívida apresentada no balanço, que atende ao grau de exigibilidade para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, neste capítulo atendeu-se à sua natureza, isto é, considerou-se como dívida de médio e longo prazo aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

### 1.4.2.1 DÍVIDA TOTAL

Quadro 90

Anos	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA						Variação	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2022/2023	2018/2023
<b>DÍVIDA DE NATUREZA ORÇAMENTAL</b>	<b>24 097 895</b>	<b>18 430 185</b>	<b>11 746 553</b>	<b>8 283 283</b>	<b>7 932 785</b>	<b>5 404 595</b>	<b>-2 528 190</b>	<b>-18 693 300</b>
Dívida de Médio e Longo Prazo	20 544 024	14 689 562	10 933 017	7 853 744	7 197 806	4 281 035	-2 916 771	-16 262 989
Dívida de Curto Prazo	3 553 872	3 740 622	813 536	429 539	734 980	1 123 561	388 581	-2 430 311
<b>DÍVIDA DE NATUREZA NÃO ORÇAMENTAL</b>	<b>10 857 471</b>	<b>9 566 239</b>	<b>8 187 723</b>	<b>6 742 661</b>	<b>5 436 356</b>	<b>4 186 034</b>	<b>-1 250 321</b>	<b>-6 671 437</b>
Dívida de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	10 857 471	9 566 239	8 187 723	6 742 661	5 436 356	4 186 034	-1 250 321	-6 671 437
<b>DÍVIDA TOTAL</b>	<b>34 955 366</b>	<b>27 996 423</b>	<b>19 934 276</b>	<b>15 025 944</b>	<b>13 369 141</b>	<b>9 590 630</b>	<b>-3 778 511</b>	<b>-25 364 737</b>
<b>Taxa de crescimento da dívida</b>	<b>-11,5%</b>	<b>-19,9%</b>	<b>-28,8%</b>	<b>-24,6%</b>	<b>-11,0%</b>	<b>-28,3%</b>		<b>-72,6%</b>
<b>Natureza Orçamental</b>	<b>-12,2%</b>	<b>-23,5%</b>	<b>-36,3%</b>	<b>-29,5%</b>	<b>-4,2%</b>	<b>-31,9%</b>		<b>-77,6%</b>
Médio e longo prazo	-12,6%	-28,5%	-25,6%	-28,2%	-8,4%	-40,5%		-79,2%
Curto prazo	-10,0%	5,3%	-78,3%	-47,2%	71,1%	52,9%		-68,4%
<b>Natureza Não Orçamental</b>	<b>-9,8%</b>	<b>-11,9%</b>	<b>-14,4%</b>	<b>-17,6%</b>	<b>-19,4%</b>	<b>-23,0%</b>		<b>-61,4%</b>
Antecipação de Rendas	-9,8%	-11,9%	-14,4%	-17,6%	-19,4%	-23,0%		-61,4%

Un:Euro



Gráfico 54

**Evolução da Dívida Total  
2018-2023**

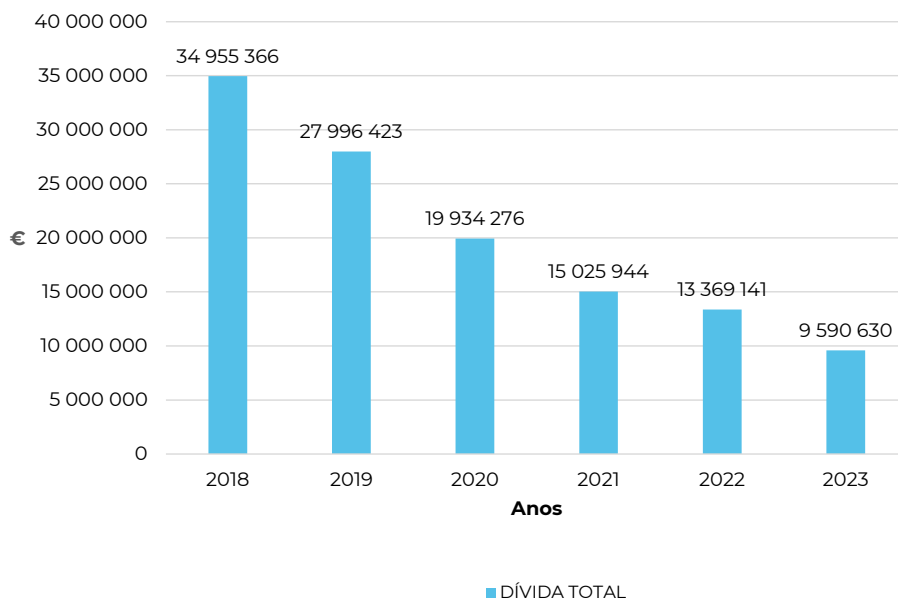
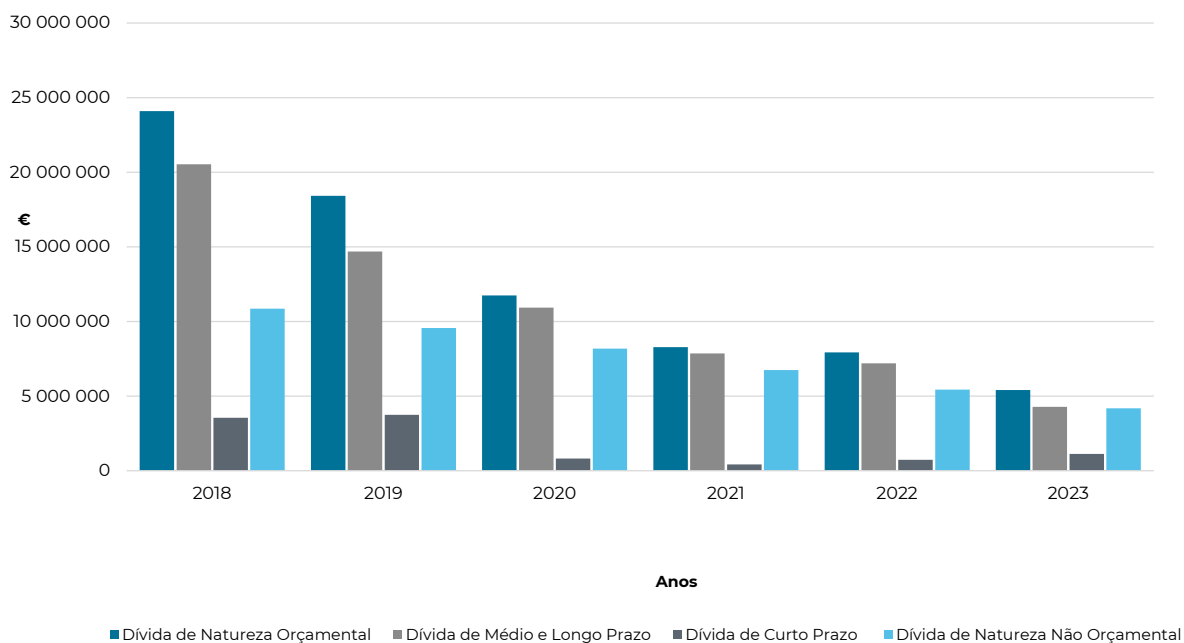


Gráfico 55

**Evolução da Dívida por Natureza  
2018-2023**



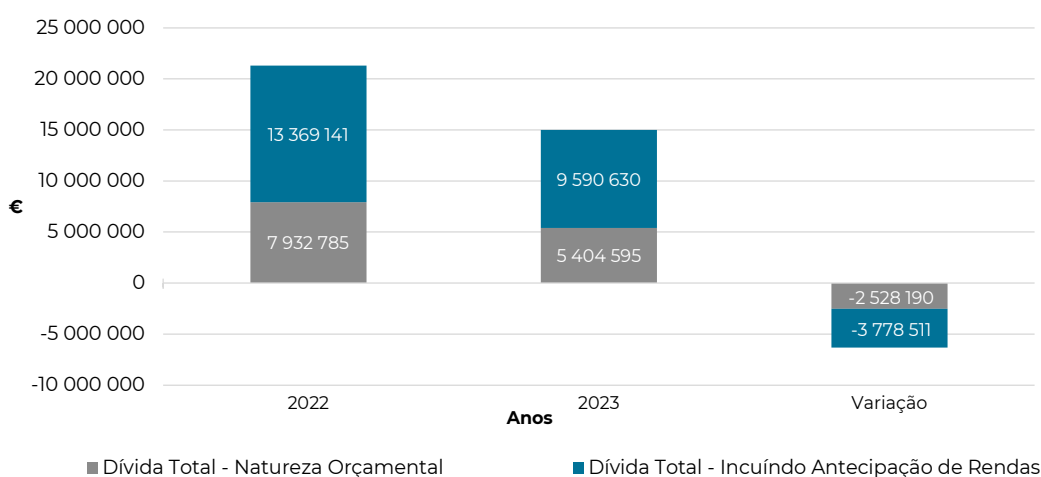


No período compreendido entre 2018 e 2023 é visível uma trajetória nitidamente decrescente na evolução da dívida do Município *stricto sensu*, com uma redução na ordem dos (-) 25,4 milhões de euros - de 34.955.366 € em 2018 para 9.590.630 € em 2023 - o que em termos percentuais evidencia um decréscimo de (-) 72,6%.

Em linha com esta tendência global, a dívida do município no fecho do exercício de 2023, ao totalizar 9.590.630 €, regista um decréscimo de (-) 3.778.511 € em relação ao final da gerência de 2022, (-) 28,3%, justificado pela redução verificada nas suas duas componentes, natureza orçamental e não orçamental, de respetivamente, (-) 2.528.190 €, (-) 1.250.321 €.

**Gráfico 56**

### **Evolução da Dívida Total 2022 - 2023**



Do total da dívida do município reportada a 31 de dezembro de 2023, são de natureza orçamental 5.404.595 €, sendo a componente não orçamental no valor de 4.186.034 € (passivo de médio e longo prazo resultante da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social), quantias que em relação aos valores apurados no final do ano antecedente, evidenciam um decréscimo de, respetivamente, (-) 31,9% e (-) 23%.

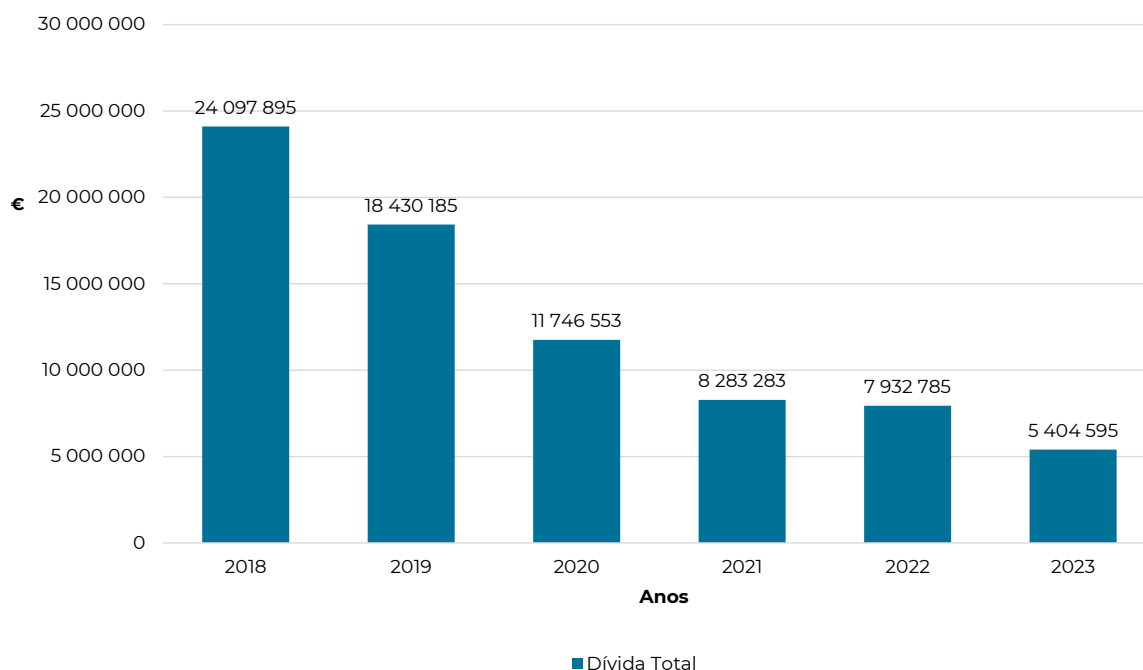
Quanto à dívida de natureza não orçamental, uma referência sumária à alteração do registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004 – reconduzido para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016 –, na sequência do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto amplamente divulgado em anteriores relatos. Assim, o conteúdo da dívida total de operações orçamentais do Município apresenta uma alteração substancial em relação ao utilizado até ao final da gerência de 2015, o que impõe a necessária contextualização em qualquer análise comparativa.



Justifica-se, por isso, uma análise centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

**Gráfico 57**

**Evolução da Dívida Total - Natureza Orçamental  
2018-2023**



Direcionando a análise para a evolução da dívida do Município de natureza orçamental, no período compreendido entre 2018 e 2023 permanece a tendência claramente decrescente, sendo visível uma redução que ultrapassa os (-) 18,6 milhões de euros - de 24.097.895 € em 2018 para 5.404.595 € em 2023 - o que em termos percentuais reflete um decréscimo de (-) 77,6%.

Em linha com esta trajetória global, a dívida de natureza orçamental, no final de 2023, ao totalizar 5.404.595 €, diminui (-) 2.528.190 € em relação ao final da gestão de 2022.

Do total da dívida orçamental do município, reportada a 31 de dezembro de 2023, são de natureza de médio e longo prazo 4.281.035 € e apenas de curto prazo 1.123.561 €.



### 1.4.2.2 DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Considerando que por via das alterações preconizadas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado à legislação em vigor, designadamente ao artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, para efeitos do apuramento da dívida total são excluídos determinados tipos de empréstimos em função da sua natureza, organiza-se a informação da dívida de médio e longo prazo, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza em função do fim a que se destinam, repristinando no decurso da análise a terminologia outrora aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “releva” ou “não releva” para a capacidade de endividamento municipal.

**Quadro 91**

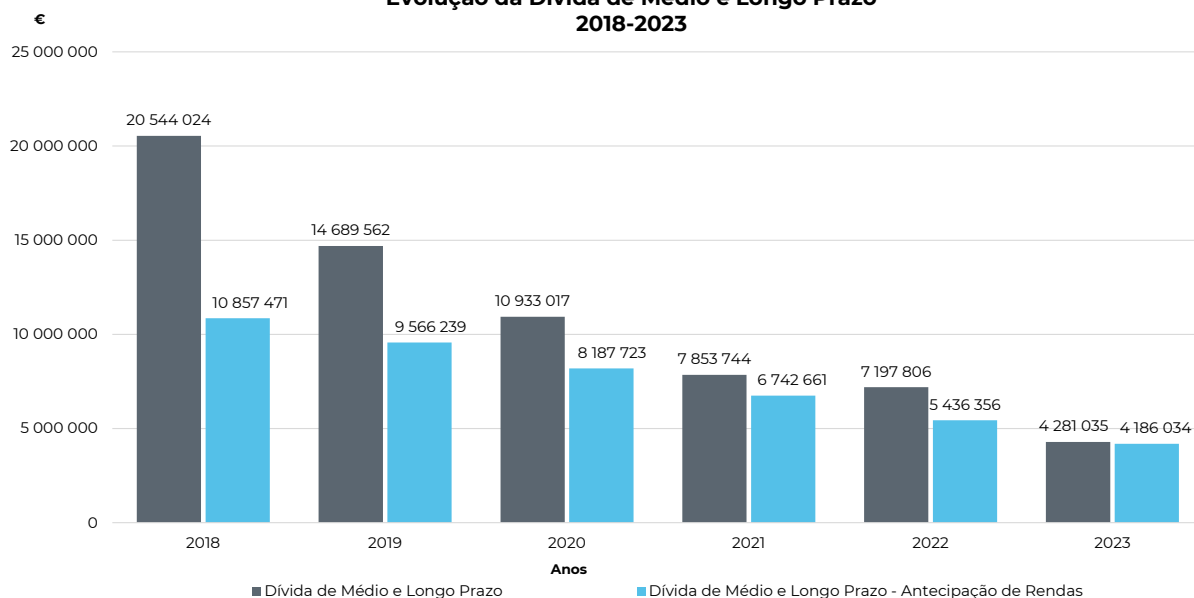
ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>DÍVIDA DE NATUREZA ORÇAMENTAL</b>	<b>20 544 024</b>	<b>14 689 562</b>	<b>10 933 017</b>	<b>7 853 744</b>	<b>7 197 806</b>	<b>4 281 035</b>
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>20 223 634</b>	<b>13 462 766</b>	<b>10 933 017</b>	<b>7 853 744</b>	<b>6 068 965</b>	<b>4 281 035</b>
<b>Empréstimos de MLP destinados a fins diversos</b>	<b>9 601 373</b>	<b>4 088 889</b>	<b>2 818 095</b>	<b>1 008 729</b>	<b>504 365</b>	<b>0</b>
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 9.200.000€ - Aquisição Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	5 111 111	4 088 889	2 818 095	1 008 729	504 365	0
<b>Empréstimos de MLP destinados à Habitação Social</b>	<b>10 622 262</b>	<b>9 373 877</b>	<b>8 114 922</b>	<b>6 845 014</b>	<b>5 564 600</b>	<b>4 281 035</b>
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75 €	3 699 133	3 356 533	3 005 054	2 644 224	2 273 543	1 892 489
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	1 782 909	1 504 191	1 224 941	945 280	665 463	386 857
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65 €	5 140 220	4 513 153	3 884 927	3 255 511	2 625 595	2 001 689
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>320 390</b>	<b>1 226 797</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 128 841</b>	<b>0</b>
Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0	0	0	1 128 841	0
FAM - Fundo de Apoio Municipal	320 390	106 797	0	0	0	0
Credores por Investimentos Financeiros	0	1 120 000	0	0	0	0
<b>DÍVIDA DE NATUREZA NÃO ORÇAMENTAL</b>	<b>10 857 471</b>	<b>9 566 239</b>	<b>8 187 723</b>	<b>6 742 661</b>	<b>5 436 356</b>	<b>4 186 034</b>
<b>Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas</b>	<b>10 857 471</b>	<b>9 566 239</b>	<b>8 187 723</b>	<b>6 742 661</b>	<b>5 436 356</b>	<b>4 186 034</b>
Banco Santander Totta	5 428 736	4 783 119	4 093 861	3 371 330	2 718 178	2 093 017
Banco BPI	5 428 736	4 783 119	4 093 861	3 371 330	2 718 178	2 093 017
<b>TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>31 401 495</b>	<b>24 255 801</b>	<b>19 120 740</b>	<b>14 596 404</b>	<b>12 634 161</b>	<b>8 467 069</b>
<b>Taxa de crescimento</b>	<b>-11,7%</b>	<b>-22,8%</b>	<b>-21,2%</b>	<b>-23,7%</b>	<b>-13,4%</b>	<b>-33,0%</b>

Un: Euro



Gráfico 58

Evolução da Dívida de Médio e Longo Prazo  
2018-2023



Numa análise retrospectiva da evolução do passivo de médio e longo prazo de natureza orçamental, é perceptível uma clara tendência de diminuição da dívida de médio e longo prazo, em patamares de redução mais expressivos no período compreendido entre 2018 e 2021 no que refere aos empréstimos destinados a finalidades diversas.

Com especial impacto no período em apreço releva-se a concretização de duas novas operações realizadas no exercício de 2015, decorrentes de factos supervenientes à regular gestão municipal, a celebração do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000€, para aquisição dos lotes de terreno números 1 e 4 que integravam o Parque de Ciência e Tecnologia da Maia (TECMAIA), cujo impacto foi em parte atenuado pelas amortizações ocorridas nos demais empréstimos existentes em resultado do cumprimento do serviço de dívida negociado, bem como a obrigatoriedade legal de subscrição do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no valor total de 2.990.300,97€.

A contratação do Empréstimo Bancário de M.L.P com o Banco Português de Investimento, no valor de 9.200.000 €, foi motivada pela necessidade de serem cumpridas as obrigações que para a Autarquia derivam da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, tendo em conta as responsabilidades já constituídas para o Município em resultado dos invocados normativos, atenta a sua participação de 51% no capital social da TECMAIA. Razão por que se entendeu conveniente para a salvaguarda do superior interesse público a aquisição pela Autarquia dos lotes de terreno n.ºs 1 e 4, de modo a evitar a resolução dos contratos de empréstimo existentes naquela sociedade pelo Sindicato Bancário e



competente venda pela via judicial, que determinariam uma desvalorização dos imóveis, face à baixa do mercado imobiliário, e conseqüentemente uma dissolução compulsiva da própria sociedade com grave prejuízo para o interesse público municipal.

Sobre a subscrição do Fundo de Apoio Municipal impõe-se desde logo anotar que foi uma operação que resultou de uma imposição legal, designadamente da entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM) e determinou a obrigatoriedade de todos os municípios, sem exceção, contribuírem para este fundo.

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios, consubstanciando assim um ativo em investimentos financeiros, tendo o montante imputável ao Município da Maia “*ab initio*” sido fixado em 2.990.300,97 €.

A realização do capital iniciou-se em 2015 tendo sido definido um prazo de concretização de 7 anos, através de duas prestações anuais, mediante o pagamento anual de 427.186,00 € até 2020, e de 427.184,97 € em 2021.

Porém, com a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2018 (que altera entre outros o art.º 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto) foi modificada a subscrição do capital social do FAM, por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios. Daqui resultou uma redução das prestações anuais a realizar pelo Município da Maia em 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente, em 25%, 50%, 75% e 100%.

Deste modo, a parcela da participação no FAM que se encontrava por realizar passou em 2018 de 1.708.743 € (valor registado no fecho de 2017) para 640.779 €, resultando em (-) 1.067.964 € do que o montante da subscrição inicialmente fixado na lei.

Assinala-se ainda que, o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, por força das sucessivas prorrogativas plasmadas nas Leis de Orçamento do Estado desde 2015.

No período compreendido entre 2018 e 2019 importa também mencionar a contratualização de duas novas operações de crédito com impacto nesta componente da dívida, sem, contudo, condicionar os padrões de diminuição do endividamento de médio e longo prazo de natureza orçamental que se têm mantido de forma consistente até à presente data.

Na gerência de 2018 o Município assumiu a posição contratual da Sociedade Gestora do Fundo de Investimento Maia Golfe no contrato de empréstimo celebrado com Caixa Geral de Depósitos, em consequência do processo de dissolução e liquidação do Fundo, cujas condições apontam para um capital em dívida no final de 2018 de apenas 3.988.440 €. Por outro lado, foram integralmente amortizados os dois Empréstimo Bancário de M.L. P de maior relevo: o empréstimo bancário





contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, e o empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €.

Em 2019 inicia-se a produção dos efeitos financeiros da proposta de Aumento de Capital da empresa Espaço Municipal EM, no montante global de 3.450.000 €, de forma a permitir conferir à empresa a capacidade financeira para suprir os capitais próprios para desenvolver a atividade no âmbito das candidaturas do Portugal 2020, cujas condições apontavam para o pagamento de uma última tranche de capital subscrito no valor de 1.120.000 € a realizar apenas no ano de 2020.

No ano 2020 procedeu-se ao pagamento desta última tranche de capital subscrito, saldando a rubrica de Credores por Investimentos Financeiros, e ao pagamento das últimas duas parcelas da participação no FAM, no valor de 106.797 €, a par das amortizações dos demais empréstimos existentes, em conformidade com as condições contratuais definidas.

No exercício de 2021, as amortizações totalizaram 3.079.274 €, realizadas designadamente por conta dos empréstimos bonificados destinados à Habitação Social e do empréstimo contratado com o BPI, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA, Lotes 1 e 4, nos termos contratualmente estabelecidos, neste último caso, acrescidas de uma amortização extraordinária, justificada pela necessidade de acomodar no Serviço de Dívida Autárquica, o valor resultante da concretização da celebração de escritura pública da venda em hasta pública do Lote de terreno n.º 4, (+) 870.001 €, cuja receita associada estava confinada à amortização do empréstimo que suportou a sua aquisição.

No decurso da gerência de 2022, para além dos empréstimos já identificados, figuram três novas operações com impacto nesta componente da dívida, decorrentes de apoios concedidos no âmbito de três projetos de desempenho ambiental energético aprovados e financiados por via de subsídios reembolsáveis, associados à beneficiação de três Complexos Municipais de Piscinas: Águas Santas, Folgosa e Gueifães.

Como é sabido, os subsídios reembolsáveis, por definição, consubstanciam-se num apoio concedido que se traduzirá num subsídio com o compromisso da sua devolução no fim do prazo contratado, sem, no entanto, ter a correspondência a qualquer taxa de juro ou custos adicionais.

Deste modo, o subsídio reembolsável tem de ser reconhecido como um passivo para a entidade beneficiária na parte que deverá ser reembolsada, sendo que, enquanto passivo, releva para a dívida do município. Todavia, enquadrando-se os subsídios reembolsáveis concedidos pelo FEDER no âmbito do n.º 5 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, estão excecionados do limite da dívida total.

Todavia, no último trimestre do exercício de 2023 estes três apoios concedidos no âmbito do desempenho ambiental energético, puderam ser reconvertidos em subsídios não reembolsáveis, pelo que, assim que aprovadas as candidaturas com estas novas condições, tais valores deixaram de integrar o passivo municipal.

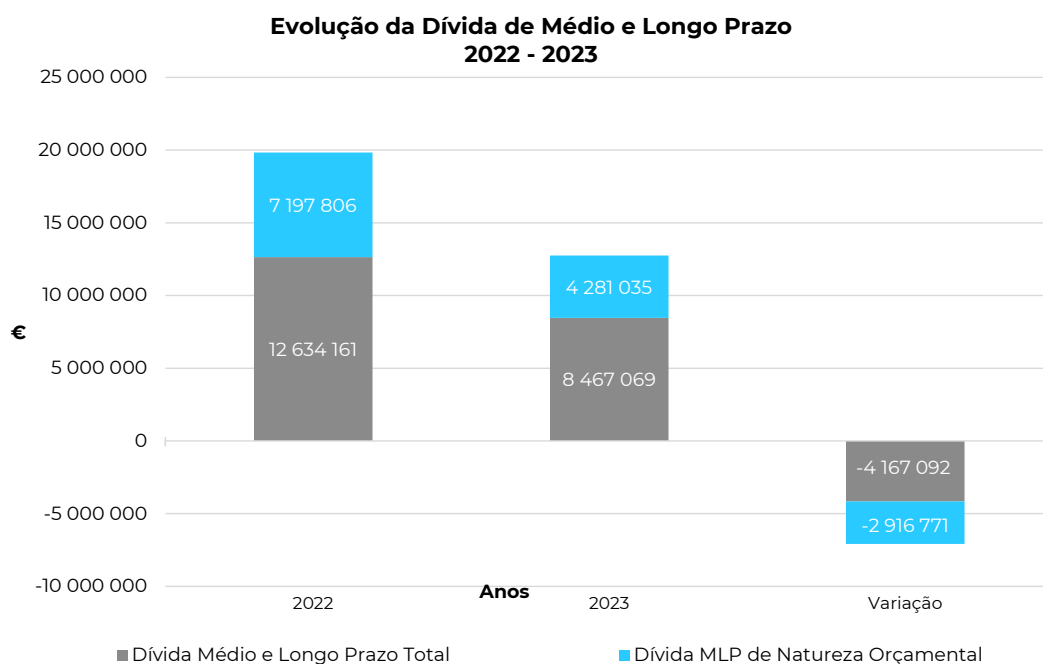


No final do exercício de 2023, excluindo estes subsídios do passivo municipal, quantificados em (-) 1.128.841 €, nos termos que se impõem, e atendendo às amortizações realizadas por conta dos empréstimos bancários anteriormente contratualizados, no valor de (-) 1.787.930 €, permanece a tendência de diminuição, com a dívida de médio e longo prazo de natureza orçamental a diminuir de 7.197.806 €, para 4.281.035 €, (-) 40,5% face ao final do exercício transato.

Acentuando a trajetória de redução assinalada, posiciona-se a dívida de médio e longo prazo de natureza não orçamental no âmbito da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social celebrada em 2004, a reduzir de 5.436.356 € para 4.186.034 €, (-) 1.250.321 € em relação a 31 de dezembro de 2022, (-) 23 %.

Globalmente, independentemente da sua natureza, no final de 2023 a Dívida de Médio e Longo Prazo decresce (-) 4.167.092 €, (-) 33%, face ao final do exercício do ano anterior.

**Gráfico 59**



No quadro global do decréscimo obtido a 31 de dezembro de 2023, predomina a diminuição da dívida de natureza orçamental, (-) 2.916.771 €, com maior predomínio das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos destinados à Habitação Social, no valor de (-) 1.283.566 €. Neste agrupamento o maior volume de amortizações está indexado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 902.512 €, sendo os demais empréstimos denominados de complemento PER, - presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de "Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo



prazo” levada a cabo em 2007 -, responsáveis por uma redução de (-) 381.054 €. A seguir surgem as amortizações efetuadas por conta dos empréstimos destinados a finalidades diversas, concretamente, do empréstimo contratado com o BPI, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA, no montante (-) 504.365 €, conducentes à liquidação integral do capital em dívida no decurso deste exercício.

No âmbito da operação de cessão de créditos das rendas da habitação social -dívida de natureza não orçamental - as amortizações totalizaram o montante de (-) 1.250 321 €.

#### 1.4.2.2.1 SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Atendendo a que a apreciação promovida neste âmbito tem como objetivo avaliar a despesa realizada em juros e amortizações ao abrigo do orçamento municipal e o seu peso no total da receita cobrada e no total da despesa paga, matéria de natureza exclusivamente orçamental, os dados constantes no quadro infra não contemplam os juros e amortizações provenientes do empréstimo de médio e longo prazo associado ao processo de antecipação de rendas da habitação social.

Quadro 92

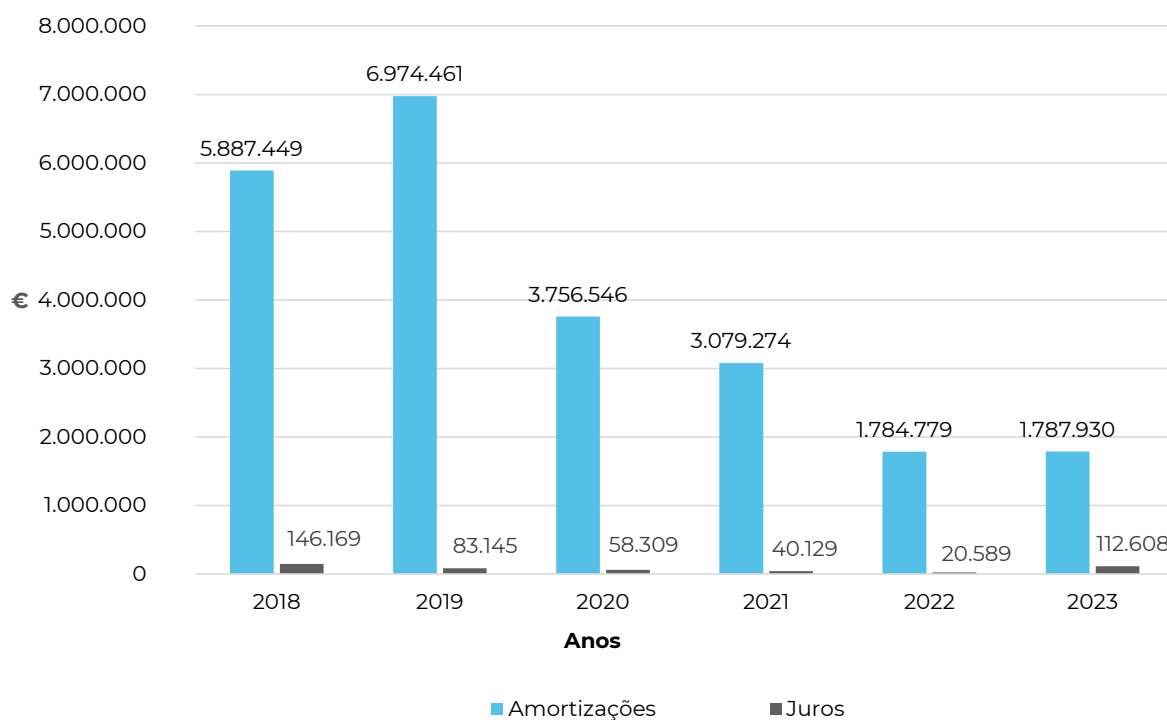
EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas (1)</b>	<b>4 465 176</b>	<b>5 587 331</b>	<b>1 323 225</b>	<b>1 846 076</b>	<b>522 290</b>	<b>525 659</b>
Amortizações	4 328 009	5 512 484	1 270 794	1 809 366	504 365	504 365
Juros	137 168	74 847	52 431	36 710	17 925	21 294
<b>Empréstimos MLP destinados à Habitação Social (2)</b>	<b>1 248 052</b>	<b>1 256 682</b>	<b>1 264 833</b>	<b>1 273 326</b>	<b>1 283 078</b>	<b>1 374 879</b>
Amortizações	1 239 050	1 248 385	1 258 955	1 269 908	1 280 414	1 283 566
Juros	9 002	8 298	5 878	3 418	2 664	91 314
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)</b>	<b>320 390</b>	<b>213 593</b>	<b>1 226 797</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Amortizações	320 390	213 593	1 226 797	0	0	0
Juros	0	0	0	0	0	0
<b>Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)</b>	<b>6 033 618</b>	<b>7 057 607</b>	<b>3 814 855</b>	<b>3 119 402</b>	<b>1 805 368</b>	<b>1 900 538</b>
Amortizações	5 887 449	6 974 461	3 756 546	3 079 274	1 784 779	1 787 930
Juros	146 169	83 145	58 309	40 129	20 589	112 608
<b>Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo</b>	<b>-1,8%</b>	<b>17,0%</b>	<b>-45,9%</b>	<b>-18,2%</b>	<b>-42,1%</b>	<b>5,3%</b>
Amortizações	-2,5%	18,5%	-46,1%	-18,0%	-42,0%	0,2%
Juros	33,6%	-43,1%	-29,9%	-31,2%	-48,7%	446,9%
<b>Juros / Receita Total Cobrada</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,1%</b>
<b>Juros / Despesa Total Paga</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,1%</b>
<b>Juros / Despesa de Capital Paga</b>	<b>0,6%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,4%</b>
<b>Serviço Dívida / Receita Total Cobrada</b>	<b>8,1%</b>	<b>9,4%</b>	<b>4,8%</b>	<b>3,8%</b>	<b>1,8%</b>	<b>1,7%</b>
<b>Serviço Dívida / Despesa Total Paga</b>	<b>8,7%</b>	<b>9,7%</b>	<b>5,8%</b>	<b>4,2%</b>	<b>2,0%</b>	<b>1,8%</b>

Un: Euro



Gráfico 60

**Evolução do Serviço de Dívida  
2018-2023**



Observando o quadro do serviço de dívida municipal no período compreendido entre 2018 e 2023 é globalmente visível uma tendência de diminuição destes encargos que se interrompe no exercício de 2023, ao registarem um aumento de (+) 5,3% em relação ao período homólogo, fortemente influenciados pelos juros da dívida pública, naturalmente fruto do contexto inflacionista caracterizado pela subida das taxas de juros.

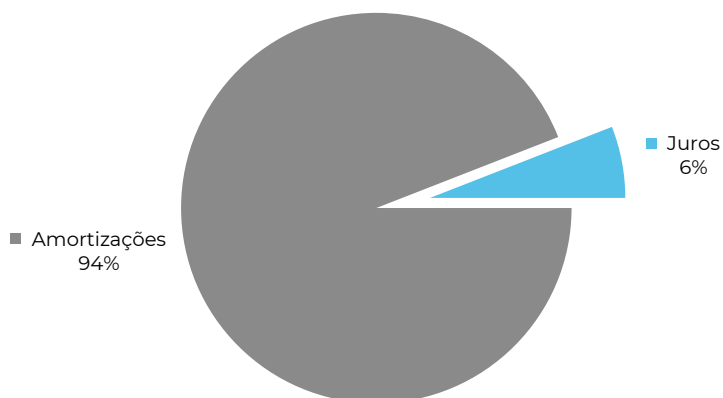
Com efeito, no final do exercício de 2023 os encargos do serviço de dívida municipal de natureza orçamental ao totalizarem 1.900.538 € aumentam (+) 95.171 €, face a 2022, sobretudo devido ao incremento dos juros da dívida que justificam 97% da variação registada, maioritariamente afetados pelo impacto proveniente dos empréstimos destinados à habitação Social

Na gerência de 2023, permanecem em nível predominante as amortizações no montante de 1.787.930€, ao representarem 94% do valor global do Serviço de Dívida, atendendo montante residual dos juros que perfazem 112.608 €.



Gráfico 61

Composição do Serviço de Dívida  
Ano 2023



No quadro global do serviço de dívida municipal, assumem maior relevo as despesas associadas aos empréstimos destinados à Habitação Social, na quantia de 1.374.879 €, cujo maior volume permanece indexado aos empréstimos contratados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado PER, com maior relevo do PER 2.

Com menor expressão, ao serem responsáveis por cerca de 28 % do serviço de dívida municipal, figuram os encargos com empréstimos destinados a finalidades diversas, designadamente o empréstimo celebrado com o BPI, para a aquisição de dois lotes de terreno à TECMAIA, na importância de 525.659 €, encargos que se extinguem na gerência em apreço, uma vez integralmente amortizado o capital em dívida deste empréstimo.

Focando a análise na contribuição do serviço de dívida para as diferentes componentes do orçamento municipal, no período observado é também globalmente visível uma tendência de diminuição do peso desta componente nos dois agregados orçamentais (receita e despesa), reforçada na gerência de 2023, ao assumir 1,7% e 1,8% do total, respetivamente, da receita e despesa executadas.

No Quadro 93 apresenta-se o detalhe do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo com impacto orçamental no ano findo, por tipologia de empréstimo, assim como a respetiva previsão desses encargos para o exercício de 2024, para além da ilustração gráfica do peso de cada uma das suas componentes.



Quadro 93

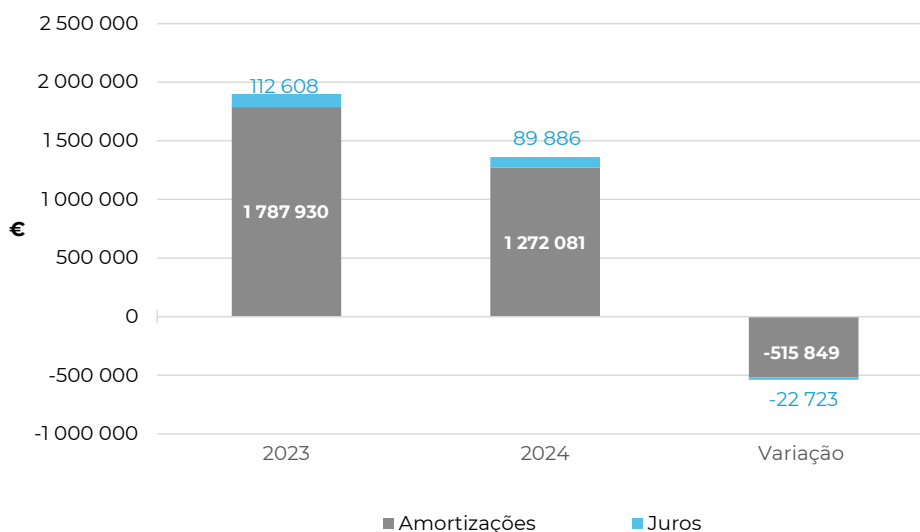
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	Realizado 2023			Previsto 2024		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
<b>Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas</b>						
Empréstimo Bancário de M.L.P com Banco Português de Investimento, de 9.200.000,00 € - Tecmaia	504 365	21 294	525 659	0	0	0
<b>Sub Total</b>	<b>504 365</b>	<b>21 294</b>	<b>525 659</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Empréstimos MLP destinados à Habitação Social</b>						
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	381 054	69 458	450 512	391 979	70 267	462 246
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a C G D - até 7.481.968,46 €	278 606	4 662	283 268	235 555	4 150	239 705
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a C G D - até 21.077.411,44 €	623 906	17 193	641 099	644 547	15 469	660 016
<b>Sub Total</b>	<b>1 283 566</b>	<b>91 314</b>	<b>1 374 879</b>	<b>1 272 081</b>	<b>89 886</b>	<b>1 361 967</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1 787 930</b>	<b>112 608</b>	<b>1 900 538</b>	<b>1 272 081</b>	<b>89 886</b>	<b>1 361 967</b>

Un: Euro

No domínio prospetivo e pese embora o mapa do serviço de dívida dos empréstimos destinados à habitação social não apresente alterações significativas para a gerência de 2024, estimam-se encargos com o serviço de dívida municipal inferiores aos do ano anterior, tanto em amortizações como juros, uma vez que os demais empréstimos destinados a finalidades diversas se encontram integralmente amortizados.

Gráfico 62

Composição do Serviço de Dívida  
2023-2024





## 1.4.2.2.2 COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

Quadro 94

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
	2023		2022	
	Valor	Peso	Valor	Peso
<b>EXIGIVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>5 973 904</b>	<b>70,6%</b>	<b>9 528 944</b>	<b>75,4%</b>
<b>Dívida de Natureza Orçamental</b>	<b>3 008 954</b>	<b>35,5%</b>	<b>5 342 910</b>	<b>42,3%</b>
<b>Empréstimos Bancários de MLP</b>	<b>3 008 954</b>	<b>35,5%</b>	<b>4 265 827</b>	<b>33,8%</b>
<b>Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 9.200.000 € - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	0	0,0%	0	0,0%
<b>Empréstimos MLP destinados à Habitação Social</b>	<b>3 008 954</b>	<b>35,5%</b>	<b>4 265 827</b>	<b>33,8%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75 €	1 500 511	17,7%	1 892 489	15,0%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46 €	151 302	1,8%	382 261	3,0%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65 €	1 357 141	16,0%	1 991 077	15,8%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1 077 082</b>	<b>8,5%</b>
<b>Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>1 077 082</b>	<b>8,5%</b>
Complexo Municipal de Piscinas de Águas Santas	0	0,0%	461 375	3,7%
Complexo Municipal de Piscinas de Folgosa	0	0,0%	302 863	2,4%
Complexo Municipal de Piscinas de Gueifães	0	0,0%	312 844	2,5%
<b>Dívida de Natureza Não Orçamental</b>	<b>2 964 951</b>	<b>35,0%</b>	<b>4 186 034</b>	<b>33,1%</b>
<b>Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas</b>	<b>2 964 951</b>	<b>35,0%</b>	<b>4 186 034</b>	<b>33,1%</b>
Banco Santander Totta	1 482 475	17,5%	2 093 017	16,6%
Banco BPI	1 482 475	17,5%	2 093 017	16,6%
<b>EXIGIVEL A CURTO PRAZO</b>	<b>2 493 165</b>	<b>29,4%</b>	<b>3 105 217</b>	<b>24,6%</b>
<b>Dívida de Natureza Orçamental</b>	<b>1 272 081</b>	<b>15,0%</b>	<b>1 854 896</b>	<b>14,7%</b>
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>1 272 081</b>	<b>15,0%</b>	<b>1 803 138</b>	<b>14,3%</b>
<b>Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>504 365</b>	<b>4,0%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 9.200.000 € - TECMAIA	0	0,0%	504 365	4,0%
<b>Empréstimos MLP destinados à Habitação Social</b>	<b>1 272 081</b>	<b>15,0%</b>	<b>1 298 773</b>	<b>10,3%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75 €	391 979	4,6%	381 054	3,0%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1 - com a C G D - no montante de 7.481.968,46 €	235 555	2,8%	283 202	2,2%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65 €	644 547	7,6%	634 517	5,0%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>51 758</b>	<b>0,4%</b>
<b>Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>51 758</b>	<b>0,4%</b>
Complexo Municipal de Piscinas de Águas Santas	0	0,0%	0	0,0%
Complexo Municipal de Piscinas de Folgosa	0	0,0%	30 379	0,2%
Complexo Municipal de Piscinas de Gueifães	0	0,0%	21 379	0,2%
<b>Dívida de Natureza Não Orçamental</b>	<b>1 221 084</b>	<b>14,4%</b>	<b>1 250 321</b>	<b>9,9%</b>
<b>Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas</b>	<b>1 221 084</b>	<b>14,4%</b>	<b>1 250 321</b>	<b>9,9%</b>
Banco Santander Totta	610 542	7,2%	625 161	4,9%
Banco BPI	610 542	7,2%	625 161	4,9%
<b>TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>8 467 069</b>		<b>12 634 161</b>	

Un: Euro



No Quadro 94 identificam-se os empréstimos existentes à data de 31 de dezembro de 2023 e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua natureza e do seu grau de exigibilidade, com o objetivo de obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, incluindo a proveniente da operação de cessão de créditos.

Observada a constituição da dívida de médio e longo prazo, conclui-se que 51% têm natureza orçamental, sendo a totalidade do seu valor indexada a empréstimos destinados à construção de habitação social que foram contratualizados ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, na sua grande maioria abrangidos por uma linha de crédito bonificado para um período de 25 anos.

Esta natureza de empréstimos beneficia de uma bonificação do Estado correspondente a 75% da taxa de juro contratual, que no exercício de 2023 garantiu um proveito financeiro de 75.767,51 €.

Finaliza-se com a apresentação de quadro prospetivo da composição da dívida no final do exercício de 2024.

## Quadro 95

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO		
31/12/2024		
	Valor	Peso
<b>DÍVIDA DE NATUREZA ORÇAMENTAL</b>	<b>3 008 954</b>	<b>50%</b>
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>3 008 954</b>	<b>50%</b>
<b>Empréstimos MLP destinados a finalidades diversas</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>Empréstimos MLP destinados à Habitação Social</b>	<b>3 008 954</b>	<b>50%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	1 500 511	25%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1- com a C G D - no montante de 7.481.968,46€	151 302	3%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a C G D - até 21.007.737,65 €	1 357 141	23%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
<b>DÍVIDA DE NATUREZA NÃO ORÇAMENTAL</b>	<b>2 964 951</b>	<b>50%</b>
<b>Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas</b>	<b>2 964 951</b>	<b>50%</b>
Banco Santander Totta	1 482 475	25%
Banco BPI	1 482 475	25%
<b>TOTAL DA DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>5 973 904</b>	<b>100%</b>

Un: Euro

Avaliando o mapa de serviço de dívida negociado para os empréstimos em curso – presentemente apenas destinados à Habitação Social, estima-se que no final do exercício de 2024 a Dívida de Médio e Longo Prazo do município totalizará 5.973.904 €, dos quais, 3.008.954 € têm natureza orçamental e 2.964.951 € não orçamental.





### 1.4.2.3 DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de investimento, dos credores de transferências para as autarquias locais e credores por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Quadro 96.

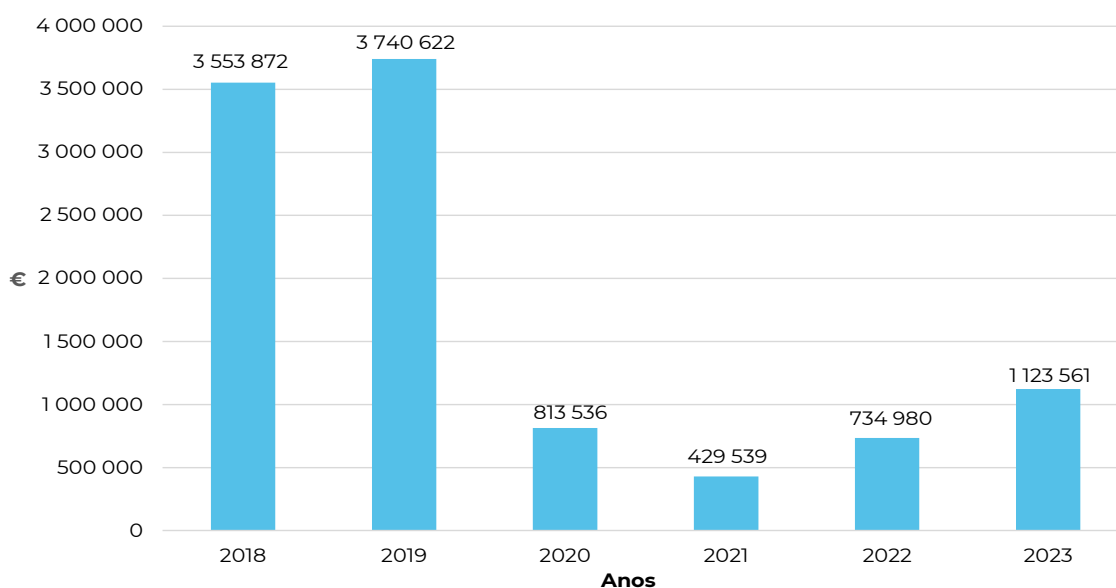
Quadro 96

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO						Variação	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2022/2023	2018/2023
Fornecedores c/c	262 589	396 344	108 798	56 489	577 589	346 420	-231 170	83 830
Fornecedores de Investimento	18 201	116 932	43 086	264 879	57 186	31 163	-26 023	12 962
Outros credores	3 273 081	3 227 347	661 653	108 171	100 204	745 978	645 773	-2 527 104
<b>Total da Dívida de Curto Prazo</b>	<b>3 553 872</b>	<b>3 740 622</b>	<b>813 536</b>	<b>429 539</b>	<b>734 980</b>	<b>1 123 561</b>	<b>388 581</b>	<b>-2 430 311</b>
<b>Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo</b>	<b>-10,0%</b>	<b>5,3%</b>	<b>-78,3%</b>	<b>-47,2%</b>	<b>71,1%</b>	<b>52,9%</b>	<b>52,9%</b>	<b>-68,4%</b>
Fornecedores c/c	-45,6%	50,9%	-72,5%	-48,1%	922,5%	-40,0%	-40,0%	31,9%
Fornecedores de Investimento	-86,5%	542,5%	-63,2%	514,8%	-78,4%	-45,5%	-45,5%	71,2%
Outros credores	-1,8%	-1,4%	-79,5%	-83,7%	-7,4%	644,5%	644,5%	-77,2%

Un: Euro

Gráfico 63

### Evolução da Dívida de Curto Prazo 2018-2023





No domínio da dívida de curto prazo, os resultados obtidos no período compreendido entre 2018 e 2023 também evidenciam uma trajetória claramente decrescente, ao comportar uma redução na ordem dos (-) 2,4 milhões de euros (de 3.553.872 € em 2018 para 1.123.561 € em 2023), que em termos percentuais se fixa em (-) 68,4%

A mitigar esta trajetória, apresenta-se a dívida de curto prazo no final de 2023, ao totalizar 1.123.561 €, aumentando (+) 388.581 € em relação ao final do ano anterior, apesar dos Fornecedores – conta corrente e de investimento apresentarem uma diminuição de, respetivamente, (-) 231.170 € e (-) 26.023€, devido ao impacto dos débitos a Outros Credores que crescem (+) 645.773 €.

A variação assinalada nos “Outros credores” resulta essencialmente do valor proveniente da rubrica de adiantamento de vendas (577.850 €) em consequência da alienação, realizada mediante hasta pública, do designado Lote A-1, para construção do “Masterplan do Sobreiro”, que à data de fecho aguardava a celebração da escritura de venda, entretanto realizada no dia 16 de fevereiro de 2024 *(excluído este valor, a dívida de curto prazo no final da gerência de 2023 somaria 545.711 €, o que a reposicionaria numa tendência de descida face ao ano antecedente).*

No computo geral do endividamento de curto prazo, assume maior relevo a componente de “Outros Credores”, que ao perfazer 745.978 €, representa 66% do total do agregado, seguindo-se a dívida a Fornecedores conta corrente com 346.420 €, e por último, com somenos importância, os Fornecedores de Investimento, a perfazer apenas 31.163 €.

Sobre esta dinâmica de curto prazo, impõe-se ainda sinalizar que os atuais montantes em dívida reportam-se a faturação emitida em datas próximas do final do mês dezembro, encontrando-se àquela data em receção e conferência e, por maioria de razão, não vencida, a que acresce a imputação no exercício de acréscimos de gastos, não correspondendo a verdadeira dívida constituída no termo do exercício (no sentido em que não se encontra ainda titulada, tão pouco vencida). Deste modo, o valor em dívida não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, permitindo a concretização de pagamentos dentro do prazo médio estabelecido, atualmente fixado em 3 dias.

Em sede de redução dos pagamentos em atraso, a Lei do Orçamento de Estado para 2023 (artigo 63.º) mantém em idênticas condições, a obrigação de, até ao final do ano, as entidades incluídas no subsector da administração local reduzirem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2021, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, na sua redação atual.



Igualmente neste quadro o Município permanece numa posição confortável, isto é, fora das entidades com pagamentos em atraso, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações, situação que remonta a maio de 2012.

Apresenta-se também em níveis francamente satisfatórios o prazo médio de pagamento do município, que à data de 31 de dezembro de 2023 é de 3 dias, como já foi referido.

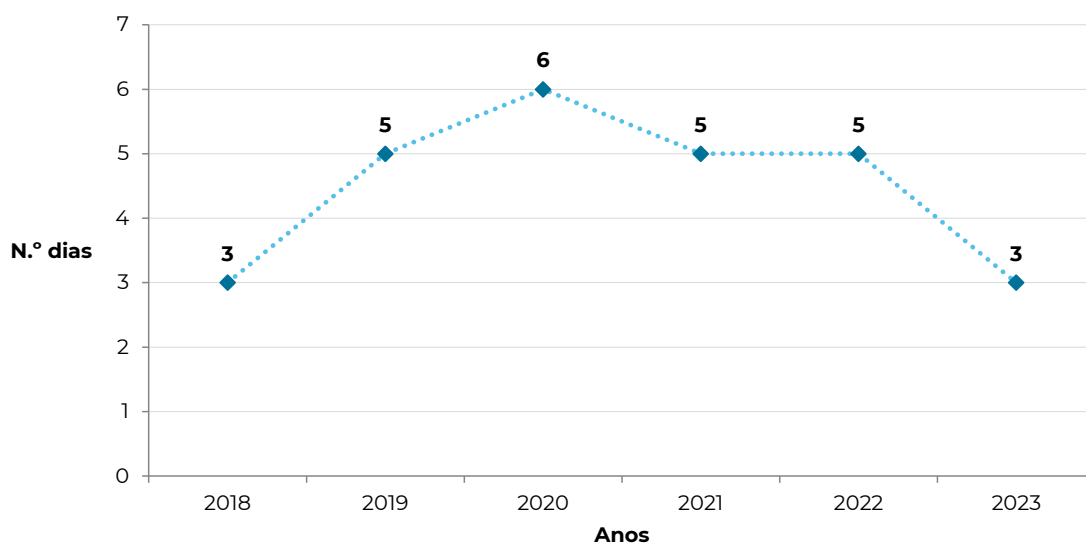
Quadro 97

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
$PMP = \frac{\sum_{t=3}^i DF}{\sum_{t=3}^i A} \times 365$	3	5	6	5	5	3

(\*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

Gráfico 64

Evolução do Prazo Médio de Pagamento  
2018-2023





### 1.4.3 ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU

Em observância ao Regime Financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), na sua redação atual, releva-se um conjunto de medidas conducentes ao controlo do endividamento autárquico, que justificam que se faça uma breve nota ao seu enquadramento.

Este diploma legal veio, no seu artigo 52.º, estabelecer o conceito de dívida total de operações orçamentais, no que concerne ao endividamento municipal.

A dívida total de operações orçamentais é o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no dito artigo 52.º, bem como para aferição dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (*vide* art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (*vide* art.º 61.º).

Com este conceito do limite da dívida, passa-se a considerar que a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal –, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido. Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Procede-se ainda ao alargamento das entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total do grupo municipal, na medida em que para efeitos do apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, anteriormente referido, passa a ter-se em consideração, como seria desejável, os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e associativas municipais, as empresas locais, exceto se forem empresas abrangidas pelo Sector Empresarial do Estado ou Regional, as cooperativas e fundações e, por fim, as entidades de outra natureza nas quais se verifique um controlo ou presunção de controlo por parte do município.

Ou seja, este regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira. No que diz respeito ao saneamento financeiro, entende-se que o município deve contrair empréstimos para a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros. No entanto, estes pedidos de



empréstimos têm um prazo máximo de 14 anos e devem ser instruídos com um estudo fundamentado da situação financeira e um plano de saneamento financeiro, elaborados pela câmara municipal e propostos à assembleia municipal, que vigore no período de empréstimo.

Quanto ao mecanismo da recuperação financeira, este é obrigatório sempre que o município se encontre em rutura financeira, isto é, sempre que o limite da dívida referido seja superior a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Para estes casos foi criado um Fundo de Apoio Municipal que tem por objeto prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem nos casos supracitados. As fontes de financiamento deste fundo, regulamentado em diploma próprio, incluem obrigatoriamente a participação do Estado e de todos os municípios.

As consecutivas Leis do Orçamento do Estado (LOE) têm vindo a introduzir algumas alterações neste domínio, pelo que importa não descurar as contempladas no Orçamento de Estado de 2023, com relevância para a análise da dívida do município promovida neste subcapítulo.

### 1.4.3.1 LIMITE DA DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL

**Quadro 98**

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2020	2021	2022
<b>Município (+)</b>	70 221 279	72 707 914	90 616 521
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-460 228	-491 281	-549 730
<b>SMAS (+)</b>	18 768 628	18 524 088	20 799 286
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-867 626	-491 221	-549 730
<b>Total da Receita Cobrada Líquida</b>	<b>87 662 053</b>	<b>90 249 501</b>	<b>110 316 348</b>
<b>Média dos últimos três anos</b>		<b>96 075 967</b>	
<b>Limite da Dívida Total &lt;=</b>		<b>144 113 950</b>	

Un: Euro

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), na sua redação atual, e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais, o limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas. Deste modo, o limite da dívida total para cada município em 2023, é apurado nos seguintes moldes:



*«1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.».*

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida do Município cobrada em cada ano, foi somada a receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados da Maia, deduzindo as operações recíprocas de cobrança de receita entre as duas entidades - dedução da receita corrente líquida cobrada pelos Serviços Municipalizados ao Município e da receita corrente líquida cobrada pelo Município aos Serviços Municipalizados).

O limite identificado corresponde ao limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, sendo que para os municípios cujo valor da dívida total em cada exercício seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, isto é:

*«b) (...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.».*

#### **1.4.3.2 ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS**

Materializado o enquadramento legal no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), as entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto - estas entidades relevam sempre.
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento.
- Estas entidades relevam sempre, designadamente as associações de municípios de direito privado, contrariamente ao que se verificava na Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, para efeitos da contribuição para o endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazo.



- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com exceção de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis números 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei.
- As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcionalmente à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas.
- As cooperativas não previstas anteriormente e as fundações, proporcionalmente à participação, direta ou indireta, do município, as quais relevam sempre.
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. Estas entidades relevam sempre que se verificar a existência de controlo ou presunção do mesmo.

Neste contexto os Fundos de Investimento Imobiliários, 100% detidos, relevam desde 2014 para efeitos de apuramento do endividamento municipal, contrariamente ao que acontecia até 2013, apesar de estarem refletidos no Balanço Municipal, ao justo valor, desde a data da sua constituição.

Na presente data o único Fundo de Investimento Imobiliário (FII) que permanece detido pelo Município é o FII Maia IMO.

O contributo de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – corresponde ao valor da sua dívida apurada multiplicado pelas respetivas percentagens de capital detido pelo Município.

No Quadro 99 identificam-se as entidades participadas pelo Município e respetivas parcelas detidas.



## Quadro 99

ENTIDADES PARTICIPADAS	
Ano 2023	
Identificação	% Participação
<b>Serviços Municipalizados e intermunicipalizados</b>	
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%
<b>Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais</b>	
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,55%
Área Metropolitana Porto	5,58%
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,10%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	0,393%
CD - ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento	-
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	4,67%
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	16,67%
Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	2,86%
Corredor do Rio Leça Associação de Municípios	25%
<b>Entidades Regionais</b>	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	1,16%
<b>Empresas Locais e Participadas</b>	
<b>Empresas Locais</b>	
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	100%
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	100%
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.M.	100%
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (2)	51%
Municípa - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,97407%
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A	9,61%
<b>Empresas Participadas</b>	
Águas do Norte, S.A. (1)	1,243%
Aguas do Douro e Paiva, S.A. (1)	2,71%
Metro do Porto, S.A. (1)	0,0000215%
<b>Cooperativas e Fundações</b>	
Fundação do Conservatório de Música	100%
Fundação do Desporto	4,093%
Fundação da Juventude	1,38%
Fundação Serralves	0,52730%
<b>Entidades de outras natureza</b>	
FEII Maiaimo	100%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,46%

(1) Setor Empresarial do Estado

(2) Entidade que se encontra em processo de dissolução e liquidação





No quadro global das entidades participadas pelo Município, encontram-se excluídas do apuramento da dívida total, as entidades abrangidas pelo Setor Empresarial do Estado (Águas do Norte, S.A., Águas do Douro e Paiva, S.A., Metro do Porto, S.A), a Turismo Porto Norte, E.R, bem como, a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses (por força do entendimento proferido pela DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais, comunicado ao município em setembro de 2018), sendo que todas as demais são suscetíveis de relevar para efeitos de apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal.

Todavia apenas relevam para efeitos dos respetivos limites as entidades que não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, conforme dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, uma vez articulada com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Ponderada a referida regra do equilíbrio anual, da apreciação das contas anuais das entidades que reportaram a informação solicitada, conclui-se que violam esta regra as entidades, adiante mencionadas, no Quadro 100.

Ressalva-se, contudo, que dada a ausência de reporte de informação à data de fecho de contas - apesar dos reiterados pedidos formulados pelo Município - não foi possível avaliar o contributo atualizado das seguintes entidades: Fundação Serralves e Associação Parque Ciência e Tecnologia do Porto, utilizando-se para este efeito os últimos dados conhecidos.

Salvaguarda-se ainda as entidades que reportaram a informação à data de fecho de contas com base num apuramento provisório: Fundação do Desporto, Fundação da Juventude, ADEPorto e Litoral Rural pelo que, suscetível de eventuais ajustamentos.

A parca materialidade destas participações detidas pelo Município, e por inerência dos respetivos efeitos no endividamento municipal, determina que não fique prejudicada a fiabilidade da informação financeira produzida neste âmbito.

**Quadro 100**

<b>ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL</b>	
<b>Ano 2023</b>	
<b>Identificação</b>	<b>%</b>
<b>Empresas locais</b>	
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,97407%



### **1.4.3.3 APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL**

Uma breve menção à alteração do registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004 – reconduzido para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016 –, na sequência do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto amplamente divulgado em anteriores relatos.

O teor da dívida total de operações orçamentais do Município apresenta, assim, uma alteração substancial em relação ao utilizado até ao final da gerência de 2015, o que fragiliza qualquer análise comparativa que se pretenda coerente.

Neste contexto, no apuramento da dívida total de operações orçamentais do Município – grupo municipal – para além de estarem incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das generalidade das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetuam a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do Município, está contemplada a operação de antecipação de rendas de habitação social contabilizada como empréstimo de médio e longo prazo, apesar de não se tratar de dívida de natureza orçamental do Município “*stricto sensu*.”



## Quadro 101

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO	
2023	
Identificação	Contribuição
<b>Município (1)</b>	<b>9.590.630</b>
Divida bruta sem contrato de antecipação de rendas	5.404.595
<b>Contrato de antecipação de rendas (cessão de créditos)</b>	<b>4.186.034</b>
<b>Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)</b>	<b>3.540.782</b>
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	3.540.782
<b>Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)</b>	<b>1.236.463</b>
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	1.199.232
Área Metropolitana Porto	9
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	3.234
AdePorto - Agência de Energia do Porto	4.538
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento (**)	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	18.850
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	4.019
Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	240
Corredor do Rio Leça Associação de Municípios	6.340
<b>Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)</b>	<b>60.656</b>
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	60.656
<b>Cooperativas e Fundações (5)</b>	<b>86.331</b>
Fundação do Conservatório de Música	40.834
Fundação do Desporto	830
Fundação da Juventude	33.930
Fundação Serralves	10.737
<b>Entidades de outra natureza (6)</b>	<b>3.896.440</b>
FEII Maiaimo	3.896.440
<b>TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO</b> <b>(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)</b>	<b>18.411.301</b>
<b>LIMITE LEGAL (8)</b>	<b>144.113.950</b>
<b>MARGEM ABSOLUTA (9) = (7) - (8)</b>	<b>-125.702.649</b>
<b>MARGEM UTILIZÁVEL (alínea b) n.º 3 art.º 52 LFL (10) = (8) * 40%</b>	<b>46.283.737</b>
<b>TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL A 31 DEZEMBRO 2022 (11)</b>	<b>28.404.607</b>
<b>MARGEM DISPONÍVEL PARA UTILIZAR (12) = (10) - [(7)-(11)]</b>	<b>56.277.043</b>

Un: Euro

Exclui operações não orçamentais, bem como acréscimos e diferimentos

(\*) Entidade em processo de dissolução e liquidação e (\*\*) Entidade sem início de atividade



Analisados os resultados alcançados no final da gerência de 2023 conclui-se que a dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – diminuiu de 28.404.607 € para 18.411.301 €, o que posiciona o município abaixo do limite legalmente imposto em (-) 125.702.649 € para além de evidenciar um decréscimo do endividamento do grupo municipal em relação ao final da gerência de 2022 de (-) 9.993.305 €, (-) 35,2%.

Para esta redução contribuiu de forma preponderante o equilíbrio de contas apresentado, no fecho do exercício, pelas empresas TECMAIA, Maiambiente e STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A, quando comparado com o final da gerência do ano anterior, que coletivamente respondem por 49% da diminuição global obtida.

Com valores ainda expressivos, seguem-se os contributos do Município e do SMAS cujo nível de dívida reduz, respetivamente, (-) 2.649.671 € e (-) 1.776.261 €

Concorrem também positivamente para o decréscimo da dívida, ainda com algum significado, as entidades Lipor, FII Maia Imo e Município, com respetivamente, (-) 433.960 €, (-) 251.119 €. e (-) 27.731€.

Com impacto contrário a mitigar a redução global, figura em primeira linha a Fundação do Conservatório de Música, com um incremento do nível da dívida de (+) 13.289 €.

As demais entidades participadas, identificadas no quadro supra, apresentam alterações residuais nos seus níveis de dívida, não assumindo materialidade no cômputo global da variação obtida.

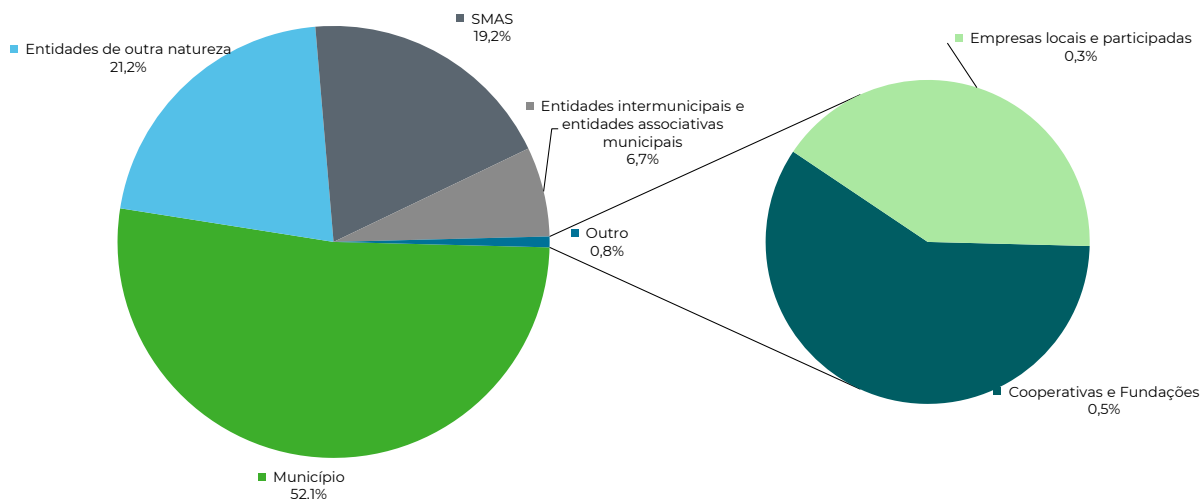
Duas últimas notas em relação à composição do grupo municipal:

- O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO, integralmente detido pelo Município, terminou o seu período de vigência a 31 de dezembro de 2023, encontrando-se em fase de dissolução e liquidação a concluir até ao final do exercício de 2024;
- Na sessão ordinária da Assembleia Municipal da Maia, realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, foi aprovada a alienação da participação no capital social da Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., deliberada pela Câmara Municipal, na reunião realizada no dia 31 de janeiro de 2024.



**Gráfico 65**

**Contributo por natureza da entidade  
Ano de 2023**



No Quadro 102 sistematiza-se a dívida total de operações orçamentais diferenciando-a em função do seu grau de exigibilidade, tendo em vista obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento do município numa lógica de grupo municipal.



## Quadro 102

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO GRUPO MUNICIPAL POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
Ano 2023				
Identificação	%	Dívidas a terceiros de MLP	Dívidas a terceiros de CP	Contribuição
	(a)	(b)	(c)	(d) =(b)+(c)
<b>Município (1)</b>	<b>100%</b>	<b>5.973.904</b>	<b>3.616.725</b>	<b>9.590.630</b>
<b>Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)</b>		<b>1.984.642</b>	<b>1.556.140</b>	<b>3.540.782</b>
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	100%	1.984.642	1.556.140	3.540.782
<b>Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)</b>		<b>55.090</b>	<b>1.181.373</b>	<b>1.236.463</b>
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	10,55%	52.742	1.146.490	1.199.232
Área Metropolitana Porto	5,58%	278	-269	9
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	2,947%	0	3.234	3.234
AdePorto - Agência de Energia do Porto	7,10%	0	4.538	4.538
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento (**)		0	0	0
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	4,67%	2.069	16.781	18.850
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	16,67%	0	4.019	4.019
Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	2,86%	0	240	240
Corredor do Rio Leça Associação de Municípios	25,00%	0	6.340	6.340
<b>Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)</b>		<b>3.701</b>	<b>56.955</b>	<b>60.656</b>
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	100,00%	0	0	0
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	51,00%	0	0	0
Municipia	4,97407%	3.701	56.955	60.656
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A	9,61%	0	0	0
<b>Cooperativas e Fundações (5)</b>		<b>21.785</b>	<b>64.546</b>	<b>86.331</b>
Fundação do Conservatório de Música	100%	0	40.834	40.834
Fundação do Desporto	4,093%	0	830	830
Fundação da Juventude	1,38%	21.785	12.145	33.930
Fundação de Serralves	0,5273%	0	10.737	10.737
<b>Entidades de outra natureza (6)</b>		<b>3.525.879</b>	<b>370.561</b>	<b>3.896.440</b>
FEII Maiaimo	100%	3.525.879	370.561	3.896.440
<b>TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO GRUPO MUNICIPAL</b>		<b>11.565.002</b>	<b>6.846.300</b>	<b>18.411.301</b>
<b>(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)</b>				

Un: Euro

(\*) Entidade em processo de dissolução e liquidação e (\*\*)Entidade sem início de atividade

Do total da dívida do grupo municipal reportada a 31 de dezembro de 2023, no valor de 18.411.301 €, em função do seu grau de exigibilidade, 63% são de natureza de médio e longo prazo, 11.565.002 €, e 37% de natureza de curto prazo, 6.846.300 €.

Nos gráficos subsequentes ilustram-se, não só o posicionamento da dívida total do município – grupo municipal – face ao limite legal imposto, mas também o contributo de cada uma das entidades participadas.



Gráfico 66

Peso da Dívida por Grau de Exigibilidade  
Ano de 2023

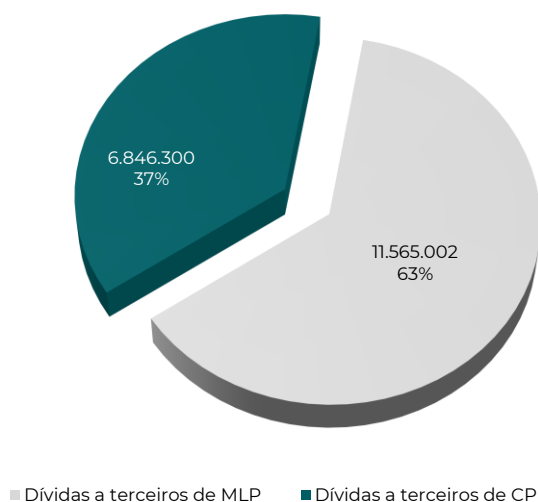


Gráfico 67

DÍVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL  
Posicionamento face aos limites legais  
Ano 2023

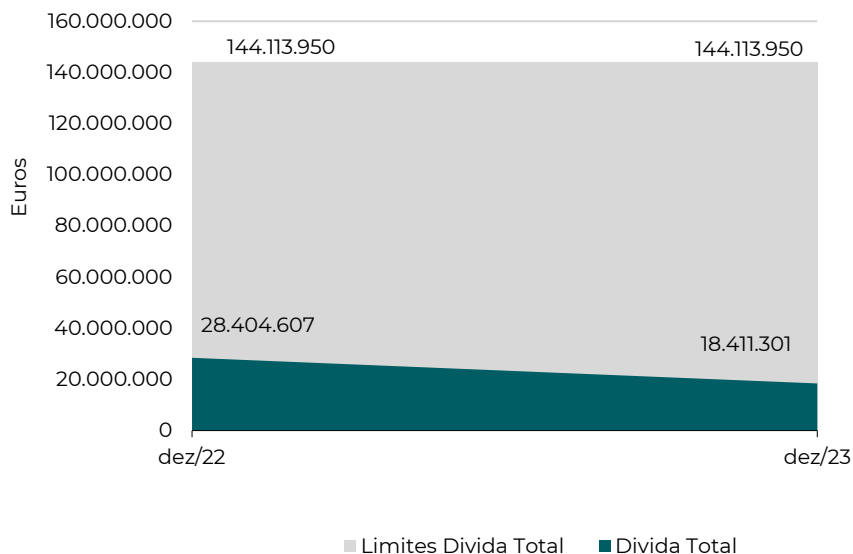
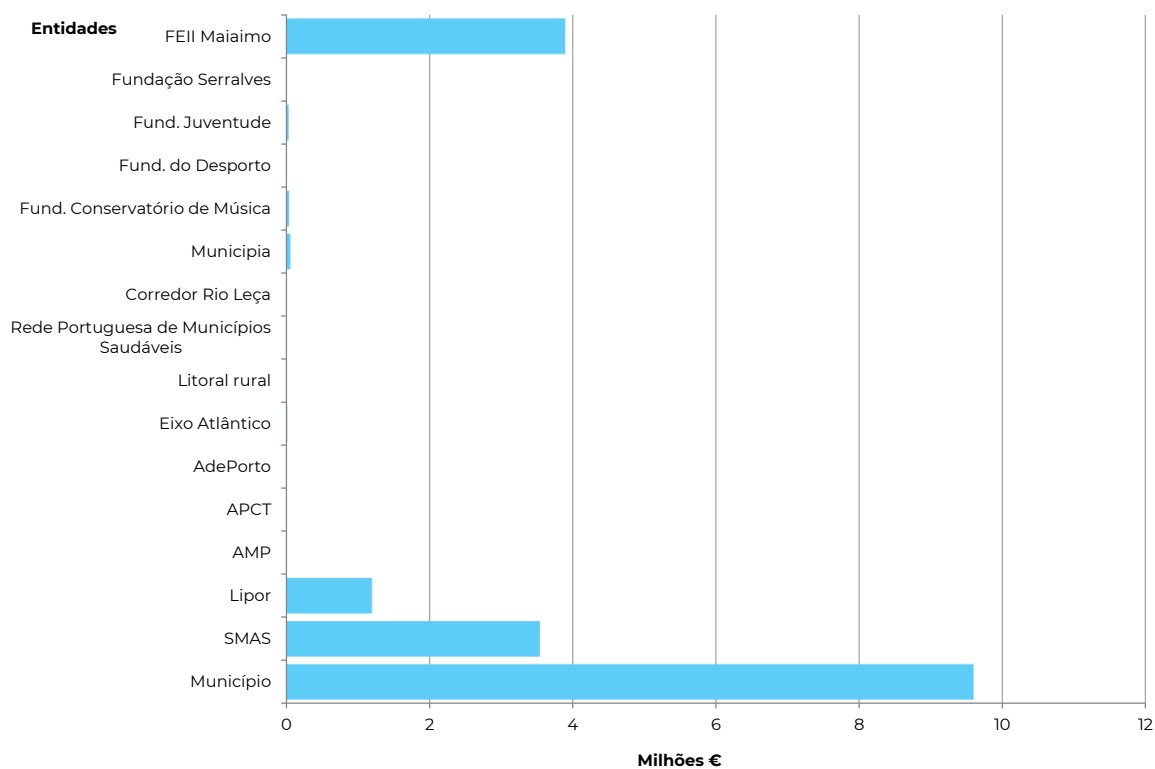




Gráfico 68

**Dívida Total do Grupo Municipal  
Contribuição das entidades  
Ano 2023**







# INDICADORES ORÇAMENTAIS





Quadro 103

INDICADORES ORÇAMENTAIS								
INDICADORES			2022		2023		VARIÇÃO	
							2022/2023	
1	INDICADORES ORÇAMENTAIS	Grau de Execução Orçamental da Receita	Receita Cobrada Líquida	139 110 755	104,3%	155 157 778	105,1%	0,7%
			Previsões Corrigidas	133 349 981		147 647 706		
2		Grau de Execução Orçamental da Despesa	Despesa Paga Líquida	90 059 060	67,5%	104 213 810	70,6%	4,5%
			Dotações Corrigidas	133 349 981		147 647 706		
3		Indicador da Estrutura da Receita Efetiva	Receita Cobrada Efetiva	95 422 374	68,6%	106 106 083	68,4%	-0,3%
			Total da Receita Cobrada	139 110 755		155 157 778		
4		Indicador da Estrutura da Despesa Efetiva	Despesa Paga Efetiva	88 274 282	98,0%	101 125 880	97,0%	-1,0%
			Total da Despesa Paga	90 059 060		104 213 810		
5		Saldo Corrente	Receita Corrente-Despesa Corrente	25 684 810	-	23 319 709	-	-9,2%
6		Saldo de Capital	Receita de Capital-Despesa de Capital	- 18 576 514	-	- 18 880 460	-	1,6%
7	Saldo Primário	Receita Efetiva-Despesa Efetiva+Juros e Outros Encargos	7 182 287	-	5 829 995	-	-18,8%	
8	Saldo Global	Receita Efetiva-Despesa Efetiva	7 148 092	-	4 980 203	-	-30,3%	
9	Grau de Realização das Liquidações	Receita Cobrada Líquida	139 110 755	94,9%	155 157 778	93,7%	-1,2%	
		Liquidações	146 609 314		165 562 210			
10	Grau de Execução das Obrigações	Despesa Paga Líquida	90 059 060	99,4%	104 213 810	99,8%	0,3%	
		Obrigações	90 559 792		104 431 419			





# ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





O normativo contabilístico que suporta a elaboração das Demonstrações Financeiras em 2023, tal como sucede desde 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e bem assim o conjunto de Normas de Contabilidade Pública que dele fazem parte integrante.

Os mapas apresentam ainda o retrato da situação económica e financeira do Município à data de reporte do presente relato (31 de dezembro de 2023) em comparação com o que se obtinha no termo do exercício anterior.

Determinado pelo normativo contabilístico presentemente vigente, o dossiê das demonstrações financeiras anuais individuais é composto de:

- a) Um balanço;
- b) Uma demonstração dos resultados por natureza;
- c) Uma demonstração de alterações no património líquido;
- d) Uma demonstração de fluxos de caixa;
- e) Um Anexo às demonstrações financeiras.

Da leitura e interpretação destes mapas, é possível inferir informações diversas de relevo para os diversos públicos que se relacionam com o Município - os munícipes, desde logo, mas também os seus trabalhadores e fornecedores. Dentre essas informações, elencam-se como as mais relevantes a rendibilidade e sustentabilidade da atividade municipal, o valor dos direitos e obrigações de que o Município da Maia é titular, o conjunto de recursos de que dispõe e ainda o volume de encargos assumiu no exercício na prossecução das suas competências.

Este capítulo do relatório de gestão visa dotar o seu leitor, complementarmente aos dados contabilísticos, de informação adicional que possibilite o seu enquadramento.







# BALANÇO





Enquadradas no que dispõe o normativo contabilístico vigente, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, apresentam-se de seguida as demonstrações financeiras obrigatórias, principiando desde logo pela divulgação do Balanço municipal.

Para este mapa confluem, de um lado, os ativos detidos pelo Município da Maia (isto é, os recursos de que dispõe) e, por outro, a distribuição das fontes de financiamento com base nas quais foi possível a sua acumulação – recursos próprios (património líquido) ou alheios (passivos).

No termo de 2023 o Balanço municipal afigurava-se assim:

**Quadro 104**

<b>BALANÇO INDIVIDUAL</b>			
<b>RUBRICAS</b>	<b>DATAS</b>		<b>Variação</b>
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	
<b>ATIVO</b>	<b>496 802 619</b>	<b>476 108 613</b>	<b>4%</b>
<b>Ativo não corrente</b>	<b>378 545 467</b>	<b>367 777 451</b>	<b>3%</b>
Ativos fixos tangíveis	336 905 718	327 241 181	3%
Propriedades de investimento	1 219 269	2 225 424	-45%
Ativos intangíveis	870 678	1 147 929	-24%
Participações financeiras	24 267 499	22 355 612	9%
Contas a receber	28 773	12 346	133%
Diferimentos	54 405	0	-
Outros ativos financeiros	15 199 127	14 794 960	3%
<b>Ativo corrente</b>	<b>118 257 152</b>	<b>108 331 162</b>	<b>9%</b>
Contas a receber	60 947 272	53 302 075	14%
Devedores por acréscimos de rendimentos	57 305 434	50 600 866	13%
Outras contas a receber	3 641 838	2 701 209	35%
Diferimentos	611 207	461 098	33%
Caixa e depósitos	56 698 673	54 567 989	4%
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>457 076 747</b>	<b>434 192 333</b>	<b>5%</b>
Património/ Capital	354 323 928	343 957 157	3%
Reservas e Resultados Transitados	15 491 632	14 946 012	4%
Ajustamentos de transição para o SNC-AP	12 605	12 605	0%
Ajustamentos em ativos financeiros	-20 168 270	-21 246 816	5%
Outras variações do património líquido	94 011 466	85 610 984	10%
Resultado líquido do período	13 405 387	10 912 390	23%
<b>PASSIVO</b>	<b>39 725 873</b>	<b>41 916 280</b>	<b>-5%</b>
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>12 041 600</b>	<b>17 082 016</b>	<b>-30%</b>
Provisões	3 127 900	4 613 276	-32%
Financiamentos obtidos	5 973 904	9 528 944	-37%
Diferimentos	2 939 796	2 939 796	0%
<b>PASSIVO CORRENTE</b>	<b>27 684 273</b>	<b>24 834 263</b>	<b>11%</b>
Contas a pagar	16 129 333	15 777 873	2%
Financiamentos obtidos	2 493 165	3 105 217	-20%
Credores por acréscimos de gastos	6 757 902	6 421 382	5%
Outros credores	6 878 266	6 251 273	10%
Diferimentos	11 554 940	9 056 391	28%

Un.: Euro



Destaca-se primeiramente o resultado líquido do período - positivo, no montante de (+) 13.405.387 €, registando um crescimento de (+) 23% comparativamente com o alcançado no exercício anterior.

Por outro lado, verifica-se que novamente Ativo e Património Líquido convergem para valores cada vez mais próximos, com o Passivo municipal a reduzir, entre o início e o final do ano, (-) 5% e a autonomia financeira a registar um aumento de mais 1 p.p., ascendendo no final de 2023 a 92%.

A 31 de dezembro, Ativos e Passivos ascendiam respetivamente a 496.802.619 € e 39.725.873 € (o equivalente a 8% dos primeiros). Em termos relativos, Ativo e Património Líquido registam crescimento respetivamente de (+) 4% e (+) 5%, contrariamente ao que sucede com o Passivo, que, conforme se referiu, reduziu no exercício.

Analisadas as variações ocorridas, em valor absoluto, verifica-se que o Património Líquido se reforça em (+) 22.884.414 €, abatendo aos Passivos municipais (-) 2.190.407 € e reforçando ainda assim os Ativos pelo valor restante, (+) 20.694.007 €.

O exercício é, pelo que se resumiu, pautado por estabilidade na consolidação da posição financeira do Município e da sua autonomia financeira, prosseguindo-se no presente relatório com a análise detalhada das alterações ocorridas ao nível de cada umas das componentes do Balanço.

## 1.6.1.1 ATIVO

A 31 de dezembro de 2023, o Ativo ascendia a 496.802.619 €, na sua maior parte com origem em Ativo Não Corrente (76%).

Entre o início e fim do exercício registam-se variações positivas em todas as componentes do Ativo, exceção apenas desta regra as Propriedades de Investimento e os Ativos Intangíveis.

A parcela dominante, os **Ativos Fixos Tangíveis**, responde por 68% do Ativo total e 89% do Ativo Não Corrente, observa uma variação positiva de (+) 9.664.536 € totalizando no fim do ano 336.905.718 €. Esta componente, de per si, explica 90% da variação total registada nos Ativos Não Correntes.

Recordando aqui os montantes vertidos no balanço traduzem o valor líquido dos ativos (isto é, o seu valor bruto deduzido das amortizações acumuladas processadas desde o seu início de laboração), insere-se quadro detalhado ilustrativo das variações ocorridas no seio das suas componentes.



Quadro 105

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Rubricas	2023		2022		
Partes de capital	Valor	%	Valor	%	Varição
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	74.242.655	22%	66.754.566	20%	7.488.089
Terrenos e recursos naturais	69.619.781	21%	65.242.980	20%	4.376.801
Edifícios e outras construções	173.445.444	51%	169.845.114	52%	3.600.330
Equipamento básico	5.031.007	1%	4.198.887	1%	832.120
Equipamento de transporte	117.484	0%	171.091	0%	-53.607
Equipamento administrativo	317.574	0%	319.995	0%	-2.420
Outros ativos fixos tangíveis	1.661.582	0%	1.471.374	0%	190.208
Ativos fixos tangíveis em curso	12.470.190	4%	19.237.175	6%	-6.766.985
<b>TOTAL</b>	<b>336.905.718</b>		<b>327.241.181</b>		<b>9.664.536</b>

Un.: Euros

Os Edifícios e outras construções prevalecem uma vez mais com o contributo maior, respondendo novamente por mais de metade do valor dos Ativos Fixos Tangíveis e totalizando, à data de reporte, 173.445.444 €, (+) 3.600.330 € do que no período homólogo. Para aqui confluem, no exercício, os efeitos da entrada das instalações adstritas a competências que foram objeto de descentralização desde 2022 na esfera do património municipal, nomeadamente nas áreas da educação (escola C+S do Castelo da Maia e EB2/3 o Levante) e da saúde (fim do direito de superfície associado ao centro de saúde da Maia, anteriormente cedido à Administração Regional de Saúde do Norte, a que se somam os valores patrimoniais das instalações em que funcionam o centro de saúde de Águas Santas e do Castelo da Maia).

Em segunda posição, figuram os Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural (74.242.655 €), cuja variação registada no período ascende (+) 7.488.089 € com origem sobretudo nas melhorias introduzidas em infraestruturas rodoviárias, em arruamentos vários distribuídos pelas diversas freguesias que compõem o concelho.

Em terceiro lugar, apresentam-se os Terrenos e recursos naturais (69.619.781 €), que no exercício registam um aumento de (+) 4.376.801 €, cuja origem remonta na sua maior parte a aquisições de prédios com vista à sua integração no domínio privado do Município para construção de habitação a custos controlados, com interesse social, no âmbito do programa 1º Direito (ao abrigo do acordo de colaboração celebrado com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) a que se junta ainda a aquisição de prédio rústico, sito no Lugar do Patrão, Quinta do Mosteiro, freguesia de Moreira sobre o qual o Município exerceu, em virtude do seu interesse público, direito de preferência.

As três componentes analisadas até aqui contribuem para 94% dos Ativos fixos tangíveis totais inscritos no Balanço municipal a 31 de dezembro de 2023.



De seguida e com menor materialidade, apresentam-se os Ativos fixos tangíveis em curso, cuja redução no exercício, (-) 6.766.985 €, está associada ao facto das novas entradas serem inferiores às saídas para imobilizado firme.

Prosseguindo pela ordem por que figuram no Balanço, seguem as **Propriedades de Investimento**, totalizando no fim do exercício 1.219.269 €, registando uma variação entre o início e o final do ano de (-) 45%, assim traduzindo a reclassificação do edifício onde está localizado o Centro de Saúde da Maia, arrendado à Administração Regional de Saúde do Norte até à descentralização de competências na área da saúde que, conforme se analisou anteriormente, contribuiu simetricamente para os aumentos registados nos Ativos fixos tangíveis. Permanecendo aqui incluídas as demais propriedades transitadas de anos anteriores, nomeadamente o antigo matadouro municipal arrendado à Maiambiente e o lote de terreno cujo direito de superfície se encontra cedido à Iberking.

Logo de seguida são apresentados os **Ativos Intangíveis** que, ascendem no termo do exercício a 870.678 €, assinalando um decréscimo relativamente ao valor registado no período homólogo de (-) 277.251 €, refletindo o facto de as depreciações do exercício se terem cifrado em montante superior ao das entradas de novos ativos.

Apresentam-se, de seguida, as **Participações Financeiras**, a segunda rubrica do Ativo não Corrente com maior materialidade (24.267.499 €) e que, simultaneamente, exhibe a segunda maior variação registada entre o início e o fim do ano, (+) 1.911.886€. Para aqui confluem as partes de capital detidas pelo Município, em entidades de diversa natureza, controladas ou não – isto é, todas as participações em empresas municipais da Maia, a Fundação Conservatório de Música da Maia, o Fundo de Apoio Municipal, a Águas do Norte, S.A. e a Águas de Douro e Paiva, entre outros de inferior materialidade. Antecipa-se, como em anos anteriores, a análise da rubrica de **Outros Ativos Financeiros**, pela afinidade da sua natureza com a de Participações Financeiras, salientando que esta ascende no momento do presente reporte a 15.199.147 €, (+) 3% do que no período homólogo.

Dotando o leitor de uma leitura global do impacto das participações que integram o perímetro de consolidação de contas do grupo municipal nas contas individuais do Município, prossegue-se o presente relatório com a inclusão de um quadro resumo das referidas participações.



## Quadro 106

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS / OUTROS ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS - entidades do perímetro de consolidação -						
	% Detida	Custo de Aquisição	Capital próprio Ajustado		Variação	
			2023	2022	Participações Financeiras	Provisões
<b>Partes de capital</b>						
EMEM - Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia	100%	124 699	541 079	533 448	7 631	0
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	22 938	54 025	142 542	-88 517	0
Maiambiente - Empresa Municipal de Ambiente	100%	1 496 394	3 659 115	3 173 426	485 689	0
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	100%	12 811 338	16 144 133	14 637 050	1 507 083	0
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51%	2 799 390	-2 496 493	-2 642 510	0	-146 016
<b>Outras Aplicações Financeiras</b>						
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6 000 000	632 650	678 474	-45 823	0
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A	4,85%	150 199	163 115	162 512	603	0
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	9,61%	30 951 940	13 997 598	13 548 210	449 388	0

Un.: Euros

Na primeira parte do quadro apresentam-se as entidades do setor empresarial local controladas pelo Município da Maia, enquanto na segunda se incluem participações minoritárias no mesmo setor e o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MaiaIMO.

A hierarquia dos Capitais Próprios ajustados permanece, conforme resulta da análise do quadro, substancialmente inalterada comparativamente com 2022, assinalando-se no exercício a realização do aumento de capital estatutário da Espaço Municipal (no valor 1,3 M€).

Posicionada em segundo lugar, figura a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. cuja participação municipal se quantifica em 13.997.598 €, porém não controlada (o Município da Maia detém apenas 9,61% das ações que titulam o capital social). Em 2023, o valor desta participação regista um aumento de (+) 3% assinalando-se ainda que, no exercício, não só foram restituídas parte das obrigações de serviço público apuradas inicialmente para o período, como foi apurada uma restituição adicional, como forma de compensação aos Município pela reposição de equilíbrio (prevista na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) efetuada em 2022.

Em terceiro lugar no espectro total das participações detidas pelo Município e em segundo no grupo mais restrito das participações em empresas municipais, permanece a Maiambiente cujo Capital Próprio totaliza no final do exercício a 3.659.115 €, registando uma valorização de (+) 15% relativamente ao período homólogo, cujo detalhe se remete para o relatório de gestão individual da participada.

Relativamente às demais participações, ascendem as mesmas a montantes significativamente inferiores aos que até se analisaram. Ressalva-se aqui o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO, integralmente detido pelo Município e cuja dissolução se estima ocorrerá no ano de 2024, para salientar que esta participação ascende, no final de 2023 a 632.650 €.



O registo contabilístico deste Ativo municipal está feito, conforme se aludiu em relatos anteriores, ao custo, líquido de amortizações associadas, obtendo-se, por esta via, uma valoração diferente da que se obteria valorado de acordo com os mesmos critérios das demais participações do Município (quantificadas diretamente a partir do valor dos Capitais Próprios divulgados nos respetivos balanços pelas participadas).

A última componente exigível do Ativo não corrente é a das **Contas a receber** desta natureza que totalizam, no fim de 2023, o montante de 28.773 € que, mais do que duplicando o saldo inicial do ano permanecendo, contudo, com materialidade reduzida no cômputo global dos Ativos Não Correntes.

Com natureza não exigível, apresentam-se ainda, e por último no Ativo Não Corrente, os Diferimentos correspondentes a gastos de licenciamento de software imputáveis à atividade municipal num horizonte temporal superior a um ano.

Prosseguindo a análise do Balanço dedicando-nos ao **Ativo Corrente**, este ascendia no final de 2023 a 118.287.152 €, aumentando (+) 9% entre o início e o termo do ano, mais se conferindo que o aumento decorre da variação de todas as parcelas que o compõem.

No seio da sua composição, verifica-se que as Contas a Receber assumem, neste exercício, a porção dominante desta componente do Ativo, sendo responsáveis por 52% do Ativo Corrente e cerca de um oitavo do Ativo total.

No seio desta componente, reposicionam-se os contributos das diferentes rubricas, com o saldo de Contas a Receber a assumir o papel dominante (corresponde a mais de metade do valor dos ativos correntes detidos pelo Município), retomando-se a estrutura que vigorara até 2021.

Orientando o presente relatório agora para as Contas a Receber, particularmente para aquelas cujas expectativas de realização remontam a um horizonte temporal inferior a um ano, verifica-se que os respetivos saldos crescem (+) 14% relativamente ao período homólogo, ascendendo no final de 2023 a 60.947.272 €.

Este saldo decompõe-se numa parcela maior, os Devedores por acréscimos de gastos (57.305.434 €) e outra, menor, de Outras contas a receber (3.641.838 €). Para a primeira confluem os montantes relativos à especialização de rendimentos decorrentes de serviços prestados pelo Município no exercício que, não se encontrando ainda titulados de tal modo que pudessem ser reconhecidos como verdadeiras dívidas cobráveis ao fecho do exercício, foram, porém, especializados.

Compilado cômputo global das Contas a Receber municipais este saldo ativo apresenta-se assim decomposto:





## Quadro 107

CONTAS A RECEBER			
	2023	2022	Variação
<b>No Ativo Não Corrente</b>	<b>28.773</b>	<b>12.346</b>	<b>133%</b>
Clientes, contribuintes e utentes	28.773	12.346	133%
<b>No Ativo Corrente</b>	<b>60.947.272</b>	<b>53.302.075</b>	<b>14%</b>
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios não reembolsáveis	2.075.309	1.188.045	75%
Clientes, contribuintes e utentes	200.245	171.591	17%
Estado e outros entes públicos	49.892	0	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	57.305.434	50.600.866	13%
Outros devedores	1.316.391	1.341.572	-2%
<b>Total</b>	<b>60.976.045</b>	<b>53.314.420</b>	<b>14%</b>

Un.: Euros

A partir da informação que se agrega no quadro anterior, corrobora-se a preponderância da rubrica de Devedores por Acréscimos de Rendimentos, cujo saldo passa de 50.600.866 € na abertura do exercício para 57.305.434 € no final. A variação observada, (+) 6.704.568 €, explica 88% da variação globalmente observada nas Contas a Receber.

Detalhada a composição desta rubrica, apresenta-se a mesma assim desdobrada:

## Quadro 108

DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS - RENDIMENTOS	
<b>Impostos e Taxas</b>	<b>41.524.979</b>
IMI	24.658.849
IMT	1.550.259
Derrama	15.110.470
Outros	205.402
<b>Juros a receber e outros rendimentos financeiros</b>	<b>196.092</b>
<b>Outros acréscimos de rendimentos</b>	<b>15.584.363</b>
<b>TOTAL</b>	<b>57.305.434</b>

Un.: Euros

O maior contributo advém, conforme se evidencia, dos impostos, designadamente da parte correspondente a acontecimentos ocorridos tributariamente no exercício em presença, levando a que sejam contabilisticamente periodizados. O desdobramento por imposto permanece também inalterado, com o Imposto Municipal sobre Imóveis manter-se com a maior contribuição (24.658.849€, registando uma variação de (+) 3,5%), seguido na sua materialidade pela Derrama, com 15.110.470 €. Estes dois impostos explicam, em bom rigor, 96% do total dos Impostos e Taxas especializados e 70% dos saldos devedores ativos aqui considerados globalmente.



A segunda componente também com considerável relevância é a que respeita a Outros Acréscimos de Rendimentos, para a qual fluem com maior destaque a Participação no IRS e no IVA (com 11.699.407 € e 1.339.235 € respetivamente), a que se agregam ainda outros acréscimos relacionados com Transferências/ Subsídios Correntes (2.257.334 €).

De assinalar uma significativa redução dos valores especializados relativos a serviços de educação prestados em dezembro, em virtude do maior sincronismo entre a prestação dos serviços pelo Município e a respetiva titulação do débito, até ao exercício anterior, sendo os mesmos faturados no exercício seguinte, impunha-se a sua especialização, o que já não sucede em 2023.

Concluída a análise de maior detalhe que se impunha aos Devedores por acréscimos de Rendimentos (quer pela sua materialidade, quer pela opacidade que resulta da sua designação), prossegue o presente relatório dedicado às Contas a Receber municipais, orientado agora para o saldo de Devedores por Empréstimos Bonificados e subsídios não reembolsáveis, que ascende no final do exercício a 2.075.309 €. Para este valor contribuem apenas créditos detidos, decorrentes da execução financeira de 47 projetos cofinanciados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e 2 pelo Fundo Social Europeu, reconhecidos pela submissão dos respetivos pedidos de pagamento.

Apresenta-se em terceiro lugar, pela sua materialidade, a rubrica de Outros devedores cujo saldo, deduzido de imparidades reconhecidas nos termos legais, ascende a 1.316.391 €, diminuindo (-) 2% relativamente ao exercício anterior. Neste saldo se incluem os valores devidos pela Tecmaia, no âmbito de processos de contencioso tributário (a que se aludiu no subcapítulo 1.3.5.1 ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA e cujo valor em dívida ascendia, a 31 de dezembro, a 1.057.203 €) referindo-se desde já que, à data de elaboração do presente relatório, é conhecida sentença, totalmente procedente e transitada em julgado, relativamente aos processos do IVA referentes aos períodos de tributação de 2014 e 2015, no montante de 395.435,29 €, de que se aguarda reembolso.

Em penúltimo lugar, o saldo global de Cientes, contribuintes e utentes totaliza 229.019 €, 87% dos quais correspondem a saldos de natureza corrente. Para este saldo, apurado em termos líquidos, convergem (entre outros) 2.648.421 € de saldos devedores em cobrança duvidosa e imparidades acumuladas reconhecidas no montante de (-) 2.586.261 €.

Concluída a análise aos saldos de Contas a Receber, figura em penúltimo lugar, na análise do Ativo pela ordem porque se apresentam as rubricas no Balanço, a componente de Diferimentos (ativos) de natureza corrente. Para aqui convergem os gastos a reconhecer a menos de doze meses, que ascendem no final de 2023 a 611.207 €. Para aqui confluem principalmente o valor das existências em stock cuja previsão de consumo, no ciclo produtivo municipal de prestação de serviço público, se prevê venha a ocorrer no próximo exercício, a esta componente, juntam-se ainda os prémios de seguro (na parte imputável a 2024) e rendas pagas antecipadamente.

Por último, apresentam-se as Disponibilidades, compostas de saldos de Caixa, Depósitos à Ordem e Outros Depósitos (de Garantias e Cauções), respetivamente nos montantes de 3.440 €, 50.956.081 € e 5.739.153 €. Esta última componente corresponde, tal como sucedeu em anos anteriores, a dotações



não orçamentais, traduzindo um ativo que, pese embora à guarda do Município da Maia, não se encontra disponível para seu livre usufruto.

Novamente o ciclo de tesouraria associado à atividade municipal resulta na acumulação de excedentes de caixa com origem na atividade operacional do Município (conforme se validará adiante no presente relatório, na análise detalhada da Demonstração dos Fluxos de Caixa), excedentes esses que permitem, simultaneamente, fazer face aos défices das atividades de investimento e financiamento municipal e reforçar o saldo para a gerência seguinte.

Uma última referência para o facto das Disponibilidades (mesmo não considerando as dotações natureza não orçamental) cobrirem, contrariamente ao que sucedia no exercício anterior, a totalidade do Passivo Municipal.

## 1.6.1.2 PASSIVO

Prossegue o presente relatório numa apreciação de pormenor à composição do Balanço, assinalando-se que, à semelhança de anos anteriores, é no segundo membro que se apresentam as fontes de financiamento que suportaram a acumulação do ativo municipal (a que se dedicou o subcapítulo anterior no presente relatório).

Constata-se, da análise a esta componente do Balanço, que a mesma ascende, no final de 2023, a 39.725.873 €, registando no exercício uma redução de (-) 2.190.407 €, com origem na evolução do Passivo não Corrente.

Na distribuição entre saldos passivos correntes e não correntes, verifica-se que estes respondem respetivamente por 30% e 70% do Passivo Total.

Numa análise desprendida da segregação entre o que é Corrente e Não corrente, recorda-se aqui são três as componentes que fundamentalmente compõem o Passivo municipal: as Contas a Pagar, as Provisões e os Diferimentos. Estas componentes são apresentadas no balanço decompostas depois, de acordo com o seu grau de exigibilidade, e assim alocadas a uma das duas partes do Passivo: Não Corrente (se esta for superior ou igual a doze meses) ou Corrente (se inferior).

Se consideradas estas três parcelas independentemente da sua exigibilidade, verifica-se que apenas os Diferimentos apresentam uma variação positiva (+) 21%, enquanto simultaneamente quer as Provisões, quer as Contas a Pagar registam reduções de valor no período, respetivamente de (-) 32% e (-) 13%.

A posição relativa com que cada uma contribui para o Passivo Total permanece também inalterada, com as Contas a Pagar a reduzirem a sua ponderação, mantendo-se ainda assim como componente dominante (22.103.238 €), seguidas dos Diferimentos (14.494.735 €) e, por último, das Provisões acumuladas (3.127.900 €).



Prosseguindo com a análise das rubricas que compõem o Passivo municipal, avança-se (tal como se fez na análise do Ativo) assumindo como critério a ordem por que se apresentam no respetivo mapa. Tal não prejudica que sempre que as rubricas se encontrem vertidas em ambas as componentes da dívida, não corrente e corrente, se faça a competente análise crítica agregada.

Iniciando assim pelas **Provisões** (que se apuram apenas de natureza não corrente), assinala-se a redução de cerca de um terço do valor acumulado no termo do exercício anterior. A maior parte desta diminuição é alcançada a partir do ajustamento aos valores aprovisionados para fazer face aos processos judiciais em curso, que contribui para 90% da redução total ocorrida na rubrica. No final do exercício, as Provisões cifram-se em 3.127.900 €, (-) 1.485.377 € do que na sua abertura.

De seguida afiguram-se no presente relatório os **Financiamentos Obtidos**, parcela com particular preponderância no seio das Contas a Pagar municipais, com 8.467.069 € (5.973.904 € não corrente e 2.496.165 €), assinalando uma redução global de (-) 4.167.092 € no exercício. Desta redução, (-) 3.555.040 € são imputáveis à parcela não corrente. Na dívida final aqui apurada contemplam-se empréstimos contraídos exclusivamente junto de instituições financeiras - no caso concreto, contraídos ou reestruturados entre 1998 e 2007, relacionados com o processo de antecipação de rendas (consórcio bancário composto de BPI e Santander Totta, globalmente 20.000.000 €) e Programa Especial de Realojamento (1998, Caixa Geral de Depósitos, 28.160.130 € e 2007, complemento do BBVA, 7.169.215€).

Para a variação ocorrida no período contribui ainda a reclassificação dos fundos comunitários adstritos a projetos cofinanciados para a reabilitação dos Complexos Municipais de Piscinas de Gueifães, Folgosa e Águas Santas que aqui se encontravam incluídos no reporte de 2022 e que, no decurso de 2023, foram objeto de reprogramação financeira, de que decorreu a sua reclassificação de financiamento reembolsável para não reembolsável. Daqui resultou que o valor de 1.128.841 € incluído no saldo transitado de 2022 deixou de constituir dívida municipal no termo de 2023.

Para uma análise de maior detalhe acerca dos Financiamentos Obtidos, remete-se para leitura atenta da nota n.º 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Terminando a análise ao Passivo Não Corrente, assinalam-se ainda os **Diferimentos**, que ascendendo a 2.939.796 €, permanecem inalterados relativamente ao ano precedente, correspondendo única e exclusivamente a cedências de áreas associadas a operações urbanísticas decorrentes de protocolos celebrados. Pelo exposto, e porque a parte com maior relevância desta parcela do Passivo recai efetivamente sobre a sua componente corrente, relega-se uma análise mais detalhada desta para o final do presente subcapítulo.

Avançando para a análise da componente Corrente do Passivo, esta totaliza no final de 2023 o valor de 27.684.273 €, apresentando-se maior do que no exercício anterior, (+) 11%, crescimento que, conforme se viu, foi mais do que compensado pela redução registada ao nível do Passivo Não Corrente. Se analisado em detalhe, este aumento decorre na realidade - 88% - do crescimento dos



diferimentos, uma vez que se confirma que as Contas a Pagar (de natureza corrente) agregadas crescem apenas (+) 2%.

Para este agregado confluem quer os Financiamentos Obtidos, as dívidas a fornecedores de bens, serviços, investimentos ou outros, e ao Estado e outros entes públicos (num total de 9.371.431 €), quer rubricas de passivo que ainda não se encontram tituladas documentalmente de modo que possibilite o seu reconhecimento (levando a especializações no exercício de gastos que, pese embora sejam imputáveis ao ano corrente, apenas foram titulados pelos fornecedores já em 2024, num total de 6.757.902 €).

Tal como sucedeu em relatórios de gestão anteriores, as designadas Contas a Pagar são alvo de análise autónoma, porém complementar com a informação já detalhada em capítulo anterior do presente relatório acerca da dívida municipal (subcapítulo 1.4). Não obstante ambas permanecerem alinhadas nas principais conclusões, recorda-se que a articulação entre as duas diferentes perspetivas deverá ser feita sem perder de vista que assentam as duas informações produzidas (esta que agora aqui se verte, e a análise da dívida numa ótica estritamente orçamental) em distintos critérios. Os saldos credores por acréscimos de gastos – registados na contabilidade patrimonial, refletidos no balanço e que, não dando origem ainda a dívida titulada, não existem numa ótica orçamental, são disso mesmo um exemplo prático.

Uma última nota para salientar que também se encontram refletidas patrimonialmente, além das dívidas de natureza orçamental (aquelas que decorrem diretamente da execução de despesa prevista em orçamento municipal), também as de natureza não orçamental (de que são exemplo as cauções ou retenções na fonte, no período em que se encontram retidas nos cofres municipais).

#### Contas a pagar

O quadro seguinte autonomiza as componentes de Contas a Pagar do Balanço, extraindo-as exatamente como se apresentam, isto é, organizadas de acordo com a sua exigibilidade: Não Corrente (se superior a doze meses, apenas composta de Financiamentos Obtidos, já analisada) e Corrente (se inferior, onde se incluem o valor restante de Financiamentos obtidos, os saldos Credores por acréscimos de gastos e Outros credores). Em resumo, corresponde à componente do Passivo que não tem origem em Provisões e Diferimentos, conforme se referiu já anteriormente.

Assim autonomizados, os saldos de Contas a Pagar apresentam-se do seguinte modo:



Quadro 109

CONTAS A PAGAR - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	2023	2022	Variação
<b>No Passivo Não Corrente</b>	<b>5 973 904</b>	<b>9 528 944</b>	<b>-37%</b>
Financiamentos obtidos	5 973 904	9 528 944	-37%
<b>No Passivo Corrente</b>	<b>16 129 333</b>	<b>15 777 873</b>	<b>2%</b>
Financiamentos obtidos	2 493 165	3 105 217	-20%
Credores por acréscimos de gastos	6 757 902	6 421 382	5%
Outros credores	6 878 266	6 251 273	10%
<b>Total</b>	<b>22 103 238</b>	<b>25 306 817</b>	<b>-13%</b>

Un:Euro

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a exigibilidade de saldos, conforme se apresenta no Balanço.

As Contas a Pagar totalizam, no seu todo, 22.103.238 € têm ascendente sobretudo na dívida de natureza Corrente, 16.129.333 €, que por sua vez cresce comparativamente com o período homólogo (+) 2%.

Aumentam quer os Credores por Acréscimos de Gastos, (+) 336.520 € €, mas também os Outros credores, (+) 626.992 €, assumindo-se agora esta última componente como aquela que mais contribui para as Contas a Pagar de natureza corrente.

No que aos Financiamentos Obtidos respeita, diminuem globalmente (-) 4.167.092 € consideradas conjuntamente as componentes não corrente e corrente, contribuindo para essa redução ambas as componentes, a primeira com maior materialidade do que a segunda.

Os saldos de Credores por acréscimos de gastos não correspondem, conforme já se explicou, a verdadeira dívida exigível no termo do exercício; porém, encontrando-se refletidos no passivo, subdivide-se a mesma de modo a melhor compreender-se a sua composição:

Quadro 110

CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	
Remunerações a Liquidar	4 232 730
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	35 615
Outros acréscimos de gastos	2 489 558
<b>TOTAL</b>	<b>6 757 902</b>

Un: Euro



As Remunerações a liquidar, em consequência da evolução das despesas com pessoal já abordada em capítulo anterior deste relatório, exclusivamente dedicado a estes encargos, crescem (+) 11%, acompanhando a tendência de evolução dos gastos com pessoal do exercício e permanecendo como componente dominante deste saldo. Para aqui, recorda-se, convergem os direitos adquiridos pelos trabalhadores em função do trabalho prestado em 2023.

Apresentando-se como a segunda componente com maior materialidade, Outros acréscimos de gastos são a parcela que mais contribui para o cômputo global dos saldos Credores por acréscimos de gastos em análise, respondendo por 37% dos 6.757.902 € totais. Para esta rubrica confluem especializações de diversa natureza, desde logo e com maior peso o gasto associado à aprovação do Programa de Apoio à Redução Tarifária relativo 2022 e 2023, pela Área Metropolitana do Porto (657 m€), os aditamentos aos contratos programa celebrados com a Maiambiente visando a limpeza urbana e a gestão de resíduos (cerca de 475m€), os encargos com eletricidade (aproximadamente 305 m€), a que se juntam ainda as refeições escolares, os serviços de limpeza, vigilância e segurança das diversas instalações municipais (incluindo escolas e centros de saúde), a locação operacional de viaturas, serviços de reparação diversos, entre outros de múltipla natureza prestados em dezembro.

Os juros a liquidar e outros gastos financeiros correspondentes ao exercício e ainda não cobrados cifram-se (+) 30% superiores ao valor registado no ano anterior, ascendendo em 2023 a 35.615 €, montante que em contexto não tem expressão significativa.

Retomando a análise das Contas a Pagar, apresenta-se em último lugar a rubrica de Outros credores que ascende, no exercício, a 6.878.266 €, crescendo (+) 10% comparativamente com o período homólogo.

Para uma melhor compreensão das parcelas que compõem esta componente do Passivo Corrente, insere-se quadro detalhado de acordo com a natureza das operações – orçamental ou não orçamental.



## Quadro 111

PASSIVO CORRENTE - OUTROS CREDORES			
Operações Orçamentais	2023	2022	Variação
<b>Curto Prazo</b>			
Fornecedor c/c (incl facturas receção e conferência)	346.420	577.589	-40%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	577.850	0	-
Estado e Outros Entes Públicos	137.849	61.813	123%
Fornecedores de investimentos	31.163	57.186	-46%
Outras contas a pagar			
Outros credores	30.278	38.391	-21%
<b>Sub-Total</b>	<b>1.123.561</b>	<b>734.980</b>	<b>53%</b>
<b>Operações Não Orçamentais</b>			
<b>Curto Prazo</b>			
Cauções	5.701.525	5.439.253	5%
Outras operações de tesouraria	53.181	77.041	-31%
<b>Sub-Total</b>	<b>5.754.705</b>	<b>5.516.294</b>	<b>4%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.878.266</b>	<b>6.251.273</b>	<b>10%</b>

Un: Euro

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a exigibilidade de saldos, conforme se apresenta no Balanço.

A variação registada no exercício, (+) 626.992 €, distribui-se, na sua origem, entre saldos de natureza orçamental, crescem (+) 388.581 €, e não orçamental, (+) 238.412 €.

De salientar, desde logo, que parte significativa deste valor, 577.850 €, corresponde ao adiantamento de 35% correspondente à adjudicação provisória de venda em hasta pública de parcela de terreno (lote A-1, para construção, integrado no projeto Masterplan do Sobreiro). Este montante, que não será em princípio objeto de restituição, justifica 93% da variação total destes saldos e a sua inexistência levaria a distinta conclusão quanto à evolução das dívidas a Outros credores, resultante de operações orçamentais – que assim diminuiria, em vez de aumentar.

Com exceção da rubrica de Adiantamentos de clientes, contribuintes utentes e de Estado e Outros Entes Públicos (onde se registaram pela primeira vez, as retenções na fonte efetuadas aos funcionários no processamento dos vencimentos de dezembro que, por impossibilidade objetiva decorrente de alteração nos meios de pagamento introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para 2024, não puderam ser pagas no final de 2023), todas as demais rubricas com origem em operações orçamentais apresentam redução de saldos, comparativamente com os do período homólogo.

Em resumo e reiterando o que atrás foi referido, a dívida exigível do Município diminuiu, consideradas as rubricas de Financiamentos obtidos e Outros credores, independentemente da sua exigibilidade, globalmente reduzem (-) 3.540.100 €, por força do impacto da redução dos Financiamentos obtidos.





Quanto ao saldo de Credores por acréscimos de Gastos, não traduzindo dívida pura do Município no sentido mais restrito do termo, verifica-se que aumenta de valor comparativamente com o exercício anterior - o que não causa estranheza, se se considerar que acompanham o próprio redimensionamento da estrutura que sustenta a capacidade de resposta do Município aos desafios cada vez maiores que, em 2023, se materializaram, entre outros, na assunção de novas competências na área da educação (que agora abarcaram todo o exercício) e da saúde.

Concluindo-se a análise às Contas a Pagar refletidas no passivo municipal, no fim de 2023, propõe-se ainda e complementarmente à análise feita até aqui, a sua apresentação agora estruturada de acordo com a natureza das obrigações assumidas aquando da sua contratualização. Este critério, alinhado com o que se analisou em capítulo anterior deste relatório dedicado apenas à análise da dívida municipal, diverge, contudo, daquele que é adotado na organização do balanço (em que a dívida é distribuída em função da sua exigibilidade). No pressuposto de adoção desse critério, o cenário que se obteria seria o que se apresenta de seguida:

**Quadro 112**

<b>CONTAS A PAGAR - Operações Orçamentais e não Orçamentais</b>			
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>Variação</b>
<b>Médio e Longo Prazo</b>	8 467 069	12 634 161	<b>-33%</b>
<b>Curto Prazo</b>	13 636 168	12 672 656	<b>8%</b>
<b>Total</b>	<b>22 103 238</b>	<b>25 306 817</b>	<b>-13%</b>

Un: Euro

Nota: Informação evidenciada tendo em consideração a natureza da dívida, independentemente do grau de exigibilidade da mesma.

Encerrando a análise às Contas a Pagar, reitera-se a determinação da gestão municipal tendente a reduzir as Contas a Pagar contratadas para o Médio e Longo Prazo: a dívida desta natureza, regista uma redução de um terço do seu valor transitado de 2022, ascendendo no final do ano em apreço a 8.467.069 €.

Terminando o presente capítulo dedicado à análise do Passivo, conclui-se com os **Diferimentos**, que ascendem, na sua totalidade, a 14.494.735 €, 80% dos quais de natureza corrente. Para os valores correntes apurados no final de 2023 contribuem, com particular materialidade, as Transferências e subsídios de capital com condições – com 11.137.327€, representam 96% do valor total, valorizando em (+) 39% o saldo transitado do ano anterior, o que equivale a (+) 3.144.898 €. Para aqui confluem as verbas oriundas de Fundos Europeus associados a projetos financiados em curso e sujeitos a condições, permanecendo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional como dominante - não obstante as quebras que sucessivamente vêm vindo a sofrer estes saldos, com o paulatino



encerramento de projetos em curso enquadráveis ainda no âmbito do programa operacional NORTE2020. Por sua vez e registando um crescimento assinalável de (+) 3,5 milhões de euros apresenta-se o Plano de Recuperação e Resiliência, aqui se salientando os montantes associados ao financiamento do programa 1.º Direito e à construção das Unidades de Saúde Familiares de Milheirós e Pedras Rubras, para referir os mais significativos.

Esbatendo apenas numa pequena porção o crescimento anteriormente detalhado, daqui saíram no exercício as rendas recebidas antecipadamente da Administração Regional de Saúde do Norte pela instalação do Centro de Saúde da Maia que, por via da descentralização de competências na área da saúde, reverteram a favor do Município (792.000 € a 31 de dezembro de 2022).

### 1.6.1.3 PATRIMÓNIO LÍQUIDO

A evolução do Património Líquido municipal decorre diretamente das variações ocorridas nos Ativos e Passivos que anteriormente foram analisados em detalhe, uma vez que corresponde ao diferencial que restaria dos primeiros se liquidados todos os segundos.

O Património Líquido municipal ascende, no termo do exercício, a 457.076.747 €, crescendo comparativamente, com 2022, no montante de (+) 22.884.414 €, o equivalente a (+) 5%.

Contribui para esta variação sobretudo o resultado líquido apurado no período, (+) 13.405.387 €, a cuja análise detalhada se dedicará o capítulo seguinte do presente relatório (sobre a Demonstração de Resultados). Para a variação restante, (+) 9.479.027 €, contribuem ainda os reforços registados nas seguintes componentes:

- Outras variações do património líquido, (+) 8.400.481 €, com origem nas Doações obtidas, (+)7.967.678 €, e nas Transferências e subsídios de capital, (+) 432.803 €. Nas doações de outros ativos registadas contabilisticamente no exercício de 2023 incluem-se os valores patrimoniais do edificado da escola C+S do Castelo da Maia, da EB 2,3 do Levante e dos Centros de Saúde de Águas Santas e do Castelo, aportados ao património municipal por via do processo de descentralização de competências operacionalizado desde 2022.
- Ajustamentos em ativos financeiros, (+) 1.078.546 €, em resultado da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial às participadas Maiambiente, E.M., (+) 450.292 €, Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., (+) 450.657 €, Espaço Municipal – Renovação e Gestão do Património, E.M., (+) 176.290 € e Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E.M., S.A., (+) 1.307 € que, como se conclui, melhoraram no exercício a posição dos seus capitais próprios em virtude de outros inputs à margem do resultado líquido do período.

Assim, e tal como tem sucedido nos anos transatos, o Património Líquido municipal reforça-se novamente em 2023, para tal contribuindo primeiramente o Resultado líquido do período, seguido



das Doações (que traduzem, na sua maior parte, a integração no património municipal de escolas e centros de saúde já identificados) e, com menor materialidade, dos Ajustamentos em ativos financeiros, revistos também estes em alta (no caso, participações no setor empresarial local).

Para uma maior informação mais pormenorizada, inserir-se-á adiante no presente relatório a Demonstração das Alterações no Património Líquido.





# DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA





A Demonstração dos Resultados por Natureza apresenta o balanceamento entre os rendimentos gerados no exercício, à conta dos serviços públicos prestados à população, e os gastos incorridos para a sua geração.

O formato do mapa, alterado com o início de vigência do atual normativo contabilístico (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, desde 2020) permaneceu, depois disso, inalterado, alinhado por conseguinte com os formatos adotados internacionalmente e bem assim o setor privado.

Nesta linha de pensamento, o resultado operacional assume grande centralidade na análise à performance da instituição, autonomizando-se apenas as depreciações os gastos de financiamento.

Quadro 113

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		
RUBRICAS	EXERCÍCIOS	
	2023	2022
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>		
Impostos, contribuições e taxas	57 867 479	54 070 911
Vendas	22 599	21 062
Prestações de serviços e concessões	4 582 832	3 590 692
Transferências correntes e subsídios à exploração e subsídios correntes obtidos	32 482 436	31 158 741
Rendimentos/Gastos imputados a entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	137 149	-327 863
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-12 345	-7 950
Fornecimentos e serviços externos	-28 136 644	-25 509 381
Gastos com pessoal	-32 026 394	-27 417 910
Transferências e subsídios concedidos	-14 389 237	-14 087 232
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	12 254	-98 957
Provisões (aumentos/ reversões)	575 433	-1 313 485
Imparidade de investimentos não depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)		39
Outros rendimentos e ganhos	16 964 985	12 287 034
Outros gastos e perdas	-1 936 016	-2 499 968
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>36 144 532</b>	<b>29 865 731</b>
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	-22 831 464	-18 733 652
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)		
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>13 313 068</b>	<b>11 132 080</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	539 001	152 695
Juros e rendimentos similares suportados	-446 682	-372 384
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>13 405 387</b>	<b>10 912 390</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>13 405 387</b>	<b>10 912 390</b>

Un.: Euro



Alinhado com a performance dos exercícios anteriores, o resultado afigura-se melhorado comparativamente com o exercício anterior, qualquer que seja a natureza considerada. Em última análise, o resultado líquido cifra-se em (+) 13.405.387 €, registando uma variação positiva que ascende a (+) 23% relativamente ao ano anterior.

Numa apreciação aos resultados apurados a título intercalar, constata-se também uma melhoria dos resultados operacionais que, de 11.132.080 € em 2022, ascende a 13.313.068 € no final do exercício objeto do presente relato. Neste processo de apuramento, verifica-se ainda que as depreciações e amortizações consomem 63% do resultado positivo apurado antes da sua incorporação.

Por sua vez, a atividade de índole financeira revela-se, contrariamente ao período homólogo, positiva com os rendimentos (539.001 €) a superarem dos gastos (446.682 €).

Em valor absoluto, o total dos rendimentos gerados em 2023 supera os de 2022 do mesmo modo que o somatório dos gastos desembolsáveis e amortizações e depreciações, porém em menor valor absoluto. Daqui se infere o redimensionamento de que tem vindo a ser objeto a estrutura municipal, em grande parte decorrente da descentralização de competências que paulatinamente tem elevado a fasquia dos serviços públicos cuja prestação deve ser garantida pela autarquia.

Melhor ilustrando a composição dos rendimentos e gastos imputáveis à atividade municipal do exercício, propõe-se a leitura dos gráficos seguintes.

**Gráfico 114**

### Principais Rendimentos Ano 2023

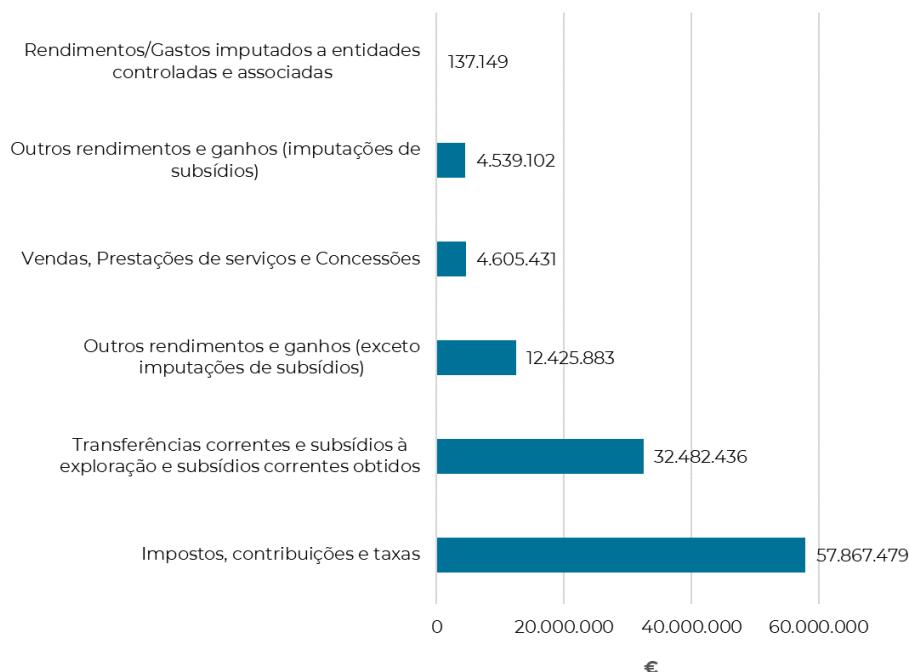
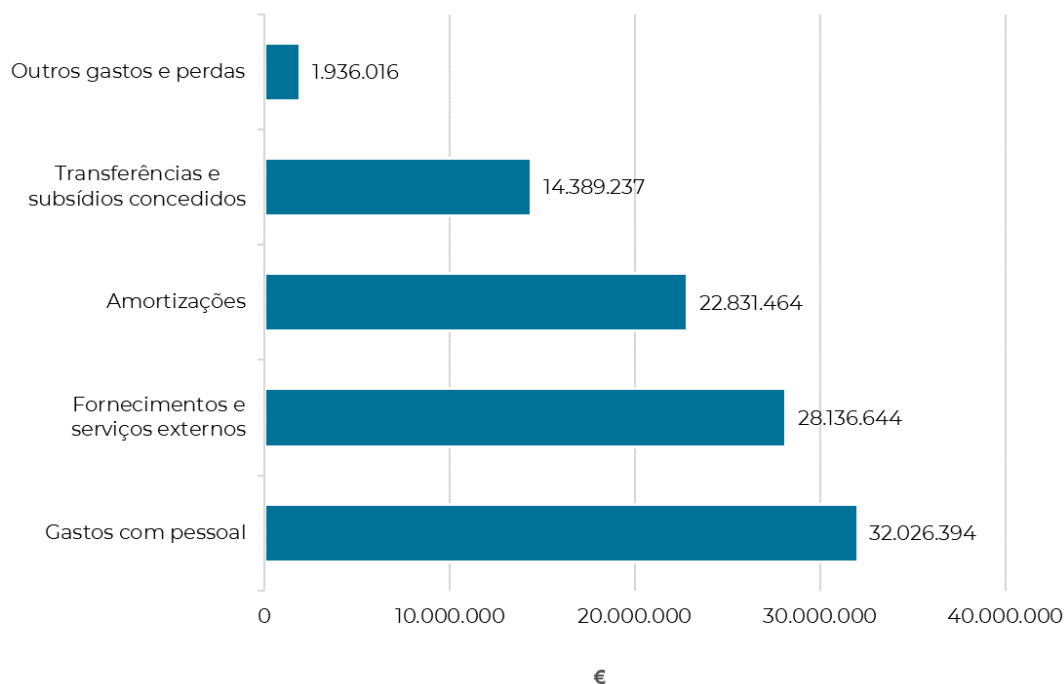






Gráfico 115

**Principais Gastos  
Ano 2023**



Dotado o leitor de uma visão geral da performance municipal no exercício, avança o presente relatório para uma análise de pormenor às rubricas de rendimentos e gastos do exercício.

Aqui se recorda, novamente, que o critério adotado numa ótica patrimonial se distingue substancialmente do da orçamental, uma vez que se distancia da lógica de despesa realizada e paga que norteia a quantificação da execução orçamental. Na esfera patrimonial, por sua vez, importa valorar os bens e serviços consumidos no ciclo produtivo em consideração (o ano económico de 2023), com vista à geração de serviços públicos e à prossecução das competências acometidas ao Município.

A rubrica de rendimentos que se apresenta como preponderante é a de **Impostos, contribuições e taxas** que, no exercício, totaliza 57.867.479 €, registando um crescimento comparativamente com o período homólogo de (+) 7 %, o equivalente a (+) 3.796.569 €.

De salientar que o que aqui releva é o período a que reporta o imposto a cobrar – contrariamente ao que foi já analisado em subcapítulo anterior no presente relatório, orientado para uma lógica de liquidação e cobrança, razão porque poderão daqui resultar distintas conclusões das que então se obtiveram.

A estrutura de distribuição por tipo de imposto permanece idêntica às dos dois exercícios anteriores, conforme se ilustra através dos seguintes quadro e gráfico:



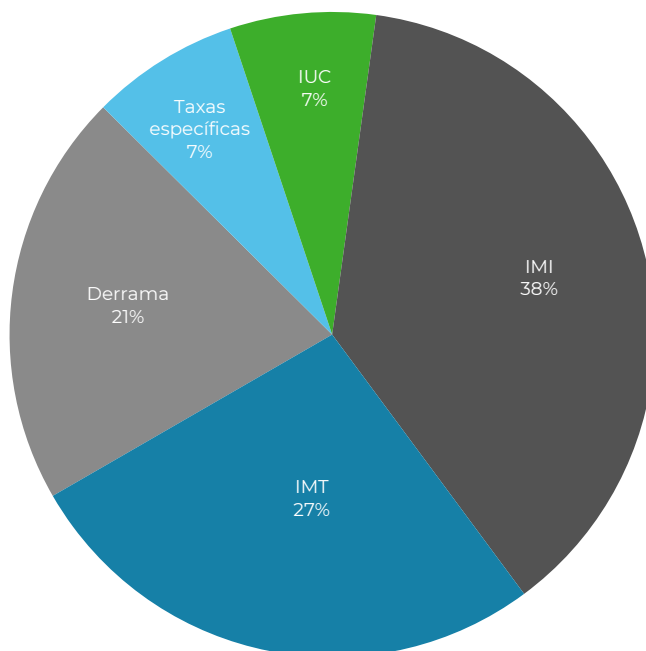
Quadro 116

Impostos, contribuições e taxas			
	2023	2022	Variação
<b>Impostos diretos</b>	<b>37.931.660</b>	<b>33.320.207</b>	<b>13,8%</b>
Derrama	11.984.100	7.489.500	60,0%
Imposto municipal sobre imóveis	21.733.500	21.891.000	-0,7%
IUC	4.213.984	3.939.707	7,0%
Outros	76	0	-
<b>Impostos indiretos</b>	<b>15.466.218</b>	<b>16.918.515</b>	<b>-8,6%</b>
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>4.469.601</b>	<b>3.832.188</b>	<b>16,6%</b>
Taxas	29.132	23.094	26,1%
Taxas específicas das autarquias locais	4.290.725	3.613.876	18,7%
Multas e outras penalidades	149.745	195.218	-23,3%
<b>Total</b>	<b>57.867.479</b>	<b>54.070.911</b>	<b>7,0%</b>

Un:Euros

Gráfico 117

**Decomposição Impostos, contribuições e taxas  
Ano 2023**



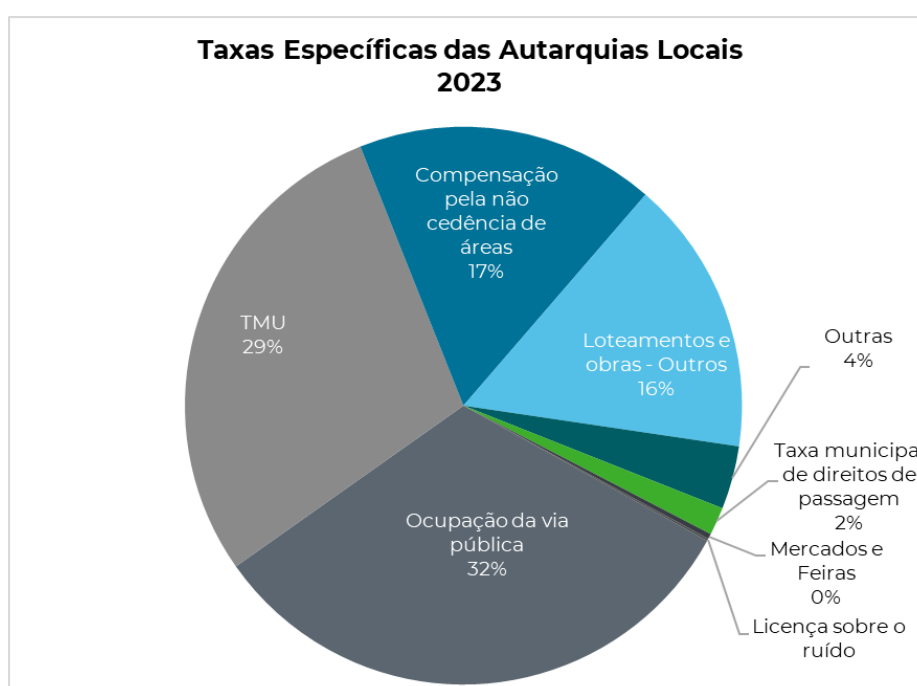
Conforme se alcança do quadro e gráfico anteriores, destaca-se entre os contributos para esta fonte de rendimento municipal o Imposto Municipal sobre Imóveis (responsável por mais de um terço dos proveitos arrecadados desta natureza), seguido pelo do Imposto Municipal sobre as Transmissões



Onerosas de Imóveis, a que se segue da Derrama. Conjuntamente, estas três componentes justificam 85% do agregado total imputável ao exercício.

Imediatamente a seguir, afiguram-se Taxas as específicas das autarquias locais (4.290.725 €) e o Imposto Único de Circulação (4.213.984 €), sendo que relativamente à primeira destas componentes nela se compilam taxas com origens múltiplas, conforme se detalha o gráfico que segue:

Gráfico 118



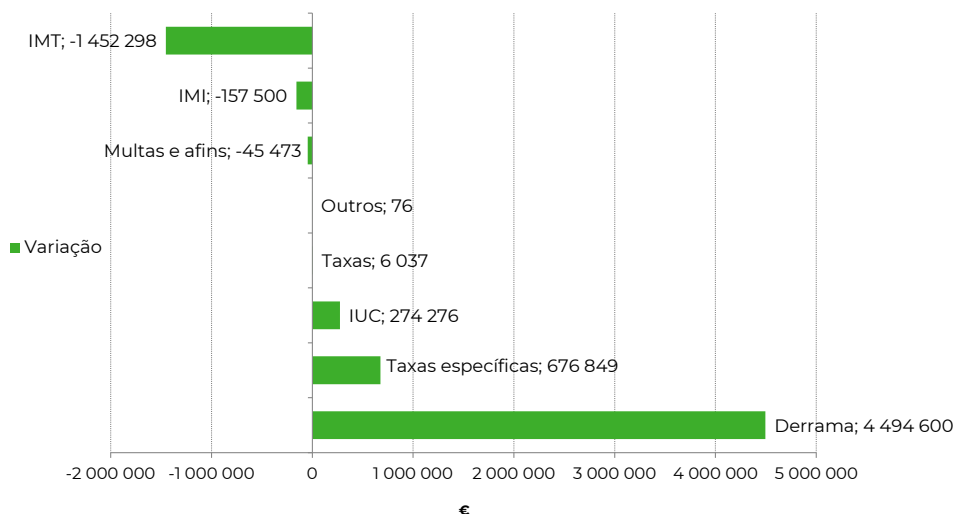
No que às variações ocorridas no exercício respeita, salienta-se um aumento assinalável de (+) 60% nos rendimentos obtidos com a derrama municipal, traduzidos em mais cerca de 4,5 milhões de euros devidos ao Município.

Em sentido contrário, e por razões que o Município não pode controlar, reduz-se, com menor materialidade, o rendimento municipal com origem das transmissões onerosas de imóveis, conforme se ilustra no gráfico incluso seguidamente:



Gráfico 119

Varição Impostos, Contribuições e Taxas  
2022 - 2023



Prosseguindo a análise das fontes de rendimento municipal pela ordem que decorre da materialidade dos seus valores, sucedem-se as **Transferências correntes e subsídios à exploração e subsídios correntes obtidos** que em 2023 ascenderam a 32.482.436 €, exibindo assim um crescimento face ao apurado no período homólogo de (+) 1.323.695 €, o equivalente a (+) 4,2%.

Quadro 120

Transferências correntes e subsídios à exploração e subsídios correntes obtidos			
	2023	2022	Varição
<b>Estado</b>	<b>31.916.303</b>	<b>26.681.629</b>	<b>19,6%</b>
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	3.223.766	3.486.149	-7,5%
Fundo Social Municipal (FSM)	3.168.553	3.024.298	4,8%
Participação no IRS	11.699.407	10.462.027	11,8%
Fundo de Financiamento da Descentralização	12.458.493	6.434.365	93,6%
Participação do IVA	1.339.235	822.237	62,9%
MAI - Recenseamento eleitoral e eleições	889	48.484	-98,2%
DGESTE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolar	0	821.181	-100,0%
ICNF	25.960	17.957	44,6%
Estado - Outras	0	1.564.932	-100,0%
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>113.685</b>	<b>2.971.158</b>	<b>-96,2%</b>
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	0	2.804.004	-100,0%
IEFP	43.719	28.600	52,9%
Fundo Ambiental	0	129.689	-100,0%
IFAP	20.955	0	-
Outros	49.011	8.864	452,9%
<b>Segurança Social</b>	<b>30.923</b>	<b>39.690</b>	<b>-22,1%</b>
<b>Instituições sem fins lucrativos</b>	<b>35.896</b>	<b>28.500</b>	<b>26,0%</b>
<b>Resto do Mundo</b>	<b>385.628</b>	<b>1.437.763</b>	<b>-73,2%</b>
FEDER	114.135	0	-
Fundo Social Europeu	0	867.633	-100,0%
Outros	271.493	570.130	-52,4%
<b>Total</b>	<b>32.482.436</b>	<b>31.158.741</b>	<b>4,2%</b>
Un: Euros			



Para esta variação contribui, desde logo, a atualização do Fundo de Financiamento da Descentralização (que quase duplica relativamente ao valor apurado o período homólogo), para este resultado convergindo o alargamento de impacto da descentralização da educação (que abarca, contrariamente ao que sucedera em 2022, a totalidade do exercício de 2023), a que se somam as áreas da ação social e da saúde. Somados os efeitos ocorridos ao nível deste fundo com a perda de rendimentos oriundos da DGESTE (por via dos acordos interadministrativos vigentes até à descentralização), materializa-se este efeito global numa variação de (+) 2.398.942 €, redundando num valor total atribuível ao exercício de 12.458.493 €.

Reforça o incremento aportado por esta rubrica a variação positiva ocorrida também ao nível das Participações no IRS e no IVA, com rendimentos apurados de respetivamente (+) 1.237.380 € e (+) 516.998 € do que no ano anterior.

Em sentido diverso, assinalam-se as reduções ocorridas ao nível dos financiamentos de projetos comunitários (o que não surpreende, em virtude de 2023 marcar uma mudança de ciclo, com o encerramento de candidaturas diversas, objeto de financiamento no âmbito do PORTUGAL2020).

As variações registadas nas demais rubricas cifram-se em materialidade razoavelmente inferior à das que foram especificamente referenciadas.

Com uma prestação que se posiciona em terceiro lugar na contribuição para o resultado líquido positivo, apresentam-se os **Outros rendimentos e ganhos – excluídos os subsídios ao investimento** imputáveis ao exercício. Decompõe-se, esta rubrica, como segue:

### Quadro 121

Outros rendimentos e ganhos - excluídos subsídios ao investimento a imputar no exercício			
	2023	2022	Variação
<b>Rendimentos em investimentos não financeiros</b>	<b>3.643.259</b>	<b>2.698.616</b>	<b>35,0%</b>
Alienações	27.854	22.793	22,2%
Rendas em propriedades de investimento	2.839.905	2.675.824	6,1%
Outros rendimentos	775.500	0	-
<b>Outros</b>	<b>8.771.777</b>	<b>6.430.177</b>	<b>36,4%</b>
Correções relativas a períodos anteriores	6.985.851	4.641.736	50,5%
Derrama	5.165.920	1.655.509	212,0%
Imposto municipal sobre imóveis	296.689	332.410	-10,7%
Outras	1.523.242	2.653.817	-42,6%
Outros não especificados	1.785.925	1.788.441	-0,1%
Indemnizações de companhias de seguro	117.138	62.329	87,9%
Antecipação de Rendas (Espaço Municipal - Habitação Social)	1.509.406	1.633.286	-7,6%
Outros não especificados - correntes outras	159.380	92.826	71,7%
<b>Outros residuais</b>	<b>10.847</b>	<b>10.462</b>	<b>3,7%</b>
<b>Total</b>	<b>12.425.883</b>	<b>9.139.255</b>	<b>36,0%</b>

Un: Euros



Também aqui se registam variações positivas comparativamente com os valores observados no ano anterior, com origem, na sua maior parte, em Correções relativas a períodos anteriores (em especial da Derrama de 2022, cuja cobrança foi efetuada efetivamente acima da estimativa calculada para esse exercício contabilístico), verificando-se que isoladamente contribuem para mais de 70% do incremento do período. Soma-se a este efeito a transmissão para o Município das rendas recebidas antecipadamente da Administração Regional de Saúde do Norte, no montante de 775.500 €, em contrapartida da cedência do direito de superfície do edifício municipal em que se encontrava instalado o Centro de Saúde da Maia, na parte respeitante ao período em que se encontra já transferida para o Município a competência para a assunção desse encargo.

Tal como sucedeu em anos anteriores, as Rendas em propriedades de investimento compõem-se na maior parte pelo valor correspondente concessão à EDP Distribuição da distribuição da energia elétrica em baixa tensão na área do próprio Município (2.658.156 €).

Na quarta posição, apresentam-se as **Vendas e Prestações de serviços** realizados pelo Município, assim decompostos:

**Quadro 122**

<b>Vendas e Prestações de serviços e concessões</b>			
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>Variação</b>
<b>Vendas</b>	<b>22.599</b>	<b>21.062</b>	<b>7,3%</b>
<b>Prestações de serviços e concessões</b>	<b>4.582.832</b>	<b>3.590.692</b>	<b>27,6%</b>
Serviços específicos das autarquias locais	2.413.550	1.958.695	23,2%
Trabalhos por Conta de Particulares	14.447	113.292	-87,2%
Serviços Sociais	2.203.796	1.712.432	28,7%
Serviços Desporto	154.089	132.214	16,5%
Outros	41.218	756	5348,9%
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1.683.288	1.298.047	29,7%
Piscinas	1.095.257	681.009	60,8%
Recintos desportivos	530.139	578.801	-8,4%
Museus e bibliotecas	953	692	37,7%
Outros	56.939	37.544	51,7%
Aluguer de equipamentos	50.524	32.039	57,7%
Outros serviços	435.470	301.912	44,2%
<b>Total</b>	<b>4.605.431</b>	<b>3.611.754</b>	<b>27,5%</b>

Un: Euros

Assinalando-se as Vendas uma vez mais como residuais, destaca-se ao nível da prestação de serviços municipais um crescimento de (+) 27,6 %, resultante do aumento do volume de serviços prestados transversalmente na generalidade das áreas de atuação municipais – serviços sociais, desportivos e culturais registam variações em valor absoluto de respetivamente (+) 491.463 €, (+) 387.460 € e (+) 19.656 €.

Para que se conclua a análise às diversas parcelas que compõem o cômputo global dos rendimentos municipais, antes de imputação de subsídios e de reversões de imparidades e provisões, restam os Rendimentos imputados a entidades controladas e associadas que passam, em termos líquidos, de



(-) 327.863 € no exercício anterior para (+) 137.149 € no termo de 2023. Aqui se refletem os rendimentos e perdas em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos, refletindo-se assim nas contas individuais do Município a evolução dos resultados líquidos das participadas, por via da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

No exercício em apreço e por comparação com o seu homólogo, verifica-se que aumentam globalmente os rendimentos com origem em participações municipais e diminuem simultaneamente as perdas. A decomposição detalhada deste agregado e bem assim o contributo de cada entidade, pode ser aferida a partir do quadro e gráfico seguintes:

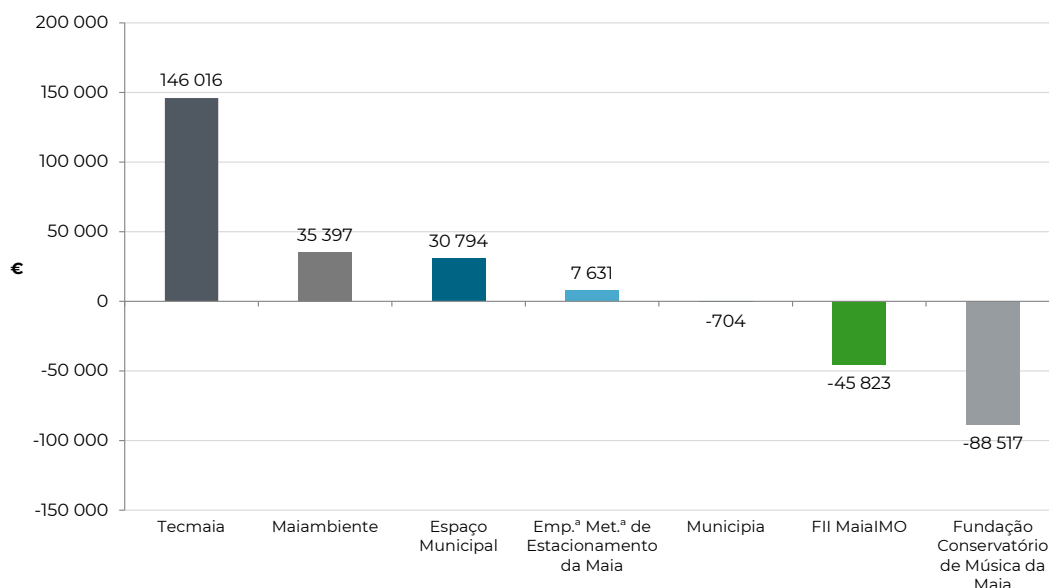
**Quadro 123**

Rendimentos/ Gastos imputados a entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
	2023	2022	Varição
<b>Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos</b>	<b>273 462</b>	<b>71 425</b>	<b>282,9%</b>
Aplicação do método da equivalência patrimonial	219 838	24 716	789,4%
Empresa Municipal de Estacionamento	7 631	9 234	-17,4%
Empresa Municipal de Ambiente	35 397	0	-
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	30 794	2 357	1206,4%
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	146 016	0	-
STCP - Sociedade Transportes Colectivos do Porto	0	8 049	-100,0%
Fundação Conservatório de Música	0	5 077	-100,0%
Outros rendimentos	53 624	46 709	14,8%
<b>Gastos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos</b>	<b>136 313</b>	<b>399 289</b>	<b>-65,9%</b>
Aplicação do método da equivalência patrimonial	136 313	399 289	-65,9%
Maiaambiente	0	1 112	-100,0%
Fundação Conservatório de Música	88 517	0	-
FII Maia IMO	45 823	340 087	-86,5%
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	0	56 943	-100,0%
STCP - Sociedade Transportes Colectivos do Porto	1 269	0	-
Municipia	704	1 147	-38,6%
<b>Total</b>	<b>137 149</b>	<b>-327 863</b>	<b>-141,8%</b>

Un:Euros



Gráfico 124

Rendimentos/ Gastos  
Entidades controladas - Ano 2023

A somar às rubricas anteriormente analisadas, dedica-se o presente relatório aos Outros rendimentos e ganhos relativos a imputações de subsídios, que em 2023 totalizam 4.539.102 €, crescendo (+) 44,2% comparativamente com o exercício anterior.

Quadro 125

Outros rendimentos e ganhos - subsídios ao investimento a imputar no exercício			
	2023	2022	Varição
<b>Estado</b>	<b>584 246</b>	<b>91 850</b>	<b>536,1%</b>
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>905 156</b>	<b>952 758</b>	<b>-5,0%</b>
<b>Resto do Mundo</b>	<b>2 964 043</b>	<b>2 016 136</b>	<b>47,0%</b>
FEDER	2 961 214	2 004 067	47,8%
Fundo de Coesão	2 829	12 070	-76,6%
<b>Sociedades e Quase Sociedades Não Financeiras</b>	<b>85 658</b>	<b>87 035</b>	<b>-1,6%</b>
<b>Total</b>	<b>4 539 102</b>	<b>3 147 779</b>	<b>44,2%</b>

Un:Euro

Da informação aqui divulgada, ressalta que a responsabilidade pelos aumentos registados entre exercícios provem, principalmente, do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, cuja variação face ao período homólogo, (+) 957.147 €, explica 69% do aumento global desta componente de rendimentos. Para a componente de Estado contribuem com grande materialidade as verbas correspondentes do Fundo de Equilíbrio Financeiro na sua componente de capital (271.743 €) e da





distribuição dos excedentes previstos no n.º 3, do art.º 35.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais)

O compósito das fontes de rendimento municipal até aqui analisadas geraram, em 2023, um total de 112.057.480 € que permitiriam, só por si, cobrir a totalidade das perdas incorridas no exercício.

Por último na análise aos rendimentos do período, assinalam-se as reversões de **Provisões** e **Imparidades** que, em 2023, se cifram superiores aos novos reconhecimentos do período. No que às primeiras diz respeito, é de referir que foram constituídas no período provisões (para fazer face a processos judiciais em curso) em valor inferior ao das reversões a valores registados em anos anteriores, donde o impacto líquido no resultado é positivo, (+) 580.473 €. Com maior contributo para esta performance, assinala-se o encerramento do processo judicial interposto pela empresa ABB e para o qual havia sido constituída provisão em anos anteriores, verificando-se agora que parte do valor reconhecido como gasto correspondia, outrossim, a ativos.

No que concerne às Imparidades, com menor impacto nas contas municipais, verifica-se que foram reconhecidas no exercício 44.518 € associados a risco de incobrabilidade de créditos detidos sobre terceiros, tendo sido revertidas imparidades constituídas em exercícios anteriores no valor de 56.772€. Balanceados os dois efeitos, o contributo para o resultado cifra-se positivo em (+) 12.254 €.

A rubrica que mais contribui para estes gastos é, conforme se aludiu já anteriormente, a de Gastos com Pessoal que, ascendendo no exercício a 32.026.394 € consome, *de per si*, cerca de 29% dos rendimentos quantificados no parágrafo anterior.

#### Quadro 126

Gastos com pessoal			
	2023	2022	Variação
<b>Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos</b>	<b>343.851</b>	<b>360.826</b>	<b>-4,7%</b>
<b>Remunerações do pessoal</b>	<b>23.740.158</b>	<b>20.180.291</b>	<b>17,6%</b>
Remunerações certas e permanentes	23.097.716	19.586.296	17,9%
Abonos variáveis ou eventuais	642.442	593.995	8,2%
<b>Indemnizações</b>	<b>62.716</b>	<b>12.690</b>	<b>394,2%</b>
<b>Encargos sobre remunerações</b>	<b>5.517.776</b>	<b>4.739.735</b>	<b>16,4%</b>
<b>Acidentes no trabalho e doenças profissionais</b>	<b>381.596</b>	<b>341.253</b>	<b>11,8%</b>
<b>Outros gastos com o pessoal</b>	<b>1.236.501</b>	<b>994.356</b>	<b>24,4%</b>
<b>Outros encargos sociais</b>	<b>743.796</b>	<b>788.760</b>	<b>-5,7%</b>
Remunerações por doença	586.519	638.899	-8,2%
Subsídios de parentalidade	15.794	35.692	-55,8%
Pessoal em reserva ou a aguardar aposentação	32.502	31.940	1,8%
Subsídio familiar a crianças e jovens	102.778	74.942	37,1%
Outras prestações familiares	6.203	7.288	-14,9%
<b>Total</b>	<b>32.026.394</b>	<b>27.417.910</b>	<b>16,8%</b>

Un:Euros

Ainda que os critérios subjacentes ao cálculo dos encargos no âmbito da contabilidade patrimonial seja, conforme se explicou já anteriormente, distintos no apuramento feito em sede orçamental, as razões evocadas quanto à tendência geral de evolução dos vencimentos do pessoal ao serviço da



autarquia foram já amplamente detalhadas em capítulo próprio, relativo à execução orçamental da despesa com pessoal. Já então se fundamentou a tendência de aumento com as atualizações salariais obrigatórias (ordinárias e extraordinárias), assim como a incorporação de pessoal, na sequência do processo de descentralização de competências nas áreas da educação e da saúde.

Para os 32.026.394 € de gastos com pessoal apurados no exercício contribuem os direitos que decorrem do trabalho prestado pelos trabalhadores nesse período, isto é, os direitos relativos ao trabalho efetivamente prestado no exercício e os vencimentos e subsídios de férias a pagar apenas em 2024.

A estrutura de gastos permanece também inalterada face à que se apurou numa lógica de caixa, com as Remunerações do pessoal a assumirem o contributo maior, seguidas dos Encargos sobre remunerações (suportados, junto da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações pela entidade patronal).

Uma nota explicativa apenas para detalhar que a rubrica de Outros encargos com o pessoal se refere, na sua maior parte, a reembolsos de despesas de saúde dos trabalhadores à ADSE e aos encargos assumidos junto do Serviço Nacional de Saúde.

Na sequência das rubricas de gastos, aquela que se apresenta com a segunda maior materialidade no exercício é a de **Fornecimentos e Serviços Externos** que totalizam no exercício 28.136.644 €, (+) 10,3 % do que no período homólogo. Para maior detalhe, apresenta-se o quadro seguinte:



Quadro 127

Fornecimentos e serviços externos			
	2023	2022	Variação
<b>Subcontratos e parcerias</b>	<b>7.560</b>	<b>6.500</b>	
<b>Serviços especializados</b>	<b>15.714.004</b>	<b>12.678.980</b>	<b>23,9%</b>
Trabalhos especializados	5.752.773	4.443.911	29,5%
Publicidade, comunicação e imagem	286.210	212.484	34,7%
Vigilância e segurança	1.186.514	988.796	20,0%
Honorários	990.042	891.190	11,1%
Comissões	1.066.082	1.136.883	-6,2%
Conservação e reparação	2.620.084	2.718.593	-3,6%
Fornecimento de refeições escolares	3.810.257	2.287.124	66,6%
Outros (Serviços especializados)	2.042	0	-
<b>Materiais de consumo</b>	<b>1.498.031</b>	<b>1.399.499</b>	<b>7,0%</b>
<b>Energia e fluidos</b>	<b>6.157.017</b>	<b>7.066.989</b>	<b>-12,9%</b>
Eletricidade	4.882.465	5.472.269	-10,8%
Combustíveis e lubrificantes	648.404	1.023.490	-36,6%
Água	626.148	571.230	9,6%
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>1.161.086</b>	<b>868.804</b>	<b>33,6%</b>
Deslocações e estadas	16.353	14.702	11,2%
Transporte escolar	389.893	307.349	26,9%
Transportes - pessoal, mercadorias e outros	754.839	546.753	38,1%
<b>Serviços diversos</b>	<b>3.598.946</b>	<b>3.488.610</b>	<b>3,2%</b>
Rendas e alugueres	917.575	830.068	10,5%
Comunicação	354.177	344.544	2,8%
Seguros	185.060	197.424	-6,3%
Contencioso e notariado	31.812	22.207	43,3%
Despesas de representação dos serviços	21.905	13.810	58,6%
Limpeza, higiene e conforto	1.288.229	775.812	66,0%
Outros serviços	800.188	1.304.745	-38,7%
<b>Total</b>	<b>28.136.644</b>	<b>25.509.381</b>	<b>10,3%</b>

Un: Euros

Para a composição global desta rubrica contribuem predominantemente os Serviços especializados (56%), que ganham peso relativo comparativo com 2022 (ponderavam 50%), seguidos pela Energia e fluidos (com 22%), numa distribuição que facilmente se percebe na parte do gráfico seguinte:



Gráfico 128

Decomposição Fornecimentos e Serviços Externos  
Ano 2023

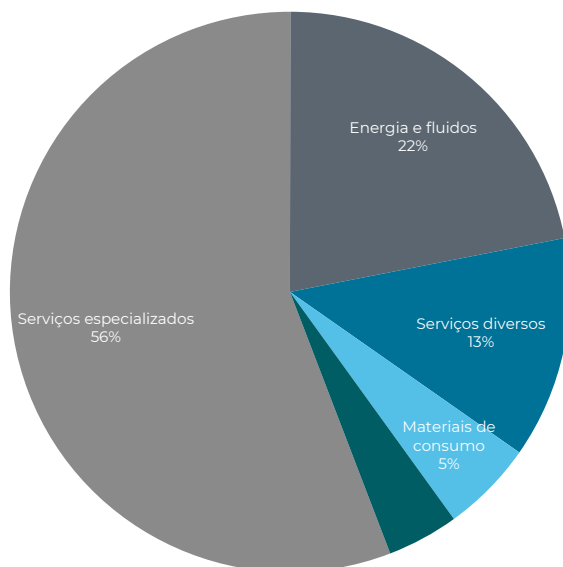
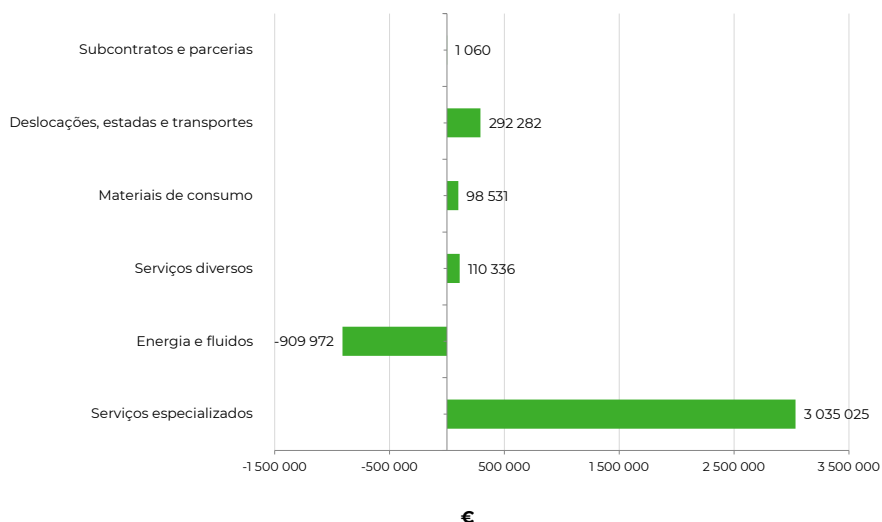


Gráfico 129

Varição Fornecimentos e Serviços Externos  
2022-2023



Ao nível das variações ocorridas no exercício, destacam-se o aumento dos Serviços Especializados, (+) 3.035.025 €, compensado em parte pela redução alcançada na Energia e Fluidos, (-) 909.972 €. Relativamente aos primeiros, fica o aumento a dever-se na sua maior parte às variações positivas



registras nas sub-rubricas de Fornecimento de refeições escolares e Trabalhos Especializados que crescem no exercício, respetivamente, (+) 66,6% e (+) 29,5% - o equivalente a (+) 1.523.133 € e (+) 1.308.862 €.

Por um lado, a taxa de inflação média anual, não se cifrando tão alta quanto inicialmente se previa, ainda assim ascendeu no exercício 4,3 %, por sua vez, o alargamento de competências municipais a que já se aludiu por mais de uma vez em momentos anteriores do presente relatório, contribuíram inevitavelmente para o aumento dos encargos municipais em geral, e de um modo muito evidente dos Fornecimentos e Serviços Externos em que assentam o funcionamento e manutenção das instalações aportadas agora à esfera de atuação da atividade municipal.

No que respeita aos encargos com Energia e Fluídos, salienta-se ainda que a redução alcançada no exercício abrange quer a Eletricidade, (-) 10,8%, quer os Combustíveis e lubrificantes, (-) 36,6%. Em ambos os casos os resultados explicam-se pela adaptação paulatina a soluções energeticamente mais eficientes – ao nível quer das instalações, quer da frota automóvel municipal.

A componente de gastos desembolsáveis que se apresenta em terceiro lugar no exercício, pela sua materialidade, é a de **Transferências e subsídios concedidos**, que totaliza 14.389.237 €, (+) 302.005 € do que período homólogo. Esta rubrica apresenta-se em 2023 composta do seguinte modo:

**Quadro 130**

Transferências e subsídios concedidos			
	2023	2022	Variação
<b>Transferências correntes concedidas</b>	<b>5 405 480</b>	<b>5 128 542</b>	<b>5,4%</b>
Administração Local	1 326 629	1 316 917	0,7%
Associações de Municípios	48 653	11 859	310,3%
Município	0	2 753	-100,0%
Freguesias	1 192 956	1 164 256	2,5%
Empresas Locais	13 527	38 776	-65,1%
Outros	71 493	99 273	-28,0%
Outros setores institucionais	4 078 852	3 811 626	7,0%
Instituições sem Fins Lucrativos	3 498 273	3 283 325	6,5%
Famílias	580 579	528 300	9,9%
<b>Subsídios correntes concedidos</b>	<b>6 775 271</b>	<b>5 774 469</b>	<b>17,3%</b>
Associações de Municípios	657 144	424 921	54,7%
Empresas Locais	4 839 352	4 172 874	16,0%
Outros	1 278 775	1 176 675	8,7%
<b>Transferências de capital concedidas</b>	<b>2 168 379</b>	<b>2 091 331</b>	<b>3,7%</b>
Freguesias	588 422	864 142	-31,9%
Instituições sem Fins Lucrativos	860 350	491 908	74,9%
Sociedades e quase sociedades não financeiras	719 607	735 281	-2,1%
<b>Transferências para cobertura de prejuízos</b>	<b>40 107</b>	<b>1 092 890</b>	<b>-96,3%</b>
Maiambiente	0	218 200	-100,0%
Município	40 107	47 706	-15,9%
STCP	0	826 983	-100,0%
<b>Total</b>	<b>14 389 237</b>	<b>14 087 232</b>	<b>2,1%</b>

Un:Euros

Permanece inalterada, comparativamente com 2022, a estrutura de contributos das componentes desta rubrica, com os Subsídios correntes concedidos a reforçarem a posição dominante detida



(passando de um contributo de 41% em 2022 para 47% dos 14.389.237 € concedidos, ao todo, em 2023) e as Transferências para cobertura de prejuízos nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a diminuir significativamente entre os dois anos em comparação.

Assinalam-se ainda o aumento das Transferências correntes concedidas, de (+) 5,4%, verificando-se que esse aumento tem origem inequívoca na variação ocorrida nos apoios concedidos às Instituições sem fins lucrativos e as Famílias – que passam, globalmente, de 3.811.626 € para 4.078.852 €. Com destinatários de similar natureza, registe-se ainda o aumento das Transferências de capital concedidas a Instituições sem fins lucrativos que ascendem, no exercício, a 860.350 €, crescendo (+) 74,9% comparativamente com o período homólogo.

A variação registada nos Subsídios correntes concedidos distribui-se positivamente pelas três sub-rubricas que a compõem – Associações de Municípios, Empresas locais e Outros-, assinalando-se na segunda a variação com mais materialidade, (+) 666.478€. Para esta variação contribuem os aditamentos celebrados aos contratos programa em vigor celebrados com a Maiambiente (limpeza urbana e gestão de resíduos), empresa a quem cabe 82% do valor total atribuído em 2023, de 4.839.352€, alocando-se o restante à Espaço Municipal (para prossecução das suas atribuições).

Em quarto lugar, de acordo com a materialidade das rubricas de gastos e apresentando-se como última a registar no exercício montantes superiores a um milhão de euros, figuram os **Outros gastos e perdas** que totalizam 1.936.016 €. Deste valor, cerca de dois terços correspondem Correções a exercícios anteriores, onde sobressaem as regularizações de depreciações referentes a empreitadas.

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas assume novamente valor sem grande expressão relativa, 12.345 €, acompanhando a tendência de aumento registada ao nível das Vendas.

Os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento totalizam, em 2023, (+) 36.144.552 €, registando uma melhoria comparativamente com o ano anterior de (+) 21 %.

Os **Gastos/ reversões de depreciação e amortização** ascendem, no exercício, a 22.831.464 €, registando um crescimento na ordem dos (+) 22% face ao ano anterior. Do valor total apurado no exercício, calculado de acordo com o que dispõe a este respeito o SNC-AP (nomeadamente o Classificador Complementar n.º 2), 98% correspondem a depreciações de Ativos fixos tangíveis. Esta parcela de gasto, que não origina exfluxos de caixa, consome aproximadamente dois terços do resultado antes de depreciações e gastos de financiamento, conduzindo a um resultado operacional apurado em (+) 13.313.088 €.

Os encargos de financiamento assinalam-se, em termos líquidos, favoráveis à atividade municipal, com os juros e rendimentos similares obtidos (539.001 €) a perfazerem montante superior ao dos suportados (446.682 €).

O resultado líquido do período cifra-se assim superior ao operacional, num valor apurado de 13.405.387€.



# DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA







As disponibilidades do Município, compostas de saldos de Caixa, Depósitos à ordem e Outros Depósitos (garantias e cauções), representam o ativo de maior liquidez detido pelo Município e totalizam 56.698.673 €, crescendo (+) 4% face aos saldos de abertura do exercício.

Novamente o ciclo de tesouraria associado à atividade municipal se afigura gerador de excedentes de caixa, conforme de detalha na Demonstração dos Fluxos de Caixa, demonstração financeira obrigatória ao abrigo do SNC-AP (NCP 1- Estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras, § 14, alínea d), evidenciadoras dos movimentos de tesouraria mais significativos.

A referida demonstração, inserida seguidamente, permite confirmar que, novamente neste exercício, é a atividade operacional a responsável pela geração desses excedentes, uma vez que excede em valor absoluto o défice apurado nas atividades de investimento e de financiamento. Da demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2023 é possível aferir o seguinte:

- O Município da Maia gera excedentes nos fluxos de natureza operacional no valor de 21.742.132€, que financiam as atividades de investimento e financiamento (cujo fluxo de caixa é deficitário), respetivamente em 17.712.902 € e 1.898.546 €, destinando-se o remanescente a reforçar o saldo de gerência;
- Os recebimentos de clientes, contribuintes e utentes, que ascendem no exercício a 65.416.283€ são responsáveis por mais de dois terços dos recebimentos das atividades operacionais, relevando-se aqui a capacidade demonstrada na geração de receitas próprias;
- As transferências e subsídios correntes respondem pelos restantes recebimentos de natureza operacional;
- O total dos recebimentos das atividades operacionais cobre 1,3 vezes o valor total dos pagamentos da mesma natureza; e
- O excedente gerado no exercício permitiria reduzir o passivo exigível municipal em aproximadamente 10 % do seu valor no termo de 2023.



## Quadro 131

RUBRICAS	Exercícios	
	2023	2022
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FUXOS DE CAIXA</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	20 819	24 471
Recebimentos de contribuintes	53 445 180	51 930 437
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	31 251 958	28 290 961
Recebimentos de utentes	11 950 284	9 947 174
Pagamentos a fornecedores	-29 023 739	-25 003 409
Pagamentos ao pessoal	-24 765 188	-20 453 343
Pagamentos de transferências e subsídios	-14 960 089	-15 844 694
Caixa gerada pelas operações	27 919 226	28 891 596
Outros recebimentos/pagamentos	-6 177 093	-5 053 483
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>	<b>21 742 132</b>	<b>23 838 113</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	-24 074 396	-20 549 520
Pagamentos - Ativos intangíveis	-557 203	-748 735
Pagamentos - Investimentos financeiros	-1 300 000	
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	607 155	55 900
Recebimentos - Subsídios ao investimento	6 303 537	3 809 408
Recebimentos - Transferências de capital	987 204	900 748
Recebimentos - Juros e rendimentos similares	266 789	62 924
Recebimentos - Dividendos	54 012	67 250
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>	<b>-17 712 902</b>	<b>-16 402 024</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Doações	2 250	
Recebimentos - Outras operações de financiamento		1 128 841
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Financiamentos obtidos	-1 787 930	-1 784 779
Pagamentos - Juros e gastos similares	-112 608	-20 589
Pagamentos - Outras operações de financiamento	-257	-257
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>	<b>-1 898 546</b>	<b>-676 784</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	2 130 684	6 759 304
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	54 567 989	47 808 685
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	56 698 673	54 567 989
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e Saldos da Gerência		
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>54 567 989</b>	<b>47 808 685</b>
Saldo da gerência anterior (SGA)	54 567 989	47 808 685
SGA De execução orçamental	49 051 695	42 559 541
SGA De operações de tesouraria	5 516 294	5 249 144
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>56 698 673</b>	<b>54 567 989</b>
Saldo para a gerência seguinte (SGS)	56 698 673	54 567 989
SGS De execução orçamental	50 943 968	49 051 695
SGS De operações de tesouraria	5 754 705	5 516 294

Un.: Euro



# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS





Nos termos legalmente previstos a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Verificando-se que o resultado líquido de 2023 é positivo no montante de (+) 13.405.387 €, deverá o mesmo ser, nos termos legais aplicáveis, transferido para a conta 56 – Resultados Transitados. Permanecendo os Resultados Transitados positivos, propõe-se que o resultado líquido seja alocado do seguinte modo:

- Reforço de Reservas Legais, no montante correspondente a 5% do resultado líquido: 670.269€;
- Reforço do Património pelos restantes 95%: 12.735.118 €.



# INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS

**MAIA**

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA



## Quadro 132

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS				
Dimensão	Designação	2023	2022	
Liquidez	Liquidez Geral	4,27	4,36	Ativo Corrente / Passivo Corrente
	liquidez Reduzida	4,27	4,36	(Ativo Corrente - Inventários) / Passivo Corrente
	Liquidez Imediata	2,05	2,20	Meios Financeiros Líquidos / Passivo Corrente
Rendibilidade	Rendibilidade Operacional da Atividade Municipal	14,02%	13,60%	Resultados Operacionais / Rendimentos da Atividade Corrente Municipal x 100
	Rendibilidade do Património Líquido	0,03	2,73%	Resultados Líquidos / Património Líquido x 100
	Rendibilidade Operacional do Ativo	2,68%	2,54%	Resultados Operacionais / Ativo x 100
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	0,92	0,91	Património Líquido / Ativo
	Solvabilidade	11,53	10,36	Património Líquido / Passivo
	Grau de Cobertura dos Gastos Financeiros	29,80	32,46	Resultados Operacionais / Gastos Financeiros
	Endividamento	0,08	0,09	Passivo / Ativo
Atividade	Grau de Rotação do Ativo	0,19	0,19	Rendimentos da Atividade Corrente Municipal / Ativo
	Prazo Médio de Pagamentos (dias)* * Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP	3	3	$PMP = \frac{\sum_{i=1}^n DF}{\sum_{i=1}^n A} \times 365$



**INFORMAÇÃO DE  
CUSTOS  
(CONTABILIDADE  
DE GESTÃO)**

**MAIA**

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA





A Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 – Contabilidade de Gestão, prevê a preparação de informação relevante e analítica sobre custos, rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente nos seguintes domínios:

- a) No processo de elaboração de orçamentos;
- b) Nas funções de planeamento e controlo;
- c) Na determinação de preços, tarifas e taxas;
- d) No apuramento do custo de produção de ativos fixos ou de bens e serviços;
- e) Na mensuração e avaliação de desempenho de programas; e
- f) Na fundamentação económica de decisões de gestão.

O sistema de contabilidade de gestão, conforme se encontra previsto na NCP 27, implica a reformulação da estrutura conceptual do modelo de contabilidade de gestão, em comparação com o que se encontrava previsto em POCAL.

Neste momento, o Município de Maia encontra-se a redefinir esta nova estrutura conceptual de contabilidade de gestão, com a aplicação do sistema baseado em atividades (ABC), bem como a proceder ao remapeamento das contas da classe 9, que serão utilizadas para o efeito.

A definição das diferentes atividades e a inclusão de centros de rendimento e de gastos relacionados com as novas áreas que, nos termos da lei, passaram para as competências do Município da Maia ao abrigo da aplicação da Lei 50/2018, de 16 de agosto, na sua redação atual, que aprova Lei-Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais, trás igualmente novos desafios de controlo que, estão a ser considerados no modelo concetual de Contabilidade de Gestão, por forma a permitir aferir o real contributo do Município nestas atividades.

Apos a definição da matriz de atividades, e a configuração dos gastos e rendimentos diretos afetos às mesmas, serão definidos os indutores de custo mais indicados para cada atividade a utilizar para imputar os gastos das atividades aos objetos de custo final.

Este processo, que comporta uma afetação considerável de recursos humanos para o efeito, ainda não se encontra concluído à data desta prestação de contas, não se encontrando implementada a NCP 27 na sua plenitude.

Acresce o facto de, tal como refere a própria NCP 27, este processo envolver o desenho dos sistemas de informação necessários para a produção de relatórios e mapas adequados à



divulgação interna e externa dos custos, rendimentos e resultados em diferentes vertentes. Este desenho de sistemas será despoletado após a definição da estrutura conceptual e da configuração do novo plano de contas de suporte à contabilidade de gestão.

Não obstante, importa referir que o Município da Maia tem informação de gestão que permite, através de outros meios, dar cumprimento geral aos objetivos traçados pela NCP 27, tal como anteriormente enumerados. A informação apresentada no Relatório de Gestão, apesar de não se encontrar no formato da NCP 27 e de não ser extraída diretamente deste sistema, por não se encontrar ainda implementado, é fiável e permite a divulgação da informação necessária para uma adequada compreensão das demonstrações financeiras e orçamentais.

Com efeito, a contabilidade de gestão permite, no seu estado atual, reportar as despesas imputadas diretamente às funções que assentam numa classificação funcional dos gastos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo D.L n° 192/2015, de 11 de setembro e com base na NCP-27 “Contabilidade de Gestão” do SNC-AP.

Nestes termos, é possível quantificar os objetivos a atingir pela autarquia nas suas diversas áreas de intervenção, planificar a sua atividade e conhecer o seu contributo, isto é, obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido pelo município na prossecução das suas atribuições e competências em relação às quatro grandes áreas de intervenção: Funções gerais, sociais, económicas e outras funções.

2023

**RELATÓRIO  
E CONTAS  
INDIVIDUAIS**



**PARTE II  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**



# 2023 RELATÓRIO E CONTAS

**2.1 BALANÇO**

BLC - BALANÇO			
PERÍODO		ANO	
2023/01/01 - 2023/12/31		2023	
Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente		378 545 467,43 €	367 777 451,02 €
Ativos fixos tangíveis	5	336 905 717,57 €	327 241 181,25 €
Propriedades de investimento	8	1 219 268,54 €	2 225 423,71 €
Ativos intangíveis	3	870 677,69 €	1 147 928,53 €
Participações financeiras	18	24 267 498,53 €	22 355 612,45 €
Clientes, contribuintes e utentes		28 773,40 €	12 345,55 €
Diferimentos		54 404,76 €	
Outros ativos financeiros		15 199 126,94 €	14 794 959,53 €
Ativo corrente		118 257 152,02 €	108 331 161,55 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		2 075 308,93 €	1 188 045,36 €
Clientes, contribuintes e utentes		200 245,38 €	171 591,29 €
Estado e outros entes públicos		49 892,45 €	
Outras contas a receber		58 621 825,33 €	51 942 438,28 €
Diferimentos		611 206,71 €	461 097,58 €
Caixa e depósitos	1	56 698 673,22 €	54 567 989,04 €
Total Ativo		496 802 619,45 €	476 108 612,57 €
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património Líquido		457 076 746,87 €	434 192 332,97 €
Património/Capital		354 323 927,87 €	343 957 156,92 €
Reservas		12 464 177,89 €	11 918 558,37 €
Resultados transitados		3 040 058,60 €	3 040 058,60 €
Ajustamentos em ativos financeiros		-20 168 270,20 €	-21 246 815,70 €
Outras variações no património líquido		94 011 465,52 €	85 610 984,31 €
Resultado líquido do período		13 405 387,19 €	10 912 390,47 €
Total Património Líquido		457 076 746,87 €	434 192 332,97 €
<b>PASSIVO</b>			
Passivo não corrente		12 041 599,79 €	17 082 016,19 €
Provisões	15	3 127 899,73 €	4 613 276,34 €
Financiamentos obtidos	7	5 973 904,47 €	9 528 944,26 €
Diferimentos		2 939 795,59 €	2 939 795,59 €
Passivo corrente		27 684 272,79 €	24 834 263,41 €
Fornecedores		346 419,82 €	577 589,32 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		577 850,00 €	
Estado e outros entes públicos		137 853,23 €	61 823,50 €
Financiamentos obtidos	7	2 493 164,86 €	3 105 217,12 €
Fornecedores de investimentos		31 163,00 €	57 186,07 €
Outras contas a pagar		12 542 882,24 €	11 976 056,82 €
Diferimentos		11 554 939,64 €	9 056 390,58 €
Total Passivo		39 725 872,58 €	41 916 279,60 €
Total Património Líquido e Passivo		496 802 619,45 €	476 108 612,57 €

**2.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	
--	--

PERÍODO	ANO
2023/01/01 - 2023/12/31	2023

Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Impostos, contribuições e taxas	14	57 867 479,19 €	54 070 910,57 €
Vendas	13	22 599,17 €	21 061,79 €
Prestações de serviços e concessões	13	4 582 832,19 €	3 590 692,35 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		32 482 435,72 €	31 158 741,05 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		137 148,80 €	-327 863,42 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	-12 344,73 €	-7 950,00 €
Fornecimentos e serviços externos		-28 136 643,60 €	-25 509 381,37 €
Gastos com pessoal		-32 026 393,88 €	-27 417 909,92 €
Transferências e subsídios concedidos		-14 389 237,06 €	-14 087 232,45 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	12 253,61 €	-98 957,05 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	575 433,35 €	-1 313 485,00 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	9		39,24 €
Outros rendimentos		16 964 985,37 €	12 287 033,57 €
Outros gastos		-1 936 016,10 €	-2 499 967,98 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		36 144 532,03 €	29 865 731,38 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-22 831 463,61 €	-18 733 651,73 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		13 313 068,42 €	11 132 079,65 €
Juros e rendimentos similares obtidos		539 001,09 €	152 694,83 €
Juros e gastos similares suportados		-446 682,32 €	-372 384,01 €
Resultado antes de impostos		13 405 387,19 €	10 912 390,47 €
Resultado líquido do período		13 405 387,19 €	10 912 390,47 €



# 2023 RELATÓRIO E CONTAS

## 2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO														
(MUNICÍPIO DA MAIA)														
Período														Ano
01/01/2023														2023
31/12/2023	Visualizar Contas/ Mov.	Sim	Acumulados	Sim										
Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		343 957 156,92 €				11 918 558,37 €	3 040 058,60 €	-21 246 815,70 €			85 610 984,31 €	10 912 390,47 €	434 192 332,97 €	434 192 332,97 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)		10 366 770,95 €				545 619,52 €		1 078 545,50 €			8 400 481,21 €	-10 912 390,47 €	9 479 026,71 €	9 479 026,71 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital											432 803,20 €		432 803,20 €	432 803,20 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		10 366 770,95 €				545 619,52 €		1 078 545,50 €			7 967 678,01 €	-10 912 390,47 €	9 046 223,51 €	9 046 223,51 €
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)												13 405 387,19 €	13 405 387,19 €	13 405 387,19 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)												2 492 996,72 €	22 884 413,90 €	22 884 413,90 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)														
Subscrições de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrições de prémios de emissão														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		354 323 927,87 €				12 464 177,89 €	3 040 058,60 €	-20 168 270,20 €			94 011 465,52 €	13 405 387,19 €	457 076 746,87 €	457 076 746,87 €



## 2.4 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTAS)			
PERÍODO		ANO	
2023/01/01 - 2023/12/31		2023	
Rubricas	Notas	Datas	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		20 818,69 €	24 470,89 €
Recebimentos de contribuintes		53 445 180,13 €	51 930 437,13 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		31 251 958,29 €	28 290 961,27 €
Recebimentos de utentes		11 950 284,47 €	9 947 173,86 €
Pagamentos a fornecedores		-29 023 738,86 €	-25 003 409,46 €
Pagamentos ao pessoal		-24 765 188,49 €	-20 453 343,08 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-14 960 088,67 €	-15 844 694,13 €
Caixa gerada pelas operações		27 919 225,56 €	28 891 596,48 €
Outros recebimentos/pagamentos		-6 177 093,29 €	-5 053 483,41 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		21 742 132,27 €	23 838 113,07 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-24 074 396,49 €	-20 549 519,58 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-557 203,24 €	-748 735,27 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-1 300 000,00 €	
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		607 155,00 €	55 900,00 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		6 303 536,89 €	3 809 408,38 €
Recebimentos - Transferências de capital		987 204,00 €	900 748,00 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		266 788,95 €	62 923,71 €
Recebimentos - Dividendos		54 012,45 €	67 250,33 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-17 712 902,44 €	-16 402 024,43 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Doações		2 250,00 €	
Recebimentos - Outras operações de financiamento			1 128 840,50 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 787 930,15 €	-1 784 778,56 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-112 608,20 €	-20 589,02 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		-257,30 €	-257,30 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 898 545,65 €	-676 784,38 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		2 130 684,18 €	6 759 304,26 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		54 567 989,04 €	47 808 684,78 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		56 698 673,22 €	54 567 989,04 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		54 567 989,04 €	47 808 684,78 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		54 567 989,04 €	47 808 684,78 €
SGA De execução orçamental		49 051 695,31 €	42 559 541,28 €
SGA De operações de tesouraria		5 516 293,73 €	5 249 143,50 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		56 698 673,22 €	54 567 989,04 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		56 698 673,22 €	54 567 989,04 €
SGS De execução orçamental		50 943 967,90 €	49 051 695,31 €
SGS De operações de tesouraria		5 754 705,32 €	5 516 293,73 €





# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





Determina a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, integrada no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, que o Anexo às Demonstrações Financeiras é peça integrante do conjunto completo de demonstrações financeiras, a par do Balanço, da Demonstração dos resultados por natureza, da demonstração das alterações no património líquido e da demonstração de fluxos de caixa. Este Anexo às Demonstrações Financeiras inclui um conjunto de notas que compreendem um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida na NCP 1 do SNC- AP, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

Para as notas referentes a rubricas inexistentes ou sem materialidade, é apresentada a menção “Não Aplicável”.



## 2.5.1 NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

### 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

**Designação:** Município da Maia

**Endereço:** Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

**Número de identificação fiscal:** 505 387 131

**Código de classificação orgânica:** 010110198

**Tutela:** O Estado exerce tutela inspetiva sobre as autarquias Locais, a qual abrange a respetiva gestão patrimonial e financeira, segundo as formas e nos casos previstos na lei, salvaguardando sempre a democraticidade e a autonomia do poder local.

**Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:** O Município da Maia é uma autarquia local, pessoa coletiva de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e património próprio, cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições e competências que lhe estão legalmente conferidas, pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, regendo-se a sua gestão pelas normas aplicáveis às autarquias locais. O regime financeiro das autarquias locais encontra-se estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

O concelho da Maia é composto por 10 freguesias e tem uma área de 83,7Km<sup>2</sup>.

Nos termos do disposto no artigo 67.º da Lei n.º 13/99, de 22 de março, alterada e republicada pela Lei n.º 47/2018, de 13 de agosto, e pela Lei Orgânica n.º 4/2020, de 11 de novembro, a administração eleitoral da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna faz público o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, apurados de acordo com as circunscrições de recenseamento definidas no artigo 8.º da mesma lei.

Os resultados que agora se publicam têm como data de referência de 31 de dezembro de 2023, e são apresentados em três colunas com os seguintes resultados:

- 116 915 Eleitores – (Nacionais – cidadãos nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais, Assembleia da República e Parlamento Europeu.
- 43 Eleitores EU, (Cidadãos da União Europeia, não nacionais), que votam nas eleições das Autarquias Locais e Parlamento Europeu.
- 35 Eleitores ER, (Outros cidadãos Estrangeiros residentes em Portugal), que votam apenas nas eleições das Autarquias Locais.



### **Órgão Executivo**

O Órgão Executivo Municipal é composto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Domingos da Silva Tiago e por dez Vereadores, nomeadamente:

- Dr. José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Dr.ª Emília de Fátima Moreira dos Santos
- Dr. António Manuel Leite Ramalho
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Eng.ª Sandra Raquel de Vasconcelos Lameiras
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Dr. Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
- Eng.º. António José Ferreira Peixoto

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Dr.ª Emília de Fátima Moreira dos Santos
- Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

### **Organograma**

A estrutura orgânica do Município da Maia, em vigor desde 1 de julho de 2018, publicada no Diário da República, n.º 139, 2.ª série, de 20 de julho de 2018, alterada em 26 de abril de 2021, é constituída por Unidades Nucleares, sob a forma de uma Direção Municipal, sete Departamentos Municipais e um Serviço de Polícia Municipal e Fiscalização, equiparado a Departamento Municipal, e trinta e oito Unidades Flexíveis, distribuídas entre vinte e três divisões e quinze unidades de 3.º grau, cujo teor corresponde na íntegra ao publicado.

Nos termos do disposto na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, os mapas de pessoal são anuais, aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento. Assim, o mapa de pessoal para 2023 foi aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 30 de novembro de 2022, e pela Assembleia Municipal em 12 de dezembro do mesmo ano.



### **Organização Contabilística**

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Financeira e a Contabilidade de Gestão, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do SNC-AP.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Finanças e Património. As atividades do Departamento foram asseguradas por três divisões:

- Divisão de Planeamento e Gestão Financeira;
- Divisão de Contabilidade;
- Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento;

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído atualmente por 24 aplicações.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se que se encontra a aguardar a sua implementação a aplicação das “ATAS”.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia é garantida pelo Software SINCELO, Sistemas de Informação, implementado em 2023.

Merece ainda referência a implementação da aplicação da ImDigital – Plataforma de Planeamento e Mobilidade da PMG, com integrações a ATE e FIS.

### **Outras informações relevantes**

Ações Inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAL), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

IGF – Inspeção Geral de Finanças

- Data da ação: 17/05/2021
- Período abrangido: Anos 2018, 2019 e 2020
- Entidade: IGF – Inspeção Geral de Finanças
- N.º. Processo: 2020/235/A9/340
- Área –Contratação Pública (Avaliação da Estratégia de Controlo Interno na Contratação Pública – Município da Maia)



IGF – Inspeção Geral de Finanças

- Data da ação: 22/04/2021
- Período abrangido: Anos 2018, 2019 e 2020
- Entidade: IGF – Inspeção Geral de Finanças
- N.º. Processo: 2020/235/A9/341
- Área –Contratação Pública (Ação de Controlo dos Acordos – Quadro celebrado pela Administração Local – Município da Maia)

TC – Tribunal de Contas

- Data da ação: 02/10/2023
- Período abrangido: Anos 2020, 2021, 2022 e 2023
- Entidade: TC – Tribunal de Contas
- N.º. Processo: 3/2023- OAC – 2.ª. Secção
- Área –Acompanhamento das Medidas Municipais de Apoio aos Idosos – O Caso das ERPI

Documentos de Gestão:

- As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023 foram aprovadas em 2022 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 30 de novembro e 12 de dezembro, respetivamente.

## 1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras apresentadas correspondem às segundas de acordo com o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC - AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 195/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual.

Todas as restantes normas foram aplicadas, encontrando-se as demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2023 em plena conformidade com as mesmas. Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC - AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras apresentadas.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, alterações, performance e fluxos de caixa.

**Quadro 1.1 - Desagregação de caixa e depósitos**

<b>Conta</b>	<b>2023</b>
<b>Caixa</b>	<b>3.440</b>
<b>Depósitos à ordem</b>	<b>50.956.081</b>
Depósitos à ordem no tesouro	0
Depósitos bancários à ordem	50.956.081
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>0</b>
<b>Depósitos consignados</b>	<b>0</b>
<b>Depósitos de garantia e cauções</b>	<b>5.739.153</b>
<b>TOTAL DE CAIXA E DEPOSITOS</b>	<b>107.654.754</b>

Un:Euro

O saldos de caixa e depósitos, no ano de 2023, atingiu o montante de 56.698.673€, dos quais 5.739.153€ correspondem a dotações não orçamentais - operações de tesouraria e cauções em dinheiro, isto é, valores que não se encontram disponíveis para uso por parte do Município, cuja natureza se identifica no quadro 22 do capítulo 1.3.3.4 – Operações de Tesouraria, parte integrante da Análise das Demonstrações Orçamentais, bem como do mapa das Operações de Tesouraria que faz parte das demonstrações orçamentais.

## **2.5.2 NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

### **2.1 BASES DE PREPARAÇÃO**

De acordo com o que se encontra previsto no SNC-AP, as demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual publicada no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com as normas de contabilidade pública publicadas no Anexo II deste mesmo diploma. A base do acréscimo significa uma base de contabilidade pela qual as transações e outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando é recebido ou pago dinheiro ou seu equivalente. Por conseguinte, as transações e outros acontecimentos são escriturados na contabilidade e reconhecidos nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

Os fenómenos económicos e outros apresentados nas demonstrações financeiras ocorrem geralmente sob condições de incerteza. A informação apresentada nas demonstrações financeiras inclui assim estimativas que incorporam julgamentos. Estas estimativas baseiam-se em dados apropriados que refletem a melhor informação disponível pelos órgãos próprios, usando a máxima cautela, assegurando-se desta forma a fiabilidade da informação produzida e relatada. Quando necessário, procede-se à divulgação do grau de incerteza da informação financeira e não financeira, por forma a garantir o relato com fiabilidade dos acontecimentos económicos subjacentes.





As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o SNC-AP, tendo sido aplicadas de forma integral as normas de contabilidade pública aí previstas, excepto para as normas de contabilidade pública n.º 4.º n.º 25 e n.º 27, cuja justificação se encontra divulgada na nota respetiva.

Relativamente à NCP 27 (Contabilidade de Gestão), a justificação encontra-se plasmado no ponto 1.8 do Relatório de Gestão prevendo-se que a situação esteja ultrapassada no próximo exercício.

## **2.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As políticas contabilísticas são princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas adotadas pelo Município da Maia na preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Estas políticas são adotadas, tendo em consideração a avaliação do estado atual dos ativos e passivos, e dos benefícios futuros esperados e das obrigações associadas a esses ativos e passivos. Está, portanto, subjacente à aplicação das políticas contabilísticas, um julgamento profissional posicionado no tempo, aquando das transações e outros acontecimentos objeto de reconhecimento e mensuração, que tem em consideração os constrangimentos na informação incluída no relato financeiro, tais como a materialidade, a análise custo-benefício e o equilíbrio das características qualitativas, julgamento este que toma por referência o objetivo do relato, em proporcionar informação sobre o Município da Maia que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras de finalidade geral para efeitos da responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

O Município da Maia, a partir de 1 de janeiro de 2020, ao aplicar pela primeira vez o SNC-AP, passa a adotar as seguintes políticas contabilísticas, por área das demonstrações financeiras:

### **2.2.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são bens com substância física que i) são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguer a terceiros, ou para fins administrativos, e ii) se espera que sejam usados durante mais de um período de relato. Estão aqui incluídos os bens de domínio público e os bens de domínio privado do Município da Maia. Incluem-se igualmente os edifícios utilizados para o fornecimento de serviço público, enquadrado nas competências municipais, como é o caso dos edifícios utilizados para habitação social, cujo objetivo está intimamente relacionado com a prestação de um serviço social e não com a obtenção de rendas ou com a valorização de capital.

#### Reconhecimento

O reconhecimento dos ativos fixos tangíveis no balanço é efetuado i) quando for provável que fluirão para o Município da Maia benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e ii) o custo ou o justo valor do bem possa ser mensurado com fiabilidade.

Os bens que se destinam a permanecer ao serviço do Município por períodos superiores a um ano, não destinados a venda, quando têm valores individuais de aquisição inferiores a 100 €, são registados diretamente em gastos do período sob a forma de fornecimentos e serviços externos. Esta política, vai ao encontro do que se encontra previsto na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho e atende ao



resultado da avaliação do binómio custo-benefício que se encontra previsto na estrutura concetual do SNC-AP.

#### Mensuração inicial

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis é feita ao custo, a menos que o ativo seja adquirido através de uma transação sem contraprestação. Neste caso, a mensuração é efetuada pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT), no caso dos imóveis, e para os restantes ativos, pelo custo do valor recebido, ou na falta deste, pelo valor de mercado.

O custo do ativo fixo tangível inclui o preço de compra, os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento do bem e da restauração do local em que está localizado. Inclui ainda os custos com empréstimos obtidos (juros), que se qualifiquem para capitalização, i.e. juros que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido.

O custo corresponde ao preço a dinheiro ou, para bens adquiridos através de transações sem contraprestação, o seu justo valor à data do reconhecimento.

Nos casos em que o pagamento é diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro.

No caso de ativos fixos tangíveis adquiridos por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários com ativos não monetários, o custo corresponde ao justo valor, a não ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Nestes casos, o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

#### Mensuração subsequente

Na mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial, os ativos fixos são mensurados pelo custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Caso o ativo fixo seja constituído por diferentes componentes com vidas úteis diferenciadas, tais componentes são tratadas e depreciadas separadamente. Os terrenos e edifícios são ativos separáveis e são contabilizados separadamente, mesmo quando adquiridos conjuntamente. Os terrenos têm vida útil ilimitada, razão pela qual não são depreciáveis, a menos que se trate de terrenos associados a fins especiais, com vida útil definida. A depreciação dos ativos fixos é imputada numa base sistemática ao longo da sua vida útil e começa quando o ativo fica disponível para uso.

O método de depreciação é o que reflete o padrão pela qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos pelo Município. O método utilizado para as depreciações é o método da linha reta e a vida útil considerada para a generalidade dos ativos corresponde àquela que se encontra prevista no Classificador Complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento (CC2). Quando por alguma



razão contratual a vida útil do ativo é inferior à prevista no CC2, esta vida útil é ajustada em conformidade. Esta situação aplica-se por exemplo a ativos que sejam edifícios construídos para habitação social, com contratos resolúveis, de acordo com os quais, no final do contrato e cumpridos determinados pressupostos, os inquilinos têm direito à propriedade do bem, sem quaisquer custos para estes. Nos casos em que o julgamento do período de potencial de serviço de um Ativo Fixo Tangível é materialmente diferente daquele que resulta da aplicação das vidas úteis do CC2, o Município considera o período de potencial de serviço, em conformidade com a evidência histórica.

Os períodos de vida útil considerados encontram-se dentro dos seguintes intervalos (valores em anos):

VIDA ÚTIL	
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 100 anos
Infraestruturas	Entre 10 e 20 anos
Património histórico, artístico e cultural	Sem vida definida
Equipamento básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 20 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 8 anos
Equipamento biológico	Entre 4 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

### Desreconhecimento

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis é efetuado no momento da alienação, incluindo quando se trate de uma alienação através de uma transação sem contraprestação, ou quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

### **2.2.2 Propriedades de Investimento**

As propriedades de investimento são terrenos ou edifícios, ou partes de terrenos ou edifícios, ou ambos, detidos para a obtenção de rendas e/ou valorização de capital. Não se incluem nesta rubrica os itens que sejam para usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos (bens que são classificados como ativos fixos tangíveis), nem os itens que são detidos para venda no decurso normal das operações (situação que configura uma classificação em inventários).

### Reconhecimento



O reconhecimento das propriedades de investimento como ativo, é efetuado quando i) for provável que fluirão para o município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados à propriedade de investimento e ii) o custo ou o justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

#### Mensuração inicial

A mensuração inicial é feita ao custo, incluindo os custos de transação. O custo de aquisição corresponde ao preço de compra e quaisquer dispêndios que lhe sejam diretamente atribuíveis, tais como honorários profissionais, serviços legais, impostos não reembolsáveis e outros custos de transação. Inclui ainda os custos com empréstimos obtidos (juros), que se qualifiquem para capitalização, i.e. juros que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido. Caso o pagamento seja diferido, o custo é o equivalente ao preço em dinheiro e a diferença é reconhecida como gastos com juros durante o período de crédito.

No caso de propriedades adquiridas através de transações sem contraprestação, o custo corresponde ao justo valor na data da aquisição. Também nos casos de aquisições de ativos através de processos de expropriação resultantes do exercício dos poderes do Município, o custo corresponde ao justo valor da propriedade expropriada no momento da aquisição.

No caso de propriedade de investimento adquiridas por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários com ativos não monetários, o custo corresponde ao justo valor, a não ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Nestes casos, o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

#### Mensuração subsequente

Na mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial, o município adota o modelo do custo, ou seja, ao custo líquido de depreciações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas, à semelhança do que acontece na mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis. Esta política para a mensuração subsequente das propriedades de investimento, é adotada para a totalidade dos itens classificados como propriedades de investimento.

As depreciações das propriedades de investimento são efetuadas nos mesmos moldes dos ativos fixos tangíveis, com a aplicação dos períodos de vida útil de referência, constantes no CC2.

#### Transferências

As transferências de propriedades de investimento para outros itens do ativo, são efetuadas através de uma alteração do uso do ativo, evidenciada através i) do começo do desenvolvimento com o objetivo da venda (transferência para inventários), ou ii) do começo da ocupação da propriedade de investimento pelo município (transferência para ativo fixo tangível).

De igual forma, as transferências de outros itens do ativo para propriedades de investimento, são efetuadas através de uma alteração do uso do ativo, evidenciada através i) do começo de uma locação



operacional numa base comercial (transferência de inventários para propriedades de investimento), ou ii) do fim da ocupação de um ativo pelo município (transferência de ativos fixos para propriedades de investimento).

Em qualquer caso, o valor para a mensuração da transferência corresponde ao valor escriturado do ativo transferido, dado que o município adota o modelo do custo na mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial.

#### Desreconhecimento

As propriedades de investimento são desreconhecidas na data da alienação ou quando for permanentemente retirada do uso, e da sua alienação não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

### **2.2.3 Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis são ativos não monetários, identificáveis e sem substância física. O Ativo é identificável se i) for separável, isto é, capaz ou destacado do Município e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, quer individualmente que juntamente com um contrato, um ativo ou passivo identificável associados, independentemente de o Município pretender fazê-lo ou não, ou ii) decorrer de acordos vinculativos, independentemente desses direitos serem transferíveis ou separáveis do Município ou de outros direitos ou obrigações.

#### Reconhecimento

O reconhecimento é efetuado quando o Município é capaz de demonstrar que i) é provável que fluirão para o Município os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperados atribuíveis ao ativo, e que ii) o custo ou o justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, por norma, não são reconhecidos por não satisfazerem os critérios de reconhecimento. Exceção para ativos decorrentes de processos e fases de desenvolvimento, cujo reconhecimento depende cumulativamente do cumprimento das seguintes condições: i) a existência de viabilidade técnica de concluir o ativo intangível para estar disponível para uso ou venda, ii) a intenção, por parte do Município, em concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo, iii) a existência de capacidade, por parte do Município, em usar ou vender o ativo intangível, iv) a capacidade do Município demonstrar a forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, v) a capacidade do Município demonstrar que existe a disponibilidade de consignar os adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento, e para usar ou vender o ativo intangível, e vi) o Município tem a capacidade de mensurar com fiabilidade os dispêndios atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

#### Mensuração inicial



O dispêndio de um item intangível é reconhecido como um gasto na demonstração de resultados, a menos que faça parte do custo de um ativo intangível que satisfaça os critérios de reconhecimento.

O custo do ativo intangível corresponde ao seu preço de compra, incluindo direitos de importação e impostos não dedutíveis ou reembolsáveis sobre a compra, após dedução de descontos comerciais e abatimentos, adicionado por qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para o uso pretendido. Os custos dos ativos desenvolvidos internamente, correspondem à soma dos dispêndios suportados a partir da data em que o ativo satisfaz todas as condições de reconhecimento mencionadas anteriormente. Todos os dispêndios que tenham sido anteriormente reconhecidos como gastos, não podem fazer parte do custo do ativo intangível. Inclui ainda os custos com empréstimos obtidos (juros), que se qualifiquem para capitalização, i.e. juros que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido ou para venda.

No caso de ativos intangíveis adquiridos por troca de um ativo ou ativos não monetários, ou de uma combinação de ativos monetários com ativos não monetários, o custo corresponde ao justo valor, a não ser que a transação com contraprestação não tenha substância comercial ou o justo valor do ativo recebido e o justo valor do ativo cedido não possam ser mensurados com fiabilidade. Nestes casos, o ativo adquirido é mensurado pela quantia escriturada do ativo cedido.

No caso de aquisições relacionadas com transações sem contraprestação, o custo do ativo intangível corresponde ao justo valor à data da aquisição. Nos casos em que o pagamento é diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro.

#### Mensuração subsequente

Após o momento do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são reconhecidos pelo seu custo deduzido de amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

A vida útil dos ativos é considerada de acordo com o que se encontra previsto no CC2. No caso da existência de acordos vinculativos, incluindo direitos contratuais ou outros direitos legais, a vida útil não excede o período desses acordos. O método de amortização reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pelo Município, correspondendo este método, na sua generalidade, ao método das quotas constantes, também designado por método da linha reta.

O período de amortização é revisto a cada data de relato, considerando o exposto no parágrafo anterior. O valor residual considerado é de zero, a menos que i) haja um compromisso de um terceiro para adquirir o ativo no final da sua vida útil, ou ii) haja um mercado ativo, o valor residual possa ser determinado com referência esse mercado e seja provável que tal mercado existirá no final da vida útil do ativo.

#### Desreconhecimento



Os ativos intangíveis são desreconhecidos no momento da alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço do seu uso ou alienação.

#### **2.2.4 Locações**

As locações são acordos pelos quais o locador transfere para o locatário o direito de uso de um ativo, durante um período de tempo acordado, em troca de um pagamento ou de uma série de pagamentos.

As locações são classificadas como operacionais ou financeiras, de acordo com a transferência substancial dos riscos e vantagens. Uma locação é classificada como locação financeira quando, através do acordo entre locador e locatário, são transferidos substancialmente, para a esfera do locatário, todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. Todas as restantes locações são classificadas como locações operacionais.

A classificação das locações depende de julgamento profissional e atende a um conjunto de indicadores que, não sendo decisivos para a classificação, apoiam este mesmo julgamento. Entre estes indicadores, encontram-se os seguintes: i) a transferência ou não da propriedade do ativo para o locatário no final do período da locação, ii) a existência ou não da opção de comprado ativo, por um preço substancialmente mais baixo que o justo valor à data da opção, iii) o prazo da locação e o período de vida do bem locado (critério especialmente atendível quando conjugado com outros indicadores), iv) a existência de um valor presente de pagamentos no início da locação, que em substância corresponde ao justo valor do bem locado, v) a especificidade do ativo e a capacidade ou não do ativo poder ser usado por terceiros, sem grande modificações, e v) a capacidade do ativo locado poder ser ou não, facilmente substituído por outro ativo. Estes indicadores são analisados, tomando em consideração a substância económica e o balanceamento entre os mesmos, por forma a se aferir da transferência ou não, em termos substanciais, dos riscos e vantagens associados à propriedade do ativo.

##### Reconhecimento nas locações financeiras

No início do prazo da locação, o locatário reconhece no seu balanço os bens adquiridos através de uma operação de locação financeira, como ativos e as respetivas obrigações de locação, como passivos. O que determina a classificação das locações como locações financeiras, é a substância e realidade financeira, independentemente da forma legal.

##### Mensuração nas locações financeiras

Os ativos e os passivos reconhecidos são mensurados pelo justo valor da propriedade locada, ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação, calculada através da taxa de desconto correspondente à taxa de juro implícita da locação. Caso a taxa de juro implícita não seja determinável, é utilizada a taxa de juro incremental de financiamento do locatário. O valor do custo inclui os dispêndios diretamente atribuíveis a atividades levadas a efeito pelo locatário numa locação financeira.



Os pagamentos mínimos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do saldo do passivo. O encargo financeiro é imputado a cada um dos períodos do prazo da locação, por forma a obter uma taxa de juro constante periódica sobre o saldo remanescente do passivo. Qualquer renda contingente é reconhecida como gasto do período em que ocorre.

Os ativos adquiridos através de uma locação financeira, têm o mesmo tratamento que os ativos fixos tangíveis, aplicando-se-lhes as mesmas políticas contabilísticas no que se refere à mensuração subsequente ao momento do reconhecimento inicial.

#### Reconhecimento e mensuração nas locações operacionais

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como um gasto de base linear no período de vida do contrato de locação, independentemente do período de pagamentos efetuados. Exceção para os custos relacionados com manutenções e seguros, que são reconhecimentos como gastos no momento da sua ocorrência.

#### **2.2.5 Acordos de Concessão de Serviços**

Os acordos de concessão de serviços são acordos vinculativos entre uma entidade pública que concede ao concessionário o direito de usar o ativo de concessão de serviços (concedente) e a entidade que usa o ativo de concessão de serviços para prestar serviços públicos sujeitos ao controlo do ativo pelo concedente (concessionário), e em que i) o concessionário usa o ativo de concessão por um período de tempo especificado e ii) é remunerado pelos serviços durante o período de tempo do acordo de concessão de serviços.

A contabilização na ótica do concedente depende do modelo do Passivo, e implica a análise dos termos do acordo vinculativo para se aferir da aplicação do i) modelo da atribuição de um direito ou do ii) modelo do passivo financeiro. De acordo com o modelo da atribuição de um direito ao concessionário (i), o concedente compensa o concessionário, dando-lhe o direito de obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo; e/ou dá ao concessionário acesso a um Ativo gerador de rendimentos para uso do concessionário. De acordo com o modelo do passivo financeiro (ii), em troca do ativo de concessão de Serviços, o concedente compensa o concessionário, efetuando pagamentos ao concessionário, e o concedente tem a obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro ao concessionário, pela construção, desenvolvimento, aquisição ou melhoria do Ativo.

#### Reconhecimento inicial

Quando o concedente reconhece um ativo de concessão de serviços reconhece igualmente um passivo, a menos que o ativo já exista no concedente e tenha sido reclassificado como ativo de concessão de serviços. Mesmo que o ativo já esteja no concedente e tenha sido reclassificado, caso haja remuneração adicional por parte do concessionário, poderá haver lugar ao reconhecimento de Passivo.

#### Mensuração inicial





A mensuração inicial ao ativo é efetuada ao justo valor, exceto quando o ativo já exista no concedente. Neste caso, o ativo é reclassificado como ativo de concessão de serviços e registado numa classe separada como ativo fixo tangível ou ativo intangível.

A mensuração inicial do passivo é efetuada pela mesma quantia que o ativo de concessão de serviços mensurado pelo justo valor, ajustado da quantia de qualquer outra remuneração proporcionada pelo concedente ao concessionário, ou por este ao concedente.

#### Mensuração subsequente – aplicação do modelo da atribuição de um direito

O concedente contabiliza o passivo reconhecido, como a parte não ganha do rendimento decorrente da troca de ativos entre o concedente e o concessionário. Reconhece igualmente o rendimento e reduz o passivo reconhecido segundo a substância económica do acordo de concessão de serviços. O rendimento é reconhecido segundo a substância económica do acordo de concessão de serviços, e o passivo é reduzido à medida que o rendimento é reconhecido.

#### Mensuração subsequente – aplicação do modelo do passivo financeiro

Modelo aplicável quando existe uma obrigação incondicional de pagar dinheiro, seja por quantias especificadas, seja por insuficiência de quantias recebidas pelo concessionário, dos utilizadores do serviço público. O Passivo financeiro é um instrumento financeiro, reconhecido de acordo com as políticas aplicáveis aos instrumentos financeiros.

### **2.2.6 Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros são classificados em i) investimentos em entidades controladas, ii) investimentos em associadas, iii) investimentos em empreendimentos conjuntos, iv) investimentos noutras entidades e v) outros investimentos financeiros. A classificação depende da existência de controlo, influência significativa, controlo conjunto ou a inexistência de qualquer influência.

Uma entidade é classificada como entidade controlada pelo Município, desde que tenha, cumulativamente: i) poder sobre a outra entidade participada, ii) exposição, ou direitos, aos benefícios decorrentes do seu envolvimento, com a outra entidade participada, e iii) a capacidade de exercer o seu poder sobre a entidade participada de modo a afetar a natureza e a quantia dos benefícios decorrentes do envolvimento com essa entidade. O Município está, portanto, perante uma entidade que controla, quando está exposto, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade participada e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre a participada.

Uma entidade é classificada como associada, quando sobre ela o Município exerce uma influência significativa. Esta influência significativa consubstancia-se no poder do Município em participar nas decisões financeiras e operacionais da participada, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas mesmas políticas.



Uma entidade é classificada como empreendimento conjunto, quando existe um acordo conjunto entre o Município e essa ou essas entidades, em relação ao qual as partes que exercem o controlo conjunto, têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo.

#### Reconhecimento e Mensuração iniciais

O reconhecimento inicial de um investimento financeiro é efetuado quando o Município é parte contratual do ativo financeiro subjacente. A mensuração inicial é efetuada ao custo ou ao justo valor.

#### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos investimentos financeiros é efetuada da seguinte forma nas contas individuais: i) para as participações em entidades controladas, em entidades associadas e em entidades conjuntamente controladas (empreendimentos conjuntos), a mensuração é efetuada através da aplicação do método da equivalência patrimonial. Nas restantes participações, a mensuração é efetuada ao custo ou ao justo valor, tal como aplicável pela norma dos instrumentos financeiros.

#### Método da equivalência patrimonial

De acordo com este método, o investimento numa participada é reconhecido ao custo no momento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte do Município nos resultados da entidade participada, após a data da aquisição.

A quota-parte do Município nos resultados da entidade participada é reconhecida em resultados do período do Município. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada da participação financeira. As alterações efetuadas diretamente no capital próprio das participadas, são refletidas igualmente, pela quota-parte da participação, no património líquido do Município.

Para a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Município utiliza as demonstrações financeiras mais recentes da participada e toma em consideração a adoção das políticas contabilísticas desta. Quando a entidade participada tiver prejuízos, a aplicação do método da equivalência patrimonial resulta numa diminuição do valor da participação na respetiva quota-parte. Quando as perdas na participada igualam ou excedem o valor do investimento, o Município passa a apresentar a participação com o valor de zero, deixando de registar as perdas, a menos que tenha assumido obrigações por conta das participadas, situação que leva à constituição de provisões para o efeito.

### **2.2.7 Custos com Empréstimos Obtidos**

Os custos com empréstimos obtidos são juros e outros gastos suportados pelo Município relativos a empréstimos obtidos.

#### Reconhecimento



Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período, com exceção daqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, i. e. de um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para uso ou para venda. Neste caso, os custos com empréstimos obtidos são incluídos no custo do ativo, correspondendo tais custos àqueles que teriam sido evitados se o dispêndio desse ativo não tivesse ocorrido.

#### Início do processo de capitalização dos custos com empréstimos obtidos

A capitalização dos empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica, inicia quando i) os dispêndios com o ativo estejam a ser efetuados, ii) os custos com empréstimos obtidos estejam a ser suportados, e iii) as atividades necessárias com vista a preparar o ativo para o uso pretendido ou a venda estejam em curso.

O processo de capitalização fica suspenso quando o desenvolvimento do ativo estiver interrompido por períodos extensos. Durante esses períodos, o custo com empréstimos obtidos é registado como gastos do período.

#### Cessação do processo de capitalização dos custos com empréstimos obtidos

A capitalização cessa no momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo que se qualifica para o seu uso pretendido estão substancialmente concluídas. Este momento corresponde igualmente ao momento em que o ativo passa do estado em curso para o estado firme.

### **2.2.8 Imparidade de ativos**

Uma imparidade é uma perda de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço de um ativo, para além do processo de realização do ativo pelo uso, i.e. do processo de reconhecimento sistemático das depreciações ou das amortizações.

#### Reconhecimento e mensuração

Existe uma imparidade quando a quantia escriturada de um ativo excede a quantia recuperável. A quantia recuperável corresponde à maior quantia entre o justo valor de um ativo (uma de uma unidade geradora de caixa) menos o custo de vender e o valor do uso. O valor do uso para os ativos geradores de caixa, corresponde ao valor presente dos cash flows futuros que se espera obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. Para os ativos não geradores de caixa, o valor de uso corresponde ao valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo.

A determinação do valor de uso em ativos não geradores de caixa é efetuada através da aplicação de uma das seguintes abordagens: i) abordagem pelo custo de reposição depreciado, ii) abordagem pelo custo de restauro, e iii) abordagem pelas unidades de serviço. A escolha da abordagem para cálculo do valor de uso depende da disponibilidade de dados e da natureza da imparidade.



O reconhecimento de imparidades depende do julgamento efetuado para os diferentes ativos com indícios de imparidade, através de fontes de informação externas e internas do Município. Sempre que existam indícios de imparidade, o Município verifica e testa se o ativo está ou não perante uma situação que implique o reconhecimento da perda por imparidade.

A mensuração é efetuada pela diferença positiva entre o valor escriturado do ativo e o valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do período.

#### Reversões de perdas por imparidade

A cada data de relato, o Município avalia através de fontes de informação internas e externas, se existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores possam ter diminuído ou deixado de existir. Nestes casos, o Município volta a realizar o teste de imparidade e caso conclua que a perda por imparidade é menor ou deixou de existir, reverte essa mesma perda através de resultados do período, até ao valor pelo qual o ativo se encontraria escriturado, caso nunca tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade.

### **2.2.9 Inventários**

Inventários são ativos i) na forma de materiais ou consumíveis a aplicar no processo de produção, ii) na forma de materiais ou consumíveis a aplicar ou distribuir na prestação de serviços, iii) detidos para venda ou distribuição no decurso normal das operações, ou iv) no processo de produção para venda ou distribuição.

#### Reconhecimento

O reconhecimento é efetuado a partir do momento em que o ativo é controlado pelo Município, normalmente a partir de um evento passado que corresponde a um processo aquisitivo numa transação com contraprestação, ou a partir de uma transação sem contraprestação.

O gasto com inventários ocorre no momento em que seja reconhecido o rendimento associado, por forma a assegurar o balanceamento entre rendimentos e gastos.

Os bens consumíveis que se encontrem armazenados, entre os quais se destacam os bens de economato, por não integrarem a definição de inventários, são registados no ativo na rubrica Gastos a Reconhecer, dando-se cumprimento desta forma à periodização económica.

#### Mensuração

A mensuração é efetuada, em termos genéricos, pela quantia mais baixa entre o custo do inventário e o seu valor realizável líquido, correspondendo este ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade do Município, menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para realizar a venda, a troca ou distribuição.

No caso específico de inventários adquiridos através de transações sem contraprestação, a mensuração é efetuada ao justo valor à data da aquisição.



Nos casos em que os inventários são detidos para serem distribuídos sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, a mensuração é feita pelo menor entre o custo e o custo de reposição corrente, correspondendo este ao custo que o Município suportaria para adquirir o ativo na data de relato.

Qualquer diferença positiva entre o valor escriturado e o valor realizável líquido nos inventários para produção, venda ou para consumo nos serviços, e entre o custo e o custo de reposição nos inventários adquiridos para distribuição, é registada como uma redução no ativo (imparidade) por contrapartida de resultados do período (perdas por imparidade).

### **2.2.10 Instrumentos Financeiros**

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade. Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir os seus passivos.

#### Reconhecimento

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Mensuração inicial de ativos e passivos financeiros

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro é efetuada pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao ativo ou ao passivo, são incluídos no custo de aquisição, no caso de ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja efetuada ao justo valor.

#### Mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros

A mensuração após o reconhecimento inicial de todos os ativos e passivos financeiros é efetuada de acordo com os seguintes critérios: i) ao custo amortizado, ou ii) ao justo valor.

#### Ao custo amortizado (i)

Os ativos são designados para mensuração ao custo amortizado quando satisfazem a totalidade das seguintes condições: a) sejam à vista ou tenham maturidade definida, b) os retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, e c) não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Os passivos financeiros que não sejam detidos para negociação, são todos designados para mensuração ao custo amortizado, usando o método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida



esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

A mensuração dos principais instrumentos financeiros incluídos nas demonstrações financeiras é efetuada da seguinte forma:

#### Clientes, contribuintes, utentes e outras contas a receber

Estes instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes, contribuintes, utentes e outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidades de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

#### Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, assim como os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa

#### Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Município possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

#### Fornecedores, adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes, e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### Ao justo valor (ii)



Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor, registadas em resultados nas rubricas “aumentos/reduções de justo valor”.

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros: a) instrumentos de capital próprio de uma outra entidade, negociados em mercado regulamentado, e b) ativos e passivos financeiros detidos para negociação, i.e. os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. Incluem-se igualmente nesta categoria os instrumentos derivados, com exceção os derivados de cobertura e que seja eficaz.

#### Imparidade de ativos financeiros

A cada data de relato, o Município avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Esta avaliação tem em consideração a existência de evidência objetiva de qualquer um dos seguintes eventos de perda: i) significativa dificuldade financeira do devedor, ii) quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização, iii) o credor, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que o credor de outro modo não consideraria, iv) torne-se provável que o devedor irá entrar em falência ou fará qualquer reorganização financeira, v) o desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor, ou vi) informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa por via de alterações nas condições económicas, locais ou setoriais adversas.

A mensuração das perdas por imparidade para ativos mensurados ao custo amortizado corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos cash-flows estimados, descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

As reversões de perdas por imparidade têm como limite o valor pelo qual o ativo se encontraria registado ao custo amortizado, caso nunca tivesse havido qualquer perda por imparidade. Exceção para instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, assim como para instrumentos derivados que devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos – para estes ativos financeiros não são efetuadas reversões das perdas por imparidade.

#### Desreconhecimento

Ao ativos financeiros são desreconhecidos quando: i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram, ii) o Município transfere para outra parte todos os riscos e



benefícios significativos relacionados com o ativo financeiro, ou iii) o Município, apesar de reter alguns riscos e benefícios significativos relacionados com o ativo, tenha transferido o controlo do ativo para um terceiro e este tenha a capacidade prática de vender o ativo a outro terceiro não relacionado.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando estes se extinguirem, o que acontece quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

## **2.2.11 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

Uma provisão é um passivo de momento ou quantia incertos. Um Passivo Contingente é uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não estão totalmente sob controlo da entidade, ou uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados, mas não é reconhecido porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

### Reconhecimento

As provisões são reconhecidas quando o Município tem: i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados, ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação, e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Município divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

### Mensuração

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa. O valor estimado do dispêndio é efetuado através da utilização da melhor estimativa para o efeito, com a informação disponível à data do relato. Estas estimativas são determinadas através de julgamento profissional, complementado com a experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, com relatórios de peritos independentes.

### Alterações no valor das Provisões e desreconhecimento

A cada data de relato, o valor das provisões é ajustado em conformidade com a informação disponível. Quando deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recurso incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

### Utilização

As provisões são utilizadas, atendendo aos eventos relacionados, para os quais foram constituídas.





### **2.2.12 Acontecimentos após a data do balanço**

Os acontecimentos após a data do balanço, são acontecimentos favoráveis ou desfavoráveis, que ocorram entre a data do relato financeiro e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, i.e, a data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo órgão competente com autoridade para finalizar essas demonstrações financeiras e responsabilidade pela respetiva prestação de contas.

#### Reconhecimento e mensuração

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### **2.2.13 Rendimento de transações com contraprestação**

As transações com contraprestação correspondem a transações pelas quais o Município receba ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços ou uso de ativos) a outra entidade.

#### Reconhecimento

O rendimento da venda de bens é reconhecido quando estão cumpridas todas as condições seguintes: i) o Município tiver transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) o Município não mantiver envolvimento continuado na gestão a um nível usualmente associado à propriedade, nem o controlo efetivo sobre os bens vendidos, iii) a quantia do rendimento puder ser mensurada com fiabilidade, iv) for provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para o Município, e v) os gastos suportados ou a suportar relativos à transação puderem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação puder ser estimado com fiabilidade. O reconhecimento é efetuado de acordo com a fase de acabamento do serviço prestado. O reconhecimento ocorre no momento em que estejam cumpridas todas as seguintes condições: i) a quantia do rendimento possa ser mensurada com fiabilidade, ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação fluirão para o Município, iii) a fase de acabamento da transação à data do relato possa ser mensurada com fiabilidade, e iv) os custos suportados com a transação e os custos para completar a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

#### Mensuração



O rendimento de transações com contraprestação deve ser mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Quando o influxo de caixa ou equivalentes de caixa for diferido, o valor reconhecido é o justo valor da retribuição que corresponde àquele que seria praticado caso não houvesse tal diferimento. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rendimento de juros.

#### **2.2.14 Rendimento de transações sem contraprestação**

As transações sem contraprestação são as transações em que o Município ou recebe valor de outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. São igualmente transações sem contraprestação, aquelas em que a entidade recebe recursos, mas não entrega por contrapartida qualquer retribuição, situação onde se incluem os impostos e as transferências, onde se incluem as transferências financeiras, os subsídios, as multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens e serviços em espécie.

##### Especificações sobre ativos transferidos

As especificações são os termos impostos por lei, regulamento ou acordo vinculativo sobre o uso de um ativo transferido por entidades externas ao Município. Estas especificações podem ser i) condições – quando indicam que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço incorporados no ativo devem ser consumidos pelo recetor conforme estabelecido, ou que os futuros benefícios económicos ou potencial de serviço têm de ser devolvidos ao cedente, ou ii) restrições – quando limitam ou orientam os fins para que pode ser usado um ativo transferido, mas não especificam que benefícios económicos ou potencial de serviço são necessários desenvolver a quem transfere, se tal ativo não for empregue conforme especificado.

##### Reconhecimento de ativos

O reconhecimento de um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação é efetuado quando o Município obtiver o controlo dos recursos que satisfaçam a definição de ativo e este seja possa ser mensurado com fiabilidade.

##### Reconhecimento de ativos com especificações

No caso da transferência de ativos com condições, o Município reconhece em simultâneo com o Ativo aquando do reconhecimento inicial, um Passivo. No caso da transferência de ativos com restrições, não é reconhecido qualquer passivo, podendo, no entanto, ser constituídas provisões, caso estejam cumpridos os critérios de reconhecimento para as mesmas.

##### Reconhecimento de impostos e transferências

O reconhecimento dos impostos é efetuado no momento em que o acontecimento tributável ocorre. De igual forma, o rendimento das transferências é reconhecido quando o acontecimento relacionado ocorrer.



#### Mensuração de ativos no reconhecimento inicial

A mensuração de ativos adquiridos através de transações sem contraprestação é efetuada pelo justo valor à data da aquisição, correspondendo este à quantia pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a negociar, numa transação em que não há relacionamento entre elas. No caso dos impostos, os ativos são mensurados pela melhor estimativa do influxo de recursos para o Município.

#### Mensuração de passivos no reconhecimento inicial

A mensuração de passivos corresponde à melhor estimativa da quantia necessária para liquidar a obrigação presente à data do relato.

#### Mensuração do rendimento

O rendimento de transações sem contraprestação corresponde à quantia do aumento do ativo reconhecido pelo Município.

#### Subsídios:

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes, atribuídos ao Município são reconhecimentos como Património Líquido a partir do momento em que se encontram cumpridas as condições com eles relacionadas.

Os subsídios não reembolsáveis atribuídos ao Município, sujeitos a condições ainda não satisfeitas, são reconhecidos no Passivo, sendo posteriormente reclassificados em Património Líquido a partir do momento em que tais condições estejam satisfeitas.

A partir do momento em que os subsídios atribuídos sejam reconhecidos em Património Líquido, e desde que os mesmos estejam conexos com ativos depreciáveis ou amortizáveis, é imputado a resultados do exercício a quota-parte subvencionada em função do período de vida útil considerado para os ativos subvencionados.

#### Doações:

As doações são reconhecidas por contrapartida de Património Líquido, sendo mensuradas como ativos ao justo valor. Exceção para doações de bens consumíveis, cujo reconhecimento é efetuado em resultados, por forma a ser garantido o princípio do balanceamento entre rendimentos e gastos associados aos mesmos.

### **2.2.15 Benefícios dos Empregados**

Os benefícios dos empregados são todas as formas de retribuição dada pelo Município em troca dos serviços prestado pelos empregados.



Os benefícios dos empregados classificam-se em i) benefícios de curto-prazo e ii) benefícios pós-emprego. Os benefícios de curto-prazo (i) incluem os salários, ordenados e contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto-prazo remuneradas em que compensação pelas ausências ocorre dentro de 12 meses após a data do relato em que os empregados prestam o respetivo serviço, gratificações relacionadas com o desempenho, e benefícios não monetários, tais como cuidados médicos, alojamentos, automóvel e bens ou serviços grátis ou subsidiados dos atuais empregados. Os benefícios pós-emprego incluem os benefícios de reforma, podendo ser constituídos por planos de contribuição definida ou por planos de benefícios definidos. Dada a não aplicação de benefícios pós-emprego no Município da Maia, apresentam-se as políticas contabilísticas para os benefícios de curto-prazo (i).

#### Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento resulta da prestação de serviços pelos empregados no período contabilístico. É efetuado pela quantia não descontada dos benefícios de curto-prazo que se espera pagar em troca desse serviço.

O reconhecimento é feito como passivo, sob a rubrica “acrécimo de gastos”, após dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, o Município reconhece um ativo na extensão em que o pré-pagamento conduza a uma redução em pagamentos futuros ou numa devolução de dinheiro, e como um Gasto do período, a menos que o valor seja objeto de capitalização, por exemplo, em casos relacionados com Ativos Fixos ou Inventários.



### 2.5.3 NOTA 3 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos quadros abaixo representados, podemos encontrar os movimentos decorridos em 2023, nos ativos intangíveis.

Quadro3.1 - Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Rubrica	Início do período			Quantia Escriturada	Final do período			Quantia Escriturada
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas		Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	
<b>artístico e cultural</b>	<b>6 059 160</b>	<b>-4 911 232</b>	<b>0</b>	<b>1 147 929</b>	<b>6 183 975</b>	<b>-5 313 297</b>	<b>0</b>	<b>870 678</b>
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	3 848 801	-3 314 037	0	534 764	4 219 995	-3 716 102	0	503 893
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	1 597 195	-1 597 195	0	0	1 597 195	-1 597 195	0	0
Ativos intangíveis em curso	613 165	0	0	613 165	366 785	0	0	366 785
<b>TOTAL</b>	<b>6 059 160</b>	<b>-4 911 232</b>	<b>0</b>	<b>1 147 929</b>	<b>6 183 975</b>	<b>-5 313 297</b>	<b>0</b>	<b>870 678</b>

Un:Euro



# 2023 RELATÓRIO E CONTAS

**Quadro 3.2 - Quantia escriturada e variações do período**

Ativos Fixos Intangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Variação								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferencia internas à entidade	Revalorizações	Reversão por perdas de imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do Período	Diferenças cambiais	Diminuições	
<b>artístico e cultural</b>	<b>1 147 929</b>	<b>562 799</b>	<b>-437 985</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-402 065</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>870 678</b>
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	534 764	194 679	176 515	0	0	0	-402 065	0	0	503 893
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis em curso	613 165	368 120	-614 500	0	0	0	0	0	0	366 785
<b>TOTAL</b>	<b>1 147 929</b>	<b>562 799</b>	<b>-437 985</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-402 065</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>870 678</b>

Un: Euro

**Quadro 3.3 - Desagregação das adições**

Ativos Fixos Intangíveis	Adições										Total
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação, Herança Legado ou Perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras	
<b>artístico e cultural</b>	<b>0</b>	<b>562 799</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>562 799</b>
Goodwill	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Projetos de desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Programas de computador e sistemas de informação	0	194 679	0	0	0	0	0	0	0	0	194 679
Propriedade industrial e intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos intangíveis em curso	0	368 120	0	0	0	0	0	0	0	0	368 120
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>562 799</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>562 799</b>

Un: Euro



Em 2023, o Município investiu cerca de 194.679€ em Programas de computador e sistemas de informação, rubrica esta que já atinge 58% do total dos ativos intangíveis, correspondente os restantes 42% aos ativos intangíveis em curso.

#### **2.5.4 NOTA 4 – CONTRATOS DE CONCESSÃO**

O Município da Maia é concedente num contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no perímetro municipal, com a EDP Distribuição – Energia, S.A. (EDP Distribuição). Este contrato de concessão iniciou-se em 31 de março de 1987, no âmbito do quadro legal que foi criado pelo Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, tendo o mesmo sido alterado e renovado em dezembro de 2005, para um novo período de 20 anos.

De acordo com o contrato de concessão, o Município da Maia concede à EDP Distribuição a distribuição da energia elétrica em baixa tensão na área do próprio Município, passando esta a delegar na concessionária o exercício dos direitos e poderes necessários à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão em regime de exclusivo.

Afetos à concessão, encontram-se a) as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, bem como os aparelhos e os acessórios ligados à sua exploração, que à data da concessão estavam a ser explorados pela EDP Distribuição, b) os postos de transformação alimentadores das redes anteriormente referidas, e c) os postos de transformação e os direitos sobre os quais em que se encontram implantados, as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, compreendendo as linhas, os ramais e as chegadas, as redes de iluminação pública, bem como os aparelhos e acessórios ligados à exploração da distribuição concedida, construídos ou instalados pela EDP Distribuição para cumprimento das obrigações da concessão, durante a vigência desta, independentemente de o seu custo ter ou não sido participado ou suportado por quaisquer entidades.

Todo o património abrangido pela concessão, nos termos do parágrafo anterior, é património da EDP Distribuição, não podendo, porém, o mesmo ser utilizado pela EDP Distribuição em atividades diferentes daquelas que constituem objeto da concessão, sem que haja sido acordado entre o concessionário e o concedente, o valor devido de compensação relacionado.

Em resultado do contrato de concessão, o concedente ficou com o direito a uma renda, tendo o concessionário ficado com o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens de domínio público municipal.

Aquando do resgate ou do fim da concessão, a EDP Distribuição transferirá o património para o Município, nos termos do Decreto-Lei 344-B/82, de 1 de setembro, na sua redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, i.e. em troca de uma indemnização correspondente ao valor



líquido do património próprio da entidade concessionária, que será pago pelo Município da Maia. Ao abrigo da concessão, a EDP Distribuição ficou obrigada a comunicar à entidade concedente, o valor de indemnização a pagar por esta àquela, relativo às infraestruturas elétricas, num hipotético resgate da concessão, devendo tal valor ser fundamentado e instruído, quando solicitado pelo Município, com os elementos necessários ao seu conhecimento. Os mecanismos destinados à inventariação física deste património são estabelecidos pelo concedente e pelo concessionário, ao abrigo do contrato de concessão.

Com a Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, que aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão, encontra-se previsto o lançamento sincronizado dos procedimentos concursais para atribuição de concessões municipais da atividade de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no território continental português, com vista a assegurar os princípios de eficiência económica e de neutralidade financeira para os consumidores e para o Orçamento do Estado. Este lançamento sincronizado ainda não tem data definida, que seja do conhecimento do Município da Maia, e a menos que o mesmo coincida com a data de término do contrato de concessão, poderá implicar a antecipação do que se encontra previsto contratualmente.

Considerando que o Município da Maia, age como concedente no contrato de concessão com a EDP Distribuição, e que controla os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem os tem de prestar e a que preço (sendo este definido com a intervenção do regulador), e considerando que o concedente controla qualquer interesse residual no ativo no final do contrato, tendo no caso em concreto de pagar a indemnização prevista para o efeito nos termos legais, parece não existirem dúvidas de que o ativo deva ser reconhecido pelo Município que o controla, não sendo porém da sua propriedade. Não obstante, para que tal reconhecimento se materialize, é necessário que o justo valor dos ativos seja conhecido ou dado a conhecer pelo concessionário.

Apesar da informação indicada pela E-Redes, o Município considera não dispor de elementos suficientes, esclarecedores e adequados que permitam dar cumprimento ao disposto na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente, entre os quais informação detalhada e atualizada sobre cada um dos ativos afetos à concessão e respetivas vidas úteis, incluindo o justo valor dos bens e sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis.

Importa ainda referir ter sido solicitada junto da CNC-AP informação esclarecedora sobre se estariam reunidas todas as condições plasmadas na referida NCP 4, nomeadamente as constantes do n.º 6, no que à obrigatoriedade de registo diz respeito. Não tendo sido obtida resposta até à data e atentas as dúvidas existentes, acrescentando os potenciais efeitos relevantes que um eventual registo contabilístico dos bens, direitos e obrigações poderia ter nas Demonstrações Financeiras apresentadas, o Órgão Executivo considerou que, necessitando esta matéria de ser precedida duma validação/análise interna, criteriosa, dos Serviços municipais, no superior interesse do Município a opção mais adequada seria apenas o relato/divulgação da matéria, aguardando-se ulteriores desenvolvimentos.





# 2023 RELATÓRIO E CONTAS

## 2.5.5 NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos ativos tangíveis, no ano de 2023, desdobram-se nos quadros seguintes:

**Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas**

Rubrica	Início do período			Final do período				
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
<b>Bens de domínio público, património, artístico e cultural</b>	<b>267 819 826</b>	<b>-192 623 928</b>	<b>0</b>	<b>75 195 898</b>	<b>279 669 985</b>	<b>-202 051 177</b>	<b>0</b>	<b>77 618 808</b>
Terrenos e recursos naturais	21 533 049	0	0	21 533 049	21 682 515	0	0	21 682 515
Edifícios e outras construções	12 519 994	-8 367 193	0	4 152 801	13 774 540	-8 853 779	0	4 920 761
Infraestruturas	222 271 258	-184 223 516	0	38 047 742	237 720 657	-193 164 179	0	44 556 478
Património histórico, artístico e cultural	3 054 193	-33 219	0	3 020 974	3 116 120	-33 219	0	3 082 902
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros bens de domínio público em curso	8 441 332	0	0	8 441 332	3 376 153	0	0	3 376 153
<b>Ativos fixos em concessão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>463 324 232</b>	<b>-211 278 948</b>	<b>0</b>	<b>252 045 284</b>	<b>482 643 639</b>	<b>-223 356 730</b>	<b>0</b>	<b>259 286 910</b>
Terrenos e recursos naturais	65 242 980	0	0	65 242 980	69 619 781	0	0	69 619 781
Edifícios e outras construções	348 330 766	-178 485 652	0	169 845 114	362 001 844	-188 556 400	0	173 445 444
Equipamento básico	27 085 262	-22 886 375	0	4 198 887	29 435 268	-24 404 261	0	5 031 007
Equipamento de transporte	2 511 810	-2 340 720	0	171 091	2 542 829	-2 425 345	0	117 484
Equipamento administrativo	2 514 665	-2 194 670	0	319 995	2 579 584	-2 262 010	0	317 574
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	6 842 906	-5 371 532	0	1 471 374	7 370 297	-5 708 714	0	1 661 582
Outros Ativos fixos tangíveis em curso	10 795 843	0	0	10 795 843	9 094 037	0	0	9 094 037
<b>TOTAL</b>	<b>731 144 057</b>	<b>-403 902 876</b>	<b>0</b>	<b>327 241 181</b>	<b>762 313 624</b>	<b>-425 407 907</b>	<b>0</b>	<b>336 905 718</b>

Un:Euro



# 2023 RELATÓRIO E CONTAS

**Quadro 5.2 - Quantia Escriturada e Movimentos**

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Variação								Quantia escriturada final
		Adições <sup>(1)</sup>	Transferencia internas à entidade	Revalorizações	Reversão por perdas de imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do Período <sup>(2)</sup>	Diferenças cambiais	Diminuições <sup>(1)</sup>	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>	<b>75 195 898</b>	<b>11 641 484</b>	<b>210 078</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-9 427 249</b>	<b>0</b>	<b>-1 403</b>	<b>77 618 808</b>
Terrenos e recursos naturais	21 533 049	150 868	0	0	0	0	0	0	-1 403	21 682 515
Edifícios e outras construções	4 152 801	0	1 254 546	0	0	0	-486 586	0	0	4 920 761
Infraestruturas	38 047 742	43 121	15 406 277	0	0	0	-8 940 663	0	0	44 556 478
Património histórico, artístico e cultural	3 020 974	61 928	0	0	0	0	0	0	0	3 082 902
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bens de domínio público em curso	8 441 332	11 385 567	-16 450 746	0	0	0	0	0	0	3 376 153
<b>Ativos fixos em concessão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>252 045 284</b>	<b>22 601 998</b>	<b>977 764</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-13 797 379</b>	<b>0</b>	<b>-2 540 757</b>	<b>259 286 910</b>
Terrenos e recursos naturais	65 242 980	6 524 788	6 930	0	0	0	0	0	-2 154 917	69 619 781
Edifícios e outras construções (3)	169 845 114	8 708 915	6 953 324	0	0	0	-11 739 321	0	-322 587	173 445 444
Equipamento básico	4 198 887	1 407 432	982 867	0	0	0	-1 557 893	0	-287	5 031 007
Equipamento de transporte	171 091	22 776	8 243	0	0	0	-84 625	0	0	117 484
Equipamento administrativo	319 995	70 729	0	0	0	0	-73 068	0	-82	317 574
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	1 471 374	219 268	315 509	0	0	0	-342 472	0	-2 097	1 661 582
Ativos fixos tangíveis em curso	10 795 843	5 648 089	-7 289 108	0	0	0	0	0	-60 787	9 094 037
<b>TOTAL</b>	<b>327 241 181</b>	<b>34 243 482</b>	<b>1 187 842</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-23 224 628</b>	<b>0</b>	<b>-2 542 160</b>	<b>336 905 718</b>

Un: Euro

(1) O valor total das diminuições do período, inclui 2.146.230,79 € referentes a regularizações de fichas de imobilizado que foram abatidas e novamente consideradas no património na coluna adições.

(2) Inclui depreciações do período, regularização de anos anteriores, ocorridas no exercício e ainda os impactos decorrentes de abates e alienações de bens.

(3) Na sequência do processo de descentralização de competências no domínio da educação e saúde, procedeu-se ao registo de várias escolas do ensino básico 2/3, secundário e centros de saúde, porém uma escola e um centro de saúde encontram-se sem valor associado, dada a ausência de resposta por parte da Administração Central às diversas solicitações formuladas pelo Município quanto ao valor patrimonial dos respetivos ativos.



# 2023 RELATÓRIO E CONTAS

## 5.3 - Desagregação da adições

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação, Herança Legado ou Perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>		<b>11 578 430</b>	<b>0</b>	<b>30 059</b>	<b>0</b>	<b>10 512</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>22 483</b>	<b>11 641 484</b>
Terrenos e recursos naturais		109 735	0	30 059	0	10 512	0	0	0	563	150 868
Edifícios e outras construções		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas		21 200	0	0	0	0	0	0	0	21 921	43 121
Património histórico, artístico e cultural		61 928	0	0	0	0	0	0	0	0	61 928
Outros		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bens de domínio público em curso		11 385 567	0	0	0	0	0	0	0	0	11 385 567
<b>Ativos fixos em concessão</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Terrenos e recursos naturais		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>		<b>13 121 484</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>570 544</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8 909 970</b>	<b>22 601 998</b>
Terrenos e recursos naturais		4 316 076	0	0	0	538 045	0	0	0	1 670 668	6 524 788
Edifícios e outras construções		1 458 601	0	0	0	17 600	0	0	0	7 232 714	8 708 915
Equipamento básico		1 386 060	0	0	0	14 899	0	0	0	6 473	1 407 432
Equipamento de transporte		22 776	0	0	0	0	0	0	0	0	22 776
Equipamento administrativo		70 729	0	0	0	0	0	0	0	0	70 729
Equipamentos biológicos		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros		219 153	0	0	0	0	0	0	0	115	219 268
Ativos fixos tangíveis em curso		5 648 089	0	0	0	0	0	0	0	0	5 648 089
<b>Total</b>		<b>24 699 914</b>	<b>0</b>	<b>30 059</b>	<b>0</b>	<b>581 056</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8 932 454</b>	<b>34 243 482</b>

Un:Euro



## 2023 RELATÓRIO E CONTAS

Quadro 5.4 - Desagregação das diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					Total
	Alienação a título onerosa	Transferência ou Troca	Devolução ou reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outros	
<b>Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-1 403</b>	<b>-1 403</b>
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	-1 403	-1 403
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0
Bens de domínio público em curso	0	0	0	0	0	0
<b>Ativos fixos em concessão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>-4 995</b>	<b>-90 931</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-2 444 831</b>	<b>-2 540 757</b>
Terrenos e recursos naturais	-1 451	-8 638	0	0	-2 144 828	-2 154 917
Edifícios e outras construções	-3 544	-82 293	0	0	-236 750	-322 587
Equipamento básico	0	0	0	0	-287	-287
Equipamento de transporte	0	0	0	0	0	0
Equipamento administrativo	0	0	0	0	-82	-82
Equipamentos biológicos	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	-2 097	-2 097
Ativos fixos tangíveis em curso	0	0	0	0	-60 787	-60 787
<b>Total</b>	<b>-4 995</b>	<b>-90 931</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-2 446 233</b>	<b>-2 542 160</b>

Un:Euro



No quadro 5.5 encontram-se os imóveis que o Município ainda detém para venda no final de exercício de 2023.

**Quadro 5.5 - Ativos fixos tangíveis detidos para venda**

Imóveis detidos para venda	
Designação	Valor contabilístico
Lote de terreno destinado ao lote n.º 10 - Quinta do Mosteiro	63 905
Lote de terreno destinado ao lote n. 16 - Quinta do Mosteiro	79 797
Parcela de terreno lugar de Cidadelha	1 895 000
Parcela Rua Eng. Duarte Pacheco	257 203
Parcela Rua Eng. Duarte Pacheco	52 797
Leira das Varas Altas	29 568
Bouça da Cavada	112 094
Leira do Alto do Boução Novo	57 157
Bouça das Varas Altas ou Bouça da Cavada	169 839
Leira das Varas Altas	37 365
Leira do Boução	191 352
Leira do Boução	48 687
Leira do Boução	185 068
Bouça da Tapada ou Boução	75 137
Leira do boução	52 084
Bouça da Ferradura ou Tapada	16 022
Leira das Varas Altas	19 022
Leira do Boução	14 719
Leira do Boução	54 349
Bouça das Varas Altas	139 268
Bouça das terças ou Varas Altas	1 017 904
Bouça dos Paços ou Varas Altas	55 481
Bouça do Monte, Bouça da Pousa	163 046

Un: Euro

Nos ativos fixos tangíveis também se encontram registados contratos de comodato e de direito de superfície (sem obtenção de qualquer rendimento), sendo certo que o controlo destes ativos continua na esfera do Município. Estes contratos estão relacionados com diferentes contratos estabelecidos com entidades com finalidades complementares às atividades municipais, e que contribuem de forma significativa para os objetivos traçados pelo Município da Maia no enquadramento das políticas públicas. Os principais contratos relacionados foram efetuados com as seguintes entidades:

**Quadro 5.6 - Ativos fixos tangíveis - Contratos de Comodato (Parte I)**

Contratos de Cedência em Contratos de Comodato sem obtenção de qualquer rendimento		
N.º Inventário	Descrição do bem	Valor Patrimonial Líquido
45234	Creche Infantario Águas Santas II (fracção autónoma designada por "fracção a", integrada no edifício situado na rua Jose regio nº 242 a 264, destinada a fins de carácter social)	482.407
58030	Creche Infantario Águas SantasII (edifício destinado a instalação de uma creche infantario e um jardim de infancia)	37.113
76172	EB.1 de Santa Cruz - Barca - contrato de comodato cedencia do edificio para a junta de freguesia do Castelo da Maia	21.143
76568	EB.1 da Granja - contrato comodato com Appacdm	92.110
80019	EB.1 de Ardegães Águas Santas - contrato comodato com conferencia vicentina Sta Maria do Ó de Águas Santas	106.623
80025	EB.1/JI. de Cristal- comodato com a appacdm Maia	35.826
80707	Prédio urbano destinado a implantação de uma Creche/Infantario - Milheirós	388.294
83457	Edifício 2 pavimentos destinada a instalação de obras sociais, assistenciais ou culturais (Centro Social Jose Moreira da Silva)(infantario e centro dia da Guarda)	14.291
100011	EB.1 da Agra (milheiros) - contrato comodato assoc. vicentina s. tiago milheiros	6.154
100033	EB1 do Padrao (moreira) - contrato de comodato com a cruz de malta - acção humanitaria e social	50.863
100044	EB1 de Pedras Rubras nº2 - contrato comodato com associação antigos alunos escola primaria pedras rubras	33.454
100925	EB1/JI de Folgosa Igreja (Folgosa) - contrato comodato com associação educativa humanista	0
106852	Parcela de terreno designada por "a1" destinada a execução e instalação do centro civico de silva escura - contrato comodato recreio do joao - coop. solid. social, destina se lar de idosos	72.993
133866	Creche-Infantario e Jardim de Infancia,em Silva Escura (infantario dirigido pela santa casa misericordia)(antiga escola de sa)(centro dia silva escura)	183.478
142707	Edifício destinado a Creche/Infantario - Vermoim - Rua Central do Sobreiro, n. 79, (creche do centro de animação de vermoim)	327.604
143317	Terreno destinado ao Parque de Jogos de Sao Pedro Fins (complexo municipal de futebol de s. pedro fins) - contrato comodato com o corpo nacional escutas	243.392
145143	Fração autónoma designada pela letra "c" composta por estabelecimento comercial no res do chao - R. Manuel Gonçalves Lage, 906 a 944 - contrato comodato com Arsenal Clube de Parada	59.225
158453	Edifício Parque Urbano no monte infesta com contrato comodato associação desportiva e recreativa de parada	132.402
163505	Casa da Musica de Moreira, contrato de comodato com a associação banda de musica de moreira,em moreira	400.800
146561	Edifício destinado a serviços onde esta instalado "Mocidade Sangemil Atletico Clube"	234.813
6981	Forum Jovem(fracção a-t2)	18.900
6983	Forum Jovem (fracção b-t3)	21.543
6985	Forum Jovem (fracção c-t1)	15.641

Un:Euro

**Quadro 5.6 - Ativos fixos tangíveis - Contratos de Comodato (Parte II)**

Contratos de Cedência em Contratos de Comodato sem obtenção de qualquer rendimento		
N.º Inventário	Descrição do bem	Valor Patrimonial Líquido
6987	Forum Jovem(fracção db-espaco polivante de caracter social)	75.966
143804	Edifício Municipal designado por Cantina Escolar "Ana da Fonte",em Gueifães, Cidade da Maia	175.360
73083	Parcela de Terreno (tem um edificio onde funciona um atl) antigamente denominada cantina ana fonte	492
137984	EB1/JI da Azenha Nova (Gueifães)	36.619
80038	EB1 de Vilar de Luz (Folgosa)c/ refeitório - contrato comodato com junta freguesia Folgosa	64.728
80043	Edifício destinado a antiga EB1 de Gondim - na Rua da Liberdade - contrato comodato com junta freguesia do castelo da maia	264.775
100018	EB1 de Sá (Silva Escura) - contrato comodato com junta freguesia nogueira e silva escura	89.623
161412	Parcela de terreno destinada ao edificio Assoc. Moradores Granja - Aguas Santas	45.978
161413	Edifício Municipal na R. Manuel Francisco de Araujo, Aguas Santas	29.304
155964	Fração autonoma designada pela letra "G"Balnearios apoio ao ringue- Prac. Eng. José Adiano Moreira dos Santos- contrato comodato com Assoc. Maiata Cultura e Paz - Clube Unesco da Maia	116.382
158450	Antigo edificio escolar, Escola do cruzeiro (1 salaA)(antiga escola de Milheirós- Desativada), sito na R. das Escolas, Milheirós (Contrato Comodato 2022/06/22,3F Milheiros - 4 anos Prorrogavel)	38.945
169381	Parcela de terreno de edidificios e outros equipamentos(lugar da Granja)(Contrato de Comodato com a Assoc. Moradores da Granja de 101m2	2.528
141603	Centro Escolar de folgosa (parte do Edificio)	1.098.245

Un: Euro



Quadro 5.7 - Ativos fixos tangíveis - Direitos de Superfície

Contratos de Cedência em Direito de Superfície sem obtenção de qualquer rendimento		
N.º Inventário	Descrição do bem	Valor Patrimonial Líquido
13506	Parcela de terreno destinada ao polidesportivo de Rua de S. Gemil e sede da Associação os Vencedores de S. Gemil	4 988
72128	Parcela de terreno destinada ao Lar de Terceira Idade "Abrigo de Nossa Senhora da Esperança"	188 249
75907	Edifício constituído por cave destinado a sede do Núcleo da Cruz Vermelha (armazém, vedação e acessos)	165 635
78346	Parcela de terreno destinada ao Edifício da Cruz Vermelha Portuguesa da Maia	1 379
91724	Parcela de terreno destinada à Associação Empresarial da Maia	32 902
92001	Parcela de terreno n.º 1 destinada à Associação Empresarial da Maia	892
93418	Parcela de terreno destinada a equipamento de apoio à Associação de Protecção a Infância e Juventude "A Causa da Criança"	28 948
93419	Parcela de terreno destinada a equipamento de apoio a Appacdm da Maia	23 068
93420	Parcela terreno destinada a Appacdm	13 666
132171	Parcela de terreno destinada à Associação Nacional Deficiências Mentais e Raras - Raríssimas	106 127
133512	Parcela de terreno (d) destinada a apoio à Asman	32 576
134671	Casa com 1 pavimento e quintal destinada à Comissão da Fábrica Igreja Paroquial Corim	0
134672	Parcela de terreno respeitante a casa de 1 pavimento sita a Rua D. Afonso Henriques n.º 2030 e 2036 destinada à Comissão da Fábrica Igreja Paroquial Corim	6
142767	Parcela de terreno - sita no gaveto da Rua Padre Joaquim Antunes de Azevedo e a Rua da Aldeia - destinada à Associação Raríssimas, antigo Polidesportivo Aldeia	60 365
145147	Parcela de terreno destinada ao Quartel de Bombeiros de Pedrouços	160 000
162026	Prédio urbano destinado construção da Cooperativa Bom Porto	144 694
189754	Lote de terreno na Rua da igreja - V.N.Telha	165 000

Un:Euro

No âmbito do processo de descentralização de competências, não tendo sido disponibilizada pela Administração Central qualquer informação que possibilitasse o registo contabilístico em devido tempo de todas as escolas EB2,3 e Secundárias, providenciou o Município, por meios próprios, a avaliação do seu justo valor, com exceção da escola EB2,3 e Secundária de Pedrouços.

Relativamente aos centros de saúde/ USF's, foi disponibilizado o valor patrimonial tributário com exceção da USF do Lidador, que ainda foi possível mensurar.

No cômputo global, foram registados no exercício de 2023 bens associados à descentralização de competências no montante de 7.384.416 € (em termos brutos).





## 2.5.6 NOTA 6 – LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados pelo Município como operacionais quando se relacionam com bens cujo controlo é de terceiros, pelo facto de serem estes os que suportam todos os riscos e obtêm todas as vantagens associadas à propriedade desses mesmos bens. Em 2023, vigoraram os contratos que se detalham nos quadros seguintes:

Quadro 6.1 - Locações Operacionais - Locatário

BENS LOCADOS	Valor do Contrato	Gastos do Período	Pagamentos efetuados acumulados			
			Período		Acumulado	
			Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes
Equipamento administrativo - Contrato 238/2021 <sup>(2)</sup>	437 265	76 200	75 859	1 646	170 337	1 646
Equipamento administrativo - Contrato 209/2021	26 937	7 085	7 085	0	10 290	0
Equipamento de transporte - Contrato 102/2021	2 382 610	477 810	477 810	0	1 011 431	0
Outros Ativos fixos Tangíveis - Contrato 19/2022	70 804	25 787	23 638	0	43 305	0
Equipamento administrativo - Assunção da posição contratual no âmbito da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Educação (DL N.º 21/2019)	124 797	57 492	55 927	0	55 927	0
Equipamento de transporte - Contrato 51/2023	100 055	19 180	19 180	0	19 180	0
Edifícios - Contrato de arrendamento - Horto Municipal	48 600	6 120	6 120	0	24 120	0
Edifícios - Contrato de arrendamento - Armazém	472 532	55 915	56 007	0	416 526	0
Edifícios - Contrato de arrendamento - Escoteiros	42 275	3 321	3 360	0	38 723	0
Edifícios - Contrato de arrendamento - Unidades de Saúde Familiar	249 674	83 225	107 003	0	107 003	0
Edifícios - Contrato de arrendamento - Pavilhão Desportivo da escola Secundária do Castelo da Maia	78 000	45 000	45 000	0	45 000	0
Outros	111 173	60 440	62 163	0	87 249	0
<b>TOTAL</b>	<b>4 144 722</b>	<b>917 575</b>	<b>939 151</b>	<b>1 646</b>	<b>2 029 091</b>	<b>1 646</b>

Un:Euro

Quadro 6.1 - Locações Operacionais - Locatário (continuação)

BENS LOCADOS	Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos <sup>(1)</sup>
	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Equipamento administrativo - Contrato 238/2021 <sup>(2)</sup>	113 885	153 043	0	266 928	266 928
Equipamento administrativo - Contrato 209/2021	16 647	0	0	16 647	16 647
Equipamento de transporte - Contrato 102/2021	448 456	922 723	0	1 371 179	1 371 179
Outros Ativos fixos Tangíveis - Contrato 19/2022	27 498	0	0	27 498	27 498
Equipamento administrativo - Assunção da posição contratual no âmbito da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Educação (DL N.º 21/2019)	68 870	0	0	68 870	68 870
Equipamento de transporte - Contrato 51/2023	27 963	52 912	0	80 875	80 875
Edifícios - Contrato de arrendamento - Horto Municipal	6 120	18 360	0	24 480	24 480
Edifícios - Contrato de arrendamento - Armazém	56 007	0	0	56 007	56 007
Edifícios - Contrato de arrendamento - Escoteiros	3 552	0	0	3 552	3 552
Edifícios - Contrato de arrendamento - Unidades de Saúde Familiar	142 671	0	0	142 671	142 671
Edifícios - Contrato de arrendamento - Pavilhão Desportivo da escola Secundária do Castelo da Maia	33 000	0	0	33 000	33 000
Outros	11 979	8 563	3 383	23 924	23 924
<b>TOTAL</b>	<b>956 648</b>	<b>1 155 600</b>	<b>3 383</b>	<b>2 115 631</b>	<b>2 115 631</b>

Un:Euro

<sup>(1)</sup> Como não existe taxa de desconto implícita à locação, por se tratar de uma locação operacional,

<sup>(2)</sup> Inclui o valor referente ao excedente de fotocópias (rendas contingentes)

Adicionalmente à informação divulgada nos quadros, identifica-se a designação dos contratos relativamente às seguintes locações de bens / serviços que lhe estão subjacentes:



- Equipamento administrativo – Contrato 238/2021 – Locação operacional de equipamento de cópia e impressão, incluindo software de gestão, assistência técnica, fornecimento de consumíveis e um volume mensal de tiragem;
- Equipamento administrativo – Contrato 209/2021 – Locação operacional de equipamento de cópia e impressão, incluindo software de gestão, assistência técnica, fornecimento de consumíveis e um volume mensal de tiragem: Ajuste direto ao abrigo critérios materiais (urgência imperiosa) pelo prazo de 3 meses, período de tempo necessário à conclusão do concurso público em curso;
- Equipamento de transporte – Contrato 102/2021 – Locação Operacional de 90 veículos automóveis, em estado novo, pelo prazo de 60 meses;
- Outros Ativos Fixos Tangíveis – Contrato 19/2022 – Fornecimento e serviços de operador de postos de carregamento para veículos elétricos, pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais e sucessivos períodos até ao máximo de três anos, em regime de locação operacional;
- Equipamento administrativo - Assunção da posição contratual no âmbito da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Educação (DL. N.º 21/2019) - Equipamento de cópia e impressão;
- Equipamento de transporte - Contrato 51/2023 - Locação operacional de três veículos no âmbito do Projeto financiado pelo Fundo Ambiental - Medidas no âmbito do Programa de apoio à mobilidade elétrica na Administração Pública.

BENS LOCADOS	Valor do Contrato	Rendimentos do período	Pagamentos efetuados pelo locatário acumulados			
			Período		Acumulado	
			Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes
<b>TERRENOS:</b>	<b>52 055 682</b>	<b>2 736 079</b>	<b>2 736 096</b>	<b>0</b>	<b>40 766 414</b>	<b>0</b>
Uso Privativo de Parcela de terreno na antiga linha de Guimarães	917	42	45	0	491	0
Uso privativo de três parcelas de terreno	3 755	198	198	0	2 830	0
Parcela de terreno para instalação de equipamentos de radiocomunicações em terreno	157 179	8 492	8 506	0	132 083	0
	29 875	1 500	1 500	0	25 500	0
Direito de superfície - Iber King Restauração, Sa	586 408	67 690	67 690	0	492 327	0
Renda de Concessão da E-Redes	51 277 549	2 658 156	2 658 156	0	40 113 185	0
<b>EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES:</b>	<b>2 036 936</b>	<b>111 945</b>	<b>87 491</b>	<b>0</b>	<b>1 960 384</b>	<b>0</b>
Direito de superfície - Edifício onde se encontra instalado o Centro de Saúde da Maia	1 485 000	16 500	0	0	1 485 000	0
Edifício do Antigo matadouro onde se encontra instalada a Maiambiente,E.M.	551 936	95 445	87 491	0	475 384	0
<b>Outros Edifícios</b>	<b>19 507</b>	<b>2 161</b>	<b>2 161</b>	<b>0</b>	<b>8 700</b>	<b>0</b>
<b>Outros equipamentos (auditório)</b>	<b>148</b>	<b>148</b>	<b>148</b>	<b>0</b>	<b>148</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>54 112 273</b>	<b>2 850 334</b>	<b>2 825 897</b>	<b>0</b>	<b>42 735 646</b>	<b>0</b>

Un:Euro



Quadro 6.2 - Locações Operacionais - Locador (valores s/IVA) - continuação

BENS LOCADOS	Futuros pagamentos mínimos do locatário				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos <sup>(1)</sup>
	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
<b>TERRENOS:</b>	<b>2 871 946</b>	<b>8 417 122</b>	<b>200</b>	<b>11 289 268</b>	<b>11 289 268</b>
Uso Privativo de Parcela de terreno na antiga linha de Guimarães	45	181	200	426	426
Uso privativo de três parcelas de terreno	198	727	0	925	925
Parcela de terreno para instalação de equipamentos de radiocomunicações em terreno	8 604	16 492	0	25 096	25 096
Direito de superfície - Iber King Restauração, Sa	1 500	2 875	0	4 375	4 375
Renda de Concessão da E-Redes	70 507	23 574	0	94 082	94 082
<b>EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES:</b>	<b>2 791 091</b>	<b>8 373 273</b>	<b>0</b>	<b>11 164 364</b>	<b>11 164 364</b>
<b>EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES:</b>	<b>76 552</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>76 552</b>	<b>76 552</b>
Direito de superfície - Edifício onde se encontra instalado o Centro de Saúde da Maia	0	0	0	0	0
Edifício do Antigo matadouro onde se encontra instalada a Maiambiente, E.M.	76 552	0	0	76 552	76 552
<b>Outros Edifícios</b>	<b>2 161</b>	<b>8 646</b>	<b>0</b>	<b>10 807</b>	<b>10 807</b>
<b>Outros equipamentos (auditório)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>2 950 659</b>	<b>8 425 768</b>	<b>200</b>	<b>11 376 627</b>	<b>11 376 627</b>

Un: Euro

## 2.5.7 NOTA 7 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Como as diferenças entre o custo amortizado e o valor nominal não têm qualquer materialidade, optou-se por proceder ao registo das operações ao valor nominal (i.e. ao custo histórico), considerando a análise custo-benefício que deve estar subjacente à preparação das demonstrações financeiras

Nos quadros seguintes identificam-se de forma detalhada o conjunto de empréstimos obtidos.



Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Entidade	Data do contrato	Data do visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Taxa de juro	
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual
<b>Empréstimos MLP de natureza orçamental</b>							
<b>Não excecionados</b>							
BPI - Aquisição de lotes de terrenos	17/02/2014	20/02/2015	10	9 200 000	9 200 000	3,86%	1,25%
<b>Excecionados</b>							
BBVA - complemento PER CGD (ao abrigo da linha de crédito bonificado)	20/12/2006	22/01/2007	25	7 169 215	7 169 215	3,95%	0,00%
Empréstimo n.º 429001222091	28/04/1998	17/04/1998	25	308 381	308 381	2,67%	0,33%
Empréstimo n.º 429001225591	28/04/1998	17/04/1998	25	889 409	753 137	2,67%	0,33%
Empréstimo n.º 429001229891	28/04/1998	17/04/1998	25	398 907	0	2,67%	
Empréstimo n.º 429001233691	28/04/1998	17/04/1998	25	271 649	271 649	2,67%	0,33%
Empréstimo n.º 429001238791	28/04/1998	17/04/1998	25	932 748	839 473	2,67%	0,33%
Empréstimo n.º 429001246891	28/04/1998	17/04/1998	25	811 568	730 411	2,67%	0,33%
Empréstimo n.º 429001247691	28/04/1998	17/04/1998	25	604 886	604 886	2,67%	0,33%
Empréstimo n.º 429001253091	28/04/1998	17/04/1998	25	782 251	782 251	2,67%	0,33%
Empréstimo n.º 429001259991	28/04/1998	17/04/1998	25	835 060	835 060	2,67%	0,33%
Empréstimo n.º 429001262991	28/04/1998	17/04/1998	25	198 697	178 827	2,67%	0,33%
Empréstimo n.º 429001266291	19/11/1998	11/11/1998	25	1 049 164	1 049 164	2,63%	0,44%
Empréstimo n.º 429001271791	26/02/1999	17/12/1998	25	4 955 885	0	2,60%	
Empréstimo n.º 429001272791	26/02/1999	17/12/1998	25	327 784	327 784	2,60%	0,22%
Empréstimo n.º 429001273591	26/02/1999	17/12/1998	25	1 275 688	1 148 119	2,60%	0,22%
Empréstimo n.º 429001274391	12/03/1999	17/12/1998	25	678 373	678 373	2,61%	0,27%
Empréstimo n.º 429001275191	12/03/1999	17/12/1998	25	891 466	802 320	2,61%	0,27%
Empréstimo n.º 429001276991	12/03/1999	17/12/1998	25	712 220	0	2,61%	
Empréstimo n.º 429001277891	12/03/1999	17/12/1998	25	888 164	888 164	2,53%	0,20%
Empréstimo n.º 429001278691	12/03/1999	17/12/1998	25	569 354	569 354	2,61%	0,27%
Empréstimo n.º 429001279491	12/03/1999	17/12/1998	25	443 759	443 759	2,61%	0,27%
Empréstimo n.º 429001280891	12/03/1999	17/12/1998	25	550 441	550 441	2,53%	0,20%
Empréstimo n.º 429001281691	12/03/1999	17/12/1998	25	381 826	343 643	2,61%	0,27%
Empréstimo n.º 429001282491	12/03/1999	17/12/1998	25	732 690	659 421	1,73%	0,60%
Empréstimo n.º 429001283291	12/03/1999	17/12/1998	25	600 066	540 059	2,61%	0,27%
Empréstimo n.º 429001284091	12/03/1999	17/12/1998	25	562 931	506 638	2,61%	0,27%
Empréstimo n.º 429001285991	12/03/1999	17/12/1998	25	398 256	358 431	1,73%	0,27%
Empréstimo n.º 429001286791	07/01/2000	17/12/1998	25	1 001 171	1 001 171	2,53%	0,20%
Empréstimo n.º 429001287591	07/01/2000	17/12/1998	25	99 384	99 384	2,53%	0,20%
Empréstimo n.º 429001288391	19/06/2000	17/12/1998	25	1 145 136	1 030 573	1,73%	0,60%
Empréstimo n.º 429001289191	19/06/2000	17/12/1998	25	729 402	729 402	1,73%	0,60%
Empréstimo n.º 429001290591	03/10/2000	17/12/1998	25	1 236 854	1 236 854	2,67%	0,33%
Empréstimo n.º 429001292191	29/11/2000	17/12/1998	25	610 307	610 307	2,63%	0,44%
Empréstimo n.º 429001293991	11/07/2002	17/12/1998	25	505 985	252 992	2,60%	0,22%
Empréstimo n.º 429001294891	06/09/2002	17/12/1998	25	1 780 270	1 780 270	2,60%	0,22%
Subsídios Reembolsáveis - Piscinas Gueifães	16/10/2019		16	371 615	334 223	0,00%	0,00%
Subsídios Reembolsáveis - Piscinas Folgosa	09/01/2020		11	347 475	333 242	0,00%	0,00%
Subsídios Reembolsáveis - Piscinas Águas Santas	09/01/2020		17	548 168	461 375	0,00%	0,00%
<b>Empréstimos MLP de natureza não orçamental</b>							
<b>Não excecionados</b>							
BPI - antecipação de rendas	05/11/2004		25	10 000 000	10 000 000	5,27%	5,27%
Santander Totta - antecipação de rendas	05/11/2004		25	10 000 000	10 000 000	5,27%	5,27%
<b>TOTAL</b>				<b>65 796 603</b>	<b>58 408 754</b>		

Un:Euro



Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários (continuação)

Entidade	Pagamentos de anos anteriores			Pagamento do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 31 de dezembro ano 2022	Saldo em 31 de dezembro ano 2023
	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total			
<b>Empréstimos MLP de natureza orçamental</b>									
<b>Não excecionados</b>									
BPI - Aquisição de lotes de terrenos	8 695 635	831 871	9 527 507	504 365	21 294	525 659	0	504 365	0
<b>Excecionados</b>									
BBVA - complemento PER	4 895 672	1 765 079	6 660 751	381 054	69 458	450 512		2 273 543	1 892 489
CGD (ao abrigo da linha de crédito bonificado)									
Empréstimo n.º 429001222091	288 251	38 969	327 220	13 393	128	13 520		20 130	6 737
Empréstimo n.º 429001225591	656 026	93 437	749 463	32 112	698	32 809		97 112	65 000
Empréstimo n.º 429001229891	0	0	0			0		0	0
Empréstimo n.º 429001233691	236 622	34 317	270 939	11 582	252	11 834		35 027	23 445
Empréstimo n.º 429001238791	731 229	110 842	842 071	35 793	778	36 571		108 244	72 451
Empréstimo n.º 429001246891	636 230	98 051	734 281	31 143	677	31 819		94 181	63 038
Empréstimo n.º 429001247691	552 451	77 198	629 649	26 113	355	26 467		52 435	26 323
Empréstimo n.º 429001253091	690 374	76 804	767 178	36 530	644	37 175		37 175	55 347
Empréstimo n.º 429001259991	736 980	80 868	817 848	38 996	688	39 684		98 079	59 083
Empréstimo n.º 429001262991	155 769	22 602	178 371	7 625	166	7 790		23 059	15 434
Empréstimo n.º 429001266291	1 003 845	119 618	1 123 462	45 319	279	45 598		45 319	0
Empréstimo n.º 429001271791	0	0	0			0		0	0
Empréstimo n.º 429001272791	278 960	37 499	316 459	13 844	265	14 109		48 824	34 980
Empréstimo n.º 429001273591	953 124	128 060	1 081 184	48 306	1 075	49 381		194 995	146 689
Empréstimo n.º 429001274391	563 190	78 647	641 837	28 499	724	29 224		115 183	86 684
Empréstimo n.º 429001275191	666 091	94 084	760 176	33 706	857	34 563		136 228	102 522
Empréstimo n.º 429001276991	0	0	0			0		0	0
Empréstimo n.º 429001277891	763 271	90 063	853 335	41 410	577	41 987		124 892	83 482
Empréstimo n.º 429001278691	472 682	65 460	538 141	23 919	608	24 527		96 672	72 753
Empréstimo n.º 429001279491	377 676	49 983	427 659	18 719	410	19 128		66 083	47 364
Empréstimo n.º 429001280891	473 039	59 096	532 135	25 664	358	26 022		77 402	51 738
Empréstimo n.º 429001281691	285 295	39 321	324 616	14 437	367	14 804		58 348	43 911
Empréstimo n.º 429001282491	529 127	62 282	591 409	28 478	1 153	29 631		130 294	101 816
Empréstimo n.º 429001283291	448 361	63 496	511 857	22 689	577	23 265		91 698	69 010
Empréstimo n.º 429001284091	420 615	58 635	479 250	21 285	541	21 825		86 024	64 739
Empréstimo n.º 429001285991	297 572	42 529	340 101	15 058	383	15 441		60 859	45 801
Empréstimo n.º 429001286791	789 476	113 837	903 314	41 891	1 037	42 929		211 695	169 803
Empréstimo n.º 429001287591	84 538	11 331	95 869	4 214	70	4 284		14 846	10 632
Empréstimo n.º 429001288391	834 259	115 605	949 864	42 908	1 737	44 645		196 314	153 406
Empréstimo n.º 429001289191	575 440	85 374	660 814	30 214	1 372	31 586		153 963	123 748
Empréstimo n.º 429001290591	975 517	130 774	1 106 291	51 434	1 966	53 400		261 337	209 903
Empréstimo n.º 429001292191	481 126	65 827	546 953	25 383	1 074	26 456		129 182	103 799
Empréstimo n.º 429001293991	201 553	24 466	226 019	12 743	284	13 027		51 440	38 696
Empréstimo n.º 429001294891	1 460 953	160 610	1 621 563	79 105	1 760	80 865		319 317	240 212
Subsídios Reembolsáveis - Piscinas Gueifães	0	0	0	0	0	0		334 223	0
Subsídios Reembolsáveis - Piscinas Folgosa	0	0	0	0	0	0		333 242	0
Subsídios Reembolsáveis - Piscinas Águas Santas	0	0	0	0	0	0		461 375	0
<b>Empréstimos MLP de natureza não orçamental</b>									
<b>Não excecionados</b>									
BPI - antecipação de rendas	7 281 822	7 166 622	14 448 445	625 161	129 543	754 703		2 718 178	2 093 017
Santander Totta - antecipação de rendas	7 281 822	7 166 622	14 448 445	625 161	129 543	754 703		2 718 178	2 093 017
<b>TOTAL</b>	<b>45 774 592</b>	<b>19 259 881</b>	<b>65 034 474</b>	<b>3 038 252</b>	<b>371 693</b>	<b>3 409 945</b>		<b>12 634 161</b>	<b>8 467 069</b>

UmEuro

No que respeita aos subsídios reembolsáveis no âmbito da implementação de medidas de melhoria do desempenho energético ambiental, aquando da reprogramação financeira, foi também solicitada a alteração da forma de financiamento da operação, passando de Subvenção reembolsável para Subvenção não reembolsável.

Importa sinalizar que por força de uma recomendação proferida pelo Tribunal de Contas em sede de homologação das contas de gerência dos exercícios de 2004 e 2005, comunicada ao município pelo ofício n.º 21714/16, em 04 de agosto de 2016, o município viu-se obrigado a alterar a forma de contabilização da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, passando a contabilizá-la como se de um contrato de mútuo se tratasse a partir da gerência de 2016, apesar da operação em referência não ter natureza orçamental uma vez que o município nesta fase apenas intervém como garante perante eventual incumprimento por parte dos inquilinos, situação



que desde 2004 até à presente data nunca se verificou dado o cumprimento regular dos arrendatários.

De seguida apresenta-se o montante total dos empréstimos de médio e longo prazo apresentados no balanço e que se vençam nos anos seguintes à data do balanço:

**Quadro 7.2 - Empréstimos obtidos - Por exigibilidade**

Empréstimos bancários obtidos de médio e longo prazo				
Designação das contas	Menos de 1 ano	[ 1 a 4 anos]	Mais de 4 anos	TOTAL 2023
	2024	2025-2027	2028-2037	
<b>Empréstimos MLP de natureza orçamental</b>				
<b>Excecionados</b>				
BBVA - Complemento PER	391 979	1 247 454	253 056	1 892 489
CGD (ao abrigo da linha de crédito bonificado)	880 102	1 508 443	0	2 388 546
<b>Empréstimos MLP de natureza não orçamental</b>				
<b>Não excecionados</b>				
Contrato Cessão Créditos - Antecipação de Rendas	1 221 084	2 483 328	481 623	4 186 034
<b>TOTAL</b>	<b>2 493 165</b>	<b>5 239 225</b>	<b>734 679</b>	<b>8 467 069</b>

Un:Euro

Considerando, de acordo com o § 51 da NCP 1, que um Passivo deve ser classificado como Corrente, quando satisfaça qualquer um dos seguintes critérios: a) Espera-se que seja liquidado no decurso do ciclo operacional normal da entidade, b) seja detido principalmente com a finalidade de ser negociado, c) tenha um prazo de vencimento dentro de 12 meses após a data de relato, ou d) a entidade não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos 12 meses após a data de relato, o valor exigível a menos de 1 ano apresentado no quadro anterior, relativo a empréstimos contraídos com a natureza de médio e longo prazo encontram-se apresentados na face do Balanço na rubrica de Passivo Corrente. Quanto aos restantes valores, estes são apresentados no Passivo Não Corrente em conformidade com o que se encontra previsto no normativo.



## 2.5.8 NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são contabilizadas no Município ao modelo de custo, totalizando em 2023, o montante de 1.219.269 €.

Quadro 8.1 - Quantia Escriturada e Movimentos

Propriedades de Investimento	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimento do período	
		Adições	Transferencia internas à entidade	Depreciações do Período	Reversão por perdas de imparidade	Perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
Propriedades de Investimento	<b>2 225 424</b>	<b>35 350</b>	<b>-942 939</b>	<b>-63 216</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-35 350</b>	<b>1 219 269</b>	<b>0</b>	<b>181 749</b>	<b>0</b>
Bens de domínio público	125		0	0	0	0	0	0	125	0	198	0
Terrenos e recursos naturais	202 364	35 350	-6 930	0	0	0	0	-35 350	195 434	0	67 690	0
Edifícios e outras construções	2 022 935	0	-936 010	-63 215,80	0	0	0	0	1 023 710	0	113 861	0
Outras propriedades de investimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Propriedades de Investimento em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2 225 424</b>	<b>35 350</b>	<b>-942 939</b>	<b>-63 216</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-35 350</b>	<b>1 219 269</b>	<b>0</b>	<b>181 749</b>	<b>0</b>

Un:Euro

O valor total das diminuições do período é referente à regularização de uma bem de imobilizado que foi abatido e novamente considerado no património na coluna adições.

No ano em referência, as propriedades de investimento geraram um rendimento no valor de 181.749€, continuando a rubrica de edifícios e outras construções, a ser a que gera mais rendimento.



# 2023 RELATÓRIO E CONTAS

## 8.2 - Desagregação da adição

Propriedades de Investimento	Adições									Total	
	Internas	Compras	Cessão	Transferência ou Troca	Doação, Herança Legado ou Perdido a favor do	Dação em pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão reestruturação	Outras		
Propriedades de Investimento		0	0	0	0	0	0	0	0	35 350	35 350
Bens de domínio público		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terrenos e recursos naturais		0	0	0	0	0	0	0	0	35 350	35 350
Edifícios e outras construções		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras propriedades de investimento		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Propriedades de Investimento em curso		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>35 350</b>	<b>35 350</b>

Un:Euro

## 8.3 - Desagregação das Diminuições

Propriedades de Investimento	Diminuições					Total	
	Alienação a título onerosa	Transferência ou Troca	Devolução ou reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outros		
Propriedades de Investimento		0	0	0	0	-35 350	-35 350
Bens de domínio público		0	0	0	0	0	0
Terrenos e recursos naturais		0	0	0	0	-35 350	-35 350
Edifícios e outras construções		0	0	0	0	0	0
Outras propriedades de investimento		0	0	0	0	0	0
Propriedades de Investimento em curso		0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Un:Euro





O Município adota na mensuração subsequente o modelo do custo para as Propriedades de Investimento, no entanto divulga-se o seu Justo Valor dos bens, no quadro seguinte:

**Quadro 8.4 - Justo valor das propriedades de investimento**

Propriedades de Investimento	Justo valor a 31-12-2023
Propriedades de Investimento	
Bens de domínio público	0
Terrenos e recursos naturais	593 938
Edifícios e outras construções	1 845 819
Outras propriedades de investimento	0
Propriedades de Investimento em curso	0

**2.5.9 NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS**

Os quadros seguintes detalham, os saldos de perdas por imparidades de ativos.

**Quadro 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa**

Ativo	Natureza	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado Justo Valor	Valor de uso
Clientes, contribuintes e utentes	Ativo Gerador de Caixa	2.815.279	2.586.261	229.019	Corresponde ao valor líquido que se espera vir a receber, tendo sido criadas imparidades em função do risco de crédito avaliado	
Devedores diversos	Ativo Gerador de Caixa	2.529.750	1.213.359	1.316.391	Corresponde ao valor líquido que se espera vir a receber, tendo sido criadas imparidades em função do risco de crédito avaliado	
Devedores subsídios reembolsáveis	Ativo Gerador de Caixa	60.806	60.806	0	Corresponde ao valor líquido que se espera vir a receber, tendo sido criadas imparidades em função do risco de crédito avaliado	
Investimentos Financeiros	Ativo Gerador de Caixa	39.469.096	2.471	39.466.625	Corresponde ao valor de mercado, ao MEP no caso de participações relevantes e ao justo valor no caso de instrumentos cotados, tendo sido criadas imparidades em função da análise da	
<b>Total</b>		<b>44.874.932</b>	<b>3.862.896</b>	<b>41.012.035</b>		

Un:Euro

**Quadro 9.2 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - Perdas por imparidade**

Ativo	Quantia bruta (1)	Quantia recuperável (2)	Perda por imparidade (3)=(1)-(2)	Perda por imparidade acumulada em 2022 (4)	Perda por Imparidade do período (5) = (3) - (4)
Devedores subsídios reembolsáveis	60.806	0	60.806	60.806	0
Investimentos Financeiros	39.469.096	39.466.625	2.471	2.471	0
<b>TOTAL</b>	<b>39.529.902</b>	<b>39.466.625</b>	<b>63.277</b>	<b>63.277</b>	<b>0</b>

Un:Euro

**Quadro 9.3 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - Reversão da perda por imparidade**

Ativo	Quantia bruta (1)	Quantia recuperável (2)	Perda por imparidade (3)=(1)-(2)	Perda por imparidade acumulada em 2022	Reversão da perda por imparidade (5)=(3)-(4)
Clientes, contribuintes e utentes	2.815.279	229.019	2.586.261	2.645.153	-58.892
Devedores diversos	2.529.750	1.316.391	1.213.359	1.366.099	-152.740
<b>TOTAL</b>	<b>5.345.029</b>	<b>1.545.410</b>	<b>3.799.619</b>	<b>4.011.252</b>	<b>-211.633</b>

Un:Euro

O Município da Maia apresenta imparidades em ativos financeiros, tomando em consideração o risco de crédito avaliado. Este risco ocorre 90 dias após a data de vencimento dos documentos de receita emitidos ao cliente, contribuinte ou utente. O valor que se encontra em processo de execução fiscal é integralmente considerado como perda de imparidade, de acordo com o modelo de risco adotado.

## 2.5.10 NOTA 10 – INVENTÁRIOS

Os movimentos do período, respeitantes a inventários, encontram-se espalhados nos quadros 10.1.

**10.1 - Inventários - Movimentos do período**

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Movimentos do período						Quantia Escriturada Final	
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários		Outros aumentos de inventários
Mercadorias	0	12 345	12 345	0	0	0	0	0	0
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos acabados e intermédios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>12 345</b>	<b>12 345</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Un:Euro

O Município não possuía bens classificados como Inventários, no final de 2023.

De acordo com o novo normativo, SNC-AP, os inventários não incluem os bens consumíveis para a prestação de serviços públicos, estando tal valor apresentado no Balanço sob a forma de um Diferimento Ativo na rubrica de Gastos a Reconhecer.

## 2.5.11 NOTA 11 – AGRICULTURA – NÃO APLICÁVEL

## 2.5.12 NOTA 12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÕES – NÃO APLICÁVEL

## 2.5.13 NOTA 13 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO



Os valores dos rendimentos de transações com contraprestação encontram-se aprofundados no quadro seguinte:

### 13.1 Rendimentos de transação com contraprestação

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido de 2023
<b>Prestações de serviços</b>	<b>4 582 832</b>
Trabalhos por conta de particulares	14 447
Mercados e Feiras	40 663
Serviços Sociais	2 203 796
Serviços Recreativos	0
Serviços Desporto - Clube Maia Sénior	154 089
Piscinas	1 095 257
Recintos Desportivos	530 139
Museus e Bibliotecas	953
Outros Serviços	543 488
<b>Outras mercadorias</b>	<b>22 599</b>
Mercadorias	6 269
Produtos acabados e intermédios	1 060
Sucatas	15 270
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>4 319 857</b>
Taxas de Justiça	29 132
Taxas Específicas das Autarquias Locais	4 290 725
<b>Rendas / Concessões</b>	<b>3 625 439</b>
Terrenos	67 888
Energia elétrica (EDP)	2 658 156
Edifícios e outras construções	889 361
Arrendamento de espaços	10 034
<b>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>	<b>539 001</b>
Juros	381 803
Dividendos ou distribuições similares	54 012
Outros	103 186
<b>Outros</b>	<b>358 016</b>
<b>Total</b>	<b>13 447 744</b>

Un: Euro



No ano de 2023, contrariamente ao ano anterior, a rubrica com mais expressão monetária, é a de Prestação de Serviços, com um valor de 4.582.832 €, à qual se seguem as Taxas, Multa e Penalidades com 4.319.857 €, montante este, registado quase na sua totalidade em Taxas Específicas das Autarquias Locais.

As Rendas/Concessões, nomeadamente as rendas associadas ao contrato de concessão de energia elétrica, com a E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A., também contribuem com cerca de 3.625.439 € para a formação dos rendimentos de transação com contraprestação.

## 2.5.14 NOTA 14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 2023, os rendimentos de transações sem contraprestação, encontram-se detalhados no quadro *infra*:

Tipo de rendimento (1)	Correções relativas a períodos anteriores reconhecidas em resultados do período	Transações sem contraprestação do período reconhecido de 2023 (2)			Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património líquido	Rendimentos a reconhecer	Início do período	Final do período	
<b>Impostos diretos:</b>	<b>5 462 610</b>	<b>37 931 660</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Derrama	5 165 920	11 984 100	0	0	0	0	0
Imposto municipal sobre imóveis	296 689	21 733 500	0	0	0	0	0
Imposto único de circulação	0	4 213 984	0	0	0	0	0
Outros (Contribuição Especial)	0	76	0	0	0	0	0
<b>Impostos indiretos:</b>	<b>17 296</b>	<b>15 466 218</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
IMT	17 296	15 466 218	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>0</b>	<b>149 745</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Multas e Outras Penalidades	0	149 745	0	0	0	0	0
<b>Transferências e subsídios sem condições:</b>	<b>699 985</b>	<b>32 473 243</b>	<b>2 144 587</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
FEF corrente	390 796	3 495 509	1 020 735	0	0	0	0
FSM	0	3 168 553	0	0	0	0	0
Participação IRS	0	11 699 407	0	0	0	0	0
Transferência de competências - Lei n.º 50/2018	0	12 458 493	0	0	0	0	0
Participação IVA	0	1 339 235	0	0	0	0	0
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	276 466	218 377	1 123 851	0	0	0	0
DGEST, ICNF e outros	32 723	26 849	0	0	0	0	0
Segurança social	0	30 923	0	0	0	0	0
Instituições sem fins lucrativos	0	35 896	0	0	0	0	0
<b>Transferências e subsídios com condições:</b>	<b>474 331</b>	<b>4 548 296</b>	<b>602 982</b>	<b>7 452 082</b>	<b>1 188 045</b>	<b>2 075 309</b>	<b>3 987 961</b>
Estado	5 096	94 125	-83 118	128 616	0	0	0
Serviços e Fundos Autónomos	-3 346	1 018 842	-881 395	472 236	0	0	0
FEDER	478 224	3 075 349	1 650 339	6 458 907	1 037 368	1 914 504	0
Fundo de Coesão	0	2 829	-2 829	0	0	0	0
FSE	0	0	0	385 254	150 677	160 805	0
PRR - Plano de Recuperação e Resiliência	0	39 700	0	0	0	0	3 987 961
Outros - Resto do Mundo	0	231 793	0	7 069	0	0	0
Sociedades e quase sociedades não financeiras	-5 643	85 658	-80 015	0	0	0	0
<b>Legados, ofertas e doações:</b>	<b>0</b>	<b>44</b>	<b>7 967 678</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Numerario	0	0	2 250	0	0	0	0
AFT	0	0	7 965 428	0	0	0	0
Outros bens e serviços	0	44	0	0	0	0	0
<b>Outros</b>	<b>63 860</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>6 718 082</b>	<b>90 569 205</b>	<b>10 715 247</b>	<b>7 452 082</b>	<b>1 188 045</b>	<b>2 075 309</b>	<b>3 987 961</b>

Ur: Euro

Do quadro observa-se que os rendimentos de transações sem contraprestação, refletidos nos Resultados, atingiram 90.569.205 €, dos quais, os impostos diretos e indiretos, representam



conjuntamente, cerca de 59%, e as transferências e subsídios sem condições, com o valor de 32.473.243 €, representam 36%.

Os legados, as ofertas e as doações, detalhados no quadro *infra*, embora com menor expressão, também contribuem para os rendimentos de transações sem contraprestação.

#### Quadro 14.2 - Natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações

Natureza e tipo das principais classes de legados, ofertas e doações, evidenciando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos	
<b>Equipamentos e acessórios Informáticos</b>	<b>13 660</b>
<b>Outros Equipamentos</b>	<b>1 239</b>
<b>Edifícios e terrenos</b>	<b>7 950 573</b>
Parcela de terreno destinada a dominio publico	3 600
Parcela de terreno destinada a dominio publico	2 688
Parcela de terreno destinada a dominio publico	4 224
Parcela de terreno - dominio privado	2 100
Parcela de terreno destinada a posto transformação	2 576
Parcela de terreno destinada a posto transformação	6 313
Lote de terreno - dominio privado	165 000
Predio urbano composto por terreno para dominio privado	150 000
Parcela de terreno (parcela a)- dominio privado	91 162
Parcela de terreno (parcela b) - dominio privado	120 893
Edfício da parcela a - dominio privado	8 800
Edfício da parcela b - dominio privado	8 800
Imóveis transferidos para o municipio no ambito da descentralização de competencias da area da educação	5 297 455
Imóveis transferidos para o municipio no ambito da descentralização de competencias da area da saude	2 086 962
<b>Numerário</b>	<b>2 250</b>
<b>Total</b>	<b>7 967 722</b>
Un: Euro	



## 2.5.15 NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução da rubrica “Provisões” em 2023, encontra-se refletida no quadro abaixo.

### 15.1 - Provisões

Rubricas	Quantia escrituradas inicial	Aumentos			Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	
Impostos, contribuições e taxas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Garantias a clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Processos judiciais em curso	1 970 766	5 040	0	0	5 040	-763 927	-580 473	0	-1 344 400
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matérias ambientais	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contratos onerosos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reestruturação e reorganização	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras provisões - Aplicação do MEP	2 642 510	0	0	0	0	0	0	-146 016	-146 016
<b>TOTAL</b>	<b>4 613 276</b>	<b>5 040</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5 040</b>	<b>-763 927</b>	<b>-580 473</b>	<b>-146 016</b>	<b>-1 490 417</b>

Un:Euro

Após reapreciação jurídica, foi ajustada a provisão dos diversos processos judiciais em curso, para o valor de 631.406€, valor que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Destaca-se a regularização do litígio que existia com a empresa ABB – Alexandre Barbosa Borges, S.A., que finalizou durante o ano de 2023, resultando na variação negativa da rubrica, no valor de 1.339.360€.

A rubrica Outros Riscos e Encargos reflete a dinâmica dos Capitais Próprios das empresas e fundos participados pelo Município, mensurados pelo Método de Equivalência Patrimonial. O montante de 2.496.493 €, reflete, no final de 2023, o valor dos capitais próprios da Tecmaia.

A listagem dos processos judiciais em curso (quer de natureza ativa, quer de natureza passiva) encontra-se detalhada na Parte III – Demonstrações Orçamentais - páginas 444 e 445.

Não são do conhecimento da entidade situações que possam/ devam ser consideradas ativos contingentes ou passivos contingentes tal como definido na NCP-15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

## 2.5.16 NOTA 16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXA DE CÂMBIO – NÃO APLICÁVEL

## 2.5.17 NOTA 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Com impacto na composição do grupo municipal já em 2024, apresentam-se destacam-se ainda os seguintes eventos:

1. O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maia IMO, integralmente detido pelo Município, terminou o seu período de vigência a 31 de dezembro de 2023, encontrando-se em fase dissolução e liquidação a concluir até ao final do exercício de 2024;



2. Na sessão ordinária da Assembleia Municipal da Maia, realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, foi aprovada a alienação da participação no capital social da Municípiã – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., deliberada pela Câmara Municipal, na reunião realizada no dia 31 de janeiro de 2024.

## 2.5.18 NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros são quaisquer contratos que deem origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciem um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir os seus passivos.

Os principais ativos financeiros do Município da Maia estão relacionados com Contas a Receber, Caixa e equivalente de caixa, e participações financeiras.

Nos quadros abaixo, verifica-se os movimentos dos ativos financeiros.

Quadro 18.1 - Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por	Outros
<b>Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados</b>					
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0
Participações financeiras - justo valor	0	0	0	0	0
Outros ativos financeiros	2 944	0	0	0	0
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>					
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0	0	0	0
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 188 045	0	0	0	40 938 601
Clientes, contribuintes, utentes	183 937	0	0	58 892	68 768 440
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0	178 228
Outras contas a receber	51 942 438	0	0	152 740	83 737 205
Diferimentos	461 098	0	0	0	2 245 994
Caixa e depósitos bancários	54 567 989	0	0	0	104 889 189
Participações financeiras					
Participações financeira- Entidades societárias	1 946 810	0	0	0	0
Participações financeira - Não societárias	2 325 157	0	0	0	0
<b>Ativos financeiros mensurados ao Método de equivalência patrimonial (MEP)</b>					
Participações financeiras	32 875 661	0	0	0	2 450 394
<b>TOTAL</b>	<b>145 494 079</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>211 633</b>	<b>303 208 051</b>



Quadro 18.1 - Ativos financeiros (continuação)

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Diminuições				Quantia escriturada final
		Alineações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
<b>Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados</b>						
Ativos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0	0	0
Participações financeiras - justo valor	0	0	0	0	0	0
Outros ativos financeiros	2 944	0	0	0	0	2 944
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>						
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0	0
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0	0	0	0	0	0
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	1 188 045	0	0	0	-40 051 337	2 075 309
Clientes, contribuintes, utentes	183 937	0	0	0	-68 782 250	229 019
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0	-128 336	49 892
Outras contas a receber	51 942 438	0	0	0	-77 210 559	58 621 825
Diferimentos	461 098	0	0	0	-2 041 480	665 611
Caixa e depósitos bancários	54 567 989	0	0	0	-102 758 505	56 698 673
Participações financeiras						
Participações financeira- Entidades societárias	1 946 810	0	0	0	0	1 946 810
Participações financeira - Não societárias	2 325 157	0	0	0	0	2 325 157
<b>Ativos financeiros mensurados ao Método de equivalência patrimonial (MEP)</b>						
Participações financeiras	32 875 661	0	0	0	-134 340	35 191 714
<b>TOTAL</b>	<b>145 494 079</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-291 106 807</b>	<b>157 806 956</b>

Un:Euro

Como as diferenças entre o custo amortizado e o valor nominal não têm qualquer materialidade, optou-se por proceder ao registo das operações ao valor nominal (i.e. ao custo histórico), considerando a análise custo-benefício que deve estar subjacente à preparação das demonstrações financeiras.

Os Passivos financeiros estão relacionados essencialmente com financiamentos obtidos e outras contas a pagar, encontrando-se detalhados nos quadros seguintes:

Quadro 18.2 - Passivos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
<b>Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados</b>								
Passivos financeiros detidos para venda	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>								
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0	0	0	15 679 619	0	0	-15 679 619	0
Fornecedores	577 589	0	0	60 537 028	0	0	-60 768 197	346 420
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	908 050	0	0	-330 200	577 850
Estado e outros entes públicos	61 824	0	0	5 762 075	0	0	-5 686 045	137 853
Financiamentos obtidos	12 634 161	0	0	0	-3 038 252	0	-1 128 841	8 467 069
Fornecedores de investimentos	57 186	0	0	48 508 364	0	0	-48 534 388	31 163
Outras contas a pagar	11 976 057	0	0	66 319 522	0	0	-65 752 696	12 542 882
Diferimentos	11 996 186	0	0	10 261 960	0	0	-7 763 411	14 494 735
Outros ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>37 303 003</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>207 976 617</b>	<b>-3 038 252</b>	<b>0</b>	<b>-205 643 396</b>	<b>36 597 973</b>

Un:Euro



**Quadro 18.3 - Investimentos Financeiros**

Rubricas	Fração do capital detido à data do relato	Quantia escriturada final
<b>Participações financeiras contabilizadas ao custo amortizado</b>		
<b>Participações financeiras - Societárias</b>		
COOPERZOO - Cooperativa Zoológica da Maia, CRL <sup>(1)</sup>	13,33%	0
Metro do Porto	0,00000215%	5
Águas do Norte, S.A.	1,243%	1 380 000
Águas Douro e Paiva	2,71%	566 805
		<b>1 946 810</b>
<b>Participações financeiras - Não societárias</b>		
FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,46%	1 922 337
Área Metropolitana do Porto	5,58%	19 917
Lipor	10,55%	19 378
Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis	2,86%	2 266
Associação Parque Ciências e Tecnologia Porto	2,947%	10 000
Associação Nacional de Municípios	0,393%	4 340
AdEPORTO - Agência de Energia do Porto	7,10%	15 125
Litoral Rural	16,67%	10 000
Turismo Porto e Norte de Portugal, E.R.	1,16%	1 500
Eixo Atlantico do Noroeste Peninsular	4,67%	15 000
Associação Internacional das Cidades Educadoras	-	715
Corredor do Rio Leça, Associação de Municípios	25,00%	30 000
Fundação da Juventude	1,38%	24 940
Fundação do Desporto	4,093%	149 639
Fundação Serralves	0,5273%	100 000
		<b>2 325 157</b>
<b>Participações financeiras - MEP</b>		
Empresa Municipal de Estacionamento	100%	541 079
Maiambiente, Empresa Municipal de Ambiente	100%	3 659 115
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	100%	16 144 133
Fundação Conservatório de Música da Maia	100%	54 025
Tecmaia - Parque da Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. <sup>(1)</sup>	51%	0
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado -MAIA IMO	100%	632 650
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	4,9740720%	163 115
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	9,61%	13 997 598
		<b>35 191 714</b>
<b>Outros investimentos financeiros ao justo valor</b>		
Instituto de Gestão do Crédito Público	-	2 944
<b>Total dos Investimentos Financeiros</b>		<b>39 466 625</b>

Un: Euro

<sup>(1)</sup> Entidade que se encontra em processo de dissolução e liquidação

Os Investimentos Financeiros totalizaram em 2023 o montante de 39.466.625 €, mantendo-se os mesmos investimentos do ano anterior.

As entidades que compõem o perímetro de consolidação, totalizam 35.191.714 € e representam cerca de 89%, do valor registado em Investimentos Financeiros.



## 2.5.19 NOTA 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados incluem i) benefícios de curto-prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social, entre outros, ii) benefícios pós-emprego, tais como pensões, iii) outros benefícios de longo-prazo, tais como licenças por serviço prolongado e benefícios por incapacidade prolongada, e iv) benefícios de cessação de emprego. Destes, os benefícios que têm relevância no Município da Maia estão associados a benefícios de curto-prazo (i).

No ano de 2023, o município concedeu benefícios de curto-prazo (gastos com pessoal), de acordo com o quadro seguinte:

### 19.1 - Gastos reconhecidos no período

Descrição	Conta da DR	Valor a 31/12/2023
<b>Custo de serviço corrente</b>		
Remunerações dos órgãos autárquicos	63.0	343 851
Remunerações ao pessoal	63.2	23 740 158
Indemnizações	63.4	62 716
Encargos sobre remunerações	63.5	5 517 776
Acidentes de trabalho	63.6	381 596
Outros gastos com o pessoal	63.8	1 236 501
Outros encargos sociais	63.9	743 796
<b>TOTAL</b>		<b>32 026 394</b>

Un:Euro

Na rubrica de outros encargos sociais, encontra-se registado o valor de 32.502€, que corresponde ao montante pago pelo Município aos seus ex-funcionários, que se aposentaram no decorrer do ano de 2023, e enquanto estes aguardam o recebimento definitivo da respetiva pensão, por parte da Caixa Geral de Aposentações.

As remunerações das pessoas chave da gestão são apresentadas na Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas, por se tratar de partes relacionadas no enquadramento normativo.

## 2.5.20 NOTA 20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

As partes são consideradas relacionadas se uma delas tiver a capacidade de controlar a outra parte, ou exercer influência significativa sobre a outra parte ao tomar decisões financeiras e operacionais ou se a entidade relacionada e uma outra entidade estiverem sujeitas a controlo comum. No quadro 20.1 incluem-se as entidades integradoras do perímetro de consolidação do Grupo Municipal (conjugando-se assim o que dispõe a este respeito o SNC-AP, com o que refere a Lei n.º 73/2013, de 3



de setembro), no quadro 20.2 e 20.3 apresentam-se as transações entre partes relacionadas e no quadro 20.4 as remunerações das pessoas chave da gestão.

**20.1 - Listagem de entidades controladas**

Designação	Sede	%Controlo	
		Direto	Indireto
Empresa Metropolitana de estacionamento da Maia, E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Lidador, Piso 14.º 4470-202 Maia	100%	
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	100%	
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 181 4470-157 Maia	100%	
Fundação Conservatório Música da Maia	Rua João Maia - Quinta da Gruta Santa Maria de Avioso 4475-643 Maia	100%	
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (MAIA IMO)	Avenida João XXI, N.º 63, São João Deus 1000-300 Lisboa	100%	
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. E.M. - Em Liquidação	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	51%	
Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A	Taguspark, Edifício Ciência II, n.º 11, 3º B, 2740-120 Porto Salvo	4,9740720%	
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Av. Fernão de Magalhães, 1862, 13º 4350-158 Porto	9,61%	
Seviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento da Maia	Rua Dr.º Carlos Felgueiras Apartado 1010 4471-909 Maia	a)	

(a) Dotados de autonomia administrativa, financeira e património próprio

**20.2 - Transações entre partes relacionadas - Recorrentes**

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período <sup>(1)</sup>
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Empresa Metropolitana de estacionamento da Maia, E.M.	Entidade controlada	Participação nos gastos do Município	158 564	1,19%	0
Empresa Metropolitana de estacionamento da Maia, E.M.	Entidade controlada	Participação nas Receitas das E. M.	53 624	7,32%	0
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Entidade controlada	Rendas de propriedades de investimento	95 445	3,36%	0
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Entidade controlada	Subsídios correntes concedidos - limpeza urbana	2 296 034	41,77%	0
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Entidade controlada	Subsídios correntes concedidos - residuos solidos	1 693 318	30,81%	0
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Rendas pagas em propriedades de investimento	55 915	6,09%	0
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Contrato-Programa - Apoio à exploração	850 000	15,46%	0
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Transferencia correntes - Projetos financiados	13 527	0,25%	0
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Prestações de serviços	984	0,04%	0
Fundação Conservatório Música da Maia	Entidade controlada	Aquisição de serviços especializados	184 623	3,22%	0
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (MAIA IMO)	Entidade controlada	Rendas pagas em propriedades de investimento	3 321	0,36%	0
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado (MAIA IMO)	Entidade controlada	Impostos, contribuições e taxas	95	0,00%	0
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	Empresa participada	Contratos de serviço público	1 278 775	100,00%	0
Seviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento da Maia	Entidade controlada <sup>(3)</sup>	Impostos, contribuições e taxas	629 785	14,09%	0
Seviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento da Maia	Entidade controlada <sup>(3)</sup>	Aquisição de fornecimento e serviços externos - Água	626 148	100,00%	0
Seviços Municipalizados de Electricidade, Águas e Saneamento da Maia	Entidade controlada <sup>(3)</sup>	Aquisição de fornecimento e serviços externos - Outros serviços	1 771	0,22%	0
<b>TOTAL</b>			<b>7 941 929</b>		<b>0</b>

Un: Euro

<sup>(1)</sup>Saldos referentes a transações do período

<sup>(2)</sup> Transferência efetuada ao abrigo de Contratos-Programa referente a ativos fixos tangíveis propriedade do Município

<sup>(3)</sup>Dotados de autonomia administrativa, financeira e património próprio



## 20.3 - Transações entre partes relacionadas - Não recorrentes

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	Entidade controlada	Aquisição de ativos fixos tangíveis	895 150	6,97%	-
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A	Empresa participada	Transferência para reposição do equilíbrio <sup>(1)</sup>	40 107	100,00%	40 107
<b>TOTAL</b>			<b>935 257</b>		<b>40 107</b>

Un: Euro

<sup>(1)</sup>Ao abrigo da Lei n.º 50/2012

## Quadro 20.4 - Remunerações das Pessoas chaves de gestão

Designação dos membros	Funções	Tipo	Valor anual bruto atribuído
<b>Em regime de permanência <sup>(1)</sup></b>			
António Domingos Silva Tiago	Presidente	Remuneração	67 805
Emília de Fátima Moreira dos Santos	Vereadora	Remuneração	50 847
Mário Nuno Alves Sousa Neves	Vereador	Remuneração	50 976
Marta Moreira de Sá Penada	Vereadora	Remuneração	51 057
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vereador	Remuneração	51 003
<b>Restantes vereadores</b>			
José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vereador	Senhas de presença e deslocações	3 966
António Manuel Leite Ramalho	Vereador	Senhas de presença e deslocações	3 221
Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras	Vereadora	Senhas de presença e deslocações	2 600
Paulo Sérgio Feranandes da Rocha	Vereador	Senhas de presença e deslocações	3 853
António José Ferreira Peixoto	Vereador	Senhas de presença e deslocações	3 757

Un: Euros

<sup>(1)</sup> Estão incluídas as despesas de representação e ajudas de custo

## 2.5.21 NOTA 21 – RELATO POR SEGMENTOS

Conforme disposto na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a Entidade deverá divulgar, nesta Nota 21, entre outra informação, para cada um dos segmentos, os Rendimentos e os Gastos bem como a quantia escriturada total dos Ativos e dos Passivos. Informação a ser preparada de acordo com o disposto na NCP 25 – Relato por Segmentos.

Apesar das Autarquias Locais poderem desenvolver um conjunto de atividades distintas, mas todas interligadas, fazendo parte das suas funções e localizadas dentro da mesma área geográfica, e perante a inexistência de esclarecimentos adicionais sobre esta matéria solicitados junto das Entidades supervisoras (CNC-AP), é entendimento do Órgão Executivo que não estarão reunidas as condições para aplicação da referida NCP 25 às Demonstrações Financeiras apresentadas, não estando em causa os objetivos previstos no n.º 1 da referida NCP, entre os quais a compreensão do desempenho passado, a identificação dos recursos disponibilizados para suportar as atividades, e a transparência do relato financeiro ao nível do cumprimento das obrigações de prestação de contas.



Será ainda importante referir que o próprio Manual de Implementação do SNC-AP, contrariamente às restantes NCP, não contempla qualquer informação quanto à tipificação, separação e forma de apresentação da informação por segmentos, e muito menos quanto à eventual desagregação/afetação de Ativos e Passivos por cada segmento. Caso existam desenvolvimentos posteriores os Serviços do Município procederão em conformidade.

#### **NOTA 22 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES**

Ver Nota 18, Quadro 18.3.

#### **NOTA 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES- NÃO APLICÁVEL**



2023

**RELATÓRIO  
E CONTAS  
INDIVIDUAIS**



**PARTE III**

**DEMONSTRAÇÕES  
ORÇAMENTAIS**







# DEMONSTRAÇÕES DE RELATO ORÇAMENTAL





### **3.1 DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL**

(páginas 4 a 5 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.2 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA**

(páginas 6 a 10 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA**

(páginas 11 a 16 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.4 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI**

(páginas 17 a 44 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.5 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PAM**

(páginas 45 a 96 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)





**ANEXO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES  
ORÇAMENTAIS**





### **3.6.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA**

(páginas 98 a 103 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.6.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA**

(páginas 104 a 129 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.6.3 ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO (PPI)**

(páginas 130 a 152 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.6.4 ALTERAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (PAM)**

(páginas 153 a 190 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.6.5 OPERAÇÕES DE TESOURARIA**

(página 191 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.6.6 CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA**

#### **3.6.6.1 SITUAÇÃO DOS CONTRATOS**

(páginas 192 a 215 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

#### **3.6.6.2 ADJUDICAÇÃO POR TIPO DE PROCEDIMENTO**

(página 216 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)



### **3.6.7 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS**

#### **3.6.7.1 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA**

(páginas 217 a 405 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

#### **3.6.7.2 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA**

(páginas 406 a 427 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

### **3.6.8 OUTRAS DIVULGAÇÕES**

#### **3.6.8.1 DIVIDA A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS**

(página 428 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

#### **3.6.8.2 RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA**

(páginas 429 a 437 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

#### **3.6.8.3 SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS**

(páginas 438 e 443 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

#### **3.6.8.4 MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO**

##### **3.6.8.4.1 MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO DE NATUREZA ATIVA**

(página 444 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

##### **3.6.8.4.2 MAPA DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO DE NATUREZA PASSIVA**

(páginas 445 a 446 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)





### **3.6.8.5 DECLARAÇÕES EXIGIDAS PELO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO (LCPA)**

#### **3.6.8.5.1 DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

(páginas 447 a 461 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

#### **3.6.8.5.2 DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO**

(página 462 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)

#### **3.6.8.5.3 DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO**

(páginas 463 a 599 do volume autónomo - Parte III - Demonstrações Orçamentais)



2023

**RELATÓRIO  
E CONTAS  
INDIVIDUAIS**



**PARTE IV  
CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DAS CONTAS  
INDIVIDUAIS**



## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

#### Opinião com Reservas

Auditámos as Demonstrações Financeiras anexas da **Município da Maia** (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 496.802.619 euros e um total de Património Líquido de 457.076.747 euros, incluindo um Resultado Líquido do período de 13.405.387 euros), a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Património Líquido e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às Demonstrações Financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a Opinião com Reservas”, as Demonstrações Financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a Opinião com Reservas

- a) Conforme referido na Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras, apesar da informação indicada pela *E-Redes*, a Entidade considera não dispor de elementos suficientes, esclarecedores e adequados que lhe permitam dar cumprimento ao disposto na *Norma de Contabilidade Pública (NCP) 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente*, entre os quais informação detalhada e actualizada sobre cada um dos activos afectos à concessão e respectivas vidas úteis, incluindo o justo valor dos bens e sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis. Não dispomos de elementos que nos permitam quantificar os potenciais impactos nas Demonstrações Financeiras da Entidade, seja no *Activo*, no *Passivo* e no *Património Líquido*;
  - b) Conforme referido na Nota 5 do Anexo às Demonstrações Financeiras, foram registados no Exercício de 2023 cerca de 7.400.000 euros associados a bens transferidos do Estado/Entidades Públicas no âmbito da descentralização de competências. No entanto, não foi ainda possível efectuar, em tempo oportuno, a avaliação do justo valor de 2 (dois) bens em situação idêntica, situação que os Serviços preveem seja ultrapassada ao longo de 2024. Não dispomos de elementos que nos permitam aferir sobre o valor em causa, e consequentemente sobre o impacto em termos de *Activo* e *Património Líquido* da Entidade;
- e

**Município da Maia**

- c) Conforme referido na Nota 20 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Entidade aplica o *Método de Equivalência Patrimonial (MEP)* às suas participadas, procedimento com o qual concordamos. Relativamente a esta matéria e com referência ao final do exercício de 2023, a *Certificação Legal das Contas da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.*, evidencia as seguintes reservas por limitação de âmbito:
- c.1) Uma reserva relacionada com liquidações adicionais de IRC e juros compensatórios de anos anteriores, efectuadas pela *Autoridade Tributária*, no montante de 527.969 euros, para as quais foram apresentadas impugnações judiciais e se aguarda a decisão das entidades jurídicas competentes. Deste valor foram já liquidados 176.210 euros, tendo para o remanescente sido dados bens (imóveis) em garantia. É convicção da Administração desta participada que o valor já pago constitui um *Activo*, não prevendo qualquer contingência associada para o remanescente, sendo por isso considerado como *Passivo Contingente*; e
- c.2) Outra reserva quanto à materialização, como *Activo*, de dívidas de *Clientes* no montante aproximado de 89.500 euros, a quase totalidade relativa a uma entidade e que se encontra a ser dirimida em Tribunal.

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "*Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras*" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa Opinião com Reservas.

**Ênfases**

- i) Conforme referido na Nota 21 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Entidade deve divulgar, entre outra informação, para cada um dos segmentos, os *Rendimentos* e os *Gastos* bem como a quantia escriturada total dos *Ativos* e dos *Passivos*, informação a ser preparada de acordo com o disposto na *NCP 25 – Relato por Segmentos*. Apesar do Município desenvolver um conjunto de actividades distintas, mas todas interligadas, fazendo parte das suas funções e localizadas dentro da mesma área geográfica, e perante a inexistência de esclarecimentos adicionais sobre esta matéria por parte das Entidades supervisoras, é entendimento do Órgão de Gestão que não se aplica a referida *NCP 25* às Demonstrações Financeiras apresentadas, não estando em causa os objectivos previstos no nº 1 da referida *NCP*;



#### **Município da Maia**

- ii) Conforme referido no ponto 1.6.1 do Relatório de Gestão e na Nota 18 do Anexo às Demonstrações Financeiras, desde 01-01-2021 o Município passou a ser detentor duma participação de 9,61% nos *Serviços de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A. (STCP, E.I.M, S.A.)*. Em cumprimento do disposto nas Normas Internacionais de Auditoria (*ISA 600 – Considerações Especiais – Auditorias Demonstrações Financeiras de Grupos – incluindo o trabalho dos auditores dos componentes*), obtivemos dos auditores desta participada a *Certificação Legal das Contas* relativa ao Exercício de 2023, datada de 08-04-2024, na qual é expressa uma Opinião sem reservas e com Ênfase; e
- iii) Relativamente à questão associada à reversão das dívidas fiscais dos ex-administradores da participada em 51% denominada *TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (Em Liquidação)*, e pagas pelo Município, conforme referido no ponto 1.6.1 do Relatório de Gestão, encontram-se pendentes de recebimento 1.057.203 euros no final do Exercício de 2023. No entanto, são já conhecidas sentenças totalmente procedentes relativamente a alguns processos no montante de 395.435 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### **Outras Matérias**

- 1) Os documentos de prestação de contas, com referência ao final do Exercício de 2023, dos *Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento*, organismo detido pelo Município e dotado de autonomia administrativa e financeira, evidenciam um *Activo* no montante de 64.575.576 euros e um *Património Líquido* de 57.752.257 euros, incluindo um *Resultado Líquido do Período* de 1.640.340 euros. Estes Serviços não se encontram evidenciados contabilisticamente nas contas individuais do Município da Maia, integrando as contas consolidadas nos termos legalmente previstos;
- 2) Quanto à participada *TECMAIA, S.A., E.M. (Em Liquidação)*, relativamente à qual se encontra reconhecida uma provisão nas contas do Município da Maia no montante aproximado de 2.500.000 euros para fazer face às eventuais perdas daqui resultantes, mantêm-se globalmente sem alteração as considerações transitadas do passado, extraídas dos Relatórios emitidos em 24-05-2021 pelo Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único em funções a essa data. Considerações que devem ser tidas em atenção, com especial relevância para as associadas ao prazo e plano de liquidação da Entidade; e
- 3) As Demonstrações Financeiras apresentadas relacionam-se com a actividade do Município a nível individual, tendo sido preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Pese o facto de os *Investimentos Financeiros* terem sido registados pelo *Método da Equivalência Patrimonial*, estas Demonstrações Financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos *Activos, Passivos, Rendimentos e Gastos* totais, o que será efectuado em Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**Município da Maia**

### **Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas Demonstrações Financeiras**

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de Demonstrações Financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

### **Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as Demonstrações Financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas Demonstrações Financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das Demonstrações Financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão;





**Município da Maia**

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas Demonstrações Financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das Demonstrações Financeiras, incluindo as divulgações, e se essas Demonstrações Financeiras representam as transacções e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os Encarregados da Governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as Demonstrações Financeiras.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

**Sobre as Demonstrações Orçamentais**

Auditámos as Demonstrações Orçamentais anexas da Entidade que compreendem a Demonstração do Desempenho Orçamental, a Demonstração da Execução Orçamental da Receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 155.157.778 euros e que inclui 49.051.695 euros de saldo de Gerência anterior), a Demonstração da Execução Orçamental da Despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 104.213.810 euros) e a Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

O Órgão de Gestão é responsável pela preparação e aprovação das Demonstrações Orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na *Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26* do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a *NCP 26* do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



**Município da Maia**

**Sobre o Relatório de Gestão**

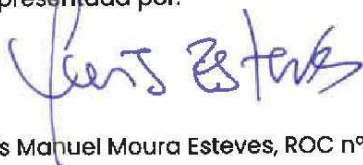
Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “*Bases para a Opinião com Reservas*” do Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras, e excepto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as Demonstrações Financeiras auditadas e as Demonstrações Orçamentais, não tendo sido identificadas incorrecções materiais.

Conforme referido no ponto 1.8 do Relatório de Gestão, a Entidade não incluiu as divulgações previstas na *NCP 27 – Contabilidade de Gestão*, nomeadamente as constantes dos parágrafos nºs 34 e 37, tendo justificado/divulgado as razões para esta insuficiência, situação que o Órgão Executivo prevê que esteja ultrapassada no próximo exercício.

Maia, 18 de Abril de 2024

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC nº 944  
(Registo na CMVM nº 20160561)

